



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Campus Manaus Centro
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



LUCYANE MARIA CASTRO COSTA

**As interfaces teórico-práticas entre a Economia Criativa e
a Educação Profissional e Tecnológica**

MANAUS-AM
2021

LUCYANE MARIA CASTRO COSTA

**As interfaces teórico-práticas entre a Economia Criativa e
a Educação Profissional e Tecnológica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional Tecnológica (EPT).

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

MANAUS-AM
2021

Biblioteca Campus Manaus Centro

C837i Costa, Lucyane Maria Castro.
As interfaces teórico-práticas entre a economia criativa e a educação
profissional e tecnológica / Lucyane Maria Castro Costa. – Manaus, 2021.
228 p.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas,
Campus Manaus Centro, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Economia criativa. 3.
Empreendedorismo. 4. Ensino médio integrado. I. Souza, Ana Cláudia
Ribeiro de. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



LUCYANE MARIA CASTRO COSTA

AS INTERFACES TEÓRICO-PRÁTICAS ENTRE A ECONOMIA CRIATIVA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 20 de dezembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Ana Cláudia
R Souza

Assinado digitalmente por Ana Cláudia R Souza
DN: CN=ANAL, CN=PROF, CN=Ana Cláudia R
Souza, E=ana.souza@ifam.edu.br
Serial: 0, Reason: Invalid certificate
Localizado sua assinatura de assinatura aqui
Data: 2022.01.28 08:37:00 CEST
Full PDF Reader Versão: 11.0.0

Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. José Pinheiro de Queiroz Neto - Membro Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - PROFEPT/IFAM

Prof. Dr. Eduardo Alberto das Chagas Segura - Membro Externo
Instituto Segura de Educação e Tecnologia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



LUCYANE MARIA CASTRO COSTA

EPTCANVAS PARA NEGÓCIOS: UM EBOOK ECONOMICAMENTE CRIATIVO.

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 20 de dezembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Ana Cláudia
R Souza

Assinado digitalmente por Ana Cláudia R
Souza
DN: CN=ANALIA, O=IFAM, CN=Ana Cláudia R
Souza, email=anaclaudia@ifam.edu.br
C=BR, OU=Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Amazonas
Data: 2022.01.20 15:37:45-0330
Pode PDF Reader Versão: 11.0.0

Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. José Pinheiro de Queiroz Neto - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - PROFEPT/IFAM

Prof. Dr. Eduardo Alberto das Chagas Segura - Membro Externo
Instituto Segura de Educação e Tecnologia

Aos anjos do céu e da terra por não desistirem de mim.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Todo Poderoso que nos oportuniza diariamente a graça de nos tornarmos pessoas melhores.

Ao meu marido Léo pela companhia amorosa nessa jornada educativa e nada fácil que é a vida. Ainda bem que é assim!!

Ao meu filho maravilhoso, Arthur Leonardo, pela oportunidade de um lar de aprendizado e muito amor. Por isso, sou grata pela família que pude construir.

Aos meus pais que já estão no céu, Emanuel Garcia e Maria de Fátima; toda a minha reverência e admiração pela chance de estar neste mundo.

À minha irmã primogênita, Ana Alice, por ser a presença firme em minha vida, sempre com alguma palavra sábia, inspiradora e generosa.

Aos meus irmãos, Márcia, Cézar e Ricardo, agradeço pelas lembranças indelévels da minha infância querida que os anos só deixam mais avivadas.

À minha professora orientadora, Ana Cláudia Souza, por acreditar em mim, me incentivar, responder às minhas indagações com toda a sua peculiar sabedoria e por dar a leveza necessária a essa trajetória peculiar chamada Mestrado.

Ao professor Daniel Nascimento, por ter me ensinado a dar os primeiros passos na construção de um trabalho científico.

Aos professores que cooperaram como sujeitos desta pesquisa; suas participações foram cruciais para dar identidade ao produto educacional.

Ao meu revisor, Ronnie, pela assessoria técnica prestada na formatação do trabalho.

À Marcella pela parceria na produção do *e-book*.

A todos os amigos da turma de 2019 pela convivência breve, porém edificante. E em especial a minha querida Mirlândia e ao Naasson pela prontidão em ajudar.

Agradeço a todos que caminharam comigo para o sucesso da construção das interfaces.

“Quem não fica constrangido pelo que era no ano passado
provavelmente não está aprendendo o suficiente.”

Alain de Botton

Filósofo

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo pesquisar os vínculos teórico-práticos entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica, isto é, fazer as conexões entre as estruturas produtivas e educativas, fortalecendo-as. Para isso, o estudo buscou novas formas de atuação profissional para além do emprego assalariado como a única forma representativa do trabalho para os estudantes. Nos dias de hoje, tanto a educação formal como o mundo corporativo não preparam o indivíduo para ser um empreendedor. Portanto, o sentido do trabalho precisa ser ampliado para alcançar a sua plenitude e representar a retomada dos meios de produção, de modo que, o trabalho através da atividade empreendedora seja visto como esta oportunidade; além de concretizar a independência, a emancipação e o empoderamento dos indivíduos. Logo, uma educação voltada para o trabalho é a possibilidade de conexão com uma atividade do mundo real, promovendo o desenvolvimento das capacidades do aluno, pois desta prática será extraído um saber legítimo e não simulado. A metodologia utilizada foi a Análise Textual Discursiva com o auxílio do método bibliográfico-conceitual. Uma vasta quantidade de insumos teóricos, das literaturas nacional e internacional, foi reunida para construir um marco teórico robusto. A dimensão científica completou-se com a pesquisa de campo. Os resultados alcançados com o levantamento empírico contribuíram para a proposta do produto educacional. Por meio deles, a pesquisa exploratória foi possível ao reunir dados coletados utilizando-se de um questionário semiestruturado. As interfaces de entendimento entre os principais temas do estudo: Empreendedorismo, Inovação, Criatividade, Economia, Educação Profissional e Tecnológica e Ensino Médio Integrado foram sendo construídas. Os resultados apontaram para a feitura de um plano de negócios como o conteúdo mais eficaz a ser trabalhado com os alunos, pois além de conectar-se com os princípios pedagógicos do currículo integrado, tais como: a indissociabilidade entre teoria e prática, a interdisciplinaridade, o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral; torna-se mais um possível caminho profissional para os estudantes. Assim, o produto educacional foi planejado como uma proposta a ser utilizada para estimular e instrumentalizar os alunos do Ensino Médio Integrado a lidar com o empreendedorismo criativo. O EPTCanvas para negócios: um *e-book* economicaMENTE criativo, é um material instrucional para auxiliar na transformação de ideias e ideais em uma realidade de negócio.

Palavras-chave: Economia Criativa. Empreendedorismo. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT

This dissertation aimed to research the theoretical-practical links between Creative Economy and Professional and Technological Education, that is, to make connections between the productive and educational structures, strengthening them. For this, the study sought new forms of professional performance beyond salaried employment as the only representative form of work for students. Nowadays, both formal education and the corporate world do not prepare the individual to be an entrepreneur. Therefore, the meaning of work needs to be expanded to reach its fullness and represent the resumption of the means of production, so that work through entrepreneurial activity is seen as this opportunity; in addition to achieving the independence, emancipation, and empowerment of individuals. Therefore, a work-oriented education is the possibility of connecting with a real-world activity, promoting the development of the student's abilities, as legitimate knowledge will be extracted from this practice, not simulated. The methodology used was the Discursive Textual Analysis with the aid of the bibliographic-conceptual method. A vast number of theoretical inputs, from national and international literature, was brought together to build a robust theoretical framework. The scientific dimension was completed with field research. The results achieved with the empirical survey contributed to the proposal of the educational product. Through them, exploratory research was possible by gathering data collected using a semi-structured questionnaire. The interfaces of understanding between the main themes of the study: Entrepreneurship, Innovation, Creativity, Economy, Professional and Technological Education and Integrated High School were being built. The results pointed to the making of a business plan as the most effective content to be worked with students, as it is also connected with the pedagogical principles of the integrated curriculum, such as: the inseparability of theory and practice, interdisciplinarity, work as an educational principle and integral human formation; it becomes another possible career path for students. Thus, the educational product was planned as a proposal to be used to stimulate and equip Integrated High School students to deal with creative entrepreneurship. EPTCanvas for business: an economically creative e-book, it is instructional material to help transform ideas and ideals into a business reality.

Keywords: Creative Economy. Entrepreneurship. Professional and Technological Education. Integrated High School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões Analíticas da Economia.....	32
Figura 2 – Dimensões Analíticas do Empreendedorismo	47
Figura 3 – Demonstração simplificada das obrigações formais do empresário	50
Figura 4 – Elementos formais de composição de uma empresa.....	51
Figura 5 – Novas empresas no Brasil – Série histórica.....	59
Figura 6 – Relação entre perda de empregos formais e aumento na quantidade de empreendedores	62
Figura 7 – MEIs por faixa etária – em percentual do total de mais de 10 milhões até setembro-2020	62
Figura 8 – Ciclos econômicos: causa e efeito do desenvolvimento	68
Figura 9 – Dimensões Analíticas da Inovação	80
Figura 10 – Dimensões Analíticas da Criatividade.....	88
Figura 11 – Dimensões Analíticas da EPT.....	100
Figura 12 – Matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio Integrado de Química (2015)	109
Figura 13 – Matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio Integrado de Química (2020)	113
Figura 14 – Repositório do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN	122
Figura 15 – Dimensões Analíticas do Plano de Negócios.....	133
Figura 16 – <i>Project Model Canvas</i>	138
Figura 17 – Exemplo da estrutura de modelo Canvas para negócios.....	145
Figura 18 – Modelo aplicativo SebraeCanvas de negócios	147
Figura 19 – Proposta de valor como área comum	149
Figura 20 – Dimensões Analíticas do Modelo Canvas para Negócios.....	151
Figura 21 – Roteiro das ações da pesquisa.....	158
Figura 22 – Criação Unidades de Análise – Empreendedorismo e EMI – Grupo1.....	165
Figura 23 – Categorização – Empreendedorismo e EMI – Grupo 1.....	166
Figura 24 – Aplicação visual metodologia – Grupo 1.....	167
Figura 25 – Criação Unidades de Análise – Empreendedorismo e EPT – Grupo 2.....	169
Figura 26 – Categorização – Empreendedorismo e EPT – Grupo 2.....	170
Figura 27 – Categorização – Empreendedorismo e Resultados Práticos – Grupo 7	170
Figura 28 – Categorização – Trabalho e Emprego – Grupo 3.....	172
Figura 29 – Categorização – Empreendedorismo e discentes – Grupo 4.....	174
Figura 30 – Categorização – Ensino Médio Integrado e EPT – Grupo 5	174
Figura 31 – Seleção conteúdos empreendedorismo – Grupo 6.....	177
Figura 32 – Categorização – Ensino atual e trabalho empreendedor–Grupo 8 ...	177

Figura 33 – Categorização – Economia Criativa e Empreendedorismo – Grupo 9.....	178
Figura 34 – Categorização – Inovação, empreendedorismo e criatividade na educação – Grupo 10.....	180
Figura 35 – Categorização – Economia Criativa e EPT – Grupo 11	181
Figura 36 – Modelo EPTCanvas para negócios.....	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características comparativas entre tipos de economia.....	25
Quadro 2 - Características principais dos tipos empresariais	49
Quadro 3 - Relação entre Portes, Regimes Tributários e Tipos Jurídicos	54
Quadro 4 - Disciplinas e conteúdo programático – Projeto Pedagógico do Curso de Química – IFAM (2015)	100
Quadro 5 – Instituições associadas ao ProfEPT (edital 2017)	120
Quadro 6 - Resultado do levantamento das instituições associadas ao ProfEPT	121
Quadro 7 – Estrutura principal plano de negócios	135
Quadro 8 – Componentes Sumário Executivo	136
Quadro 9 - Estrutura do <i>Project Model Canvas</i>	140
Quadro 10 - Itens integrantes do modelo Canvas.....	146
Quadro 11 – Resultado sintético da análise dos dados empíricos.....	164
Quadro 12 – Capacitação profissional dos avaliadores do produto educacional .	187
Quadro 13 – Sugestões e observações dos avaliadores: Nona Questão	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos microempreendedores individuais numa série histórica	59
Tabela 2 - Evolução da abertura de novas empresas numa série histórica.....	60
Tabela 3 - Participação relativa (%) dos Microempreendedores Individuais no universo de novas empresas	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Opções de trabalho alunos do Ensino Médio Integrado	176
Gráfico 2 – Avaliação do Produto: Primeira Questão	188
Gráfico 3 – Avaliação do Produto: Segunda Questão	188
Gráfico 4 – Avaliação do Produto: Terceira Questão	189
Gráfico 5 – Avaliação do Produto: Quarta Questão	190
Gráfico 6 – Avaliação do Produto: Quinta Questão	190
Gráfico 7 – Avaliação do Produto: Sexta Questão	191
Gráfico 8 – Avaliação do Produto: Sétima Questão	192
Gráfico 9 – Avaliação do Produto: Oitava Questão	192

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DIALOGANDO COM A ECONOMIA	19
2.1 A Economia Criativa construindo pontes para as interfaces	33
3 DIALOGANDO COM O EMPREENDEDORISMO	41
3.1 Requisitos para ser um empreendedor legalmente e os tipos societários	48
3.2 O passo a passo para a constituição física de um empreendimento	55
3.3 Obstáculos e desafios do nanoempreendedor na “econopandemia”	58
4 DIALOGANDO COM A INOVAÇÃO E A CRIATIVIDADE	66
4.1 A origem da inovação e sua repercussão no desenvolvimento	66
Socioeconômico das Nações	66
4.2 O papel da criatividade na ação humana	80
5 DIALOGANDO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	89
5.1 Aglutinando a Educação Profissional ao contexto das interfaces	89
5.2 O Ensino Médio Integrado e o Projeto Pedagógico do Curso de Química	101
do Instituto Federal sob um olhar empreendedor	101
5.3 Levantamento de trabalhos correlacionados: Economia e Educação	119
6 DIALOGANDO COM O CANVAS PARA NEGÓCIOS	125
6.1 O que é um plano de negócios tradicional e como fazê-lo	125
6.2 O modelo Canvas como estratégia de ensino para um plano de negócios	138
inovador: a caminho do produto	138
7 SENDA PERCORRIDA NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	153
7.1 O caminho traçado na exposição de particularidades	154
7.2 Os sujeitos, o local e o rito da coleta empírica	158
7.3 A trajetória tomada na aquisição de dados e justificativas	160
8 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS	163
8.1 Análise pesquisa de campo	163
9 DA IDEIA A CONCEPÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	182
9.1 O processo educacional na execução do produto	182
9.2 Avaliação do produto	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	197
APÊNDICE A: Principais tipos societários ou jurídicos e suas características	212

APÊNDICE B: Mudanças na legislação pátria para redução da burocracia empresarial	216
APÊNDICE C: Questionário semiestruturado aplicado aos sujeitos da pesquisa.....	219
APÊNDICE D: Ficha de avaliação do produto.....	221
ANEXO A: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos - CEP SH	223

1 INTRODUÇÃO

O ser humano ao buscar para si os meios necessários para sobreviver encontra no trabalho o caminho para construir a sua existência (SAVIANI, 2003). Buscar interfaces, conexões ou interações entre os aspectos teóricos e práticos da Economia Criativa e da Educação Profissional e Tecnológica – EPT representa estreitar as ligações entre o saber e o fazer utilizando o trabalho como elo nessa perspectiva. A Economia Criativa origina-se da vontade humana em dar um propósito para às ações, um sentido para existir e subsistir, para viver e sobreviver. A Educação Profissional preocupa-se em preparar cidadãos para a busca de oportunidades no mundo do trabalho, tornando-os capazes de transformar a sua realidade (RAMOS, 2017).

Essas ideias conjugadas potencializam a demanda por alternativas profissionais capazes de tornar o indivíduo sujeito de si mesmo e não mais aquele que se submete às circunstâncias. A grande questão da pesquisa foi encontrar um meio assertivo que contribuísse com a aproximação da unidade entre o saber e o fazer, que usasse o trabalho como princípio educativo e colaborasse com a formação integral dos alunos, bases da EPT (FRIGOTTO, 2012; CIAVATTA; RAMOS, 2011). Esse alinhamento ocorreu a partir da possibilidade real de ampliar o conceito do ser humano íntegro dando a ele a chance de conquistar para si os meios de produção viáveis para libertá-lo da opção única de um emprego assalariado como fonte de subsistência.

O objetivo do estudo foi pesquisar outras opções de atuação profissional além do emprego convencional e encontrar um meio de materializar essas intenções no mundo real. Para isso, as ideias da economia criativa conjugadas ao empreendedorismo, à inovação, à criatividade e à educação profissional formaram o caminho para o atingimento desse fim.

O estudo desenvolveu-se no *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal do Amazonas, CMC/IFAM. Teve como foco oferecer aos alunos dos Cursos do Ensino Médio Integrado – EMI um material aplicado que os auxiliasse a transformar as suas ideias e ideais de independência, autonomia e emancipação em uma realidade de negócios, seja por opção, seja por necessidade. Opção, quando da busca por um

significado e propósito de vida. Por necessidade, quando a conjuntura econômica assim o exigir, podendo transformar-se mais tarde num meio de vida permanente.

Saviani ao apresentar os argumentos para a efetivação de um Ensino Médio Integrado argumenta a importância da conexão entre o saber e o processo produtivo. Em suas palavras:

Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento, isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo (2007, p. 160).

Ainda nesse aspecto, o pai da Economia Criativa, John Howkins (2013), acredita que as pessoas são o verdadeiro diferencial de valor no processo dos negócios criativos. Representam a inovação e a criação de um valor intangível (aquilo que se conhece e não o que se possui materialmente) como diferencial competitivo mais valorizado hoje em dia e não se trata da propriedade de “[...] capitalistas impopulares”, mas de uma força autônoma, independente com bastante capilaridade e “[...]surpreendentemente insólita”, porque é endógena ao indivíduo (HOWKINS, 2013, p. 226-230). Está ligada a atividades que dependem de patentes, direitos autorais, propriedade intelectual. Na linha desse algo intangível, Howkins (2013) ao mencionar a educação, diz que numa escola o principal bem não é o conteúdo, mas como os professores irão ensiná-lo. Por sua vez, Piazzzi (2014, p. 180) replica esse pensamento quando diz que “professores inteligentes tornam seus alunos cada vez mais inteligentes”.

A proposta de uma interface entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica é um plano, uma sugestão ou uma propositura viável para ocorrer no Ensino Médio Integrado – EMI, apresentando aos alunos uma estrutura fácil e inovadora de iniciar um negócio, propagando os preceitos da economia criativa aliada ao empreendedorismo, a inovação e aos princípios da educação profissional com um enfoque emancipatório e não apenas sob o viés econômico ou empresarial. É uma possibilidade de se plantar uma semente a ser cultivada na expectativa de frutos promissores.

O *Campus* Manaus Centro do IFAM oferta em seus processos seletivos os seguintes cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada: Informática,

Química, Edificações, Mecânica e Eletrotécnica. São cursos que agregam os saberes de uma Educação Básica de Nível Médio de qualidade com os conhecimentos da Formação Profissional. O presente estudo utilizou-se do Projeto Pedagógico do Curso de Química – PPC de Química do CMC/IFAM, como fonte de dados para o entendimento, por exemplo, de como funciona a organização e composição da matriz curricular dos cursos e os princípios pedagógicos que norteiam as diretrizes de ação dos referidos. A partir desses elementos principais, intencionou-se aplicar sobre eles uma perspectiva empreendedora, construindo interfaces.

Assim, vislumbrou-se um caminho para responder o seguinte problema de pesquisa: De que maneira é possível aproximar os conteúdos teóricos relacionados ao Empreendedorismo, Gestão e afins do Ensino Médio Integrado à prática de um negócio criativo? O produto foi o meio prático para efetivar tais intenções.

O “EPTCanvas para negócios: um *e-book* economicaMENTE criativo” surgiu como uma ideia de um produto direcionado a jovens empreendedores. Foi idealizado a partir da conclusão da dimensão científica da pesquisa formada pelos seus aspectos teórico e empírico (NASCIMENTO-E-SILVA, 2012; 2020). O primeiro, coletado nas literaturas nacional e internacional e o segundo, colhido a partir de dados fornecidos pelos docentes do *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal do Amazonas, CMC/IFAM, através de questionário semiestruturado. Os sujeitos da pesquisa, os professores, já trabalharam com centenas de discentes, fato que dá a eles condições reais, além da honestidade intelectual para arguir em nome do alunado. Consequentemente, a análise dos dados pôde mover-se do particular para o geral, caracterizando o método indutivo na análise. Ao final, ao saber do que os estudantes apreciam em termos de conteúdos relacionados a empreendedorismo, gestão e afins e do que os professores consideram mais eficaz a ser trabalhado com os alunos, a estratégia de ação consolidou-se.

O estudo foi sendo encaminhado para o desenvolvimento de um produto educacional apto a colocar os alunos em contato com a prática de como organizar e desenvolver uma ideia de negócio no mundo real, contribuindo para a aproximação das estruturas produtivas e educativas. Após a realização da pesquisa de campo, a ideia do produto tomou a forma para a ação. Os dados coletados a partir da aplicação de um questionário semiestruturado com docentes da Instituição,

resultaram na escolha de um plano de negócios a ser aplicado com os jovens do Ensino Médio Integrado. Entretanto, um plano diferenciado, não só porque adota o modelo de telas de negócio, mas porque é possível experimentar a ideia. Dessa forma, o “EPTCanvas para negócios” na forma de um *e-book*, foi a ferramenta eleita para divulgar e orientar o aprendizado. É resultado do mencionado estudo científico como material instrucional para docentes e discentes.

Um *e-book* é um texto com formato adequado, bastante interativo que pode ser apreciado eletronicamente por meio de computadores, *tablets*, celulares e outros dispositivos digitais (SILVA *et al.*, 2020). Portanto, possui uma configuração atraente e prática para envolver essa geração jovem e tecnológica. O produto “EPTCanvas para negócios: um *e-book* economicAMENTE criativo” pode ser responsável também por ajudar a profissionalizar algum tipo de trabalho que já esteja sendo desempenhado pelo estudante em busca de renda para a manutenção de seus estudos. Posteriormente, quem sabe, essa ideia pode vir a ser um negócio próspero, provendo as necessidades e o bem-estar desse estudante, além de gerar benefícios para a sociedade na forma de renda e emprego.

É oportuno mencionar as motivações da mestranda ao desenvolver o mencionado estudo. Foi um sentimento, uma vontade, na verdade, um desejo em associar as expertises pessoais que são a formação acadêmica em economia e a atividade profissional no empreendedorismo, a um novo propósito de vida: o amor pelo conhecimento e a vontade em transferi-lo à sociedade. Qual a melhor forma de fazê-lo, senão através do ensino? Os caminhos pessoais foram se conectando a responsabilidade em lidar com o aprendizado científico-tecnológico deste Mestrado e com o desejo de contribuir com a sociedade. A possibilidade de unir os elementos simbólicos regionais, riquíssimos por sinal, com oportunidades reais de geração de renda e sobrevivência, também se juntou a essa motivação.

Assim, a educação, esta flor que precisa ser cuidada, cultivada para crescer viçosa e bela, assim como a língua pátria, também é como já dizia o poeta, “a última flor do Lácio”, não no sentido de origem, mas de ser o derradeiro recurso que decidirá o nosso destino. Sem dúvida, esta pesquisadora tem ânimo em contribuir para uma educação que seja esplendor e não escuridão, tornando-se parte desta rede de transformação da realidade social.

2 DIALOGANDO COM A ECONOMIA

A economia participa do estudo das interfaces fazendo uma leitura dos fatos históricos sob o olhar da produção humana. A partir desse caminho é possível compreender a ciência econômica e identificar as suas conexões com o trabalho, com a ciência, a tecnologia e a cultura, isto é, com as dimensões humanas da vida. Entrementes, a inovação, a criatividade e a educação profissional são elementos ou variáveis que juntamente com o aspecto econômico concebem um espaço de intersecção entre si, similar ao formado pelos conjuntos numéricos em matemática. Isto simboliza uma área comum ou pontos em comum em relação a esses aspectos e está diretamente ligada às perspectivas da vida humana. Essas interfaces não formam um conjunto vazio, pelo contrário, favorecem um ambiente profícuo de tópicos em comum.

A estruturação de uma análise metodológica auxiliou na busca por um termo de equivalência para a economia. Mediante os insumos teóricos das literaturas nacional e estrangeira permitiu-se uma percepção conceitual pautada na massa de dados ou marco teórico investigado. Isto posto, para começar o estudo, qual será, então, a principal tarefa da ciência econômica na sociedade?

A economia é o elemento dessa interface que irá movimentar os recursos materiais e imateriais para a consecução de resultados; será o meio para o atingimento dos fins, seja no aspecto individual seja no coletivo. Saber lidar com os recursos produtivos: capital (dinheiro), trabalho, meios de produção (ferramentas, máquinas, equipamentos, etc) e recursos naturais (matérias-primas) com o objetivo de gerar riquezas no ciclo econômico da produção, da circulação e do consumo, é a tarefa da economia.

Alfred Marshall, economista neoclássico, quando trouxe para a vida hodierna os conceitos das leis de mercado da oferta e da procura, atribuiu a finalidade última da economia, ao bem-estar da sociedade (SKIDELSKY, 2017). Assim, vale a pena averiguar de que forma a economia está inserida nesse cenário contemporâneo repleto de inovação, criatividade e espírito empreendedor. Ou, como o aspecto econômico trabalha no fomento à inovação, à criatividade e ao empreendedorismo e como todas essas variáveis se associam à Educação Profissional e Tecnológica.

Compreender a forma como a economia funciona é entender que o momento histórico está interligado aos fatos econômicos e aos seus desdobramentos. Por isso é importante situar os acontecimentos econômicos no contexto histórico decorrente. A História é necessária para refletir o momento e o lugar da prática econômica. O modo como a comunidade relaciona-se com a produção de bens e serviços irá determinar os demais segmentos da sociedade de acordo com cada época e espaço. Essa ideia fica bem nítida no pensamento de Karl Marx, ao falar que “as relações legais, as formas de Estado, não podem ser compreendidas em si, pelo chamado progresso geral do espírito humano – elas estão enraizadas nas condições materiais de vida” (HUBERMAN, 1981, p. 128).

É a economia vista por Marx, como a base da estrutura, que sustenta e dá forma à superestrutura formada pelos demais segmentos: político, social, religioso, científico, jurídico e educacional. É oportuno mencionar que o pensamento econômico é o resultado do contexto do qual está inserido e desta forma está intimamente relacionado ou imerso no tempo e espaço que busca interpretar. Não pode haver desassociação do que foi criado em matéria de teorias econômicas com as circunstâncias ou o ambiente que essas ideias foram originadas. Subentende-se, então, que o modo como a comunidade conecta-se com a produção de bens e serviços, bem como os interesses político-sociais de cada época, refletirão a formação das sociedades e suas teorias econômicas (GALBRAITH, 1987).

Novamente, Alfred Marshall (GALBRAITH, 1987, p. 35) dá a sua contribuição afirmando o seguinte: “A economia é um estudo da humanidade conduzindo seus negócios cotidianos”. Esses negócios humanos regulares ou habituais passam por escolhas racionais, pois os recursos são escassos e os desejos ilimitados (MILL, 2016). Deduz-se dessa relação de Mill, que uma só pessoa até a maior população do planeta, age num esforço para sobreviver e fazer escolhas, lidar com as dificuldades orçamentárias, adaptar-se ou adaptar o lugar onde estão e prosperar, dada a relativa situação de insuficiência ou escassez.

E quem são os especialistas em apontar as melhores escolhas? Os profissionais responsáveis por diagnosticarem o melhor custo de oportunidade para investimentos, bem como analisar os possíveis desdobramentos dos quadros econômicos, tanto no ambiente micro como macroeconômico são os economistas. No entanto, todo ser humano é uma criatura natural da economia, pois diante da

escassez, observa as possibilidades, as avalia e logo em seguida, estabelece a sua preferência ou escolha (MILL, 2017). Desta forma, saber lidar com a relação: recursos escassos x necessidades ilimitadas é estabelecer escolhas; é saber resolver dilemas. Logo, a economia é uma atividade pertinente ao ser humano e estende-se dos indivíduos às instituições e a sociedade.

É fácil notar também, traços de peculiaridade humana que são comuns aos conceitos de empreendedorismo, inovação e criatividade e que serão vistos nos capítulos a seguir. A título de exemplo e antecipando um pouco os fatos, a ação ou a atividade humana, como um traço inerente ou característico ao ser humano, está presente nestes conceitos, assim como na economia. Deste modo, as atividades inovadoras configuram-se como um motor dando partida rumo ao desenvolvimento socioeconômico; o “agente” sempre será o que fomenta a ação, isto é, o empreendedor criativo; a criatividade é aquela que dá personalidade (pessoas não são coisas), originalidade (no sentido de rearranjar aquilo que já existe) e significado (uma ideia precisa ter um nome que a identifique e um propósito) à produção e a economia trata das escolhas humanas racionais diante da avaliação do custo de oportunidade. Portanto, se combinadas com um propósito finalístico, por exemplo, da Educação Profissional e Tecnológica, podem trazer autonomia e emancipação aos indivíduos (SAVIANI, 2008; LIMA, 2019; GAYATHRI, 2020).

A palavra “economia” tem no seu radical “eco” de origem latina ou “*oikos*” de origem grega, o mesmo significado: “casa”. Combinado com o sufixo “*nomein*”, traz a noção de administração ou gerenciamento da casa ou do domicílio (BELLANDI, 2015). Naturalmente esse conceito dilatou-se e “casa” significa hoje em dia, o conjunto da sociedade em que vivemos. Partindo desse preâmbulo etimológico, mais uma vez, é importante destacar a importância de ver as coisas dentro do seu contexto. No mundo antigo, por exemplo, já existia o comércio e os gregos já faziam a cunhagem de moeda em metais como o ferro e a prata para facilitar a troca (GALBRAITH, 1987).

Uma situação inovadora, sem dúvida, para a época. O conceito de economia em todas as suas expressões correntes está associado à existência de um mercado (GALBRAITH, 1987). Um mercado que envolve relações de produção, circulação e consumo de bens e serviços. Nesse sentido, a história nos remete a períodos em que essas atividades ou eram escassas ou adaptaram-se às circunstâncias. A Idade

Média, por exemplo, não representou bem o conceito de mercado. A economia em si ganhava um aspecto secundário ou acessório. Porém, houve exceções, pois os acontecimentos não seguem um mesmo padrão histórico linear. Afinal, comprava-se e vendia-se nesse período também. E foi exatamente nesse momento histórico que a fase pré-capitalista ou capitalismo mercantil começou a instalar-se com o aparecimento do Mercantilismo como a prática econômica do Absolutismo (centralismo estatal).

A economia como ciência é filha da filosofia, foi sistematizada em teorias de estudo para a compreensão de como a produção, a troca e o consumo de bens e serviços ocorriam, bem como o entendimento da formação dos preços. O marco histórico do seu aparecimento foi convencionado a partir da publicação da obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, em 1776, século XVIII. Antes de Smith, todos aqueles que tratavam de questões econômicas eram tidos como filósofos em suas épocas, inclusive o próprio Smith (GALBRAITH, 1987). Mesmo assim, é importante mencionar a escola dos Fisiocratas na França com seus representantes nas figuras de François Quesnay e Mirabeau. Os Fisiocratas (1758) foram considerados a primeira escola de economistas da história (NAPOLEONI, 1988). É curioso ressaltar que numa referência incomum, eles próprios se auto intitulavam, “*Les Économistes*” (GALBRAITH, 1987).

A escola econômica que Smith passou a representar, convencionou-se chamar de Escola Clássica e tiveram outros representantes tais como: James Mill, MacCulloch, Senior, John Stuart Mill, Jean-Baptiste Say, David Ricardo e Thomas Malthus. A maior contribuição de Adam Smith (1723-1790), conhecido como o pai da economia moderna, foi romper com o velho mundo feudal e abrir caminho para uma nova fase denominada de Capitalismo industrial. Segundo Rosa e Basso (2019), o termo Capitalismo foi usado pela primeira vez na Europa pelo filósofo utópico Saint-Simon (1760-1825) e depois utilizado por Marx em o seu “O Capital”.

A obra de Smith trouxe uma análise completa do que viria a ser o novo modo de produção que veio na esteira da Revolução Industrial. Vislumbrou questões importantíssimas como as conexões “[...] entre as principais classes sociais, os vários setores de produção, a distribuição da riqueza e da renda, o comércio, a circulação de moeda, os processos de formação de preços e o crescimento econômico” (HUNT, 1989, p. 60).

Nessa Escola Clássica, o reverendo e economista britânico, Thomas Malthus (1766-1834), deixou um legado importante para a história, pois o que predisse serviu de referência para muitos intelectuais em vários segmentos. Ao afirmar que “a população aumenta geometricamente e a oferta de alimentos cresce aritmeticamente” (HUNT, 1989, p. 94), ele forneceu ao mundo a noção de que o crescimento populacional sem um controle prévio influencia no destino da humanidade. Esse destino não seria nada idílico, visto que não haveria alimentos suficientes para todos. É oportuno ressaltar que Charles Darwin (1809-1882), naturalista inglês, autor da Teoria da Evolução das Espécies, ao formular seus postulados sobre a seleção natural, foi influenciado pelos escritos de Malthus. A falta de alimentos suficientes para todos estimula a competição e a natural luta pela sobrevivência das espécies. Os escritos de Malthus foram úteis para as teorias evolucionistas das ciências naturais. Ele foi considerado por muitos, o profeta da explosão populacional.

Destarte, a sobrevivência tornou-se um aspecto importante para a vida do indivíduo e das civilizações vindouras. Por isso, é importante compreender como a economia organiza-se; quais ferramentas são utilizadas para modificar a realidade individual e coletiva. Somada à economia, as políticas econômicas interferem na vida das pessoas, impactando diretamente na sua sobrevivência. A economia dá sinais e muitas vezes o termômetro é ignorado (GIAMBIAGI; SCHWARTSMAN, 2014).

Essa capacidade de manter-se vivo, ligada ao aspecto econômico, além de harmonizar-se com as ideias de “liberdade de fazer” para a conquista da subsistência, amplia-se para tornar-se a própria “existência” quando se trata de promoção de autonomia, de afirmação ou empoderamento dos indivíduos rumo a um desenvolvimento sustentável (GAYATHRI *et al.*, 2020; DEGEN, 2009). Nesse sentido, uma Educação Profissional e Tecnológica que busca integrar o Ensino Médio dentro de uma perspectiva teórico-prática, certamente precisará dos fundamentos da realidade econômica para o alcance dos objetivos supramencionados. Esse tipo de educação, segundo Ramos, precisa corresponder “à preparação das pessoas para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna” (2014, p. 10).

Com Smith veio o conceito criativo de “mão invisível” em contraponto a uma época de excessiva intervenção, dirigismo, preferências restritivas do centralismo de Estado, com suas concessões e privilégios para alguns em detrimento da maioria. A “mão invisível” de Smith, a metáfora mais famosa da história da economia, segundo Galbraith (1987), guiaria a direção da economia permeando a ação dos indivíduos. Esse momento histórico ficou conhecido como liberalismo de mercado já revelado na face político-liberal de John Locke (1632-1704), filósofo inglês, considerado o pai do liberalismo. Já contestava o absolutismo de governos tirânicos no século XVII. No campo econômico representa a maximização do desenvolvimento econômico através da livre concorrência.

Essas ideias e práticas surgiram num contexto de mudanças emergentes e necessárias. Ter acesso ao contexto é conhecer os fatos com mais precisão. À vista disso, é oportuno comentar o significado da palavra “liberalismo” como uma corrente de pensamento político-econômica e social, dos séculos XVIII e XIX e a mudança de sentido que sofreu, a partir do século XX. O termo, a princípio, estava associado à liberdade de iniciativa do indivíduo “como a entidade principal da sociedade” (FRIEDMAN, 1984, p. 14). Tal fato implicaria em ações para reduzir o papel do Estado, ampliando o poder do indivíduo em matéria de economia e direitos individuais.

Os economistas Clássicos e Neoclássicos incorporaram esse pensamento e apoiaram o “laissez-faire” (deixar fazer) dos fisiocratas franceses. Nos estudos de Friedman (1982) sobre o liberalismo, o autor pontua as questões do apoio ao livre mercado, à redução do poder arbitrário do Estado, a instauração de um governo representativo e, sobretudo, a proteção das liberdades civis dos indivíduos. A partir de 1930, porém, o conceito passou a tomar outra conotação e a liberdade de fazer foi sendo substituída por receber garantias, bem-estar social e igualdade pelo agente Estado, segundo o autor.

A Escola Neoclássica na figura de seus expoentes mais significativos: Stanley Jevons, Walras e Alfred Marshall, abordou outros conceitos importantes e singulares para a economia, tais como: a utilidade marginal; as leis de mercado intituladas como demanda e oferta, mas permaneceu com o conceito criado por Jean-Baptiste Say há mais de 100 anos: o mercado produtor cria o mercado consumidor ou em outras palavras, é a oferta quem cria a demanda. Essa foi a famosa Lei de Say.

Entrementes, surgiram as ideias de Karl Marx de ruptura com o modo de produção capitalista. Assim, no século XIX, duas teorias econômicas passaram a existir: (i) a do equilíbrio geral, dos clássicos e neoclássicos que propunha uma economia de mercado fundamentada no liberalismo econômico. O Estado não deve intervir nas variáveis econômicas, deve apenas garantir a propriedade privada e as liberdades individuais. (ii) a teoria marxista, em que o Estado deve se apossar, através de uma “violação despótica, do direito de propriedade e das relações de produção burguesas” (MARX; ENGELS, 1990, p. 95); deve ser forte e predominante e controlar toda a economia. É o contraponto entre uma economia de mercado (capitalista) x uma economia planificada (socialista).

Quadro 1 - Características comparativas entre tipos de economia

ECONOMIA DE MERCADO		ECONOMIA PLANIFICADA
→ Estado limitado → Propriedade privada → Sistema de livre concorrência		→ Concentração de poder no Estado → Propriedade pública dos meios de produção → Produção social seguindo um plano previamente elaborado

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em FRIEDMAN (1984) e ENGELS (1989).

No início do século XX, a Grande Depressão chegou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Uma crise mundial instalou-se na economia e a reboque, os demais segmentos sofreram as consequências de seus efeitos: milhares de pessoas perderam os empregos, bancos e empresas faliram, houve uma diminuição drástica na renda e no consumo mundiais (HUNT, 1989).

Em meio à crise, eis que surge John Maynard Keynes com a sua “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, de 1936. O Keynesianismo aparece como uma alternativa às teorias liberal e marxista. Não propunha rupturas radicais nem deixava tudo por conta da “mão invisível” de Smith, pelo contrário, a mão do Estado passou a ser bem visível na solução dos problemas. O Estado deveria intervir na economia sempre que necessário, fazendo as correções devidas para o retorno à condição de “pleno emprego”.

Durante a depressão do início do século XX, o Keynesianismo foi a saída encontrada para a retomada do crescimento econômico. Eram as soluções heterodoxas fazendo parte do cenário econômico. A heterodoxia marcou a mudança de significado de “liberalismo” quando o Estado passou a interferir nas questões econômicas. O termo, a partir deste fato, ficou associado a contar com o Estado, ao invés de contar com as providências privadas e passou a ser referência de pluralismo e diversidade (FRIEDMAN, 1982).

Keynes, assim como Schumpeter, viu a falta de sintonia no argumento de Say no quesito oferta e demanda, pois poderia haver períodos de superprodução com uma demanda inadequada, porém, diferentemente de Schumpeter, acreditava no retorno a uma situação de “pleno emprego”, após o término da crise com as correções feitas pelo Estado. Decerto, os dois economistas que eram contemporâneos pensavam bem diferente quanto às engrenagens de funcionamento do modo de produção capitalista, bem como as soluções para os problemas.

Keynes (1990) propôs uma solução para um determinado momento (heterodoxia sem rupturas abruptas), argumentando que em longo prazo todos estaremos mortos. Isto é, não haveria como saber os desdobramentos dessas medidas num futuro distante. Joseph Schumpeter (1984), teórico dos ciclos econômicos e pai da inovação, fez uma outra leitura do funcionamento do Capitalismo e arguiu que se um dia fosse substituído, seria pelo seu sucesso e não pelo seu fracasso. Já Karl Marx (ENGELS, 1989; SOUZA, 1993) via nas contradições do Capitalismo o seu fim, pois as crises terminavam e começavam em decorrência do seu próprio modo de produzir, o que tornaria os meios de produção inativos e incapazes de transformarem-se em mais capital. As crises de superabundância carregavam em si o seu maior contraste.

Milton Friedman (1982), Prêmio Nobel de Economia em 1976, retoma o caminho da ortodoxia com uma alternativa monetarista para o sistema econômico nos anos 80. A ortodoxia é o caminho inverso da heterodoxia, pois propõe a ideia de que Estado forte é aquele que vai diminuindo a sua carga de obrigação e dessa forma, fortalecerá as liberdades individuais. É a favor de um governo descentralizado; enquanto que os liberais da heterodoxia são a favor de governos centralizados, assim como “de uma organização mundial em lugar de um governo nacional” (FRIEDMAN, 1982, p. 15).

A ortodoxia na economia seria uma retomada ao equilíbrio das relações de mercado; à racionalidade e ao individualismo, segundo o autor. Vale lembrar que individualismo em seu sentido renascentista-humanista não é sinônimo de egoísmo, mas de capacidade individual, talento e criatividade. Friedman (1982) trata a economia e a política como uma relação indissociável, pois a liberdade conquistada na economia levará certamente, à obtenção da liberdade política.

Outros economistas surgiram nesses intervalos, porém, os citados representaram um marco importante na história do pensamento econômico e foram fundamentais para o entendimento e necessidades contemporâneas. Ligar a economia é acionar o motor da história, dando a partida para os acontecimentos.

Após um percurso lúdico sobre a história do pensamento econômico, o presente estudo versa a respeito de fontes de pesquisa investigadas com o propósito de construir um conceito sobre economia. Ao analisar a massa de dados (fragmentos do “*corpus*” dos textos) das literaturas nacional e estrangeira, o significado (análise) que os documentos assumiram, levou a um ponto principal: as unidades de sentido ligam-se entre si formando uma só categoria que torna equivalente a ciência econômica, a uma “ciência das escolhas humanas”. E, a partir de um mercado que está repleto de escolhas humanas (ABRAMOVAY, 2004), formatar-se-á a organização e a análise dos comportamentos humanos (FOUCAULT, 2008; TIMM, 2008; ROBBINS, 2012). Não há economia sem trocas e as trocas só podem ocorrer num mercado repleto de pessoas e escolhas.

Esse mercado, que não é abstrato, dará as diretrizes aos agentes econômicos para as tomadas de decisão do que produzir, onde investir, os melhores segmentos e suas tendências, dada uma determinada escassez de recursos. Então, deduz-se que a análise de mercado é uma análise dos comportamentos humanos e suas decisões, bem como as consequências e repercussões dessas escolhas.

A finalidade da economia será proporcionar melhores condições de vida para a sociedade, gerar riquezas, satisfazer necessidades (BAPTISTA, 2019; TYLER, 2010). Relaciona-se com a sobrevivência dos indivíduos, bem como o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, dada uma situação de escassez de recursos (SKIDELSKY, 2017; MILL, 2017; SEYFFERT, 2015; TYLER, 2010). Como isso ocorre? A partir do momento em que o indivíduo e as instituições decidem como utilizar os meios, isto é, os recursos produtivos escassos, para o alcance dos fins

que é a produção de bens e serviços, satisfazendo assim, as suas necessidades (TYLER, 2010; SEYFFERT, 2015).

Após a produção de bens e serviços definida pelas escolhas dos agentes, Campos e Castro (2019) elencam os demais processos que ocorrem no fluxo econômico, logo após a produção. Trata-se, portanto, da distribuição ou circulação e do consumo de tudo aquilo que foi produzido, similar ao fluxo circular dos neoclássicos. Porém, não de maneira estacionária e sem lucro como questionava Schumpeter, ou com “pleno emprego” dos fatores como acreditava Keynes. Ocorrerá com todas as nuances ou “falhas” naturais de um processo cíclico de alternância de períodos de crise e prosperidade.

Haverá ocorrências no consumo do tipo: nem tudo o que será produzido será consumido (fim da Lei de Say). Pode haver falhas e interrupções na circulação por variáveis internas, isto é, o insucesso da aplicação de novas tecnologias oriundas das novas combinações ou inovação. Ou falhas externas: guerras, doenças, gosto do consumidor, aumento da população, especulação, fatores naturais, etc., que causarão retração nos mercados (OLIVEIRA, 2014). É oportuno mencionar que Schumpeter considera as variáveis externas como estáticas e exógenas ao sistema.

Complementando a fala de Campos e Castro (2019) quanto ao fluxo econômico de produção, circulação e consumo, Simpson (2018) acrescenta a administração dos recursos financeiros. Vê-se incluso o fator monetário no fluxo, visando à eficácia da racionalidade das escolhas humanas. O autor considera que a economia consiste na realização das transações comerciais, as quais para existir precisam do binômio comprador-vendedor e, sobretudo, das relações de troca que ocorrem no mercado. Estas relações econômicas podem ocorrer tanto em um âmbito local ou global. A menção ao termo moeda demonstra que há países com a economia consolidada, enquanto que outras nações buscam, através de suas políticas monetárias, fortalecer suas relações econômicas com vistas ao seu desenvolvimento econômico e social.

Vale um adendo para comentar que num mundo em que as inovações são um diferencial para o mercado, fomentando a concorrência, a criatividade humana vem sendo cada vez mais estimulada. Por isso que a ação empreendedora do trabalho humano pode ser uma alternativa de renda individual ou de parcerias, tanto para driblar o desemprego, contornando necessidades emergenciais; como também

servindo de opção de trabalho duradouro, gerando renda, criando mais empregos e movimentando a economia (ALVARENGA, 2019; CILO, 2019). Nota-se em Saviani (2007) a mesma preocupação quando diz que o trabalho como atividade inerente ao ser humano, deve ser capaz de lhe proporcionar significado e subsistência

Nos dizeres de Foucault (2008), a economia consiste em uma ciência cujo foco de análise são os aspectos atitudinais do ser humano a respeito da relação entre fins e meios. O termo “fins” sugestiona a ideia de finalidade, a qual também pode ser entendida como um estado pretendido por uma pessoa, um grupo de indivíduos ou uma organização. Para que haja o cumprimento inequívoco deste fim, é necessário que sejam definidos os “meios” que irão viabilizar a consecução do intento almejado. Tanto os meios como os fins resultam das “escolhas humanas”.

Mill (2017) e Skidelsky (2017) argumentam que os sujeitos decidem alocar recursos ou fatores produtivos: capital, trabalho, meios de produção e recursos naturais. Tais fatores são considerados escassos porque não são ilimitados, para a realização de uma finalidade em detrimento de outros objetivos. É o que ocorre, por exemplo, quando um governo municipal, estadual e federal precisa definir a alocação de recursos para montar o orçamento do ano seguinte. Ou ainda, quando uma empresa realiza o seu planejamento orçamentário e decide em quais setores ela irá realizar os seus investimentos e aportes financeiros. Nessa primeira definição, as decisões humanas a respeito da melhor alocação de recursos para a concretização de determinadas finalidades correspondem à definição de economia.

Numa ótica semelhante, os autores Ribeiro e Gico Júnior (2013) complementam a fala de Mill (2017) e Skidelsky (2017) e adicionam outro ponto relevante. Além de estudar o comportamento das pessoas em relação às deliberações correlatas a alocação de recursos escassos, a economia também analisa os efeitos provenientes destas decisões. É o que ocorre, por exemplo, quando o Comitê de Política Monetária (COPOM) se reúne periodicamente para definir a elevação, manutenção ou redução da taxa básica de juros, também denominada como SELIC. Ou quando uma prefeitura resolve investir determinada quantia de recursos para incentivar a agricultura familiar. Isso sugestiona que as decisões econômicas tanto podem produzir resultados positivos quanto negativos.

Por sua vez, Robbins (2012) complementa o pensamento trazido por Foucault (2008) ao mencionar que além do estudo das decisões humanas sobre a alocação

de recursos escassos, a economia também abarca o uso alternativo destes recursos. Noutras palavras, além dos efeitos produzidos por cada deliberação tomada (RIBEIRO; GICO JÚNIOR, 2013) no plano de alocação de recursos, as possíveis alternativas a serem consideradas em sua utilização também englobam o campo de estudo da economia enquanto ciência. O uso alternativo é o custo de oportunidade que consiste no próximo melhor valor de uso alternativo de um recurso. Será o custo da escolha ou o custo implícito.

Assim como os demais autores citados até o presente momento, Tyler (2010) também considera que a economia possui um caráter decisório. Nos dizeres deste autor, o homem e a sociedade são responsáveis por efetuar as deliberações referentes a alocação dos recursos disponíveis, os quais também podem ser aqui denominados como meios (FOUCAULT, 2008; RIBEIRO; GICO JÚNIOR, 2013). O enfoque de Tyler (2010) compreende que estas decisões abrangem a destinação de cada recurso necessário para a produção de um bem ou a prestação de um serviço com vistas ao atendimento de necessidades.

Neste sentido, Tyler (2010) compreende a economia num sentido empresarial. Para este autor, a economia representa a definição sobre o emprego de cada recurso para gerar um artefato ou serviço. Destarte, Tyler (2010) considera que uma das características da economia é a capacidade que as companhias têm de interpretar com precisão aquilo que o cliente quer e, através de seus produtos ou serviços, atender a essa demanda.

No estudo de Timm (2008), a economia pode ser compreendida como o campo da ciência que retrata assertivamente as relações humanas no ambiente de mercado, bem como já assinalava Galbraith (1987). Abramovay (2004) complementa que é oportuno aceitar que os mercados são produtos da interação humana. Logo, tanto as virtudes como os vícios humanos estão intrínsecos nele, não adiantando demonizá-lo como uma forma abstrata que só corrompe, degrada, polui e distorce os atos nobres de cooperação por causa do dinheiro. O mercado representa as interações humanas e suas escolhas. É honesto frisar as situações de cooperação mediadas pelo dinheiro, ou seja, é um meio para facilitar as trocas e as relações comerciais.

Os efeitos destas interações no mercado podem ajudar a diagnosticar a situação financeira de um país, município ou estado da federação. A economia

também se relaciona com a “coisa pública”, ou seja, pode ser vista tanto do ponto de vista microeconômico (das empresas, dos negócios, das indústrias), como do ponto de vista macroeconômico ao relacionar-se com as decisões dos países (relações internacionais), dos estados ou dos municípios.

Isto ocorre, por exemplo, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga periodicamente os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Dentre os itens que são avaliados, está o consumo das famílias brasileiras, o qual pode apresentar estabilidade, elevação ou retração, a depender de condições macroeconômicas, tais como a taxa de desemprego, o nível de renda, a produção per capita, índice de inflação, taxa de juros, câmbio, política fiscal, etc.

Baptista (2019) diz que a economia tem por intuito a organização da vida das pessoas que integram uma sociedade. Além disso, na visão deste autor, a economia deve ser administrada com o intuito de ajudar no desenvolvimento de uma população através da gestão dos recursos disponíveis. Aqui é possível identificar duas vertentes atreladas à economia. A primeira delas pode ser entendida como de cunho empresarial e financeiro, a qual se reflete na alocação eficiente de recursos tidos como escassos. O efeito esperado disso é o crescimento econômico, o qual, por sua vez, oportuniza melhorias na condição de vida das pessoas. De posse desta informação, a segunda vertente vê na economia o meio de criar as condições favoráveis para que a população também possa evoluir, gerar riquezas e se desenvolver, tanto no aspecto econômico como também no prisma social e ambiental.

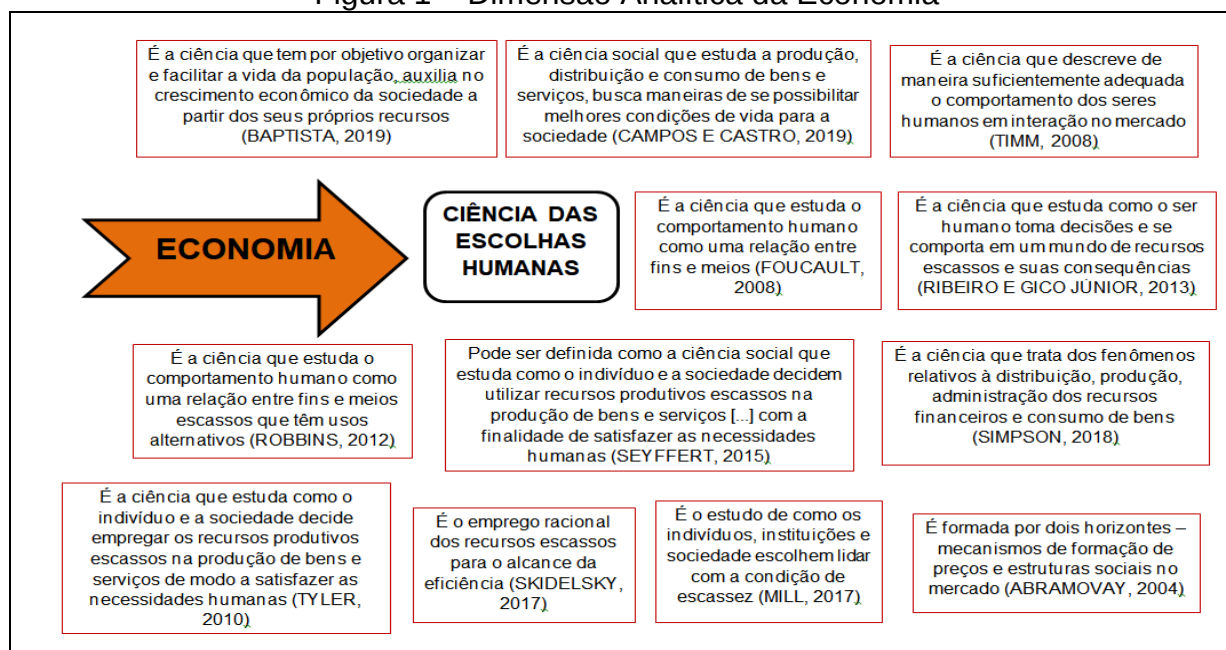
Para este estudo, considera-se que a economia é a ciência das escolhas humanas realizadas em um ambiente de mercado, que envolve produção, distribuição e consumo. O seu objetivo é promover melhores condições de vida à população de uma determinada sociedade, servindo de ferramenta para decisões micro e macroeconômicas. As decisões das nações e de seus entes federados são feitas por pessoas também.

A preocupação com a sobrevivência presente e futura dos indivíduos, da sociedade e do seu entorno (meio ambiente) é uma das características inerentes da ciência econômica. Assim, as escolhas perpassam pela racionalidade das decisões humanas que surgirão da relação entre recursos insuficientes x necessidades

ilimitadas. As relações dialógicas que ocorrem no âmbito mercadológico envolvem a compra e venda de produtos, através da circulação de moedas.

Logo, as decisões econômicas tomadas no ambiente de mercado visam definir sobre a alocação mais adequada, dado o custo de oportunidade, de recursos escassos porque são limitados, para concretizar o alcance de uma determinada finalidade.

Figura 1 – Dimensão Analítica da Economia



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

O formato da Figura 1 representa a dimensão analítica do fenômeno Economia compactada numa só categoria nomeada “ciência das escolhas humanas”. A literatura pesquisada permitiu tal equivalência, pois todos os postulados, sejam de comportamento de fins e meios (FOUCAULT, 2008; ROBBINS, 2012); sejam dos mercados como produtos da interação social (ABRAMOVAY, 2004; TIMM, 2008); das relações de compra e venda (SIMPSON, 2018); sejam da relação entre recursos escassos e necessidades ilimitadas – sobrevivência e racionalidade (TYLER, 2010; RIBEIRO; GICO JUNIOR, 2013; SKIDELSKY, 2017; MILL, 2017); dos ambientes micro e macroeconômicos (MILL, 2017) e sejam dos próprios agentes promotores do desenvolvimento socioeconômico (CAMPOS; CASTRO, 2019; BAPTISTA, 2019), conduzem a uma ciência humana que interfere na realidade através das escolhas humanas. Tais escolhas partirão dos indivíduos,

das instituições públicas e privadas, das escolhas de Estado e trarão consequências diretas para a sociedade como um todo.

O desenvolvimento socioeconômico gerará riqueza, permitindo o acesso da população a uma variedade de produtos e serviços com preços cada vez mais acessíveis graças à inovação e a concorrência. Dará acesso a uma infraestrutura com maior capilaridade; serviços de saúde e educação com qualidade; gerará novas oportunidades de renda e emprego. Contudo, os melhores resultados e benefícios que a população pode esperar dependerão de decisões humanas individuais ou por um conjunto de pessoas. Logo, além da racionalidade, deseja-se um estado de direito imparcial, fidúcia, responsabilidade e compromisso, formando uma ordem moral capaz de conduzir as melhores tomadas de decisão, tanto no aspecto macroeconômico como no microeconômico.

É importante acrescentar os estudos de Smith (2015) como um adendo às escolhas humanas, pois ao referir-se tanto ao mercado de trabalho atual como ao sistema tradicional de ensino, o autor menciona o direcionamento de ambos apenas para preparar as pessoas para serem empregadas. É importante esclarecer os indivíduos do papel do empreendedorismo como mais uma opção para as escolhas profissionais. Segundo o autor, a atividade empreendedora conduz a uma maior imersão à realidade, conjugando a teoria e a prática. De acordo com Smith (2015, p. 17), a prática empreendedora confere ao cidadão o melhor dos ensinamentos, qual seja: a aquisição de experiência, uma vez que esta ensina as pessoas continuamente...

[...] a ter uma perspectiva positiva ao fracassar, a encontrar soluções, a conhecer um pouco de tudo, a elogiar e corrigir os outros, a dizer “a responsabilidade é minha”, a construir sua riqueza, a olhar para o futuro e a se sentir confiante para assumir riscos.

2.1 A Economia Criativa construindo pontes para as interfaces.

A escolha da Economia Criativa por intermédio de seus aportes teórico-práticos foi uma iniciativa para ajudar a encontrar respostas que auxiliassem na operacionalização do saber pedagógico na educação profissional. Certamente, os conceitos de empreendedorismo, inovação e criatividade estão imbricados nesse processo também. Os negócios criativos ajudarão a formar um elo entre estas partes na busca por uma maior integração entre o saber e o fazer.

Interface sugere conexão, ligação ou área de interação. Construir conexões entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica através do entendimento conceitual dessas duas áreas e seus desdobramentos é primordial para consolidar a proposta. A priori, o material utilizado como referência no estudo partiu somente de insumos teóricos nacionais e internacionais, formando o marco teórico. A proposta criada favoreceu uma ligação entre os aspectos conceituais de economia, empreendedorismo, inovação, criatividade e educação profissional, com caráter fortemente interdisciplinar. Tais variáveis foram associadas a um enfoque da economia denominado de Economia Criativa. Essa face dos negócios representa uma nova combinação de fatores, inclusive correlacionada a um propósito de vida humano. Possui forte potencial para novos empreendimentos que trazem a marca do talento pessoal de quem os desenvolve. O estudo encaminhou-se para inserir a iniciativa empreendedora sob a ótica da Economia Criativa, somando-se a essa perspectiva a inovação, a criatividade e o entendimento das relações de mercado. A Educação Profissional e Tecnológica aglutinou-se a este encadeamento de ideias como capacitadora para novas oportunidades profissionais.

A construção de conexões teórico-práticas entre as ideias da Economia Criativa e da Educação Profissional e Tecnológica partirá deste contexto translacional que aproxima o saber e o fazer. Nesse sentido, corrobora para a superação da fragmentação de conhecimento e da segmentação da organização curricular, preocupação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), especialmente dos cursos do Ensino Médio Integrado, a exemplo do PPC integrado de Química, (IFAM; 2020) do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), como pode ser visto a seguir:

Além do princípio de indissociabilidade entre teoria-prática busca-se nesse curso viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM, arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser gradualmente superada, bem como a segmentação da organização curricular, por meio da articulação dos componentes curriculares através de metodologias integradoras (IFAM, 2020, p. 31).

Ainda sobre organização curricular, os Cursos de Nível Médio Integrado abordam em seus currículos uma articulação com o contexto regional, visto que possuem a finalidade de integrarem-se “com o desenvolvimento socioeconômico ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no

meio urbano quanto rural” (IFAM, 2020, p. 31); matéria chave da Economia Criativa ao criar valor simbólico para os produtos e serviços.

A Economia Criativa apesar de ser um fenômeno com características contemporâneas foi associada neste estudo à inovação, ao empreendedorismo, à criatividade e a economia que já possuem um passado histórico de significados. Esses assuntos irão interagir, se inter-relacionar, compartilhando mutuamente ideias que formarão interfaces com a educação. Vale ressaltar que o entendimento dos fatos pretéritos auxilia na construção do futuro (GALBRAITH, 1987). Assim, o termo surgiu da expressão “indústria criativa”. O pioneirismo aconteceu por meio de efetivas políticas públicas que originaram o projeto australiano, “*Creative Nation*” (Nação criativa) de 1994 (STEFFEN, 2015; PAULA; MECCA; GASTAL, 2015). O objetivo foi aproveitar as novas tecnologias digitais associando-as inicialmente às políticas culturais e à criatividade da população. Dessa forma, os trabalhos criativos puderam contribuir com a economia do país. Essa ideia ganhou força no Reino Unido também a partir de 1997, saindo do terreno da abstração e ganhando espaço como oportunidade real para novos negócios. O foco concentrou-se nas tendências de mercado para auferir vantagens competitivas para o país.

A criatividade, “*homo creator*”, característica inerente do ser humano (HOWKINS, 2013, p. 30), combinada à cultura, representa nessa relação valores simbólicos (PAULA; MECCA; GASTAL, 2015). A lógica da economia representada no ciclo: produção, distribuição e consumo, dá o valor econômico necessário para materializar um produto ou serviço. A Economia Criativa seria então os bens e serviços tangíveis, ou seja, as coisas concretas produzidas a partir de elementos materiais que serão somados ao intangível: a criação, a ideia.

A expressão “Economia Criativa” foi concebida por John Howkins em 2001 na sua obra “*The Creative Economy – How people make money from ideas*”. Ou, “Economia Criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas.” Qual seria essa combinação? Ele sintetiza bem, dizendo que a matéria-prima desta economia é o talento humano “de ter ideias novas e originais e de transformar essas ideias em produtos comercializáveis” (HOWKINS, 2013, p. 236). É um conjunto de estímulos a deliciar-se com a aventura de criar e de mudar. Nessa aventura haverá certamente dificuldades, ao tempo em que, estimulará um tipo de criação bem aos moldes da “destruição criativa” de Schumpeter (1982). Este assunto será tratado no capítulo

sobre inovação. Schumpeter ao falar da “alegria de criar, de fazer as coisas, ou simplesmente de exercitar a energia e a engenhosidade” (1982, p. 65), já dava os passos embrionários em 1911, para a atual “*The creative economy*”.

Na atualidade, existem vários relatos de empreendimentos criativos que tratam dessa engenhosidade, como por exemplo, o “laranjas online” contado no livro “Negócios Criativos” organizado por Phydia de Athayde em 2017. Trata-se de um produto tão comum, a laranja, vendido em feiras, supermercados, minimercados, sítios, fazendas e que a empreendedora passou a comercializar utilizando a internet. Essa foi uma ideia real colocada em prática em 2012 e que deu muito certo. A empresária da história não podia concorrer com o grande cinturão cítrico da área centro-sul do país e tentou algo diferente para a época e deu muito certo: combinar um produto físico com a rede digital. A diferença do negócio em si não foi o produto, mas a forma como foi comercializado.

Essas novas combinações de produtos e serviços já existentes com o mundo digital estão cada vez mais frequentes. A “Nova Economia” que aí está, denominada de líquida ou fluida, com ciclos mais curtos e rápidos (ATHAYDE, 2017), combina exatamente o produto físico com a sua comercialização digital. É bem o que descreve Schwab (2016) quando estuda os elementos da Revolução 4.0 ou da 4ª Revolução Industrial, tratando essa modelagem da nova revolução tecnológica como sendo a fusão entre os mundos físico, digital e biológico.

Os tipos de empreendedores que caracterizam esse momento são: (i) os dos negócios criativos: pessoas movidas pela vontade de transformar aquilo que mais gostam de fazer em um negócio; (ii) os empreendedores das *startups*: retornos rápidos de capital, possuem crescimento exponencial; (iii) aqueles do empreendedorismo social que visam o atendimento de comunidades, gerando lucro para beneficiar mais pessoas e (iv) os intraempreendedores: são os inovadores que trabalham para as grandes corporações (ATHAYDE, 2017). O presente estudo focou nos negócios criativos.

No Brasil, essa ideia chegou em 2004 (ALMEIDA; TEIXEIRA, 2014) como possibilidade de inovação e criação a ser utilizada no crescimento econômico regional, impulsionando o mercado interno típico de cada região (REIS, 2011). Vale mencionar que o uso das tecnologias digitais associadas a essas ideias inovadoras simplificou a lógica da economia abreviando as “etapas intermediárias da cadeia de

produção tradicional, permitindo uma interação entre produtor e comprador/usuário” (REIS, 2011, p. 166).

Um Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica associa os ensinamentos da educação básica com a profissional, levando em conta todas as dimensões dos saberes humanos, habilidades e atitudes (RAMOS, 2008). Pode promover, sim, um cidadão capaz de autogerir-se, de autossustentar-se, de autoempregar-se, seguindo os preceitos de independência, autonomia e emancipação requeridos por uma educação plena. O caráter emancipatório do trabalho está bem marcado nos estudos de Ciavatta (2005), pois segundo a autora, o trabalho não pode reduzir-se somente à questão do emprego. Isto posto, percebe-se que a atividade laboral é tão importante que sem ela não existiria nem sociedade.

José Moran (2015) quando falou das metodologias ativas através de práticas pedagógicas (atividades, jogos, projetos, desafios, problemas, etc), do modelo online, semipresencial, híbrido, os quais estão mudando a educação; colocou o aluno como aquele que faz, ou seja, como um aluno empreendedor, pois essas inovações são capazes de envolvê-lo muito mais nos estudos, lhe proporcionando uma maior participação e autonomia. A postura empreendedora de quem faz e aprende a fazer pode estar presente tanto para os empreendedores de sucesso no mundo dos negócios quando deixam de pensar como empregados (SMITH, 2015), quanto para discentes e docentes no mundo proativo da educação hoje em dia (MORAN, 2015).

Nesse aspecto é válido destacar os trabalhos realizados pelo Instituto Federal do Amazonas nesse segmento empreendedorismo e educação: (i) a dissertação de Almeida (2019) do programa de educação Profissional e Tecnológica trouxe como novidade um conceito chamado EBL (*Entrepreneurship Based Learning*), que traduzido para o português significa, Aprendizagem Baseada em Empreendedorismo. Esta aprendizagem é ancorada em seis etapas: missão, estratégia, processo, mentoria, protótipo e resultado. Foi desenvolvida com os alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, *Campus Óbidos*. (ii) a dissertação de Barros (2018) do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico – PPGET tratou do empreendedorismo na formação de professores como estratégia educacional, utilizando em sala de aula um ensino

inovador e contextualizado que fomentasse também um ambiente empreendedor na instituição.

Percebem-se, então, as iniciativas tomadas para a produção de trabalhos voltados para o estímulo à postura empreendedora na escola. Foram trabalhos desenvolvidos como estratégia para práticas pedagógicas. Os Institutos Federais em sua lei própria, 11.892 (BRASIL, 2008), a qual estabelece na Seção II, art. 6º, inciso VIII, a seguinte determinação: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”. Assim, a proposta coaduna-se com as finalidades e características da Instituição, promovendo estratégias transversais e interdisciplinares em ambientes formais e não formais conforme linha de pesquisa.

Nesse propósito de construir conexões, o empreendedorismo na visão do autoemprego de Degen (2009) encontra guarida na definição de “trabalho” de Manacorda (2007) quando este ao interpretar Marx, revela que o trabalho só é pleno quando da posse dos meios de produção. Noutras palavras, o sentido do pleno fazer só será conquistado quando o indivíduo assenhorear-se dos meios de produção. Portanto, a liberdade será conquistada pela emancipação. Uma educação integral partilha do preparo pleno dos estudantes, e, por conseguinte, deve investigar a possibilidade de investir nos talentos e nas capacidades individuais voltadas para a geração da sua própria renda. Nesse cenário, como seria o trabalho do amanhã? Você será o seu próprio trabalho. Tal fato contribui para a criação de mais renda e emprego, parcerias, cooperação, além da independência financeira e da sensação do atingimento de um propósito ao fazer algo que é o sentimento que mobiliza a Economia Criativa (ATHAYDE, 2017).

Israel de Souza (2017), especialista em Economia Criativa e Educação Corporativa, autor do livro “(Re) pensando a economia criativa”, considera três abordagens possíveis sobre a temática. A primeira, representa uma performance da produção humana que já vem se manifestando ao longo do tempo e espaço. Logo, é algo herdado da história humana que hoje representa uma recombinação de fatores, gerando produtos criativos e inovadores. A segunda abordagem trata a Economia Criativa como uma sistematização inédita sem relações com algo que já existiu. A terceira é uma junção das duas primeiras abordagens, que a considera um fenômeno contemporâneo que ainda está em construção. Dessa forma, não há uma

compreensão total sobre o assunto nem uma demarcação real. Nessa abordagem, as contribuições históricas das atividades da humanidade são consideradas, bem como o entendimento que o processo de recombinação de fatores colabora com a criação de situações inéditas, ou seja, situações que apareceram pela primeira vez nos tempos atuais.

Leitão e Machado (2016) abordam a temática da interdisciplinaridade e da flexibilização de fronteiras no conceito de Economia Criativa, pois pode abarcar diferentes setores, influenciando inclusive setores tradicionais (SOUZA, 2017) como moda e têxtil. O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento – UNCTAD (2010, p. 8) trata da abrangência do fenômeno e seus setores, como por exemplo: (i) patrimônio cultural: artesanato, festivais, celebrações; (ii) artes visuais: pintura, escultura, fotografia; (iii) artes dramáticas: música, teatro, dança, ópera, marionetes, circo; (iv) imprensa, edição e mídia impressa de livros; (v) audiovisual: cinema, televisão, rádio; (vi) design: moda, de interior, gráfico, joias; (vii) novas mídias: conteúdo digital, software, jogos, animação e (viii) serviços criativos: arquitetura, propaganda, pesquisa e desenvolvimento (P&D), serviços culturais e recreativos. A Criatividade está presente tanto nas criações científicas como artísticas. A inclusão de P&D sugere exatamente isso. Segundo a UNCTAD (2010, p. 9) os governos devem estimular a economia criativa por meio de políticas científicas, tecnológicas e de inovação com implicações assertivas rumo ao desenvolvimento. Os Institutos Federais são exatamente os agentes fomentadores de ciência, tecnologia, cultura e trabalho, no âmbito das suas quatro dimensões, podendo interagir transversalmente com a Economia Criativa para o alcance de resultados favoráveis rumo a um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Em se tratando dos conceitos de economia (MILL, 2016), criatividade (HOWKINS, 2013) e educação (SAVIANI; DUARTE, 2010), todos são parceiros do gênio humano, pois são latentes à personalidade humana. Segundo Mill (2016), todo ser humano é uma criatura natural da economia, pois diante da escassez de recursos, avalia as possibilidades, o custo de oportunidade e escolhe.

Dessa forma, fazer escolhas diante de um quadro de recursos limitados e necessidades ilimitadas, é algo inerente aos indivíduos. Próprio dos indivíduos também é a criatividade. Nos estudos de Howkins (2013) existem três condições para todos os tipos de criatividade: (i) personalidade: a presença de um indivíduo,

pois pessoas não são coisas, (ii) originalidade: no sentido de rearranjar aquilo que já existe e (iii) significado: uma ideia precisa ter um nome que a identifique e um propósito. Ainda nesse aspecto, Saviani e Duarte (2010) mencionam a educação como uma atividade específica do ser humano, assim como o trabalho. A combinação dessas facetas humanas aliadas ao poder da aplicabilidade que a inovação e o empreendedorismo trazem, favorecem a autonomia, a emancipação e o empoderamento dos sujeitos (SAVIANI, 2008; LIMA, 2019; GAYATHRI, 2020).

Os títulos seguintes objetivam aproximar os conceitos de Economia Criativa e de Educação Profissional e Tecnológica – EPT de forma transversal; revelando que as variáveis empreendedorismo, inovação e criatividade fortalecem as interfaces, uma vez que estão entrelaçadas em seus caminhos e com elas imbricando-se. Todas possuem em comum características como: propósito, emancipação, autonomia, sobrevivência e sentido de existência. Nas doses apropriadas, consolidam o ser humano íntegro. Assim, o trabalho como princípio educativo cumpre a sua função e, além disso, amplia o seu escopo, oferecendo alternativas de geração de renda. Fortalece ainda, a elucidação dos seus sentidos ontológico e histórico “compreendido como realização humana inerente ao ser, sentido ontológico e como prática econômica, sentido histórico, associado ao modo de produção” (RAMOS, 2014, p. 87).

3 DIALOGANDO COM O EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é acionado através do papel ativo do seu sujeito: o empreendedor. Através da ação do seu verbo constitutivo “empreender”, significa pôr em execução, realizar algo. Está totalmente ligado à prática arguta. Infere-se, então, que empreendedorismo é o resultado da ação engenhosa do empreendedor. Este sujeito inteligentemente ligará os mecanismos da inovação para o início das transformações de ordem socioeconômica que ocorrerão na sociedade. Ele irá subverter sem nenhum repouso ou trégua a estrutura econômica, “criando, sem parar, uma nova, mais forte que a anterior” (DEGEN, 2009, p. 5) aos moldes do processo de destruição criativa já mencionado anteriormente.

Para isso, é importante compreender a origem dessa palavra na história. O termo empreendedorismo até pouco tempo não fazia parte dos verbetes dos dicionários de língua portuguesa. Atualmente é um dos assuntos mais comentados não só no mundo empresarial e nos escritórios, como também na vida em família, nas escolas e no nosso dia a dia. Desta forma, é oportuno identificar sua origem, repercussão e responsabilidade na geração de renda e valor para a sociedade.

O “entrepreneur”, uma palavra francesa, de origem no latim, dá nome aos termos: empreendedorismo, empreender e empreendedor na língua portuguesa e surgiu aproximadamente no século XIII (BOAVA; MACEDO, 2009). Derivada do antigo francês “entreprendre”, já possuía como possível significado, segundo Diego Boava e Fernanda Macedo (2009, p. 2) uma “pessoa que fornece a um terceiro, e notadamente a coletividade pública ou o Estado, um produto determinado, um serviço”, isto é, aquele que faz ou produz algo para ser destinado à comunidade através de um mediador. Já Ronald Degen (2009, p. 6) interpreta o termo como sendo o próprio “intermediário”, uma vez que, a palavra “entre” do latim “inter”, significa reciprocidade. Associada a “preneur”, do latim “prehendere”, “comprador”, formando o que ele chama de “intermediário”, isto é, um negociante ou um intercessor de uma ação.

Para Oliveira (2014), ao interpretar Joseph Schumpeter, o empreendedor não seria uma classe social, estaria entre o capitalista e o trabalhador assalariado, exercendo um tipo especial de função, corroborando para o desenvolvimento econômico. Em nosso atual contexto socioeconômico, o empreendedorismo

configura-se como uma saída para o desemprego, inclusive, fomentado em muitas universidades como estratégia de oportunidade de renda e autonomia (ALBARRAQ *et al.*, 2020).

Segundo Galbraith (1987, p. 67), foi Jean Baptiste Say, que na vida real teve atuação empresarial, decididamente celebrou o papel emblemático do “*entrepreneur*” na história, uma vez que o considerou como o “indivíduo que concebe ou assume um empreendimento, enxerga e explora oportunidades e constitui a força motriz das mudanças e aperfeiçoamentos econômicos”. Essas ideias parecem precursoras às de Schumpeter (1982) ao dar significado à palavra inovação. Este autor foi um economista austríaco que em 1911 em sua “A Teoria do Desenvolvimento Econômico” denominou inovação como sendo o resultado astucioso de novas combinações feitas a partir de elementos já existentes. Nesse momento é oportuno observar como os assuntos historicamente estão conectados. O próprio Schumpeter (1982, p. 54) reconhece em sua obra, que Jean Baptiste Say, por ser um empreendedor, já argumentava que “a função do empresário é combinar os fatores produtivos, reuni-los”.

Isto posto, não é difícil inferir que as novas combinações já nasceram inspiradas no *entrepreneur* de Say. Vale lembrar que na língua inglesa o termo *entrepreneur* foi absorvido integralmente, com variações para *entrepreneurship*, significando empreendedorismo também. Contudo, a maior crítica de Schumpeter (1982) a esse modelo de empresário ou empreendedor foi que a produção estava concebida dentro de um fluxo circular estacionário. Era uma visão ligada à Teoria Geral do Equilíbrio Econômico que predominou nas Escolas Clássicas, Neoclássicas e Keynesianas. O dono de um negócio seria então um “*entrepreneur faisant ni bénéfice ni perte*: um empresário que não lucra nem perde” (Schumpeter, 1982, p. 35), sem uma função definida e sem um rendimento especial. Os aperfeiçoamentos econômicos só serviriam para fazer a economia crescer sem romper com o tradicional, sem diversificação e sem desenvolvimento.

À vista disso, pode-se deduzir que apesar do empreendedorismo fazer parte da nossa língua de forma recente, já está aí há séculos e o empreendedor é uma pessoa social que vislumbra oportunidades e age para encontrar soluções inovadoras. No texto de Boava e Macedo (2009), os autores pontuam que na sociedade moderna, o *homo entrepreneurus*, ou “o homem empreendedor”, vem

tomando o lugar do *homo economicus* em decorrência do crescimento do interesse pelo empreendedorismo e pelo empreendedor.

Quanto à análise, o fenômeno “empreendedorismo” foi dividido em quatro partes para uma melhor compreensão do seu todo: característica, ação, oportunidade e processo ou conjunto. Essas partes foram denominadas dimensões analíticas. Tais dimensões possuem uma correspondência semântica com os títulos oriundos dos insumos teóricos disponíveis nas literaturas nacional e estrangeira. Nesse momento, observaram-se os sentidos que o empreendedorismo assume nessa análise e seus correspondentes teóricos.

O grupo formado pela maior equivalência de sentido foi nomeado de “característica”. O empreendedorismo é uma característica vinculada às manifestações humanas. Este termo pode significar entre outras coisas: “qualidade”, “traço ou perfil” e “particularidade” nesse estudo. Isto posto, tal palavra assume um status de “qualidade” em (TONET, 2017; SEVERO, 2018; VENKATESAN; PASUPATHI, 2020), haja vista, relacionar-se com a atividade criativa do ser humano em busca de um objetivo, usando dos seus conhecimentos de forma inovadora.

Apresenta uma significância de “traço ou perfil” que identifica algo que lhe marca como uma característica indelével tal qual: a “alma da empresa” (ZHUANG; LU, 2019). É interessante a característica “alma” como predicativo do sujeito aqui, em razão de ser um termo que complementa e caracteriza o sujeito “empreendedorismo”, atribuindo-lhe um traço ou perfil humano. Dá a substância necessária para qualquer tipo de organização, pois tais organizações são feitas e comandadas por pessoas superando os desafios inerentes ao seu ramo de atuação, independentemente de seu porte.

O “empoderamento feminino” destacado por Gayathri *et al.* (2020), é mais um traço característico do empreendedorismo. Pois as mulheres enfrentam desafios, superam obstáculos e geram renda e emprego, além de conquistarem autonomia e independência. Percebe-se a partir desses pontos levantados, a questão da importância do “financiamento” ou do crédito como um “traço ou perfil” marcante para a concretização do empreendimento (HONG, 2020). Por fim, o empreendedorismo vem destacado por uma série de “particularidades”, dando corpo a esses traços, perfis e qualidade. Abordará, nesse contexto, os seguintes aspectos: as características, o desenvolvimento de algo novo, a criatividade humana fazendo

parte da construção dessa novidade, além de partir dos problemas como solução estratégica para fazer a mudança acontecer. Tais situações são abordadas na página meuSucesso.com (2018).

O segundo grupo formado pela equivalência de palavras com maior frequência está sob a forma de “oportunidade”. Aqui, o empreendedorismo vincula-se a uma ocasião favorável para ocorrência de algo, que pode trazer benefício ou vantagem. Partindo desse pressuposto, Khezri *et al.* (2020) falam de empreendedorismo organizacional como uma chance de os indivíduos galgarem posições de sucesso dentro das organizações. Os escritos de Albarraq *et al.* (2020) destacam que o empreendedorismo tem sido objeto de estudo em programas nas universidades, o que por sua vez tem a oportunidade de contribuir para a redução gradual do desemprego. Isto significa que o empreendedorismo pode ser uma alternativa para os sujeitos que queiram materializar uma ideia ou escolher uma atividade até então sem fins lucrativos e transformá-la em fonte de renda.

No contexto nacional, o empreendedorismo é uma atividade-fim dos Institutos Federais (BRASIL, 2008), os quais integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Isso sugere que esses organismos educacionais podem promover junto aos seus alunos ações voltadas para despertar a mentalidade empreendedora. Vale lembrar que a ideia desse tipo de ação educativa é mostrar aos alunos que existem outras oportunidades de renda além do emprego assalariado, o que pode auxiliá-los na conquista de sua independência e autonomia.

Por fim, o empreendedorismo com sentido de “oportunidade” está citado de maneira expressa (CASTRO *et al.*, 2020; SANTOS; SOUZA, 2015; BUENO, 2019). Essas pesquisas o apontam como uma oportunidade para os indivíduos no mercado. Essa oportunidade virá associada a uma ideia ou a um sonho que enfrentará desafios, trará soluções inovadoras, buscará recursos dentro e fora do seu eixo de ação e, sobretudo, transformará essa oportunidade em realidade. Portanto, a ocasião favorável para implementar a ideia ajustar-se-á e todos os esforços serão mobilizados para o seu sucesso. O objetivo, então, é auferir desse empenho o provimento das necessidades humanas de forma significativa para quem o realiza.

O arranjo composto pelo grupo “processo ou conjunto” conduz ao entendimento de um encadeamento. Por conseguinte, é possível entender que processo é uma sucessão de etapas que agrupadas ou somadas formarão uma totalidade ou um conjunto. Sendo assim, o empreendedorismo pode ser definido como um processo criador de algo diferente a partir de uma ideia (HISRICH, 2014; BARON; SHANE, 2006). Para isso é necessário um conjunto de práticas (BAGGIO; BAGGIO, 2015), levando em conta as etapas de percepção, esquematização, vontade e operacionalização (NASCIMENTO-E-SILVA, 2017) traduzidas nas capacidades do ser humano. Ao final, esse processo ou conjunto de valores humanos, oriundo do pensamento criativo, conceberá um produto ou serviço tecnológico destinado às necessidades de um público-alvo (RATTEN, 2020).

O último grupo constituído pela equivalência da “ação” carrega toda a essência do verbo empreender que significa colocar em execução, realizar algo. À vista disso, a ação como uma dinâmica empreendedora influenciará a riqueza da economia (NGUYEN, 2020). Decerto, o fomento ao empreendedorismo pode ser visto como um ato que contribui de maneira consistente para as transformações sociais de uma população, diminuindo as desigualdades sociais com o processo de desenvolvimento econômico (DEGEN, 2009). Isto demonstra que as benesses do ato de empreender utilizam-se da racionalidade dos aspectos econômicos para a melhoria da condição de vida de quem empreende.

O empreendedorismo compreendido na forma de uma ação diante de uma oportunidade (FRAZÃO *et al.*, 2019), corrobora para a abertura e fortalecimento de novos negócios e novos empregos. Haverá aumento na arrecadação de impostos, novos produtos e serviços serão oferecidos ao consumidor e o empreendedor conseguirá obter resultados positivos e lucrará através do gerenciamento correto de sua firma. Estes fatores evidenciam a magnitude do empreendedorismo para o crescimento das sociedades e da geração de oportunidades através do estímulo ao comportamento empreendedor.

Nesse íterim, Boava e Macedo (2009) conectam o conceito de empreendedorismo ao poder da ação obreira ao valor e a finalidade. Eles estendem esse valor ao alcance social como atividade finalística. A atividade empreendedora ao gerar renda e emprego, ao dar autonomia e independência aos seus agentes de todos os portes, alcança sem sombra de dúvidas, a sociedade como um todo.

Consequentemente, os benefícios de ordem material, científica, estética, de ética individual e social, bem como divina apontados por Boava e Macedo (2009), se materializarão. Portanto, não há dicotomia entre economia e benefícios sociais gerados pelo trabalho empreendedor, isto é, eles andam lado a lado, como faces do mesmo fenômeno existencial.

Nessa análise é cabível verificar o que essas dimensões do empreendedorismo têm em comum, pois tal fato as ligará à concepção de ação aludida por Frazão *et al.* (2019) e Boava e Macedo (2019), numa cadeia sincrônica. E como a riqueza não brota do nada, pelo contrário, é necessário despender bastante esforço para a sua geração, o estudo de Nguyen (2020) encaixa-se nessa engrenagem do executar, realizar, colocar em prática algo e transformá-lo em benefícios e vantagens com o poder de uma ação coordenada. Por isso, a análise do “processo ou conjunto” é importante, porque trata de um fazer planejado que garantirá melhores resultados ou a geração de riquezas (BAGGIO; BAGGIO, 2015). Uma ação coordenada busca uma ocasião favorável para desabrochar. É o caso das dimensões ligadas ao termo de equivalência nominado “oportunidade”.

As oportunidades aparecem para ser implementadas por pessoas com determinadas características ou perfis: ousadia, objetivos elevados, saber lidar com o conhecimento, pessoas que dão vivacidade aos seus negócios, aquelas que possuem traço ou perfil para operacionalizar ações, buscando inclusive, financiamento (HONG, 2020). Vale dizer que é necessário coragem e determinação para enfrentar desafios e solucionar problemas durante a manutenção do seu empreendimento. É a ação humana impressa na aptidão em aproveitar oportunidades.

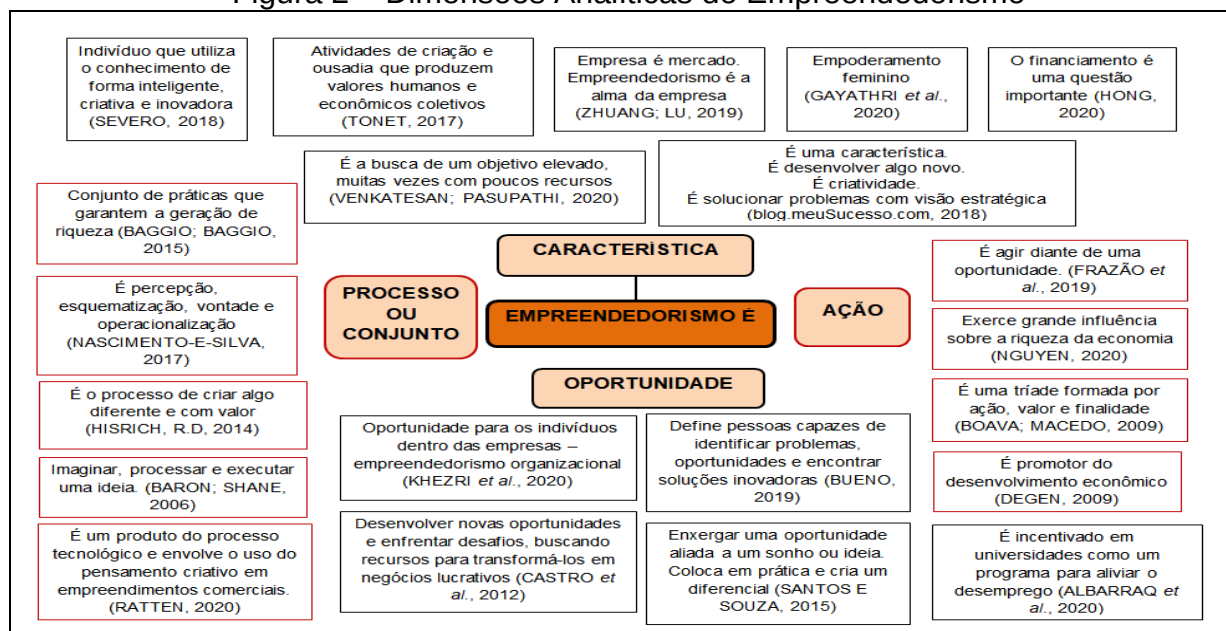
A diferença entre as dimensões analíticas está no significado conceitual de cada uma delas quando analisadas isoladamente e nas diferentes capacidades humanas que estabelecem um traço ou perfil característico. O ponto em comum, como foi visto, está na ação permeadora que as vincula.

Logo, entende-se que empreendedorismo seja considerado um conjunto sistematizado de atitudes e práticas dos indivíduos, o qual culmina na abertura de um novo empreendimento, atendendo às necessidades de um público-alvo, além de contribuir para a geração de riquezas e a consequente transformação social. Os benefícios gerados com o incentivo ao surgimento de novos empreendimentos

geram empregos, influenciam positivamente a arrecadação de tributos, impactam a vida dos clientes de maneira assertiva e contribuem para o desenvolvimento econômico e social da sociedade. Vale lembrar que ao desenvolver negócios próprios e gerar riqueza, o empreendedor tornar-se-á uma espécie de autoempregado (DEGEN, 2009, p. 402).

Dessa forma, fará um contraponto à necessidade premente de possuir um emprego como única alternativa de renda para sustentar a si próprio e a sua família, bem como a busca por infinitas qualificações no mercado de trabalho para ocupar uma carreira de executivo ou qualquer outro emprego, por exemplo. Certamente, seria um grande estímulo para muitos jovens, assim como para adultos trabalhadores.

Figura 2 – Dimensões Analíticas do Empreendedorismo



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A Figura 2 mostra um resumo esquemático das dimensões analisadas com base nos insumos teóricos coletados das literaturas nacional e estrangeira sobre empreendedorismo. Todos os autores que relacionam empreendedorismo a “característica”, estão buscando dar-lhe alguma qualidade, traçar algum perfil ou estruturar particularidades. Ao fazerem isso, aproxima a “característica” do seu agente, o empreendedor. Em outras palavras, um empreendimento é tão bom quanto o empreendedor que o dirige. Existirá também, a característica técnica do financiamento vista em Hong (2020). Os autores que o tratam como “oportunidade”, o comparam com uma chance para obter algum benefício ou vantagem de auferir

renda ao criar algum bem ou serviço. Pode ser um bem ou serviço especial, capaz de criar algum diferencial para o mercado. Em vista do atual mundo do trabalho, o empreendedorismo desponta como uma opção para o preenchimento do vazio deixado com a diminuição das ofertas de emprego, e cria sem dúvida, novas oportunidades de inserção no atual contexto socioeconômico.

Já aqueles que o entendem como “processo ou conjunto”, primeiro o organizam em etapas planejadas e coordenadas para posteriormente, habilitar-se a ideias inovadoras. A categoria “ação” é o que mobiliza o ato de empreender e permeia todas as atitudes do empreendedor. Desta forma, as ideias se concretizam, desde o momento da concepção até a sua materialização. O agir acompanha o gerenciamento e a manutenção do empreendimento com o enfrentamento dos desafios naturais ao mundo dos negócios.

Após a análise da figura supramencionada é importante discorrer a respeito de quem é esse sujeito denominado empresário ou empreendedor, qual seu meio de atuação e sua forma de renda.

Nos apontamentos de Caeiro (2020), o empresário é a pessoa física que exerce profissionalmente a atividade econômica da empresa com o objetivo de geração de renda ao fazer circular o produto da sua atividade: os bens ou serviços para a sociedade. Tal atividade só é possível realizar-se através de uma firma que pode ser individual ou social.

Com a atividade desta firma, o empreendedor gera a sua própria renda na forma de lucro que se constitui no resíduo após o pagamento dos custos da produção, tais como: salários, renda dos trabalhadores; aluguéis, renda da propriedade privada para o locador e custo para os locatários; materiais; matérias-primas; juros, renda das aplicações financeiras para o investidor e pagamento de empréstimos pelo custo do dinheiro para o tomador do empréstimo; segundo Hunt (1989). O lucro será, então, o pagamento pelo trabalho do empreendedor, após a subtração dos custos.

3.1 Requisitos para ser um empreendedor legalmente e os tipos jurídicos

Não basta apenas colocar o negócio para funcionar, é necessário efetuar os procedimentos jurídicos para a sua existência como Pessoa Jurídica. O processo de formalização depende da atividade a ser executada para posterior enquadramento

legal. Entrementes, o cidadão também precisa estar apto a assumir a atividade do ponto de vista jurídico. Para isso existem algumas condições, são elas: (i) Ter capacidade civil e absoluta: isso significa ser maior de 18 anos com capacidade mental plena ou por emancipação. Neste caso, pode ser obtida através da autorização dos pais ou judicialmente (determinada por um juiz) ou legal de acordo com os casos previstos no art.5º, CC, Lei nº 10.406 (BRASIL, 2002), como por exemplo: casamento, emprego público efetivo, colação de grau em curso de ensino superior e economia própria. Haverá os casos em que o incapaz poderá ser empresário desde que devidamente representado judicialmente. (ii) Não estar impedido por lei, nos seguintes casos: não pode ser funcionário público civil ou militar, estrangeiros sem residência no país e falidos sem reabilitação.

O empresário é gênero de uma categoria que se subdivide em duas espécies: o empresário individual (Pessoa Física) e o empresário social (Pessoa Jurídica) (CAEIRO, 2020). Com o decorrer do tempo foram criadas no ordenamento jurídico nacional, categorias especiais de empresários para favorecer o ambiente de negócios, quais sejam: EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) e Sociedade Limitada Unipessoal. Segue abaixo no Quadro 2 o demonstrativo de todos esses tipos empresariais com as suas principais características.

Quadro 2 – Características principais dos tipos empresariais

TIPOS EMPRESARIAIS	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	EMPRESÁRIO SOCIAL OU SOCIEDADE EMPRESÁRIA	EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada	SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL
CARACTERÍSTICAS				
Ordenamento jurídico	Art.966, CC, Lei nº 10.406(BRASIL, 2002)	Art.981, CC, Lei nº 10.406 (BRASIL,2002)	Art.980-A, CC, Lei nº 12.441 (BRASIL, 2011)	Art.1.052, CC, Lei nº 13.874 (BRASIL, 2019)
Tipo de Pessoa	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica	Pessoa Jurídica
Quantidade de participantes	1	2 ou mais	1	1 ou mais
Tipo de firma	Individual	Social	Individual	Individual
Patrimônio	Há um só patrimônio, cujo titular é a pessoa física	A empresa possui patrimônio distinto do seu titular porque tem personalidade jurídica	A empresa possui patrimônio distinto do seu titular porque tem personalidade jurídica	A empresa possui patrimônio distinto do seu titular porque tem personalidade jurídica

Tipo de Responsabilidade	ilimitada - respondem os bens particulares do empresário pelas dívidas da empresa, pois não possui personalidade jurídica.	Limitada – o empresário só responde de modo patrimonial e subsidiariamente pelas dívidas insolvidas	Limitada – o empresário só responde de modo patrimonial e subsidiariamente pelas dívidas insolvidas	Limitada – o empresário só responde de modo patrimonial e subsidiariamente e pelas dívidas insolvidas
---------------------------------	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base em CAEIRO (2020).

O Quadro 2 trata dos principais tipos de empresários e suas características no ordenamento jurídico nacional. Dessa forma é possível inferir que empresário ou empreendedor é um termo que se constitui num agrupamento maior, nominado de gênero, subdividido em espécies ou categorias diferentes. A Sociedade Limitada Unipessoal e EIRELI formam categorias especiais em que uma única pessoa física pode contribuir para a formação da pessoa jurídica com o objetivo de obter maior proteção legal e, ao mesmo tempo, flexibilizando o ordenamento jurídico. Isso certamente favorece o mundo dos negócios.

A Lei nº 13.874, de 2019, conhecida como a Lei da Liberdade Econômica, que dentre outras coisas, foi criada para facilitar o empreendedorismo nas atividades econômicas de baixo risco no país, desburocratizar e reduzir os atos públicos para a liberação do labor econômico. Foi a Lei que criou, por exemplo, a Sociedade Limitada Unipessoal que é um aprimoramento da EIRELI ao possibilitar a constituição de firma com apenas um titular sem a exigência de capital social mínimo (DRUMOND, 2021).

Figura 3: Demonstração simplificada das obrigações formais do empresário



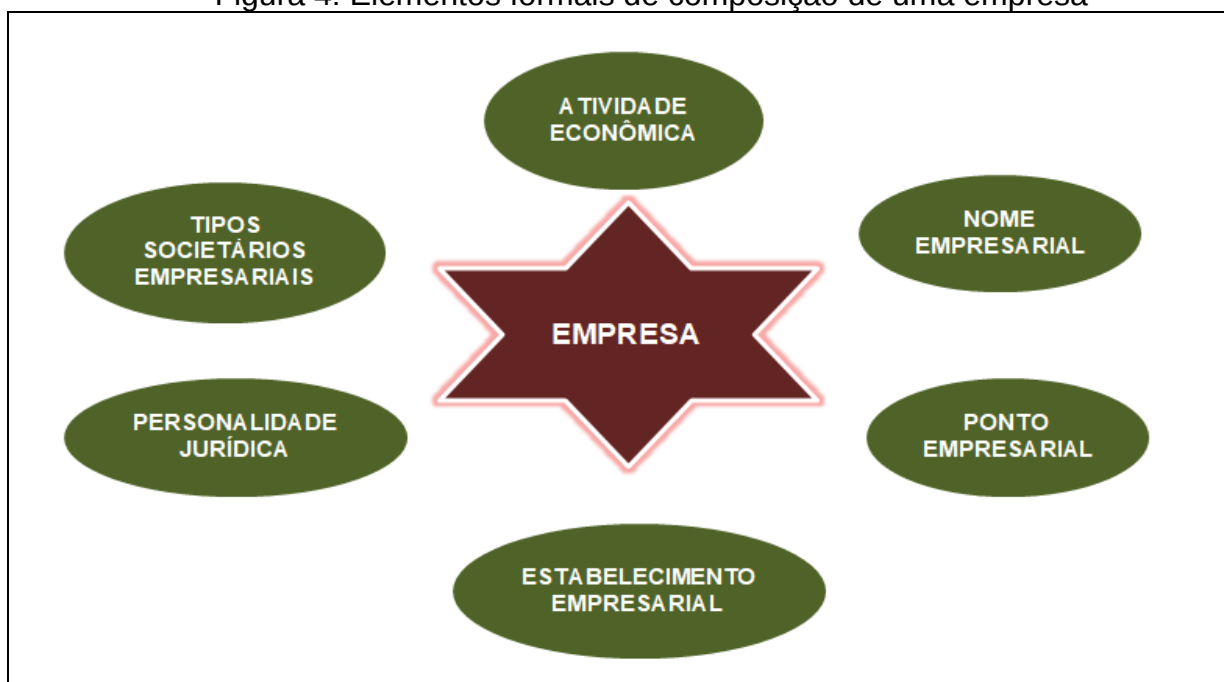
Fonte: Caeiro (2020).

A Figura 3 destaca as três obrigações principais dos empresários previstas no Art.967 do Código Civil Brasileiro: (i) o registro que é a inscrição na Junta Comercial

de sua respectiva sede (Estado); (ii) a escrituração refere-se à manutenção do preenchimento dos livros obrigatórios, como por exemplo, o Livro Diário. Essa obrigação é de responsabilidade do profissional de contabilidade e (iii) o Balanço, que na verdade, são dois: o Patrimonial e o de Resultado Econômico. Vale ressaltar que a escrituração e os balanços são dispensados para o pequeno empresário.

A empresa é a atividade econômica exercida pelo empresário com profissionalismo, habitualidade e organização (CAEIRO, 2020). Alfred Mill (2017) trata a empresa como uma unidade de produção geradora de riquezas que fará circular bens e serviços no mercado, produzindo as mais diversas rendas e empregos. Pode-se constatar, pelo que já foi visto anteriormente, que o empresário é o praticante da atividade empresa. Observando a Figura 4 é possível também vislumbrar que o objeto empresa acima é um conjunto de atributos que dará personalidade fictícia e materialização física à atividade.

Figura 4: Elementos formais de composição de uma empresa



Fonte: Elaborada pela autora, com base em CAEIRO (2020).

Nos dias de hoje, a materialização física de uma empresa vem se tornando cada vez mais híbrida com a introdução das plataformas digitais. Por exemplo, uma pessoa pode ter a sua empresa a partir de um celular com criatividade e inovação, como é o caso dos “brechós virtuais” com estilo regional no design e no nome do negócio. Um exemplo bem manauara de economia criativa, incorporando valor

simbólico ao produto, é o brechó “Bom Que Só” que pode ser localizado nas redes sociais. De repente outro brechó, do tipo quem sabe, “Até o Tucupí”, não deixaria a desejar nesse aspecto.

A matéria de Schmitz (2020) argumenta que o momento de crise sanitária acendeu um alerta e abriu muitas portas, pois o ser humano é um sobrevivente por natureza, buscando alternativas para a sua subsistência. O autoemprego, presente nos apontamentos de Degen (2009), trata das iniciativas empreendedoras dos trabalhadores para gerar a própria renda na forma de lucro. No atual momento que passamos foi uma das soluções encontradas para aqueles que perderam seus empregos assalariados na pandemia.

Os pequenos negócios crescem, mesmo com todos os impedimentos e barreiras legais interpostas em seu desfavor por muitos Estados e Municípios da União. Na reportagem de Vilela (2020, p. 1): “Crise levou milhões a abrirem os próprios negócios”, cerca de 1,15 milhões de novas formalizações entre fevereiro e setembro de 2020 foram registradas no Portal do Empreendedor do Governo Federal. Segundo dados do Ministério da Economia, as empresas optantes pelo Simples Nacional são geradoras de mais da metade dos empregos formais (VILELA, 2020). Em seus estudos, Schumpeter (1982), argumenta que são os empreendedores que movimentam e fazem funcionar a economia de um país. Criou a palavra em alemão *unternehmergeist*, espírito empreendedor. Esse “espírito” ou talento ou sagacidade empreendedora coaduna-se com o histórico evolutivo do crescimento dos empreendedores nacionais nos últimos anos, intensificado neste momento atual de pandemia. Essa sagacidade empreendedora articula-se também com o espírito de sobrevivência para superar a crise econômica advinda da crise sanitária.

Existem vários tipos jurídicos de empresas no ordenamento jurídico nacional. Em todas essas situações há a necessidade de formalização para quem não pretende atuar como autônomo informal (DRUMOND, 2021). Dessa forma, os profissionais alcançam a proteção legal e usufruem de benefícios importantes como a previdência social. Assim sendo, tanto o Estado se beneficia com o aumento na sua margem de arrecadação, como também o profissional, que deixa de viver na periferia da legalidade. A Lei de Liberdade Econômica nº 13.874 (BRASIL, 2019) e

as facilidades de cadastro no Portal do Empreendedor para o MEI, Microempreendedor Individual, são exemplos dessas iniciativas.

Na constituição desses tipos jurídicos vale mencionar a existência das Sociedades Empresárias que tem como finalidade a produção e a circulação de bens e serviços e as Sociedades Civis que possuem finalidade de prestação de serviço não própria de empresário. As Sociedades Empresárias terão seus Registros Públicos na Junta Comercial dos Estados. No tocante às Sociedades Civis, serão registradas em cartórios de caráter privado exercendo serviços públicos.

Quanto ao porte ou tamanho das empresas, que é diferente de tipos societários ou jurídicos, será determinado pelo faturamento bruto anual ou dados relativos à produtividade como, por exemplo, o número de funcionários contratados, que determinará o seu enquadramento para fins de formalização dos regimes tributários. Nesse caso as empresas podem ser do tipo: **(i)** MEI – Microempreendedor Individual: com faturamento anual de até 81 mil reais. Pode contratar somente 1 empregado. É optante do Simples Nacional como regime tributário; **(ii)** ME – Microempresa: possui faturamento anual de até 360 mil reais. Pode contratar até 9 empregados no comércio e serviços e até 19 empregados na indústria. É optante do Simples Nacional; **(iii)** EPP – Empresa de Pequeno Porte: o faturamento anual pode variar de 360 mil até 4,8 milhões de reais. Contrata de 10 a 49 empregados no comércio e serviços e de 20 a 99 na indústria. É optante do Simples Nacional; **(iv)** Empresa de Médio Porte: tem faturamento anual maior que 4,8 milhões e menor ou igual a 300 milhões de reais. Contrata de 50 a 99 empregados no comércio e serviços e de 100 a 499 empregados na indústria. Até 78 milhões, o regime tributário é o lucro presumido, após, utiliza-se o lucro real; e; **(v)** Empresa de Grande Porte: possui faturamento bruto anual superior a 300 milhões de reais com regime de tributação através do lucro real. Pode contratar 100 ou mais empregados no comércio e serviços e 500 ou mais na indústria (SEBRAE, 2019; SEBRAE, 2019; GULARTE, 2021; TORRES; 2021).

No apêndice A, a este material, foi elencado os principais tipos societários ou jurídicos nacionais e suas características. Em regra geral, os eleitos pelo público são os do tipo: empresa individual; EIRELI; limitada unipessoal (por se mostrar mais vantajosa atualmente); empresa limitada e a sociedade anônima. Tais opções devem ser adequadas ao objeto, necessidade e tamanho dos negócios nacionais. É

importante destacar que muitas empresas nascem pequenas e depois crescem, mudando assim, o seu porte diante das diferentes classificações. À vista disto, o tipo societário e o regime tributário a ser escolhido dependerá da complexidade do negócio, por isso, o caso concreto é de extrema importância. Diante dos fatos, uma prática contábil vem firmando-se no meio empresarial: a elisão fiscal. Trata-se de uma gestão inteligente (TOM, 2017) que adequa a empresa às novidades das legislações correntes com o objetivo de economizar tributos. Não é evasão e sim elisão fiscal e está dentro da legalidade.

Quadro 3 – Relação entre Portes, Regimes Tributários e Tipos Jurídicos empresários

TIPOS DE PORTE E REGIMES TRIBUTÁRIOS	MEI (SIMPLES)	ME (SIMPLES)	EPP (SIMPLES)	MÉDIO PORTE (LUCRO PRESUMIDO)	GRANDE PORTE (LUCRO REAL)
TIPOS JURÍDICOS					
EMPRESA INDIVIDUAL	X	X	X		
EIRELI		X	X		
SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL		X	X		
SOCIEDADE LIMITADA – LTDA		X	X	X	X
SOCIEDADE SIMPLES		X	X	X	
SOCIEDADE EM NOME COLETIVO		X	X	X	
SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES		X	X	X	
SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES			X	X	X
SOCIEDADE ANÔNIMA S.A.					X

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Quadro 3 oferece uma relação geral entre as combinações de porte, regimes tributários e tipos jurídicos que as empresas podem fazer. Em regra, são as opções que existem no mundo dos negócios. O conhecimento prévio dessas estruturas é imprescindível para que o empreendimento possa crescer de forma correta.

3.2 O passo a passo para a constituição física de um empreendimento

No processo de formalização de um empreendimento existem algumas verificações prévias, tomadas de decisão e documentação pertinente a fazer após aquele primeiro momento repleto de ideias e ideais (CAEIRO, 2020). Tudo parte, a princípio, de uma ideia que para tomar corpo, é necessário materializar-se no mundo jurídico e prático. Portanto, é importante estar atento ao conjunto de informações abaixo, intitulado “passo a passo”, que objetiva a compreensão da proposta. Vale dizer que essas informações têm um caráter enxuto, que pode haver outros passos a depender do caso concreto, quais sejam:

1. Definir o modelo de negócios e o nome da empresa.
2. Contratar um contador de confiança.
3. Pesquisar na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica se já existe outra empresa com esse nome.
4. Verificar se o imóvel que pretende funcionar o negócio está regularizado para expedição da certidão de registro – “habite-se”.
5. Ficar atento sobre a “Lei de Zoneamento”, pois existem áreas exclusivas para residência.
6. Escolher as atividades para exercer (CNAEs – Classificação Nacional de Atividade Econômica).
7. Estabelecer o tamanho da empresa para abrir: MEI, ME, EPP, Médio Porte ou Grande Porte.
8. Definir o tipo jurídico da empresa: Empresa Individual, EIRELI, UNIPESSOAL, LTDA ou ANÔNIMA.
9. Identificar o melhor Regime Tributário: Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real.
10. Elaborar o Contrato Social com a participação dos sócios.
11. Separar os documentos necessários para efetuar o registro na Junta Comercial.
12. Obter o CNPJ – Receita Federal.
13. Adquirir a licença de funcionamento e localização – ALVARÁ → SEMEF (Prefeitura) – Inscrição Municipal – para recolhimento ISS, empresa de serviço.
14. Fazer o cadastro fiscal do Estado quando for comercializar produto → SEFAZ – Inscrição Estadual – ICMS.

15. Além de consultar a Secretaria do Meio Ambiente, o Corpo de Bombeiros, a Vigilância Sanitária Municipal e a Estadual, a depender do ramo do negócio.

Os negócios provenientes de uma Economia Criativa estão conectados também a um aspecto da economia conhecido como “Nova Economia”. É assim chamada porque faz realmente oposição à velha maneira de se conceber negócios. Está bem conectada a essa sociedade em rede com seus métodos ágeis, trabalho colaborativo e liderança circular (ATHAYDE, 2017). Ainda em diálogo com a autora, os empreendimentos criativos nascem a priori de um propósito de vida do profissional, de uma vontade de viver do seu talento e capacidade individual e, por conseguinte, transformar aquilo que mais gosta de fazer em um negócio. É o que se chama de realização profissional. Entretanto, toda a capacidade criativa do empreendedor precisa ser executável do ponto de vista prático e jurídico. Daí a necessidade da construção desse alicerce para a concretização das ideias e dos ideais.

Os Microempreendedores Individuais (MEIs), com suas características singulares, a título de exemplo, articulam-se bem com as “sacadas” criativas; com as inúmeras saídas encontradas pelos trabalhadores em busca de renda e com aqueles que buscam uma maior proteção legal. Os MEIs são um tipo de empresa individual identificada com os profissionais que desejam trabalhar ou já trabalham por conta própria em pequenos empreendimentos. Depois desse processo de legalização, com o negócio já cristalizado, podem posteriormente crescer, tornarem-se bem sucedidos e mudarem de estatura.

Por isso, vale a pena dispensar uma atenção especial ao Microempreendedor Individual. O MEI conta com um processo extremamente simples de abertura do empreendimento e é todo realizado de forma online. Para ser enquadrado nesse porte precisa ter as seguintes características: (i) faturamento anual de até 81 mil reais; (ii) essa modalidade empresarial é limitada a algumas atividades nos serviços, comércio e indústria. A mais procurada são os serviços de manicure, cabeleireiro, cozinheiro, diarista, eletricista, mecânico, taxista, etc.; (iii) não pode ser sócio ou titular de outra empresa; (iv) a empresa só pode ter 1 (um) funcionário.

O cadastramento é feito no site do Governo Federal no Portal do Empreendedor. Após esse cadastramento, será gerado o registro junto à Receita Federal. O MEI receberá o CNPJ sem a necessidade de qualquer encaminhamento

de documentação para a Junta Comercial. O MEI pagará um valor fixo mensal que varia de acordo com o setor da atividade econômica (CNAE). Esses valores serão recolhidos a título de Previdência Social. Vale destacar que são isentos de pagamento de impostos federais. Caso o faturamento do microempreendedor individual ultrapasse o limite de 81 mil reais, será considerado automaticamente uma microempresa e estará sujeito às leis de regramento da categoria. A título de informação, os motoristas de aplicativo já podem inscrever-se junto à Previdência Social na categoria Microempreendedor Individual – MEI, ficando amparados legalmente com a proteção previdenciária, Decreto nº 9.792, de 14 de maio de 2019 (BRASIL, 2019).

Foi possível observar no passo a passo para a constituição de uma empresa, um número grande de exigências para o processo de formalização. No entanto, iniciativas claras de redução da burocracia para a Pessoa Jurídica, garantindo um ambiente mais livre para o exercício da atividade econômica no país e estimulando a economia e os negócios, já foram implementadas. A Lei de Liberdade Econômica 13.874 (BRASIL, 2019) é um exemplo. O SEBRAE elencou algumas mudanças nesse sentido, as quais podem ser vistas nas figuras do Apêndice B deste trabalho.

O objetivo das mudanças é catapultar as ações empreendedoras do país, dando mais liberdade, autonomia e menos burocracia para os profissionais do seu próprio negócio. Também é uma possibilidade de tornar a competição salutar mais justa, gerar mais renda, emprego e do empreendedorismo ser uma opção de carreira para o trabalhador (DEGEN, 2009). Na sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, Schumpeter (1982), quando tratou do que seria um “empreendimento”, o associou “à realização de combinações novas; então, chamamos empresários aos indivíduos cuja função é realizá-las” (p. 54). Ou seja, inovação é a combinação dos fatores produtivos, competência e habilidade para reuni-los, somada à capacidade de ação dos profissionais do mundo dos negócios; foi a receita de desenvolvimento econômico apresentada nos estudos de Schumpeter em 1911.

No capítulo 4 deste estudo foram adicionadas a esta trama teórico-científica, a inovação e a criatividade como elementos aglutinadores das interfaces, formando uma liga de conhecimento que dará amplitude para a compreensão dos conceitos. Contudo, é importante apresentar mais um sujeito importante na geração de renda e emprego para o país, mas que não aparece nas estatísticas oficiais.

3.3 Obstáculos e desafios do nanoempreendedor na “econopandemia”

O porte de uma empresa já foi definido anteriormente, bem como seu tipo jurídico. No caso dos nanoempreendedores, como serão classificados e quem são? O prefixo “nano” na matemática equivale a um milésimo de milionésimo (o número 1 dividido por 9) de uma unidade de medida. É também utilizado em outras situações para denotar algo pequeno, talvez algo enfaticamente “muito pequeno”. Basta ver a “nanotecnologia”, quando do uso dos quase invisíveis novos materiais superpoderosos que surgiram, a exemplo do grafeno, vide Schwab (2016, p. 26): “[...] é cerca de 200 vezes mais forte que o aço; milhões de vezes mais fino que um cabelo humano e um eficiente condutor de calor e eletricidade”.

No presente estudo, a referência ao nanoempreendedor é para demarcar as diferenças existentes nos limites do microempreendedor. Dessa forma, ao contrário deste, não encontra enquadramento jurídico; conseqüentemente está disperso na informalidade ao surgir no mercado de trabalho. Contudo, tal como a nanotecnologia, as minúsculas empresas ou pequenos negócios são de grande importância em todos os países do mundo (NASCIMENTO-E-SILVA, 2021).

Assim, eles existem e se multiplicaram nesse período de crise sanitária mundial do Covid-19 (SCHMITZ, 2020). “Impulsionados pela crise gerada pela pandemia do novo coronavírus, os brasileiros estão buscando na atividade empreendedora uma alternativa de renda” (VILELA, 2020, p. 1). É a emergência social impondo-se e as novas experiências que advém dela, sendo ajustadas pela força do momento. Essa emergência social que encontra amparo na realidade atual pode ser constatada no número de empreendedores que cresceu, batendo recorde conforme dados apresentados em série temporal de 2010 a 2021 – base mês de janeiro, matéria de Dias (2021), revista exame.

Figura 5 - Novas empresas no Brasil – Série histórica



Fonte: Revista Exame (2021) com base nos dados da Serasa Experian (2021).

Tabela 1 - Evolução dos microempreendedores individuais numa série histórica

ANO	MEI (valores absolutos)	BASE 2010 = 100	INCREMENTO ÍNDICE	(%) COMPARATIVO POR ANO
2010	18.350	100	0	0
2011	64.957	354	254	254,0
2012	96.494	526	171,9	48,6
2013	100.215	546	20,3	3,9
2014	119.019	649	102,5	18,8
2015	119.555	652	2,9	0,5
2016	137.301	748	96,7	14,8
2017	159.522	869	121,1	16,2
2018	180.146	982	112,4	12,9
2019	226.300	1.233	251,5	25,6
2020	258.180	1.407	173,7	14,1
2021	312.462	1.703	295,8	21,0

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da Figura 5 (2021).

Tabela 2 - Evolução da abertura de novas empresas numa série histórica

ANO	MEI (valores absolutos)	BASE 2010 = 100	INCREMENTO ÍNDICE	(%) COMPARATIVO POR ANO
2010	72.724	100	0	0
2011	118.582	163	63,1	63,1
2012	147.201	202	39,4	24,1
2013	147.337	203	0,2	0,1
2014	160.348	220	17,9	8,8
2015	150.958	208	-12,9	-5,9
2016	166.613	229	21,5	10,4
2017	194.199	267	37,9	16,6
2018	210.135	289	21,9	8,2
2019	263.416	362	73,3	25,4
2020	320.512	441	78,5	21,7
2021	370.581	510	68,8	15,6

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da Figura 5 (2021).

A Figura 5 e as Tabelas 1 e 2 demonstram o crescimento do número de Microempreendedores Individuais – Meis e de novos negócios numa linha de tempo determinada. O índice apresentado na base 2010=100 evidencia a evolução do crescimento ao longo do tempo, demonstrando a alteração de valor momento e outro (EUROSTAT, 2021), tanto no número de empreendedores individuais quanto no número de novas empresas. A coluna do incremento revela o acréscimo dessa evolução ano a ano como um dado a ser observado no decorrer da série. O percentual comparativo a cada ano foi extraído dos índices constantes da terceira e quarta colunas acima representadas.

É possível observar que o número de MEIs em números absolutos já é o maior registrado desde janeiro de 2010 e cresceu 21% em 2021 comparativamente ao mesmo mês de 2020. Na soma de todos os portes de empresas, incluindo os MEIs, foram abertos 370.581 novos empreendimentos somente neste ano de 2021

(janeiro como mês base), representando um aumento de 15,6% em relação ao mesmo mês de 2020. Segundo Dias (2021), o setor que mais cresceu foi o de serviços com 246.859 novos negócios para janeiro de 2021.

Tabela 3 – Participação relativa (%) dos Microempreendedores Individuais no universo de novas empresas tomando janeiro como mês base

ANO	TOTAL DE MEIs	TOTAL DE NOVAS EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA MEIs(%)
2010	18.350	72.724	25,23
2011	64.957	118.582	54,78
2012	96.494	147.201	65,55
2013	100.215	147.337	68,02
2014	119.019	160.348	74,23
2015	119.555	150.958	79,20
2016	137.301	166.613	82,41
2017	159.522	194.199	82,14
2018	180.146	210.135	85,73
2019	226.300	263.416	85,91
2020	258.180	320.512	80,55
2021	312.462	370.581	84,32

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados contidos na Figura 5 (2021).

Os dados da Tabela 3 mostram a grande representatividade dos MEIs no total dos novos negócios, com o percentual de 84,32% na base de janeiro de 2021, por exemplo. Em janeiro de 2019, antes da pandemia, os números já eram crescentes e os MEIs já ocupavam 85,91% do total da população de novas empresas. Apesar da pandemia já instalada e sem previsão de término, o ano de 2020 teve uma pequena diminuição comparativamente ao ano de 2019.

Esses são dados de registros formais que evidenciam a procura pela possibilidade de trabalhar para si mesmo, ainda que seja por necessidade em razão da crise sanitária mundial. No estudo de Alvarenga e Silveira (2020), observou-se o seguinte fato: se o Brasil perdeu empregos formais, ganhou mais trabalho na forma de empreendimentos. Nesta pandemia, empreender tornou-se alternativa de geração de renda para muitos. Do início da pandemia de março de 2020 até setembro do mesmo ano, por exemplo, já havia no país, formalmente, 987 mil novos microempreendedores individuais e no acumulado do ano, 1,3 milhões, segundo reportagem. Paralelamente, o Brasil passou a somar no período mais 1,092 milhão de desempregados. Até setembro de 2020 já havia um total de 10,8 milhões de Microempreendedores Individuais – MEIs registrados no Portal do Empreendedor (ALVARENGA; SILVEIRA, 2020).

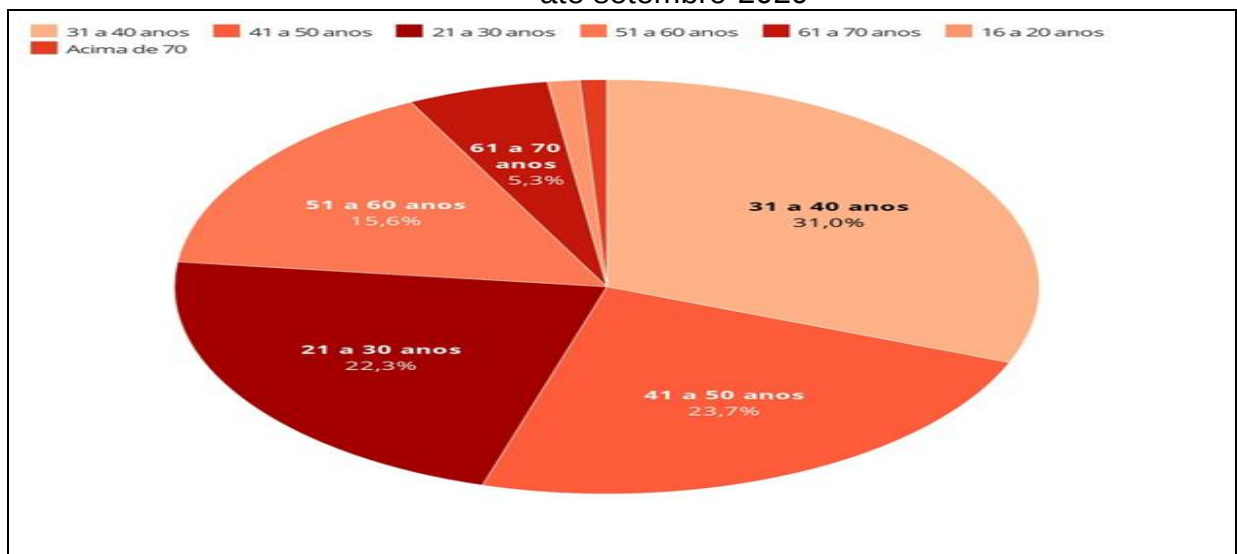
Figura 6 - Relação entre perda de empregos formais e aumento na quantidade de empreendedores



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Em entrevista para a matéria do G1 de Alvarenga e Silveira (2020, p. 1), o presidente do SEBRAE respondeu “que ainda bem que existe essa opção”. Deduz-se que os desempregados foram buscar alternativas de renda para sobrevivência, movimentando a economia com criatividade e espírito empreendedor. Provavelmente, esses empreendedores que deixaram de ser subordinados, não abrirão mão de seus negócios para voltar à condição de empregado. Isso sugere que é necessária uma preparação prévia de qualidade de tais profissionais para o êxito de suas intenções, não bastando ser suficiente apenas a vontade de empreender, pois é necessário também reunir saberes específicos sobre a temática, ter habilidade e atitude de quem quer seguir adiante com esse propósito (NASCIMENTO-E-SILVA, 2021).

Figura 7 - MEIs por faixa etária – em percentual do total de mais de 10 milhões até setembro-2020



Fonte: G1 Economia (2020) com base no Portal do Empreendedor (2020).

A Figura 7 é amparada em estatística do portal do empreendedor reportada por Alvarenga e Silveira (2020) e revela que nas três faixas etárias: de 21 a 30, de 31 a 40 e dos 41 a 50 anos, os brasileiros enxergaram no empreendedorismo uma possibilidade de geração de renda. De acordo com a matéria do G1 Economia (2020), 59% dos microempreendedores prontamente formalizados, já possuíam seus negócios e perceberam na possibilidade da legalização, a obtenção de benefícios previdenciários como auxílio doença e aposentadoria, saindo do contingente de vulnerabilidade social. Alguns profissionais liberais durante a pandemia viram a procura por seus serviços aumentar e decidiram sair da informalidade se cadastrando como MEI (ALVARENGA; SILVEIRA, 2021).

De igual modo, a legalização possibilita o crescimento empresarial na obtenção de contratos e a expansão dos negócios, pois o empreendedor agora, já possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e pode emitir notas fiscais. Vale lembrar que essa legalização tem um baixo custo e facilidades de acesso pelo Portal do Empreendedor para aqueles que querem se tornar MEIs. Outro dado importante na Figura 7 acima é a participação dos jovens. Alvarenga e Silveira (2020) argumentam que apesar da atuação do jovem não ser expressiva é uma alternativa de inserção de muitos deles no mercado de trabalho e que pode expandir-se se houver incentivo, capacitação e orientação devida.

Nascimento-e-Silva (2021), em seus estudos, identificou que a literatura científica é escassa em relação aos pequenos empreendimentos. Isto se deve ao fato do insumo (sujeito) de pesquisa ser insuficiente, basicamente um só, o dono. Tal situação impede a aplicação de métodos científicos gerenciais e organizacionais. Somando-se este fato, fica mais fácil identificar os nanoempreendedores.

São aqueles que não aparecem nas estatísticas oficiais, todavia, estão conduzindo pequenos negócios como a costureira; o vendedor de sanduíches de rua; a cabeleireira e a manicure que realizam seus serviços nas casas dos clientes; a cozinheira de ocasião que fornece marmitas por empreitada (SCHMITZ, 2020; NASCIMENTO-E-SILVA, 2021); os estudantes que digitam, formatam e auxiliam na confecção de trabalhos acadêmicos; os que vendem roupas ou objetos usados em redes sociais, plataformas digitais e afins ou aqueles estudantes nas épocas de aula presencial que vendiam doces, picolés, sanduíches, etc., no intervalo das aulas em escolas e universidades, dentre outros. Geralmente, não se identificam como

empreendedores, porque não se veem como tal ou não vislumbram na atividade que fazem a sua atividade-fim (SCHIMITZ, 2020).

Thé e Santos (2019) ao desenvolverem estudos sobre a concessão de microcrédito (crediamigo) para pequenos investidores, avaliam que os nanoempreendedores que estão no setor informal da economia possuem “um trabalho precarizado, baixa produtividade, escassez de capital e incapacidade de oferecer garantias” (2019, p. 18). Nascimento-e-Silva (2021) corrobora com o estudo acima, pontuando que “essas atividades estão super concentradas em uma única pessoa e também devido à escassez de crédito não têm tempo suficiente para pensar o futuro e elaborar estratégias vitoriosas” (2021, p. 21).

Indiscutivelmente, esses são obstáculos comuns para quem está começando um pequeno negócio e precisa estabelecer-se no mercado. Contudo, é igualmente importante lembrar que os novos negócios, sobretudo, os digitais são disruptores e por isso, exigem baixíssimo capital, a exemplo da Nova Economia (ATHAYDE, 2017). É fácil observar que na realidade nanoempreendedora coexistem dois mundos: o material e o digital, os quais apresentam meios de comercialização diferentes e podem estar associados ou não, mas todos são alternativas rentáveis de sobrevivência.

Em reportagens realizadas por Schmitz (2020) e da OIM BRASIL (2020), vê-se a preocupação em melhorar a sustentabilidade desses negócios e de até criar e incentivar o autoemprego. A Organização Internacional para as Migrações (OIM BRASIL) lançou o projeto “ADELANTE” de nanoempreendedorismo focando na geração de renda. A preocupação central é com os refugiados da Venezuela, mormente, neste período de pandemia. Eles terão acesso a aulas de opções de modelos de negócios pré-desenvolvidos, podendo ser adaptados pelos empreendedores e ao final do curso, obtenção de um pequeno aporte financeiro como apoio para as iniciativas.

Vale informar que o uso de uma gestão de compras rigorosa que cumpra as etapas do planejamento, organização, liderança e controle, como bem expõe em seus estudos Nascimento-e-Silva (2021), pode auxiliar esses pequenos empreendimentos na falta do acesso fácil ao sistema creditício. A utilização de modelos reais de negócios bem sucedidos que Nascimento-e-Silva (2021) organiza em seu *e-book* intitulado “Gestão de compras em microempreendimentos”, assim

como a coletânea de casos que Athayde (2017) compilou, da mesma forma, servem de suporte e inspiração para os novos empreendedores.

O Governo Federal em 2020, através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Portaria nº 2558, instituiu o “Programa Horizontes” que em seu artigo 2º, inciso IV, tratou em “capacitar jovens para possibilitar sua integração nas redes econômicas por meio do nano e microempreendedorismo”. Na falta de oportunidades de trabalho formal e o recrudesimento do desemprego em decorrência de ações que trataram economia e saúde como uma dicotomia; nasceram muitos empreendedores por necessidade. Daí o objetivo em traçar planos para orientação, capacitação e fomento. A pandemia ligou um alerta para a mudança de paradigmas. Ao mesmo tempo em que fechou portas, abriu novas oportunidades, revelando talentos e apresentando propósitos de vida para o mundo dos negócios.

Para o presente estudo, o nanoempreendedorismo pode ser considerado então, como a iniciativa das pessoas em buscar uma renda alternativa mais por necessidade do que opção; não possui nenhum vínculo com a formalidade empresarial e geralmente quem o conduz carece de informação técnica e suporte financeiro. Por outro lado, no caso dos profissionais liberais que dão aula por conta própria, realizam serviços de terapia ou serviços ocasionais variados, o caminho que buscam é muitas vezes procurar por institucionalização ou formalização, então, cadastram-se como Microempreendedores Individuais, os MEIs.

Nesse momento de crise sanitária, muitos tiveram uma demanda crescente por seus serviços e a formalização foi o passo seguinte. Todavia, toda iniciativa legítima do ser humano em buscar renda própria, ou de complementar seus ganhos, manter seus estudos ou sua família, seja como vendedor de sanduíche, manicure, cabeleireira cozinhando, digitando trabalhos acadêmicos, vendendo doces, artesanatos, etc., pode ser amparada por políticas públicas educacionais e econômicas que orientem com informação técnica, estímulos, exemplos de sucesso na Economia Criativa, por exemplo, e linhas de crédito diferenciadas para a conquista de sua independência e emancipação.

4 DIALOGANDO COM A INOVAÇÃO E A CRIATIVIDADE

Os conhecimentos provenientes dos estudos da inovação e da criatividade ajudarão na compreensão das interfaces, pois seus conteúdos, assim como os de empreendedorismo, atravessam e integram a temática principal abordada, aclarando o caminho das interfaces entre a Economia Criativa e da Educação Profissional e Tecnológica. Logo, fornecem contribuições indispensáveis para complementar o entendimento da pesquisa a partir de textos de autores nacionais e estrangeiros, os quais farão parte da construção do marco teórico. São parceiros para o atingimento do objetivo do estudo que é buscar outras opções profissionais para os estudantes. Opções que não estejam destinadas somente a um único fim: a conquista de um emprego, tendo no salário a única possibilidade de renda proveniente do trabalho.

4.1 A origem da inovação e sua repercussão no desenvolvimento socioeconômico

O primeiro teórico clássico da inovação foi Joseph Schumpeter, ao escrever em 1911, “A teoria do Desenvolvimento Econômico”, abordando a temática da inovação de forma singular, ao analisar a relação vinculante entre inovação e desenvolvimento. Investigou o fluxo circular dos economistas neoclássicos ou a teoria do equilíbrio; o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico; o crédito e o capital; o lucro empresarial; o juro sobre o capital e, principalmente, os ciclos econômicos. Estabeleceu diferenças entre o desenvolvimento e o crescimento econômico, invenção e inovação e o papel fundamental do empresário inovador ou empreendedor, assim como o papel do crédito nesse processo (OLIVEIRA, 2016).

O ponto fundamental é que ele irá desconstruir a tradição de um modelo linear e estacionário da economia que atingiu o seu auge com a Escola Neoclássica, a qual trata do fluxo circular ou da teoria do equilíbrio geral proposta pelo economista Leon Walras (1834-1910). Tal modelo não tem perspectiva nenhuma de desenvolvimento, pois não reconhece as “perturbações” cíclicas do sistema e o que as cria e as destrói (os ciclos econômicos). Além do que, o uso exclusivo da poupança gerada pelos próprios agentes que produzem e pertencem ao fluxo, sem vislumbrar o papel “combustível” do crédito, só alimentava exclusivamente, as

perspectivas do crescimento econômico. Percebe-se, nesse momento, a necessidade de identificar algo ou alguém com o papel de tirar do “equilíbrio” esse cenário econômico estacionário, trazendo consigo o desenvolvimento.

A inovação ou as novas combinações comandarão o fenômeno revolucionário do desenvolvimento econômico, rompendo barreiras através de um processo de “destruição criativa” (SCHUMPETER, 1984, p. 113). Este termo foi utilizado em seu livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia” de 1942. A destruição criativa será o resultado das inovações, as quais promoverão a alternância cíclica de momentos de crise e prosperidade dentro do sistema capitalista. Ou, em outras palavras, alternância entre momentos de recessão/depressão com “booms” (explosões) de abundância/prosperidade.

A economia move-se numa trajetória cíclica no médio prazo. Portanto, as inovações aparecem em “ondas” e os empresários em “enxames” como foi analisado pelo economista e professor Nali de Souza (1993). Já que o movimento é cíclico e não linear, existirão os altos e baixos. Caso fosse linear, a hipótese de um estado de quietude permanente seria um fato. É oportuno observar que tanto os momentos de crise quanto os momentos de prosperidade aparecem como faces de um mesmo fenômeno que engloba as duas formas. Então, podemos inferir que a causa da depressão está na face próspera da inovação – “uma reação do sistema econômico ao boom” e a sua face caótica, levará a um novo “boom” ou a face de prosperidade (SCHUMPETER, 1982, p. 148). É como se a inovação fosse o “motor” que dá partida a esse processo natural. Logo, nas palavras de Schumpeter (1982, p. 143): “as situações alternantes são a forma que o desenvolvimento econômico toma na era do capitalismo”. O fenômeno das flutuações econômicas ocorre por causa do “efeito do aparecimento de novos empreendimentos sobre as condições já existentes” (SCHUMPETER, 1982, p. 142), ou melhor, pelas vias da inovação que resultará no desenvolvimento econômico.

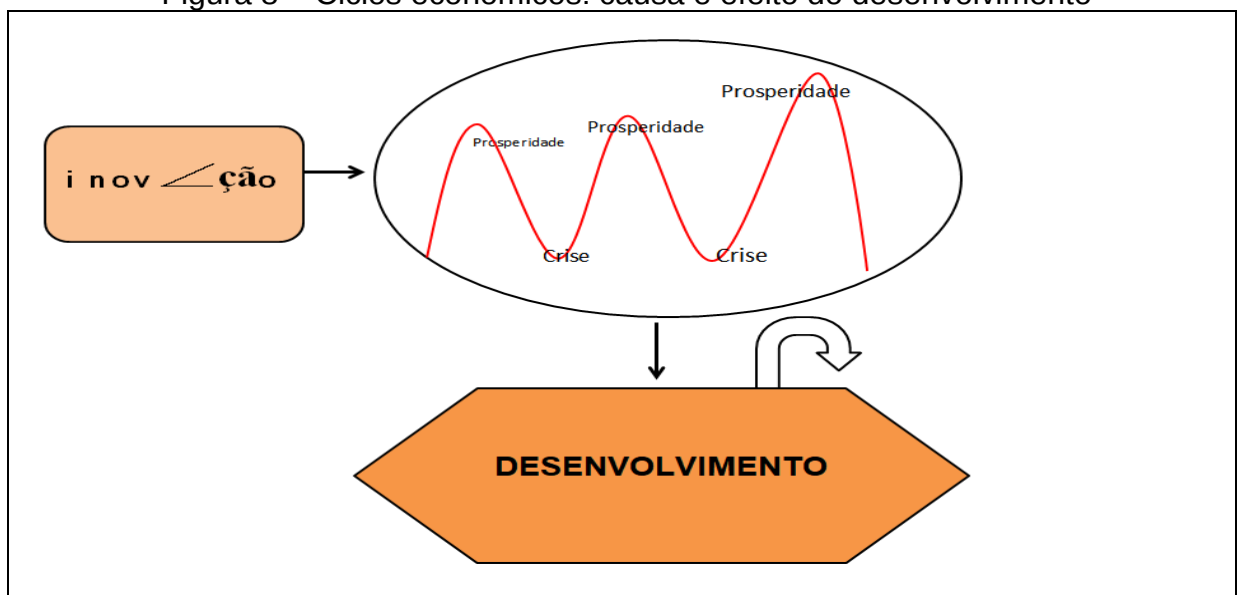
Essas alternâncias cíclicas “serão frequentes, tão frequentes que existirá uma periodicidade necessária [...] os colapsos aniquilarão o desenvolvimento até que um novo ressurgirá e não será uma continuação do antigo” (SCHUMPETER, 1982, p. 144). Nesse ponto, está presente a ruptura ocasionada pelas mudanças revolucionárias da inovação que trarão novos recomeços bem diferentes dos anteriores. Ainda em diálogo com o autor, haverá nos ciclos econômicos, intervalos

entre um momento e outro que ele chama de “períodos de relativa calma” (1982, p. 144). Trata-se dos momentos de absorção dos resultados da revolução inovadora.

Esse contexto de desfazer-se e refazer-se novamente, conclui Schumpeter (1982), trata-se de um processo orgânico e pode ser vislumbrado em qualquer uma de suas partes do ciclo econômico. Sendo assim, deve ser entendido sempre “sob o vento perene da destruição criativa; não pode ser compreendido a despeito dele, ou, na verdade, sob a hipótese de que exista eterna calma” (SCHUMPETER, 1984, p. 113)

Em situação análoga, pode-se depreender que da mesma forma que cara e coroa são faces da mesma moeda; o Yin e o Yang se complementam em sua natureza distinta; na nova física os pares de opostos perfazem-se em “força e matéria, partículas e ondas, movimento e repouso, existência e não existência”, (CAPRA, 2013, p. 164). Em seus estudos, o físico Fritjof Capra revela que a matéria é como uma onda oscilante que pertence a “um padrão vibratório no espaço e no tempo” (2013, p. 165). Ou seja, o universo funciona em ondas; de forma similar os fenômenos econômicos como orgânicos, também se alternam em movimentos ondulantes de explosões (booms) e retrações (crises) identicamente. E esses movimentos são representativos de um mesmo fenômeno. As novas combinações ou inovações representarão o motor revolucionário para o desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1982).

Figura 8 – Ciclos econômicos: causa e efeito do desenvolvimento



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

É a partir desse ponto “innovare”, “innovo”, innovatus” (FUNICELLI *et al.*, 2017) que a engenharia de construção das interfaces começará. Do latim, o prefixo “in” pode significar “movimento interno ou incorporar”; somado ao termo “novus” que significa “novo recente”, a palavra traduz-se em “trazer a novidade para dentro” nos termos de Mazza (2014). No estudo em questão, algumas perguntas se sobressaem, tais como: Dentro da onde? Quem inova? Como fazem? E com que finalidade? As respostas são as mais diretas possíveis:

Dentro da onde? Do seu negócio ou empreendimento, para dentro da sua casa, para a sua família ou para as escolas, para o país. No desenrolar do entendimento de inovação, é visto que essa novidade é uma variável endógena, ou melhor, é algo incorporado a partir de dentro do sistema, não virá de fora dele.

Quem inova? O leque de quem faz a inovação atualmente amplia-se e vai do empresário inovador e seu negócio, aos *clusters* neoshumpeterianos de capacitação social. Ou seja, *clusters* são grupos de pessoas devidamente estimuladas através de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento que promoverão um estoque de conhecimento, por intermédio das Universidades, Centros ou Institutos Públicos de Pesquisa, Instituições Particulares, Empresas e o próprio mercado (COSTA; OLIVEIRA, 2016).

Os empreendedores, assim como os novos *clusters* de capacitação social são o motor das inovações, pois farão com que aconteçam. Esse estoque de conhecimento ou capacitação social pode ser os “enxames” (torrente, enxurrada) de ideias mencionado por Souza (1993) que combinado com as ideias de Howkins (2013), um dos admiradores e fomentadores da economia criativa, formariam uma profusão de ideias criativas combinadas economicamente.

Como fazem? A partir da reconfiguração dos meios de produção. Ou, no entendimento de Schumpeter (1982), o novo se constrói a partir de combinações novas dos meios de produção, os quais são gerados das combinações antigas. O papel do crédito ou do financiamento para o alcance deste intento é fundamental, pois o crédito obtido no mercado financeiro será o financiador desse processo. A função do crédito é habilitar os inovadores a terem acesso aos meios de produção ou fazer novas combinações com os anteriores, ativando uma nova demanda por eles (SCHUMPETER, 1982). O crédito, ou a moeda escritural obtida sob a condição de pagamento de juros ao dono do dinheiro, será o “combustível” do processo. O

agente inovador de posse do crédito, isto é, os meios de pagamento na forma de capital, irá adquirir as outras categorias produtivas (ferramentas, terra e trabalho). O empresário inovador ou o empreendedor “compra todas elas com dinheiro, pelo qual calcula ou paga juros” (SCHUMPETER, 1982, p. 80).

Deduz-se, portanto, que o capital para Schumpeter é uma ponte (dinheiro) entre o empresário inovador ou o empreendedor e o mundo dos bens (meios de produção). É como se fosse um fundo de poder de compra para a aquisição dos meios produtivos. Não tem vínculo com nenhuma categoria concreta de bens. “Não é um bem nem um serviço, mas um meio de prover esses bens para serem empregados na produção” (1982, p. 81).

Com que finalidade? A inovação dependerá de quem a faça e de como se faz. O empresário inovador ou o empreendedor e todos esses *clusters* ou grupos de capacitação social, se mobilizam com a finalidade de tirar “as coisas” do equilíbrio ou de seu estado estacionário. Logo, fazem escolhas racionais. É o comportamento do homem econômico para ver até que ponto é vantajoso prosseguir. É bem diferente da busca da satisfação egoísta do homem hedonista, citado por Oliveira (2014). O resultado do seu investimento será o lucro.

O lucro aparecerá na forma de excedente dos resultados financeiros sobre a inovação – receita menos os custos de produção. Estes custos podem estar da seguinte forma: despesas diretas e indiretas, salário para o trabalho do empreendedor, aluguéis, pagamento de juros (custo do dinheiro ou do investimento), etc. Em oportuno, vale mencionar, que os empreendedores ao exercitarem a “alegria de criar, de fazer as coisas, ou simplesmente de exercitar a energia e a engenhosidade” (SCHUMPETER, 1982, p. 65), promoverão o desenvolvimento não só o econômico, mas o social também, com a geração de mais emprego e renda, mais produtos e serviços novos, criando mais capilaridade social na geração de riqueza e oportunidades.

Para Schumpeter (1982, p. 48) o desenvolvimento não é algo gradual e lento, é descontínuo e disruptor, “que desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1982, p. 47). O desenvolvimento não tem compromisso com o equilíbrio estacionário do modelo neoclássico Walrasiano que só mobiliza a economia para o crescimento, pois não apresenta um fenômeno novo. Sair do equilíbrio estacionário do fluxo circular é agir com racionalidade. Tal fluxo

circular dos neoclássicos: Stanley Jevons, Leon Walras e Alfred Marshall, principais representantes dessa escola econômica, adotava as regras de mercado estabelecidas pelos pressupostos de Jean Bastiste Say (1767-1832). Tais pressupostos ficaram conhecidos como a Lei de Say reguladora da atividade econômica.

O economista Galbraith (1987, p. 68) faz lembrar que nessa Lei, a demanda ou a procura era garantida, então o desempenho econômico só poderia ser o melhor possível. Ou, dito de outra maneira, a oferta criaria a sua própria demanda e cada produto vendido teria um retorno certo em salários, juros, lucros e aluguéis. Isso aconteceria num melhor dos mundos, impossível na realidade, porém, só dentro de uma condição muito conhecida em economia denominada, *ceteris paribus* (todo o resto constante).

O próprio sistema do fluxo circular resolveria internamente as questões sem o enfrentamento de crises, posto que as variáveis seriam todas conhecidas e controladas. Isso quer dizer que o sistema regido pelo mercado sempre encontraria um jeito de equilibrar a procura e a oferta de bens, bem como a poupança e o investimento (OLIVEIRA, 2014). E o máximo que poderia existir seriam “perturbações” passageiras. Esse posicionamento os incapacitava de enxergar os ciclos de crise e prosperidade que se originam dentro do próprio sistema capitalista, assim como as causas dessas mudanças.

Schumpeter (1982) substituiu a teoria estática do fluxo circular pela dinâmica dos ciclos, posto que a realidade não é uma constante. Apoiou-se em Marx quando este retratou que “a evolução econômica é como um processo gerado de dentro do próprio sistema econômico” (OLIVEIRA, 2014, p. 100). Isto é, as variáveis responsáveis pelas mudanças cíclicas são endógenas ao sistema.

Não obstante, afasta-se do pensamento marxiano quando afirma que as mudanças que ocorrem na economia não são provenientes das contradições do sistema capitalista. Não vê essas contradições como falhas ou erros do sistema, mas como algo natural e inerente ao seu funcionamento. Essa ideia fica explícita em seu livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia” de 1942, quando Schumpeter (1984, p. 114) revela que “[...] normalmente se vê o problema de como o capitalismo administra as estruturas existentes, enquanto o relevante é saber como ele as cria e as destrói”.

Joseph Schumpeter foi um dos primeiros teóricos a relacionar inovação e desenvolvimento. Tal relação explica que nem todo crescimento implicará em desenvolvimento, mas todo desenvolvimento resultará num crescimento (COSTA; OLIVEIRA, 2016). Noutras palavras, para haver o desenvolvimento, a inovação é primordial. Logo, o desenvolvimento consiste em “empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independente de que aqueles recursos (poupança) cresçam ou não” (pois haverá a oportunidade do crédito) (SCHUMPETER, 1982, p. 50).

Essa é a leitura da inovação, que traz no seu bojo o significado claro de que não é a quantidade de haveres que uma nação possui (capital, trabalho e recursos naturais), nem a sua capacidade de poupança que definirá o seu desenvolvimento, mas a forma como o país os combina e os utiliza para o desenvolvimento. Vale lembrar que esse movimento de inovar leva ao processo de “destruição criativa” inerente ao movimento natural dos ciclos econômicos. É ponto de ruptura constante com as condições básicas, ou melhor, sair do equilíbrio é agir com racionalidade. Ou, em suas próprias palavras:

Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as “novas combinações” (inovação) podem originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, **possivelmente há crescimento**, mas **não um fenômeno novo nem um desenvolvimento** em nosso sentido. Na medida em que não for esse o caso, e em que **as novas combinações (inovação) aparecem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento** (SCHUMPETER, 1982, p. 48, grifo da autora).

Como exemplos de inovações, Schumpeter (1982, p. 48) destaca: (i) introdução de um novo produto; (ii) descoberta de um novo método de produção; (iii) abertura de um novo mercado; (iv) descoberta de uma nova fonte de matéria-prima; (v) nova organização de qualquer indústria. Tais elementos irão revolucionar o sistema econômico de forma descontínua, espontânea e disruptora, de dentro para fora, deslocando e alterando para sempre o estado anterior de equilíbrio (SOUZA, 1993, p. 112). “Tais situações não avançam uniformemente como cresce uma árvore” (SCHUMPETER, 1982, p. 148), porque os altos e baixos lhes são peculiares. Nas palavras do próprio pai da inovação:

[...] se me permitem o uso do termo biológico – que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial acerca do capitalismo. (SCHUMPETER, 1984, p. 113).

Quem comandará esse processo? Como ocorrerá? Para Schumpeter o comandante será o empresário inovador. Atualmente, os neoschumpeterianos reconhecem a força dos grupos fomentadores de capacitação pessoal. Esse empresário é o empreendedor que não é nem o capitalista nem o trabalhador assalariado, pois não se constitui numa classe social (OLIVEIRA, 2014). O capitalista é o dono do capital, que para Schumpeter é o dono do dinheiro, o proprietário dos recursos emprestáveis, depositantes, acionistas e o próprio banqueiro (SOUZA, 1993). O empresário precisa de crédito para transformar o capital em meios de produção. Nesse momento, ele recorre ao crédito bancário para ter acesso ao dinheiro que será o elo entre o empresário inovador e os meios de produção (SCHUMPETER, 1982, p. 80).

Esse empresário inovador ou empreendedor revolucionará o sistema combinando diferentes insumos e habilidades para gerar novos produtos, novos processos, conquistar um novo mercado, descobrir uma nova fonte de matéria-prima ou uma nova organização industrial. Nesse momento de introdução da inovação no sistema, ao mesmo tempo em que o fenômeno da prosperidade aparecerá e forçará as mudanças disruptoras, começarão a aparecer os sintomas da depressão que propiciarão um novo “boom” ou explosão e assim sucessivamente e incessantemente.

Vale ressaltar a diferença entre invenção e inovação. Nesse aspecto, Martins (2018) traz especificidades de ambos. Bebendo na mesma fonte schumpeteriana daqueles que falam em inovação, a autora revela diferenças significativas. Diz que a invenção é algo que está atrelada a um artefato simples ou marcante ou a um conceito (ideia) inédito, tais como: a pólvora, a escrita, a lâmpada, os meios de comunicação e transportes. Já o papel da inovação é trazer melhorias para essas descobertas, recombina-as com outros fatores que trarão aspectos diferenciais para essas invenções. Fundamentando essa ideia, nas palavras de Schumpeter (1982, p. 48), ter a capacidade de inovar transformando “em uma nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria”. Desta forma, “de modo algum precisa ser baseada numa descoberta científica nova” (SCHUMPETER, 1982, p. 48).

Já foi mencionado que os movimentos do desenvolvimento econômico possuem altos e baixos num ritmo de explosões cíclicas. Durante a alternância desses movimentos, existirão os momentos de ganhos e perdas. Oliveira (2014) explica que o lucro, na forma de ganhos é passageiro e transitório, é filho e vítima do desenvolvimento. Será filho, no momento em que a inovação ainda não for difundida, gerando acumulação de riqueza através de seus agentes inovadores. Será vítima, se esse empresário inovador ou empreendedor não renovar continuamente a sua criatividade, causando a sua exclusão do processo de destruição criativa.

Com base nessas informações preliminares, foi feito um estudo do fenômeno “inovação”, valendo-se de outros insumos teóricos coletados da literatura disponível para conceituá-lo (massa de dados ou o *corpus* de análise). Posteriormente, houve a organização desses dados para a geração de respostas ou a captação de um novo emergente a partir desses insumos.

Para melhor entendimento do assunto, o processo de estudo começou fragmentando o fenômeno “inovação” em partes para facilitar a compreensão. O conjunto de fragmentos de documentos (livros, artigos) reunidos em torno de um sentido pertinente que os define formaram as unidades de significado ou sentido - unitarização na Análise Textual Discursiva - ATD (MORAES; GALIAZZI, 2016). Isso foi possível também, utilizando-se como auxílio, a correspondência de significados semelhantes, divididos em dimensões analíticas com o objetivo de aproximar os conceitos. Tal ideia também encontrou suporte no método bibliográfico conceitual de Nascimento-e-Silva, 2012.

Vale dizer que os agrupamentos (categorização) emergem das informações teóricas analisadas provenientes dos significantes (textos). A palavra que formou as dimensões analíticas ocupou o lugar da categorização na Análise Textual Discursiva. Essa prática de divisão em partes é utilizada para entender o todo e deve manter sempre relação com ele (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 49). No método bibliográfico-conceitual representa o termo de equivalência para a construção de conceitos. Na ATD, a categorização traduz-se em perspectivas diferentes de analisar o fenômeno.

O metatexto foi sendo construído a partir das relações entre as categorias de forma explícita. No presente estudo é feito a partir do enfoque das semelhanças,

diferenças e definições utilizando uma análise comparativa. Moraes e Galiuzzi orientam o estudo exatamente nesse sentido ao falarem que as categorias precisam estar “definidas e expressas descritivamente a partir dos elementos que a constituem” (2016, p. 51).

Moraes e Galiuzzi (2016) orientam que na busca da compreensão do caminho escolhido para a descrição e interpretação das unidades de análise, as interlocuções teóricas e empíricas são importantes para ilustrar e validar o arcabouço teórico que se insurge a partir das relações construídas entre as categorias. Assim, “impregnar-se intensamente com o corpus da análise” (MORAES; GALIAZZI, p. 59) é ampliar certamente o entendimento do fenômeno a ser estudado.

Nesse sentido, o termo mais adequado que agrupou as unidades de significado em “inovação”, foi categorizada como “novas combinações”. Este termo está relacionado diretamente ao conceito de Joseph Schumpeter (1982) e nos remete a um fenômeno novo que revoluciona o sistema a partir de dentro. Tal fenômeno ocorrerá com as novas combinações dos meios de produção que o empresário inovador ou o empreendedor fará com as combinações antigas já existentes e não ociosas do sistema. Logo, não é necessário aumentar os meios de produção para produzir novos produtos ou processos produtivos novos, basta recombiná-los. Vale lembrar que essas novas combinações estão “corporificadas em empresas novas que geralmente não surgem das antigas, mas começam a produzir ao seu lado” (SCHUMPETER, 1982, p. 49). Assim, o autor revela que não são as empresas antigas as responsáveis pelas inovações; são as novas empresas que aplicam as novas ideias.

É interessante observar essa correlação entre empresa nova e empresa antiga em momento pretérito e no presente. Há mais de um século, Schumpeter (1982) dava como exemplo os donos de diligências e ferrovias numa tentativa de explicar que as novas ideias não surgem das empresas antigas. Posto isto, diligências e ferrovias eram dois tipos de empresas distintas coexistindo no mesmo espaço de tempo, porém não se podia cogitar que os donos de diligências pudessem construir estradas de ferro, isto é, os interesses e os meios de produção eram totalmente antagônicos. Hoje em dia, de igual modo, a exemplo da *Blockbuster* x *Netflix*; o *Spotify* (Plataforma *streaming* de música) x lojas de música; o mercado *Bitcoin*, com tecnologia *blockchain* x transações comerciais com moeda escritural.

O que precisa ficar claro é que o mundo sempre esteve em constante “disrupção”, quebrando paradigmas e criando outros. O que foi aventado por Schumpeter (1982) há mais de um século, continua valendo para hoje, considerada, é claro, as devidas mudanças nas matrizes tecnológicas. No contexto atual, quase todos aqueles bem sucedidos no mercado, utilizam-se das plataformas digitais para facilitar a vida do usuário. A *Netflix* não investe em locadoras de filmes e séries, ou seja, a música deixou de ser comprada fisicamente e passou a ser comercializada como um serviço, com custo baixíssimo e uma grande variedade de produtos. Quer dizer, as plataformas digitais tornaram possível a “economia sob demanda” ou dependente da demanda ou economia compartilhada.

Dessa forma, fica decretado definitivamente o fim da lei de Say, uma vez que a oferta não é mais *garantida* e a demanda virou decididamente *caprichosa*, numa referência ao aporte regional. E, não há mais necessidade de grandes investimentos em capital. Ou melhor, a partir do uso de um telefone se cria formas inteiramente novas de consumo de bens e serviços (SCHWAB, 2016).

Assim sendo, a ideia de “novas combinações” para gerar algo completamente novo e diferente, seja produto, serviço ou processo, a partir do que já existe, ou incrementar ou manejar racionalmente o que se tem com a intenção de modificar radicalmente práticas e comportamentos para o alcance de melhorias, está implícita (VARELLA *et al.*, 2012; TIDD; BESSANT, 2015; MARTINS, 2018; SALVIANO; BILAC, 2019). É oportuno observar, que no estudo de Tidd e Bessant (2015) é acrescentada a contribuição da equipe de trabalho. Essa equipe (*clusters* de capacitação pessoal), quando reunida de forma mais produtiva e inovadora, pode estar mais apta a buscar ideias disruptoras que modificarão uma forma ou um jeito de se fazer algo. O objetivo é gerar mais oportunidades para o empreendimento. Nesse sentido, a inovação precisa gerar algum benefício que justifique sua adoção em detrimento do processo anterior ou da tecnologia que anteriormente era tida como padrão.

As contribuições de Varela *et al.* (2012) e Martins (2018) validam o critério de análise intitulado “novas combinações”. Isto porque, os insumos teóricos fornecem subsídios para esse direcionamento. Para esses autores, a inovação é uma característica dos potenciais de melhoria que farão a diferença para a criação ou reformulação de um processo, produto ou serviço.

Quanto à colocação de Salviano e Bilac (2019), é oportuno observar a posição dos autores quando apontam soluções para as situações problemáticas de uma organização. A partir desse prisma, inovar é olhar para dentro da situação problemática em busca de uma alternativa nova e eficaz. Eles estão procurando um recurso novo dentro de um processo, de um serviço ou até mesmo de um produto já conhecido. É bem interessante notar a proximidade com as teorias de marketing ou então, o marketing é que vem se apropriando cada vez mais das ideias de inovação.

Consubstanciando o argumento acima, o especialista em marketing, Seth Godin (2019), ao falar em seu livro, “Isso é Marketing: para ser visto é preciso aprender a enxergar”, expõe a identificação do problema como o primeiro passo para ajudar as pessoas a encontrarem o que procuram. Logo depois, propõe a introdução da mudança que causará impacto no mundo. De que forma? Melhorando os mecanismos de como as coisas são feitas. Isso pode influenciar uma demanda por um produto ou um sistema escolar, por exemplo.

O grupo formado pela unidade de significado “aplicabilidade” direciona a inovação para o fazer acontecer. Por conseguinte, irá potencializar efetivamente a energia das ações humanas, ligando-a às diversas atividades econômicas. Consequentemente, trará os benefícios e vantagens dos novos processos ou produtos para dentro das organizações, os quais repercutirão no ambiente externo. Está dito de forma direta (WONG *et al.*, 2009; MAZZA, 2017) e através das etapas que integram o processo de inovação (SALVIANO; BILAC, 2019), tais como: concepção, desenvolvimento, gerenciamento e comercialização. A concepção está diretamente atrelada à criação de um método, processo, produto ou serviço inédito ou a melhoria de algo já existente.

O desenvolvimento pode ser compreendido como os experimentos da eficiência e da eficácia da inovação. Enfatiza-se que a adoção de um item inovador é justificada pelas vantagens que ele proporciona em seu ambiente de aplicação. O gerenciamento engloba, dentre outros tópicos, o potencial de aderência junto ao público-alvo da inovação, bem como a definição das estratégias de divulgação. A comercialização abarca o trabalho de marketing da inovação com o intuito de convencer as pessoas a adotá-la em seu cotidiano pessoal ou profissional.

Já o último grupo constituído pela compreensão de auferir vantagem competitiva e assim manter-se no mercado está intitulado sob a forma de

“concorrência”. É um dos motivos que mobiliza a iniciativa dos empreendedores para inovar. O entendimento de “concorrência” trazido por Souza, Delazari e Severo (2017) explicita bem essa necessidade além de tipificar em quatro categorias de inovação baseadas no manual de Oslo (2005), a saber:

(i) Inovação de produto: este tipo de inovação pode ocorrer tanto na concepção e materialização de um produto inédito quanto também no aprimoramento de artefatos que já existem.

(ii) Inovação de processo: segue a mesma lógica da inovação de produto, tendo como fator de diferenciação a inclusão de uma nova tecnologia, a qual também pode ser inteiramente nova ou resultante de uma melhora numa determinada tecnologia existente. Também engloba a criação de novos métodos, os quais ao serem aplicados em um processo resultam em produtos com um nível elevado de qualidade ou serviços realizados com alto grau de excelência.

(iii) Inovação em marketing: esta inovação abarca desde a adoção de novas maneiras de se realizar ações de marketing, bem como alterações nas configurações de um produto, seja em seu aspecto visual (mais precisamente em suas embalagens), na precificação ou nas estratégias de promoção.

(iv) Inovação organizacional: este tipo de inovação se caracteriza pela realização de novas práticas no âmbito de uma empresa. Caracteriza-se por ser de cunho estratégico e pode ocorrer tanto no ambiente interno de uma organização como também gerar novas formas de uma corporação se relacionar com seu ambiente externo, incluindo nesta interface clientes, concorrentes, governos e fornecedores.

Já Muzzio (2017), fundamenta esse fato da “concorrência” na mudança ou transformação que a inovação trará para a economia através da competição salutar que garantirá essas mudanças e a permanência das empresas no mercado.

É oportuno identificar o que as três dimensões analíticas da inovação: “novas combinações”, “aplicabilidade” e “concorrência”, têm em comum, pois esse fato as liga à concepção de tudo o que se discorreu a respeito de “trazer a novidade para dentro” como um movimento interno de forças para produzir algo novo. Os estudos de Varela *et al.* (2012), Tidd e Bessant (2015), Martins (2018) e, sobretudo, os de Schumpeter (1982), ao analisarem as “novas combinações” que dão surgimento a um produto ou processo ou até mesmo um serviço novo, tanto a “aplicabilidade” efetiva do que se produziu (WRONG *et al.*, 2009; MAZZA, 2017; SALVIANO; BILAC,

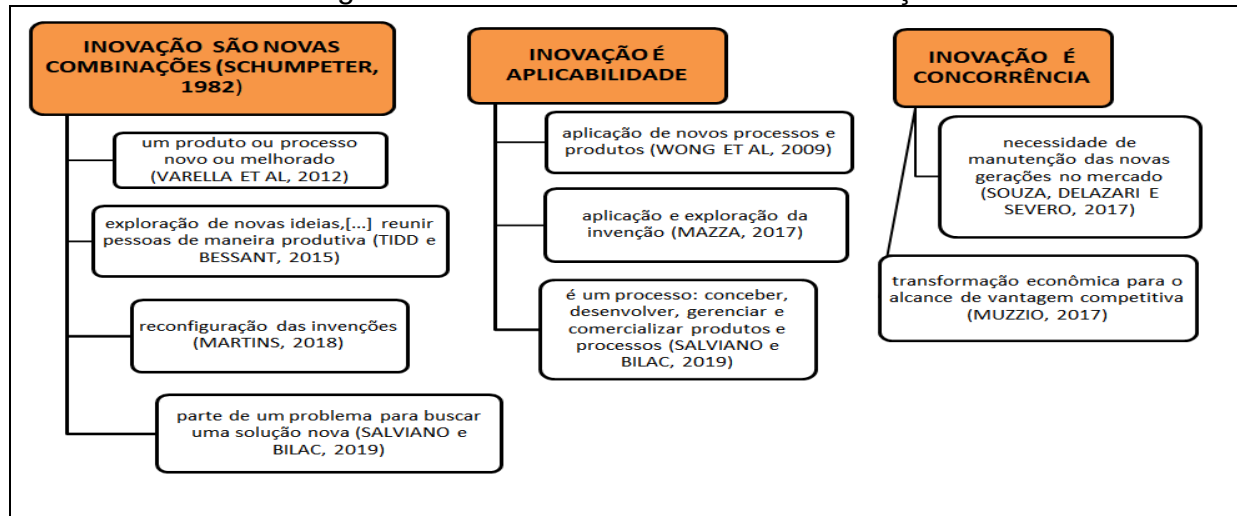
2019) como a “concorrência” inerente (SOUZA; DELAZARI; SEVERO, 2017; MUZZIO, 2017), estarão presentes. Isto é, a inovação possui todos esses elementos constitutivos que agem num movimento interno de forças para produzir algo novo e valioso. Inovação é colocar-se em movimento, é, portanto, ação.

Em outras palavras, o ponto em comum entre os elementos constitutivos é que estão inter-relacionados, articulando-se entre si num movimento interno de forças coordenadas e descontínuas. Vale mencionar que uma parte do estudo de Salviano e Bilac (2019), trata da inovação como importante na resolução de problemas nas empresas. Podem-se criar protocolos inovadores de pessoal ou de material que trarão benefícios diferenciais para estas empresas.

Já que a compreensão de inovação como um movimento interno de forças para produzir algo novo e eficaz numa ação coordenada integra os três grupos analíticos que foram apresentados; então, a diferença entre eles estará nos tipos de inovação: ou um produto ou serviço; um processo; um novo mercado; uma nova fonte de matéria-prima; uma nova organização (SCHUMPETER, 1982) ou focar nos problemas ou no trabalho das pessoas (SALVIANO; BILAC, 2019). A atenção dependerá do autor ao analisar a inovação e seus potenciais de aplicação.

A revisão na literatura permite considerar que inovação pode ser entendida como a capacidade de criação de um novo artefato, um novo método, um novo processo ou serviço a partir dos meios de produção disponíveis, reconfigurando-os, fazendo novas combinações com eles, com o objetivo de diferenciá-los. Para que uma inovação seja considerada válida e consistente, é necessário que a sua adoção ou aplicabilidade resulte em alguma vantagem ou benefício quando comparada com os modelos vigentes de produtos, processos ou serviços. Enfatiza-se que a inovação pode ser compreendida como um fator necessário para a competitividade, gerando uma concorrência salutar que irá oportunizar a oferta de produtos e serviços com elevado grau de qualidade.

Figura 9 - Dimensões Analíticas da Inovação



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

O formato da Figura 9 representa as dimensões de análise do fenômeno inovação e está organizado em três partes: “novas combinações”, “aplicabilidade” e “concorrência”. Cada parte contém os dados da literatura disponível pesquisada de acordo com a sua correspondência mais próxima de significado. Nota-se que cada grupo formado possui a sua correspondência conceitual mais próxima. Melhor dizendo, cada grupo terá os insumos teóricos correspondentes. De forma prática, a dimensão “novas combinações” vincula-se aos produtos, processos ou serviços oriundos de uma nova reconfiguração que induz ao entendimento de aglutinação, agregação ou fusão de fatores. “Aplicabilidade” vincula-se ao sentido prático de execução, exploração de produtos, processos e serviços novos na atividade econômica e “concorrência” que é a ação de permanecer no mercado através de disputas salutaras com diferenciais inovadores. Dessa forma, a engrenagem da inovação é construída, a partir da reconfiguração dos fatores produtivos já existentes no processo.

Quanto à abordagem prática da metodologia, os fragmentos de textos representam as unidades de análise (unitarização) na Análise Textual Discursiva e as partes do fenômeno com títulos: novas combinações, aplicabilidade e concorrência podem ser consideradas as dimensões analíticas no método bibliográfico-conceitual. A categorização na ATD será justamente essas dimensões analíticas do fenômeno e reunirá as fragmentações textuais de acordo com a aproximação semântica. A análise qualitativa foi feita apreciando essas partes,

traçando conexões na construção do metatexto e dessa forma será feito com o próximo subtítulo, a criatividade.

4.2 O papel da criatividade na ação humana

A variável criatividade será aquele elemento inerente ao ser humano que fará a combinação perfeita com a economia para criar produtos e/ou serviços geniais que atenderão à sociedade e as necessidades materiais e imateriais de quem os produz. Servindo-se do talento pessoal de quem cria e torna exequível a ideia, a economia aliada à criatividade, reproduz a identidade ou a marca do intelecto humano em sua obra.

Assim, realizar um estudo do sentido, do significado e da aplicabilidade da criatividade é fundamental para reforçar o poder das conexões transversais entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica.

A palavra criatividade é derivada do verbo “criar”, de origem latina, “creare” que significa formar, gerar ou dar origem a alguma coisa. Sendo uma condição inerente ao ser humano, nasce primeiro na ação de pensar (DOROWN *et al.*, 2016); pode ser autossuficiente (HOWKINS, 2013) e estimulada (MIRANDA, 2016). Está presente em diferentes áreas da atividade humana: artística, científica e econômica (WEYERMULLER, 2017).

A visão de criatividade na literatura disponível pesquisada coaduna-se também com a de inovação de Schumpeter (1982), ao buscar soluções novas para fazer arranjos diferentes repensando, recombinao ou explorando criativamente recursos já existentes (MORAES; NAVAS, 2015; SIQUEIRA, 2012; HOWKINS, 2013; MUZZIO, 2017; MARTINS, 2018). Além de incrementar o ato de inovar, a criatividade será colocada como um aspecto decisivo para a competitividade (MUZZIO, 2017; SILVA, 2016; SAPPER *et al.*, 2014). Logo, uma proposta de encaixe do conceito de criatividade, como uma variável-componente para o entendimento das interfaces entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica, é de vital importância para o contexto.

A educação está inserida num contexto em que a atividade humana condutora das ações vem perdendo espaço. A ambiência docente e a aplicação de tendências de teorias educacionais para o público-alvo atual precisam ser

recombinadas, reconfiguradas e exploradas inovadoramente com foco nos potenciais empreendedores dos discentes, visando o aproveitamento cultural, científico e tecnológico para a emancipação e independência dos indivíduos tornando-os aptos para uma vida integral.

Nesse ínterim, foi visto que o empreendedorismo nas suas dimensões de “característica” e “processo” trouxe os seguintes entendimentos: “indivíduo que utiliza o conhecimento de forma inteligente, criativa e inovadora” (SEVERO, 2018); “atividades de criação e ousadia que produzem valores humanos e econômicos coletivos” (TONET, 2017); “processo de criar algo diferente e com valor” (HISRICH, 2014); “imaginar, processar e executar uma ideia” (BARRON; SHANE, 2006); “é um produto do processo tecnológico e envolve o uso do pensamento criativo em empreendimentos comerciais” (RATTEN, 2020). Nota-se que a palavra “criatividade” movimenta-se atravessando esses conceitos, explicitamente e implicitamente, dando-lhes uma qualidade de gênero humano que está presente “tanto no pensamento quanto na ação [...] está presente quando sonhamos com o paraíso, ao projetarmos nosso jardim e quando começamos a plantar” (HOWKINS, 2013, p. 13). Este autor acredita que o mundo hoje está mais centrado em pessoas que têm ideias do que naquelas que apenas manuseiam máquinas.

Mas que tipos de ideias? Ideias inovadoras, ideias empreendedoras, ideias criativas. O que se pode fazer com elas? São perguntas que se relacionam e possuem um propósito: o da transformação, da mudança no comportamento dos indivíduos que pode produzir efeitos benéficos para toda a sociedade. Uma ideia apenas no pensamento ou já materializada na ação pode levar ou não a algum lugar (HOWKINS, 2013). Em que lugar se quer chegar?

Para o alcance de objetivos é necessário ação, tanto nas artes, nas ciências, na educação ou na economia. Uma ação criativa e coordenada precisará de empreendedores ativos, arrojados e dispostos a colocar em prática as ideias. O resultado desse processo é gerar coisas novas e valiosas que contribuirão significativamente para o desenvolvimento socioeconômico de maneira direta ou indireta. Quando Howkins (2013, p. 13), diz que “criatividade é a capacidade de gerar algo novo” ele deseja dar um tom de personalidade, de originalidade e significado para essa inovação, como se fosse um talento ou uma aptidão pessoal.

Ainda em diálogo com o autor (2013, p. 39), “a criatividade por si só não tem valor econômico”, ou seja, ela precisa estar encapsulada num produto comercializável para assumir essa qualidade. Sendo assim, uma ideia consegue sair do âmbito do pensar para o agir criativamente, quando origina um produto e todo produto traz em seu bojo um valor econômico ou um valor de troca. Isso não quer dizer que não haverá criatividade em setores em que não comercializem produtos. Esses setores produzirão ideias criativas úteis para serem usadas em algum momento, transferindo significado para os clientes (HOWKINS, 2013, p. 31). É o caso dos setores que comercializam valores intangíveis: literatura, peças de palco e educação, por exemplo. Não obstante, tais setores produzirão produtos tangíveis criativos também de forma indireta, tais como: as empresas que imprimirão os livros (editoras), as empresas e pessoas que construirão os cenários para as peças e as empresas e pessoas que atuam no mercado da educação: livrarias, papelarias, escolas físicas e virtuais e seus agentes, plataformas webs, lojas de fardamento, empresas produtoras de alimentos, etc. É uma cadeia de acontecimentos reais que gerará renda e emprego em outros setores decorrentes de uma ideia criativa e de sua efetiva implementação através de empreendedores inovadores.

Vale lembrar a possibilidade de incentivar coletivamente pessoas a serem criativas com método, ambiente de trabalho e ferramentas adequadas (ASP, 2010; LANDRY, 2011; MIRANDA, 2016). A cultura organizacional está se refazendo para proporcionar e estimular ambientes cada vez mais criativos para o alcance dos objetivos devidos, sejam artísticos, científicos, educacionais ou econômicos.

As categorizações construídas (“característica”, “conjunto ou processo”, “método” e “fator externo”) a partir dos insumos teóricos que serviram de base para a escolha das unidades de análise (fragmentos de textos); foram formadas utilizando-se da técnica de aproximação por campo semântico dos conceitos oriundos da literatura. O objetivo é a compreensão do que está se mostrando na pesquisa, fracionando o estudo em partes. Os preâmbulos construídos no início do texto contextualizam os principais assuntos que foram abordados e suas conexões.

O grupo reunido em torno da palavra “característica” foi o que teve uma maior identificação e aduz ao entendimento das qualidades inerentemente humanas para a compreensão da palavra “criatividade”. Palavras como “traço” (MORAES; NAVAS, 2015), “habilidade” (SIQUEIRA, 2012), “comportamento” (PREDEBOM, 2013),

“componente humano” (SILVA, 2016), “capacidade” (HOWKINS, 2013), “condição” (MUZZIO, 2017), “fator” (SAPPER *et al.*, 2014), reúnem aspectos que portam uma personalidade ou identidade para o que se quer mobilizar intencionalmente na construção ou no desenvolvimento de algo novo, a partir de elementos insurgentes na perspectiva de um olhar diferenciado do ser humano.

A criatividade como um componente empreendedor abordado por Sapper *et al.* (2014), Silva (2016) e Muzzio (2017), é um predicado que as organizações precisam desenvolver para obterem sucesso e assegurar sua sobrevivência num ambiente concorrencial.

Nesse contexto, a criatividade é necessária, bem como preponderante para a competitividade. Isto posto, esses autores tratam a competição como um elemento humano essencial num cenário de subsistência, uma vez que, mobilizar esforços criativos para sobreviver é uma característica substancialmente humana. Ao mesmo tempo, as empresas ou os empreendimentos são feitos por pessoas e pessoas cada vez mais criativas, conferindo-lhes característica própria. Portanto, a empresa é um organismo vivo, formado por pessoas que usam cada vez mais a criatividade, dando um novo tom aos produtos e serviços finais a serem entregues à sociedade.

Ao analisar as inovações tecnológicas como uma técnica humana (SILVA, Gildemarks, 2013) capaz de auxiliar a combinação de novas ideias para gerar novos produtos ou serviços, está presente a criatividade inovadora do indivíduo ou de grupos. As novas tecnologias digitais que fazem parte da obra de criação da humanidade são largamente disponibilizadas para usos variados. Dessa forma, aliar a ferramenta digital (plataformas *webs*, celulares, *streamings* de conteúdo) com ideias educativas, por exemplo, é uma oportunidade de combinar o equipamento ou o mecanismo já largamente utilizado nessa época atual, com oportunidades de ensino e aprendizagem bem sucedidas para crianças e jovens. Ou simplesmente utilizar-se de ideias criativas a partir de estudos científicos como o “método fônico” (CAPPOVILA, 2004), que ajuda a alfabetizar crianças e adultos, ensinando-as a utilizar o bater de palmas para separar as várias partes ou pedaços dos nomes.

O grupo formado pela dimensão analítica “método” (ASP, 2010; MIRANDA, 2016) reconhece que a criatividade é uma qualidade natural humana, contudo constata que ela pode ser estimulada através de dois elementos: técnica e método. Esses elementos dão à criatividade humana um caráter sistemático, o que

noutros termos significa que para uma pessoa explorar seu potencial criativo, é necessário que seu talento seja constantemente treinado e construído, através da execução de determinados passos que ao serem trabalhados assertivamente auxiliarão a pessoa a aflorar a sua criatividade. Isto pode ser exemplificado através da vivência de quem trabalha como músico: são necessárias várias horas de ensaio para que uma partitura seja lida e interpretada com maestria (MIRANDA, 2016).

No estudo de Landry (2011), a criatividade aparece como um método para explorar os recursos culturais das cidades de maneira assertiva, ajudando-as a crescerem e desenvolverem-se. O estudo sugere que esses recursos culturais sejam a matéria-prima para a criatividade como ativos e bases de valor potenciais, auxiliando não só na compreensão das histórias locais, como também para fomentar ações criativas no presente que irão impactar num tempo vindouro.

O arranjo formado pela dimensão “fator externo” conduz ao entendimento de componentes exógenos, impactando positivamente as ideias criativas. O fator externo irá associar-se aos estudos de Asp (2010) respaldando a utilização de método e técnica, reforçando a percepção de que ambientes favoráveis podem ser construídos com as atitudes proativas de outros (DOROW, 2016). O aproveitamento dos “meios culturais materiais e imateriais disponíveis” (FORNASIER: PRETO, 2020) também fornecem recursos de incentivo e oportunidades para os indivíduos.

A partir dessas colocações é possível inferir que o potencial criativo de uma pessoa pode ser estimulado ou inibido conforme os valores e as convenções culturais do ambiente em que o indivíduo se encontra. Em espaços onde o campo de atuação profissional é mais burocrático e rotineiro, a criatividade tende a dar lugar ao pragmatismo. Já em locais em que existe a devida liberdade para que o potencial criativo das pessoas seja estimulado, as pessoas sentem-se encorajadas a propor soluções originais para problemas que até então nunca foram resolvidos.

O último agrupamento que abarca a compreensão de “conjunto ou processo” reúne elementos que agregam um entendimento global de criatividade, pois pontuou a presença do pensamento criativo humano como uma característica e com desdobramentos em etapas ou processo estimulados ou não.

Dessa forma Gomes (2011) elenca quatro termos atrelados a esse conceito: fatores; processos; atividades e comportamentos. Nos dizeres desse autor, os tópicos referidos estão diretamente relacionados ao incremento constante do

potencial criativo do indivíduo. Os “fatores” podem ser entendidos como as condições do meio em que o sujeito vive e que estimulam ou retraem a sua criatividade. Os “processos” são aqueles que exercem influência a partir do momento em que uma nova habilidade até então desconhecida passa a ser aprendida. Nesse sentido, o processo consiste em assimilar técnicas que ao serem executadas com destreza permitirão ao indivíduo expressar a criatividade. É similar ao modelo ou a abordagem de ensino-aprendizagem comportamentalista (ATANAZIO, 2018). A “atividade” é um elemento posterior ao processo, uma vez que a pessoa já possui domínio de como ela estimula o seu talento. Nesse sentido, a atividade pode ser compreendida como a prática da criatividade; é colocar o pensamento em ação.

Os “comportamentos” estão vinculados aos traços atitudinais das pessoas criativas, formando um perfil característico. Essas pessoas conseguem produzir coisas que pessoas que não possuem a sua criatividade constantemente estimulada normalmente não fariam. Corroborando com essa ideia e ampliando mais o escopo para encaixar a inovação, o estudo de Dorow (2016, p. 126), expõe o seguinte: “Se por um lado, criatividade é pensar coisas novas, por outro, inovação é “fazer” coisas novas e valiosas”. É possível notar a aproximação dos conceitos da criatividade e da inovação, pois ambos estão ligados ao talento humano para criar coisas, usufruir delas, ser remunerado por isso e viver a partir dessa perspectiva.

Ostrower (2012) destaca outro tópico relevante no campo da criatividade. Para esse autor, ser criativo é uma qualidade inerente ao ser humano. Uma das formas que o homem tem de demonstrar a sua criatividade é no exercício do seu trabalho. Nos processos de trabalho é que a criatividade se manifesta. Haverá a necessidade de um determinado conjunto de regras a serem cumpridas mesmo nos processos criativos. Embora existam situações não previstas nos regimentos existentes que exigirão desse profissional uma criatividade autossuficiente capaz de resolver situações-problemas com eficiência e inovação.

É possível observar que as quatro dimensões analíticas da criatividade vistas neste estudo: “característica”, “método”, “fator externo” e “conjunto ou processo”, possuem em comum o fato de encaminharem a “criatividade” para uma qualidade essencialmente humana, seja de forma espontânea ou estimulada. Nenhum artefato criado pelo ser humano por si só, é capaz de dar identidade, significado e

intencionalidade às ações. A educação é uma das atividades humanas mais repletas de significado e intencionalidade. Daí, o papel humano nessa atividade ser essencial. Dessa forma, a inteligência dos alunos pode ser estimulada.

A escola hoje pode ser uma grande criadora de talentos, uma vez que a inteligência não é mais uma característica genuinamente genética e pode e deve ser ensinada (PIAZZI, 2014). Ainda consoante Piazzzi (2014, p. 180) há o entendimento de que a escola passaria a ter a missão de fomentar inteligências e “educação de qualidade passaria a significar professores inteligentes tornando seus alunos cada vez mais inteligentes”. Nesse ponto vislumbramos tanto “método”, como “fatores externos”, agindo e interagindo como num “processo” característico de traços e perfis humanos.

As diferenças em cada dimensão relacionam-se com suas especificidades e o significado particular de cada uma. Os autores que conectam a criatividade com a dimensão “característica” alinham-se ao perfil espontâneo e inerente do ser humano. Aqueles que se alinham a “método” e “fator externo” buscam alternativas exógenas ao ser humano para estimular a sua criatividade e ao mesmo tempo propõem um método sistemático de ação, aproveitando, é claro, os potenciais externos e internos. Esse ponto aproxima-se da ideia de “conjunto ou processo”, porém de maneira mais restrita, haja vista, que a ideia de conjunto é a de totalidade, ampliando o escopo de abrangência.

Os insumos teóricos pesquisados como fonte de informação e construção de conceitos permite associarmos a palavra “criatividade” a um comportamento humano representativo das ideias espontâneas ou estimuladas, que associadas inovadoramente, podem ser utilizadas para resolver problemas do cotidiano do indivíduo ou de uma organização.

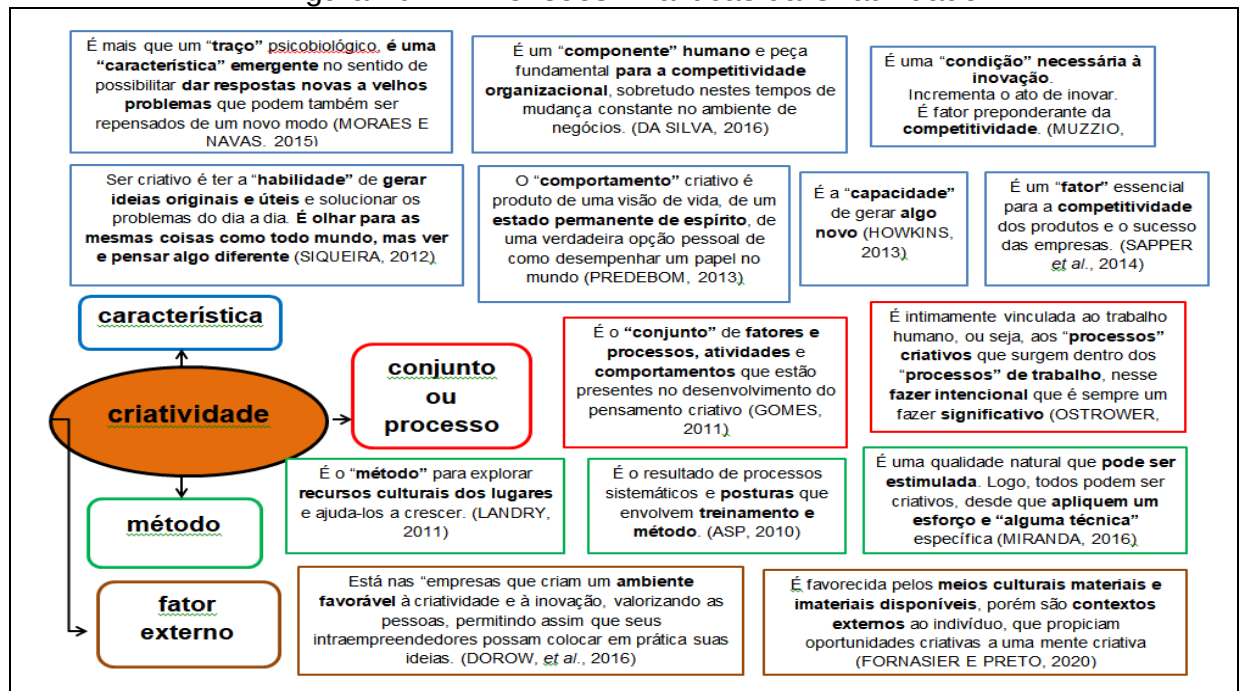
O constante estímulo ao desenvolvimento do potencial criativo auxilia as pessoas a desenvolverem habilidades num nível acima dos padrões convencionais. O fomento ao comportamento criativo das pessoas, agregando os fatores adjacentes culturais, pode ser considerado um diferencial para as organizações, principalmente aquelas cujas funções exigem um patamar elevado de criatividade.

O formato da figura 10 abaixo representa as dimensões analíticas do fenômeno “criatividade” organizadas em quatro partes principais: “característica”, “método”, “fator externo” e “conjunto ou processo”. Cada uma das partes contém os

dados equivalentes das literaturas pesquisadas e estão dispostos de acordo com a sua correspondência semântica.

Observa-se que cada grupo elencado possui um conteúdo subordinado a uma finalidade específica. Melhor dizendo, haverá uma razão para agregações com aproximações semânticas do tipo: “perfil singular”; “estratégia”; “variável exógena com arranjos” e “totalidade numa sequência de passos”.

Figura 10 – Dimensões Analíticas da Criatividade



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

De forma prática, isso quer dizer que “perfil singular” representa as “características” humanas inatas; “método” alinha-se a “estratégia”, dando os passos de regramento para estímulos; “fator externo” afina-se com “variável exógena com arranjos” o que trará elementos do entorno do indivíduo, como valores e cultura, combinando-os com os já existentes e por consequência, reconfigurando-os inovadoramente. Por fim, “conjunto ou processo” forma o arranjo de “totalidade numa sequência de dados” cujo entendimento é de agregação com propósito e intencionalidade. Fazer algo com intencionalidade é conceber alguma coisa para um destino finalístico, imbuído de propósito e intenções. No caso da educação, a intencionalidade e o propósito estão imbricados em suas práticas, sempre objetivando o aprendizado. O título seguinte articula esses aspectos, fomentando o conhecimento e a prática profissional.

5. DIALOGANDO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A proposta de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como modalidade educacional tem como objetivo prover ou munir o cidadão das ferramentas adequadas para o desempenho das profissões no ambiente produtivo do trabalho. Nessa perspectiva, a EPT regida pela Lei Federal 11.741 (BRASIL, 2008), pode integrar-se aos diferentes níveis (Educação Básica de Nível Médio e Ensino Superior) e modalidades da educação (Educação de Jovens e Adultos - EJA e Ensino a Distância - EAD). Bem como integrar-se às dimensões da vida: trabalho, ciência, tecnologia e cultura (MEDEIROS NETA; ASSIS; LIMA, 2016). Apresenta a seguinte estrutura: Formação Inicial e Continuada – FIC, que são os cursos de livre oferta não necessariamente condicionados ao nível de escolaridade; Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação.

No nível da Educação Básica de Ensino Médio a Educação Profissional e Tecnológica pode estar nas formas integrada, concomitante e subsequente. A forma “integrada” é aquela proposta para os egressos do nível fundamental, na mesma instituição de ensino em que fizer o nível médio, com uma única matrícula, configurando-se no Ensino Médio Integrado - EMI; a “concomitante” é oferecida para quem concluiu o nível fundamental ou para aquele que já esteja cursando o nível médio. É uma complementaridade entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Básica de Ensino Médio. Possui matrículas distintas para cada curso, podendo estar em andamento na mesma instituição ou em instituições diferentes. A modalidade “subsequente” é para quem já concluiu o ensino médio, constituindo-se em habilitação profissional técnica de nível médio. “Essa oferta tem por condição de acesso quem já tenha concluído o Ensino Médio, cursado regularmente, na chamada idade própria, ou na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA” (ROCHA, 2017, p. 21).

5.1 Aglutinando a Educação Profissional e Tecnológica ao contexto das interfaces

Aglutinar significa agrupar, congregar em torno de si alguma ideia ou alguma ação. No caso desta proposta, a EPT simboliza a reunião das demais variáveis:

inovação, empreendedorismo, criatividade e economia que serão fortalecidas num fluxo dinâmico com propósito educacional prático repleto de conhecimento. A ação inspiraria os discentes a transformarem o cenário socioeconômico e cultural diminuindo as desigualdades sociais, não do ponto de vista assistencialista (MOURA, 2007), mas superando essa perspectiva, para além dos empregos e salários fixos também. Logo, o conjunto dessas variáveis aglutinadas por uma educação profissional e tecnológica, representaria uma propositura de novas oportunidades de renda e trabalho para os cidadãos-estudantes. Os estudos de Pereira (2017) demonstram que uma educação empreendedora auxilia na integração entre o saber e o fazer.

Para o mundo da EPT, por conseguinte, contribuirá para uma formação humana integral, agregando mais elementos que possam proporcionar aos indivíduos emancipação e independência. Na fala de Moura (2007, p. 22), a EPT é “um movimento na busca da unidade teoria e prática”. A concepção a ser alcançada é de traçar novos caminhos para fortalecer essa unidade entre o saber e o fazer.

A história da educação profissional no Brasil iniciou-se no Império com uma proposta de oferta de ensino industrial, agrícola e comercial para os estados e capital federal a partir da União. Porém, segundo a autora, não houve tempo hábil para a implantação nessa forma de governo, vindo a consolidar-se na República. No dia 23 de setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha oficializou a criação de uma rede federal de educação profissional no país. Desde então, existe uma busca em conjugar teoria e prática historicamente separadas, numa educação profissional voltada para uma preparação para o mercado de trabalho e uma educação básica elementar voltada para a intelectualidade (KUNZE, 2009).

A educação é uma atividade específica dos seres humanos, assim como o seu processo de formação que se inicia no trabalho (SAVIANI; DUARTE, 2010). Isso significa, conforme Saviani (2007, p. 152) “que apenas o ser humano trabalha e educa”. Deduz-se, a partir dessa aglutinação, que o fazer (o trabalho) e o preparar para o fazer (educação) estão intrinsecamente conectados. Portanto, não é à toa uma proposição de Educação Profissional e Tecnológica combinada e atendida com as possibilidades de autonomia e emancipação dos indivíduos a partir de atividades empreendedoras que uma economia criativa possa propiciar.

A Lei Federal 11.892 (BRASIL, 2008) que criou os Institutos Federais, estabelece na Seção II, art. 6º, inciso VIII, a seguinte determinação: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”. Assim, a proposta está alicerçada com as finalidades e características dos institutos, o que promoverá estratégias transversais e interdisciplinares em ambientes formais e não formais.

À vista de todo esse arcabouço conceitual, existe uma mobilização constante para encontrar um modo de operacionalizar princípios teóricos capazes de efetivar processos educativos (MACIEL, 2018) dentro de uma proposta integradora. O Ensino Médio Integrado ou EMI, na visão de Medeiros Neta, Assis e Lima (2016) é a possibilidade de superação da dualidade educacional, teoria e prática. Além do que o currículo integrado oportuniza uma compreensão mais abrangente da realidade. E essas ideias de fim da dicotomia entre teoria e prática com a mediação de um trabalho que se conecte com a realidade, são reforçadas nas palavras de Manacorda (2007, p. 67):

Mas essa participação real do trabalho como processo educativo para as transformações sociais será tanto mais eficaz quanto menos for um mero recurso didático; deve ser antes, uma inserção real no processo produtivo social, vínculo entre estruturas educativas e estruturas produtivas [...].

Caso esse fazer prático seja algo empreendedor, criativo e operacional conjugado com a necessidade de conhecimento para a consecução e crescimento tanto do ser humano quanto da atividade econômica, é possível visualizar a conexão entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica. Ramos (2014) consubstancia essa ligação ao salientar que uma formação humana integral realizar-se-á através da articulação de todas as dimensões humanas da vida com o processo educacional. E o trabalho como uma dessas dimensões da vida será o mediador das demais dimensões: ciência, tecnologia e cultura (RAMOS, 2008). O trabalho como prática econômica fundamenta a profissionalização para garantir a sobrevivência. Note-se que a sobrevivência, assim como na economia já apontada há séculos atrás, também passa a ser preocupação da educação (RAMOS, 2014).

Corroborando com esse entendimento e ampliando seu escopo, a proposta de interface entre a Economia Criativa e a EPT busca também ir além do trabalho no sentido restrito do “emprego” como única perspectiva de renda e sobrevivência.

Essa amplitude concretizar-se-á no fomento ao empreendedorismo (BRASIL, 2008; PEREIRA, 2017), o qual incrementará a formação humana integral, vinculando-se às demais dimensões do ser humano ampliando a sua totalidade. E nesse processo de conexão, a dimensão do trabalho, que é uma base teórica da EPT, será fundamental.

O trabalho para materializar-se numa possível atividade econômica criativa, valorizando o ambiente cultural dos discentes e todo o seu potencial individual e coletivo, deve estar aliado a uma educação profissional. Certamente, será o instrumento e o estímulo que proporcionará aos alunos a conquista da independência e da capacidade de produzir a sua própria existência. Assim, os projetos ou soluções para negócios próprios ou de organizações fará parte de um leque mais abrangente de opções profissionais.

As ideias criativas e inovadoras de inventores deverão ser estimuladas com o devido suporte técnico, inclusive com observância da literatura neoschumperiana (COSTA; OLIVEIRA, 2016), que amplia o foco do agente responsável pelo desenvolvimento, do empresário inovador para as instituições de ciência e tecnologia públicas e privadas. Dessa forma, o papel da Educação Profissional e Tecnológica como agente fomentador de inventores capazes de transformar uma ideia criativa numa solução prática para projetos de negócios inovadores, poderá contribuir para um novo modelo de organização da sociedade focado no talento e nos potenciais empreendedores dos alunos.

Além de capacitar indivíduos e estimular inteligências de forma criativa para atuarem na solução de problemas, a EPT estaria incentivando-os a serem independentes e autônomos, capazes de transformar ideias criativas em potenciais negócios. Esses alunos-cidadãos tornar-se-iam donos dos meios de produção (MANACORDA, 2007), gerando a sua própria renda e, ao mesmo tempo, fomentando a atividade econômica.

Com base nessas informações preliminares, foi feito um estudo do fenômeno “Educação Profissional e Tecnológica - EPT”, valendo-se de outros insumos teóricos coletados da literatura disponível para conceituá-la, com o objetivo de aclarar o entendimento. Dessa forma, o fenômeno é o assunto a ser estudado, teve como metodologia a coleta de dados, a organização e a geração de respostas ou captação de um novo emergente conforme entendimento da ATD (MORAES; GALIAZZI, 2016;

CARVALHO; ANJOS, 2017; GALIAZZI; SOUZA, 2019). Utilizou-se também do auxílio do método bibliográfico conceitual de Nascimento-e-Silva (2012).

O método combinado foi o da aproximação semântica de significados usado como proposta nos dois caminhos acima. O processo de estudo começou dividindo o fenômeno em três partes que aglutinaram e sintetizaram as unidades de significado ou de análise. Essas partes foram chamadas de dimensões analíticas (método bibliográfico) ou categorização na Análise Textual Discursiva. Categorizar é construir pontes entre as unidades de significado (fragmentos do *corpus* textual) e posteriormente fazer relações entre elas (MORAES; GALIAZZI, 2016). Assim, o metatexto foi sendo construído com a explicitação das categorias e suas relações (diferenças e contrastes, semelhanças ou comparações e conceitos). Nesse ponto, fica nítido o uso do método indutivo na produção das categorias (MORAES; GALIAZZI, 2016).

O fenômeno “Educação Profissional e Tecnológica” foi dividido em três partes: trabalho, desenvolvimento socioeconômico e formação humana integral. A categoria ou dimensão, trabalho, foi dividida em subcategorias de análise: desenvolvimento de capacidades e superação de dualidade. Vale dizer, conforme diretrizes da Análise Textual Discursiva, que os agrupamentos emergiram das informações teóricas analisadas. É o “pesquisador se assumindo como autor” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 58).

Essa introdução metodológica foi útil para elucidar o caminho adotado e esclarecer como foi feita a construção do passo a passo de todas as variáveis da engrenagem que construiu as interfaces entre a Economia Criativa e a EPT. À vista disso, a palavra “trabalho” nesse estudo, carrega dois entendimentos. O primeiro refere-se a um conjunto de esforços, de algo que não está isolado ou agindo desarticuladamente. O segundo, a ideia de alguma coisa mais específica e ao mesmo tempo, apartada da produção; sugerindo uma contrapartida assalariada.

Dessa forma, tal dimensão foi subdividida em duas categorias. A primeira categoria que aduz ao sentido de superação da dualidade identifica o trabalho na Educação Profissional e Tecnológica como aquele capaz de reunir esforços para dirimir as questões de prática e teoria e associar definitivamente o saber ao fazer com uma finalidade mais abrangente de tornar o ser humano o produtor da sua própria realidade (RAMOS, 2014), superando a dualidade histórica (SAVIANI, 2007;

MOURA, 2007; PEREIRA; SILVA; JUCÁ, 2019). Essa visão é a do entendimento do trabalho como princípio educativo que tem no seu o trabalho que faz do ser humano o sujeito de sua história e de sua realidade, pois estará alicerçado no conhecimento intelectual e na preparação para diferentes atividades técnicas laborais.

Esta é uma das bases teóricas da EPT que vê o trabalho como princípio educativo que sustenta esta modalidade educacional. Pereira, Silva e Jucá (2019) compreendem que este pilar conceitual é um dos caminhos para se ultrapassar a dicotomia entre o ensino focalizado nos mais favorecidos, em detrimento da educação destinada às grandes massas populacionais. Nesse viés, o trabalho não é entendido como função fracionada de um processo, não está isolado, mas sim é o resultado de uma interface constante entre natureza e homem. O fruto desta interação é a produção da existência dos indivíduos, uma vez que trabalho e educação são atividades próprias do ser humano (SAVIANI, 2007).

Saviani (2003) ao mencionar politecnia a compreende como a união entre a formação intelectual e o trabalho produtivo, pois independentemente da preferência conceitual ou semântica, entre “educação tecnológica” ou “politécnica”, o conteúdo que se quer informar deve alcançar a completude entre educação e trabalho. A palavra politecnia faz menção a uma multiplicidade de técnicas e por isso o autor alerta para o risco de se entender este verbete de forma equivocada. Politecnia nesse sentido não significa o conjunto de técnicas fragmentadas, mas sim a totalidade de técnicas que auxiliam de forma substancial no desenvolvimento pleno do ser humano (FRIGOTTO, 2012).

O autor baseia-se, sobretudo, nas palavras inspiradoras de Marx (1990) no “Manifesto”, quando este sugere a “combinação da educação com a produção material”. Dessa forma, a politecnia representaria esta união entre o conhecimento (teoria) e o trabalho produtivo (prática), cuja proposta inicial esteou-se e inspirou-se nos escritos do economista alemão Karl Marx e que foram apropriadas à EPT. Isto posto, a ideia de trabalho combinada com a educação constrói-se a partir do momento em que o aluno domina as técnicas em sua totalidade, torna-se apto a produzir sua existência de forma assertiva e produtora, num processo simultâneo de trabalho e de aprendizado (SAVIANI, 2007; 2008).

Feres (2015) destaca a relação indissociável entre teoria e prática como elemento essencial da Educação Profissional e Tecnológica. Isso sugestiona o

seguinte: para que os educandos sejam instruídos através de uma educação emancipatória, um dos requisitos é o ensino do manuseio dos conhecimentos aprendidos em sala de aula. Noutras palavras, não basta apenas se apropriar dos conteúdos, é necessário que os alunos aprendam na prática como os saberes podem ser empregados e, através disso, compreender a lógica existente na prática de cada teoria disseminada. Para tanto, é importante que as matrizes curriculares dos cursos de EPT considerem a relação entre teoria e prática um elemento essencial para a formação do sujeito.

A segunda categoria em que a primeira dimensão intitulada “trabalho” foi subdividida, desenvolvimento de capacidades, sugere que tal unidade de significado seja de certa forma menos abrangente, visando o atendimento de uma prática laboral que atenda às necessidades de sobrevivência dos indivíduos proporcionando-lhes maiores oportunidades de emprego. Desenvolver capacidades é desenvolver competências, habilidades, aptidões ou a perícia em algo, o que sugere especificidades práticas. É por exemplo o entendimento etimológico que Nosella (2006) traz a respeito de politecnia com o significado de “muitas técnicas”.

Neste caso, o autor a vincula apenas às abstrações que foram feitas a partir dela e que estão no dicionário, tais como: politécnico e politécnica, o que levará a comparação com o adjetivo polivalência (muitas tarefas). Polivalente é o ser humano multifuncional. Essa palavra quando associada à etimologia da palavra politecnia, vincula o sujeito às atividades práticas. De outra maneira, é como se o sujeito encarnasse a própria atividade e passasse a confundir-se com ela.

Logo, politecnia estaria apenas ligada à prática avalizando o aprendizado de várias técnicas desarticuladas, pois não haveria a tecnologia do conhecimento agregando-as (NOSELLA, 2006; SCHERER, 2013). Não significa que o autor não pense numa Educação Profissional e Tecnológica de maneira integrada, pois a discussão reside apenas no campo etimológico e linguístico quanto à palavra politecnia. Porém, tal contenda induz o significado de politecnia na interpretação de Nosella (2006), para o desenvolvimento de capacidades focadas para a prática profissional restrita a um emprego.

Ao escrever suas percepções sobre Educação Profissional e Tecnológica, Viamonte (2011) destaca que essa modalidade educacional se notabiliza pela potencialização da capacidade de trabalho tanto dos sujeitos como das

organizações. O autor menciona que as novas configurações tanto no âmbito cultural como na esfera da ciência e da tecnologia representam um contexto que propicia a aglutinação da educação profissional integrada à educação básica. Aqui neste trecho é perceptível uma das características marcantes da EPT: a integração entre a educação básica e a educação voltada para o exercício de um determinado ofício.

Esse fato sugere que o conhecimento adquirido por trás do manuseio das “ferramentas” levará a uma prática empregatícia. Sendo assim, o foco está na profissionalização voltada para o desenvolvimento ou o preparo de habilidades necessárias para a conquista de um emprego assalariado. Não que essa promoção de capacidades seja algo desnecessário ou inócuo, mesmo porque é de interesse dos indivíduos a sua subsistência, todavia, o trabalho resume-se na conquista de um emprego.

Por conseguinte, é importante que não se perca do horizonte de curto a médio prazo, a preocupação com os efeitos da revolução cognitiva ou Revolução 4.0, sobre os empregos em geral. Para muitos especialistas este acontecimento já está trazendo o fim dos empregos, assim como os conhecemos hoje (RIFKIN, 2004; SCHWAB, 2016). Portanto, é importante considerar as seguintes situações: como sobreviver sem um emprego? Como gerar uma renda sem um trabalho assalariado? Logo, é perceptível que nesse processo de formação integral, está ausente um preparo mais adequado dos discentes para a conquista dos meios de produção e também o incentivo à independência e à liberdade de escolha. Esses fatores farão a diferença na era dessa 4ª Revolução Industrial ou Revolução Cognitiva.

O segundo grupo formado pela unidade de sentido “desenvolvimento socioeconômico” aproxima a EPT de um cenário macroeconômico, ligando-a a uma responsabilidade social de preparação dos indivíduos atenta às mudanças na realidade econômica. O desenvolvimento socioeconômico quando ocorre deixa implícito um entendimento de crescimento com mudanças que causarão disruptura na base tecnológica (SCHUMPETER, 1982). Por isso é necessário um preparo discente mais atento à realidade de mudanças inovadoras na economia, bem como aos aspectos sociais e de preservação do meio ambiente (DEGEN, 2009).

À vista disso, Peterossi (2014) aponta que abordar sobre a Educação Profissional e Tecnológica significa debater qual o patamar educacional o Brasil

espera alcançar com vistas ao seu desenvolvimento socioeconômico. A autora considera que a educação é um dos principais indicadores para que um país alcance níveis consistentes de crescimento. Ao mencionar sobre as políticas públicas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, Peterossi (2014) menciona a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008) como um passo relevante no que tange a oferta de cursos técnicos, profissionalizantes e tecnológicos.

Silva, Souza e Lima (2018) afirmam que a Educação Profissional e Tecnológica está em franca evolução. Embora ainda haja muito a ser conquistado neste campo educacional, na visão destes autores, a EPT tem deixado de ser compreendida como uma iniciativa de cunho assistencialista. Esta visão tem sido gradualmente substituída pela ideia de que a Educação Profissional e Tecnológica pode ser uma alternativa para a promoção da transformação social.

O trabalho certamente faz parte desse contexto de aprendizado e de novas oportunidades para os estudantes, saindo da visão apegada do emprego (RAMOS, 2008). Terá o seu escopo ampliado nessa visão de “desenvolvimento socioeconômico”. Além de proporcionar a subsistência, o trabalho é considerado um relevante caminho para o aprendizado, através do qual o sujeito trabalha e aprende, além de alcançar sua emancipação (SAVIANI, 2008). Esse sentido coaduna-se com a ideia de um desenvolvimento socioeconômico e todo o seu significado de novas oportunidades. Manacorda (2007) lembra o fato de que o trabalho só pode ser plenitude quando da posse dos meios de produção, pois nesse momento, será manifestação de si mesmo ou pessoal.

Kleiman e Soares (2018) elencam os desafios inerentes ao ensino da Educação Profissional e Tecnológica. Para estes autores, um ponto a ser considerado é o equilíbrio entre o atendimento das necessidades de mercado e o ensino de suas bases conceituais e demais assuntos correlatos. Além disso, Kleiman e Soares (2018) reconhecem a magnitude da EPT para a qualificação profissional de milhões de pessoas no Brasil, em especial os que estão fora do mercado de trabalho. É conveniente mencionar que o itinerário formativo da EPT deve, entre outros tópicos, considerar a formação plena do indivíduo (FRIGOTTO, 2012). Isto exige o desenvolvimento de múltiplos campos, como, por exemplo, o

artístico, o científico, o tecnológico, o físico, o psicológico e o emocional (FRIGOTTO, 2012).

O último grupo composto pela dimensão analítica “formação humana integral” vem justamente trazer a ideia da formação plena do indivíduo nas quatro dimensões humanas integradas à Educação Profissional e Tecnológica: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. A Formação Humana Integral é outra base de sustentação da EPT. Frigotto (2012) relata que esta base conceitual se notabiliza pelo desenvolvimento pleno do ser humano nominada também de omnilateralidade. O oposto disso é uma das características da educação calcada na dualidade histórica (CIAVATTA, 2005), na qual o trabalho é reduzido à questão do emprego. Em complementação ao conceito de Frigotto (2012), Ciavatta (2005) explana que o papel da Formação Humana Integral é justamente o de superar esta visão, através de uma educação fortemente pautada em um caráter emancipatório.

Marise Ramos (2014) relata o compromisso que uma educação profissional possui com a formação humana. Para isso considera a EPT capaz de preparar o indivíduo para o entendimento e percepção das dimensões científico-tecnológicas, sócio-históricas e culturais mediadas pelo trabalho, integrando assim, todas as dimensões da vida no processo educacional. Tais dimensões devem ser articuladas no processo ensino-aprendizagem.

O ser humano integral passa a superar historicamente a divisão social do trabalho que dividia as ações de pensar e fazer. Diante dessa propositura pode-se inferir que o contexto é propício para a inserção de elementos que contribuam para o fim dessa divisão social que o trabalho possa impor. Tais elementos estruturam-se em oportunidades de emancipação através de um trabalho empreendedor utilizando elementos de uma economia cada vez mais criativa que certamente contribuirá na conquista de autonomia e mudança no padrão de vida dos indivíduos e da sociedade.

É oportuno constatar o que as três dimensões analíticas do estudo de educação profissional e tecnológica: trabalho; desenvolvimento econômico e formação humana integral, têm em comum: a preocupação com a sobrevivência; o entorno e o desenvolvimento humano numa perspectiva mais abrangente de existência. É oportuno mencionar que tais dimensões foram agrupadas conforme

análise emersa dos insumos teóricos. Os três aspectos compartilhados comumente pelas três dimensões fortalecem a ideia de Educação Profissional e Tecnológica.

Tanto as questões mais restritas quanto as mais amplas no que se referem aos conceitos de trabalho e politecnia preocupam-se em focar nas necessidades dos indivíduos quando pensam e empreendem a sua formação educacional com vistas ao mundo do trabalho. Uma formação integral sugere a articulação de todas as dimensões da vida para que o ser humano possa ser capaz de transformar a sua realidade; construir a própria história com liberdade de escolha e possibilidade de autonomia e emancipação.

A proposta do desenvolvimento socioeconômico (a realidade do entorno) entrelaça-se nas demais dimensões analíticas como um pano de fundo para a operacionalização da trama do pensar e do fazer, assunto tão caro à Educação Profissional e Tecnológica.

As diferenças entre as dimensões residem no alcance individual de cada uma. O trabalho pode estar vinculado somente ao fazer e apequenar-se ao simples manuseio e operacionalização de instrumentos e máquinas com a expectativa de retorno de uma renda assalariada. Ou, pode expandir-se encapsulado de conhecimento, quebrando paradigmas históricos de separação entre o pensar e o fazer. Pode também representar novas oportunidades de renda (o salário sendo substituído por lucro). Já a formação humana integral articula todas as dimensões da vida dentro dessa modalidade educacional, buscando a formação total e completa do ser humano dando-lhe um propósito de vida.

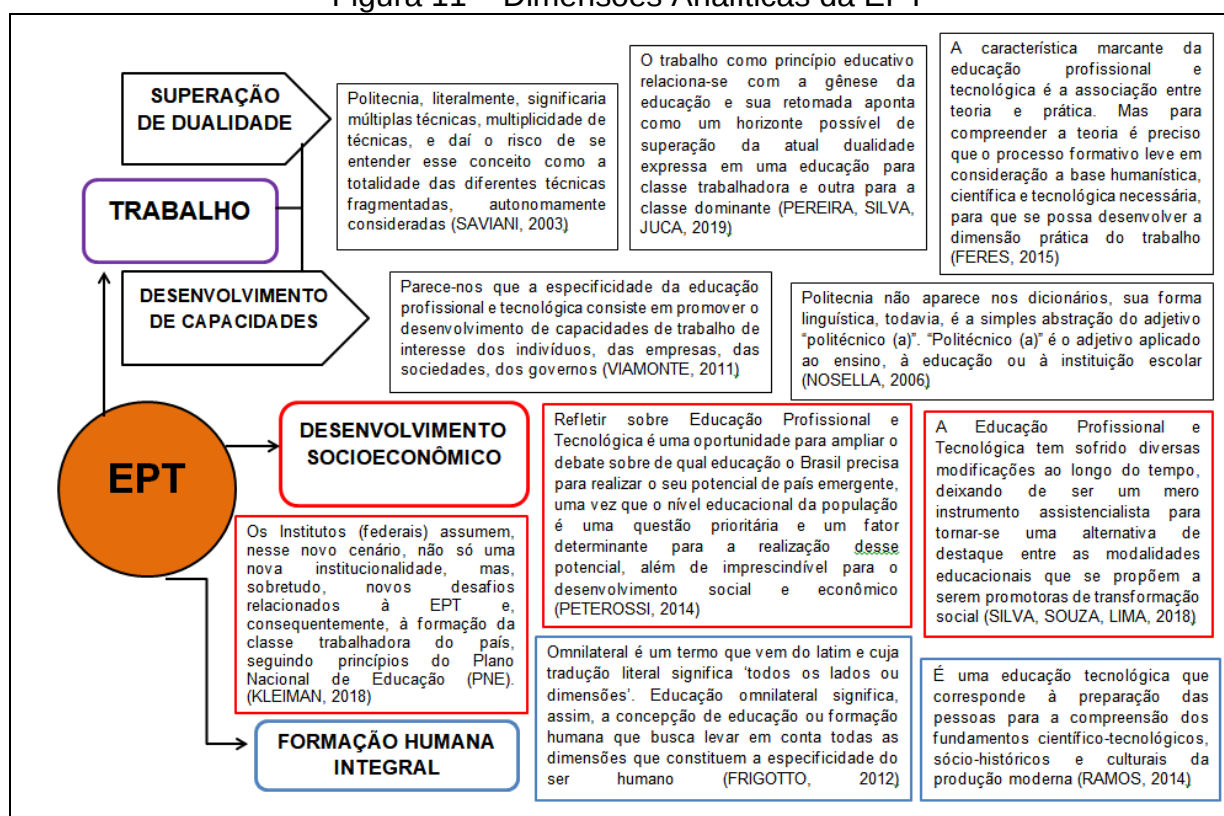
A revisão na literatura permite considerar a Educação Profissional e Tecnológica como uma modalidade educacional que se propõe a superar a visão dualista do trabalho e da educação, através do desenvolvimento pleno das potencialidades do indivíduo. Preocupa-se com a sobrevivência dos indivíduos, contudo é importante mencionar que esta educação não pode ser confundida como uma iniciativa de caráter meramente assistencial. Sendo trabalho e educação duas partes fortemente intrínsecas.

Considera-se, portanto, a EPT um caminho executável e viável para a transformação social e econômica dos sujeitos, com vistas ao alcance de sua emancipação. Vale ressaltar que a dimensão trabalho na Educação Profissional e Tecnológica, conecta-se com o desenvolvimento socioeconômico da sociedade,

contribuindo para criar uma interface de possibilidades. Desta forma, o ser humano íntegro aumentará o seu escopo de abrangência, podendo ser aquele capaz de conquistar para si, através do conhecimento e do trabalho, os meios de produção que o habilitem à emancipação e ao triunfo.

Vale dizer que tais iniciativas empreendedoras com o auxílio de uma economia cada vez mais criativa, valorizam o ambiente cultural dos discentes e todo o seu potencial individual e coletivo, gerando mais renda e emprego. Por conseguinte, os Institutos Federais tornar-se-ão *clusters* de pesquisa e desenvolvimento (COSTA; OLIVEIRA, 2016) que formarão seres humanos cada vez mais habilitados a conquistarem seus próprios meios de produção. Como seres íntegros despertarão um propósito existencial para a vida através da educação, pois serão estimulados a desenvolverem suas inteligências ampliando o horizonte de oportunidades.

Figura 11 – Dimensões Analíticas da EPT



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A Figura número 11 representa as categorias de análise do assunto "Educação Profissional e Tecnológica" organizadas em três partes, sendo a primeira delas com duas subdivisões: (i) o trabalho como superação da dualidade teoria e

prática (SAVIANI 2003; PEREIRA; SILVA; JUCÁ, 2019; FERES, 2015) e (ii) o trabalho como desenvolvimento de capacidades (VIAMONTE, 2011; NOSELLA, 2006). A segunda em desenvolvimento socioeconômico (KLEIMAN, 2018; PETEROSSO, 2014; SILVA; SOUZA; LIMA, 2018) e a última, formação humana integral (FRIGOTTO, 2012; RAMOS, 2014).

Cada parte e subparte contêm os dados da literatura pesquisada disponível e organizados de acordo com a correspondência mais próxima de significado. De forma prática, trabalho, está relacionado à subsistência ou à sobrevivência; desenvolvimento socioeconômico, ao entorno, isto é, a tudo aquilo que favorece e ao mesmo tempo prospera com o êxito do meio.

A formação humana integral com o desenvolvimento pleno do ser humano. As bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica estão presentes na menção ao trabalho como princípio educativo, na politecnia e na formação humana integral. Essas bases entrelaçam-se numa trama real que habilita o ser humano a mudar a sua realidade com ecos indelévels para o seu entorno.

5.2 O Ensino Médio Integrado e o Projeto Pedagógico do Curso de Química do Instituto Federal do Amazonas sob um olhar empreendedor

Na interpretação de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), a essência que permeia o Ensino Médio Integrado está diretamente atrelada ao estreitamento de dois elementos: o conhecimento histórico social e a formação científico-tecnológica. A partir da junção destas duas dimensões analíticas, pressupõe-se que o estudante da Educação Profissional e Tecnológica consiga dominar os conceitos e aspectos técnicos, culturais, sociais e políticos que são inerentes aos sistemas produtivos.

Dito de outra forma: nesta perspectiva educacional o alunado não é apresentado somente aos temas correlatos ao mundo do trabalho, mas também passa a conhecer e considerar todo o contexto histórico e principalmente os fatos passados que corroboraram para o atual estado de coisas em que o trabalhador é tido como um sujeito anômalo resultante da coisificação humana (MICHELETTI, 2017). Tal situação é veemente questionada pelas bases conceituais da EPT, cujos autores consagrados como Ramos (2017), Ciavatta (2005), Moura (2012) e Saviani (2003) tecem críticas ao modelo capitalista de governo e produção.

Enfatiza-se que a concepção de Ensino Médio Integrado diz respeito a um itinerário formativo que se notabiliza pela agregação dos aspectos culturais, humanísticos, científicos e tecnológicos. Nesta perspectiva, considera-se que tanto os saberes provenientes de disciplinas com viés social e histórico como também aquelas de cunho mais generalista possuem o mesmo grau de importância na formação do aluno (MOURA, 2010). Desta maneira, o sentido de integração atribuído ao EMI busca solucionar de forma prática a dualidade histórica no processo educacional, na qual os conhecimentos voltados para a prática de ofícios era ofertada para as grandes massas, enquanto que as classes mais afortunadas tinham acesso a um ensino de reconhecida qualidade.

No que tange a sua organização curricular, o Ensino Médio Integrado possui como um de seus fatores preponderantes a articulação do trabalho e da tecnologia com a ciência e a cultura (MOURA, 2012). Nesta configuração, entende-se que o trabalho representa uma atividade humana, sendo que o homem tem a habilidade de trabalhar e aprender de maneira concomitante (SAVIANI, 2003).

Por sua vez, a ciência consiste na arte de fazer perguntas e buscar respostas que possam suprir de forma inequívoca a estas indagações, enquanto que a tecnologia representa a aplicação do conhecimento científico, geralmente representado na forma de artefatos (NASCIMENTO-E-SILVA, 2020; SILVA *et al.*, 2019). Já a cultura representa o conjunto de hábitos, costumes e crenças que dão a uma população o aspecto da singularidade (GAGNO, 2018).

Nas palavras de Chisté (2017), o Ensino Médio Integrado constitui um *lócus* apropriado para que o processo de formação dos alunos seja desenvolvido com vistas à materialização de uma formação integral. Assim, o Ensino Médio Integrado deixa de ser entendido como uma etapa obrigatória da trajetória escolar do aluno para ser uma oportunidade de desenvolver o estudante em todas as suas potencialidades (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012).

Uma das maneiras de se cumprir este objetivo pretendido consiste em estruturar a organização curricular do Ensino Médio Integrado numa perspectiva integradora. Noutras palavras, isto significa que o ensino ofertado a estes estudantes não se resume apenas em relatar fatos, mas também explicar os contextos sociais e históricos em que estes acontecimentos se deram e seus reflexos na sociedade contemporânea (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Silva, Melo e Nascimento (2015) compreendem a temática do Ensino Médio Integrado em uma perspectiva histórica, mais precisamente a partir do Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004). Foi a partir do nascedouro deste marco legal que se tornou possível a integração da formação humana com a formação profissional.

Além disso, Silva, Melo e Nascimento (2015) pontuam que esta questão da integração no ensino médio não pode existir somente na letra fria da legislação: é preciso que as instituições de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvam práticas pedagógicas que efetivamente assegurem esta integração no campo da ação docente. Isto precisa estar diretamente atrelado com a visão de sociedade que tanto as escolas como os profissionais que dela fazem parte tem a respeito do projeto de sociedade, no qual um dos princípios fundamentais diz respeito à emancipação dos indivíduos através da educação.

Xavier e Fernandes (2019) destacam que o Ensino Médio Integrado é resultado de lutas existentes no campo da educação, as quais tiveram início desde a década de 1980 e que culminaram com a Constituição Federal (BRASIL, 1988). A promulgação da nova Carta Magna fez com que o debate com vistas a democratização no acesso à educação fosse potencializado. Desta forma, uma das principais pautas defendidas por educadores de todo o Brasil foi a implementação de um ensino médio que pudesse romper com a dualidade histórica existente na seara educacional. Assim, esta nova possibilidade de formação seria assentada no conceito de politecnia e com forte viés integrador (CIAVATTA, 2012).

O estudo de Belchior e Silva (2020) entende que o Ensino Médio Integrado representa uma iniciativa que se materializou a partir de uma ação governamental com o objetivo de suplantando a histórica dualidade existente no campo da educação. Neste sentido, o planejamento e a prática do EMI devem dar o mesmo grau de relevância tanto para os saberes intelectuais como também para os conhecimentos mais voltados para o âmbito laboral. A partir do Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004) tornou-se possível o atendimento de uma reivindicação histórica de profissionais de educação com o intuito de prover aos alunos do EMI uma formação menos focalizada somente no aspecto profissional e sim mais voltada para uma formação mais cidadã.

Nesse bojo de concepções a respeito do Ensino Médio Integrado, é oportuno observar as reflexões propostas por Drago (2017) sobre esta temática. Consoante

este estudo, o ponto de partida que deu origem a esta vertente educacional se deu a partir do processo de segregação histórica já mencionada anteriormente e que de maneira recorrente é mencionado nos estudos de autores clássicos da Educação Profissional e Tecnológica (CIAVATTA, 2005; FRIGOTTO, 2012; MOURA, 2010; 2012). Todavia, Drago (2017) assinala a existência de um elemento que representa o sustentáculo do Ensino Médio Integrado que é a educação politécnica. Entretanto, este mesmo estudo diz que esta concepção educacional ainda está em processo de efetivação na sociedade brasileira. Isto representa um desafio para as instituições de EPT, mas ao mesmo tempo pode ser um estímulo para que a formação de seus alunos se notabilize pela construção identitária de cidadãos aptos a interferir positivamente em suas respectivas realidades (ANDRADE, 2016).

Outra reflexão pertinente encontra-se no estudo de Moraes e Alavarse (2011). De acordo com estes autores, o sentido de formação proposto pelo Ensino Médio Integrado se mostra antagônico ao que se observa na proposta de formação por competências. De posse desta informação, depreende-se que a ideia de integração presente na concepção de Ensino Médio Integrado abarca dimensões mais amplas, porém cuja interface se mostra necessária para a formação plena do estudante.

Um dos itens que torna o EMI divergente da formação por competências é a maneira como estas duas linhas de pensamento se comportam a respeito do vínculo existente entre trabalho e educação (SAVIANI, 2003). O trabalho na perspectiva do Ensino Médio Integrado é percebido como uma das dimensões da formação humana integral e que pode ser um caminho executável para a emancipação do sujeito e não para a sua coisificação (MICHELETTI, 2017).

Boscatto e Darido (2017) explanam a questão do Ensino Médio Integrado numa visão mais prática ao relatar que o EMI é aquele em que o aluno tem acesso aos saberes da Educação Básica de Nível Médio de maneira concomitante com os saberes correlatos à atuação profissional. Assim, a expectativa com a prática do Ensino Médio Integrado não é unicamente a de formar profissionais para o mercado de trabalho. Compreende-se que os saberes oriundos do estudo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura devem ser agregados e organizados sistematicamente com vistas a formar estudantes aptos tanto para a atuação profissional como também para a prática da cidadania.

É oportuno frisar a ponderação presente em Medeiros, Neta, Assis e Lima (2016) quanto ao sentido da palavra integração ao abordar sobre a temática do Ensino Médio Integrado. Consoante estas autoras, o sentido integrador nesta perspectiva não se resume somente ao aspecto da agregação de conhecimentos gerais e saberes voltados para o exercício de um determinado ofício. Este vínculo deve estar representado não apenas na junção destes dois agrupamentos de saberes, mas também na própria interação necessária entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura (MOURA, 2010). Atendida esta condição, abre-se caminho para a promoção de uma educação de viés emancipador, o que por sua vez é um dos fatores preponderantes para a materialização das bases teóricas da EPT.

Pode-se dizer que a oferta do Ensino Médio Integrado é uma prática de responsabilidade dos Institutos Federais de Educação (IFE) que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008). Estas organizações educacionais são incumbidas de ofertar pelo menos 50% de vagas para alunos que queiram cursar o Ensino Técnico de Nível Médio na versão integrada. Dados da Plataforma Nilo Peçanha apontam que em 2017 a quantidade de alunos matriculados no Ensino Médio Integral foi de 223.869 mil estudantes em um universo de 509 IFEs (MINUZZI; COUTINHO, 2020).

Ramos (2017) descreve que os esforços empreendidos para que o Ensino Médio Integrado se tornasse uma realidade representa uma relevante ação na busca por uma educação pautada no trabalho como princípio educativo. Para que isto seja uma realidade no contexto educacional brasileiro, é fundamental que os currículos escolares estejam estruturados de maneira congruente com as dimensões da formação humana integral (MOURA, 2010).

Neste sentido, entende-se que o EMI encontra-se embasado em uma filosofia assentada na ideia de que o sujeito se torna apto a produzir sua própria existência a partir do desenvolvimento de suas potencialidades. Este desenvolvimento considera as múltiplas dimensões humanas e é congruente com a proposta de formação humana integral que junto com o trabalho como princípio educativo e a politecnia representam o sustentáculo teórico da Educação Profissional e Tecnológica.

Nota-se que o advento da Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, priorizou a oferta do Ensino Médio Integrado, a partir do momento que atribuiu a estes institutos de educação o oferecimento da metade de seus cursos na

forma integrada; a outra metade deve ser distribuída entre os Cursos de Formação Inicial Continuada, Subsequente, Superiores, entre outros. Ao escolher a Educação Básica de Nível Médio integrada à Educação Profissional e Tecnológica, Silva (2017) constata que os IFEs enfatizam o fortalecimento dessa relação.

A importância dessa integração está prevista no entendimento do conceito de educação profissional do Parecer CNE/CEB nº 11 (BRASIL, 2012). Em tal documento está consubstanciado que a Educação Profissional e Tecnológica representa o domínio do fazer combinado com a compreensão global do processo produtivo.

Observa-se que essa percepção de EPT coaduna-se com o entendimento de Saviani (2003) a respeito de politecnia como sendo a “união entre a formação intelectual e o trabalho produtivo”. Ou seja, depreende-se desses muitos conceitos já estudados que todos estão conectados com um único objetivo em comum: a busca pela formação de um ser humano íntegro em todas as suas dimensões. Certamente, segundo Ramos (2014), essa educação transformará o indivíduo, tornando-o sujeito de sua própria história.

Para o presente estudo, o Ensino Médio Integrado pode ser considerado como uma proposta educacional cuja principal característica é a junção dos conhecimentos gerais com a educação voltada para o exercício dos ofícios. O sentido de integração presente nessa vertente de educação pode ser entendido como uma iniciativa voltada para superar a histórica dualidade que durante séculos fez com que a classe trabalhadora tivesse acesso apenas aos conhecimentos básicos para inserção no mercado de trabalho.

Na compreensão de Silva (2017), Machado (2006), Moura (2010) e Ramos (2008), os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), na perspectiva dos cursos integrados, devem levar em conta currículos integradores e práticas pedagógicas integradoras. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos de Curso adotados pelos Institutos Federais consideram a integração dos conhecimentos teóricos e práticos, a contextualização e a interdisciplinaridade fundamentais para materializar o ideal de uma formação íntegra (IFAM, 2015; 2020).

Ramos (2008) ao definir uma proposta de currículo integrador ressalta que conhecimentos interdisciplinares visam à aquisição de uma totalidade sem subordinação ou hierarquia de conhecimento. Não é um simples somatório ou

superposição de saberes entre a formação geral e a profissional, trata-se da compreensão global do conhecimento (SILVA, 2017).

Quanto às práticas pedagógicas integradoras, Silva (2017, p. 64) cita algumas delas, como, por exemplo: “encontros pedagógicos, oficinas, reuniões pedagógicas, aulas práticas, seminários, visitas técnicas, jogos didáticos, estudos de caso, entre outras”. A contextualização que deve estar presente tanto na proposta do currículo quanto no desenvolvimento das práticas pedagógicas vincula o mundo real aos saberes. Partindo desse ponto, no qual o mundo real ganha espaço, fazendo-se indispensável à inserção dos discentes num contexto sob a ótica empreendedora, certamente, levarão em consideração seus desejos, projetos de vida, assim como suas reais necessidades materiais também.

De fato, são bem visíveis tais características incorporadas a um currículo visto como “artefato social” nos estudos de Felício (2013, p. 133), porque é um produto originalmente do meio, do universo plural de seus integrantes. Dessa forma, “[...] à dinâmica da interação e dos processos históricos, sociais, econômicos e culturais” dos alunos (MACHADO, 2006, p. 53) são importantes para um currículo e práticas pedagógicas integradoras que no presente estudo, conjectura-se à articulação a um ambiente empreendedor colaborativo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM, cerne da pesquisa, foi criado em 2008 por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM) às Escolas Agrotécnicas Federal de Manaus e do município de São Gabriel da Cachoeira, incluindo-se à Rede Federal de Ensino (IFAM, 2015; 2020). Foi a partir dessa integração, que o *Campus* Manaus Centro passou a ser a sede do Instituto.

Nesse ambiente é importante destacar as diferenças e semelhanças entre os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) na forma integrada referente ao curso de química dos anos de 2015 e 2020 do IFAM, *Campus* Manaus Centro, a fim de construir conexões entre os Projetos Pedagógicos e a realidade do mundo dos negócios. Assim, a diferença substancial residirá na organização curricular e como a matriz ou grade responderá a essas mudanças em suas disciplinas.

Também haverá diferença na metodologia e na disposição dos princípios pedagógicos. Nos pontos convergentes, o objetivo geral do curso, que é formar técnicos com conhecimentos em processos químicos, assim como o perfil

profissional de conclusão, são importantes para a temática empreendedora que se quer discutir.

Quanto à organização curricular, o Projeto Pedagógico do Curso Integrado de Química do Instituto Federal do Amazonas – IFAM (2015, p. 15) foi organizado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.

Compreende as seguintes bases de conhecimento: (i) uma base de conhecimento comum que são os saberes da educação básica; (ii) uma parte diversificada constituída pela língua espanhola e informática e (iii) a parte que compreende os conteúdos de uma formação profissional. O objetivo principal da matriz curricular é trabalhar a interdisciplinaridade e a contextualização nos moldes que os educadores da formação humana integral proclamaram veementemente nos conteúdos de Educação Profissional e Tecnológica - EPT e Ensino Médio Integrado (EMI), já vistos.

Vale destacar que essa proposta de currículo também atende as quatro aprendizagens estipuladas pela UNESCO, segundo IFAM (2015, p. 16): “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser”.

O aprender a conhecer está relacionado a uma formação geral de qualidade. Aprender a fazer é a aplicação da teoria na prática ou usar na prática o conhecimento científico, colocando o conjunto de saberes em uso através do saber profissional. Aprender a viver é a importância do ser interagindo em sociedade e por fim, aprender a ser, compromete-se com a formação do homem íntegro.

O Projeto Pedagógico do Curso sobredito integra as quatro dimensões humanas: ciência, tecnologia, trabalho e cultura. A educação geral e a formação profissional combinadas, segundo o planejamento curricular, possibilitam ao alunado desenvolver competências básicas e técnicas que devidamente coordenadas “possam dar conta das etapas de **planejamento, gestão ou produção de um bem**” (IFAM, 2015, p. 16, grifo da autora). Segue abaixo na Figura 12, o conjunto de disciplinas constante da Matriz Curricular IFAM (2015) do Curso de Química.

Figura 12 - Matriz Curricular do Curso Técnico de Nível Médio Integrado de Química (2015)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
Campus Manaus Centro

ANO DE VIGÊNCIA:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MANAUS CENTRO							
2015	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM QUÍMICA NA FORMA INTEGRADA							
Disciplinas	1ª Série		2ª Série		3ª Série		TOTAL	
	CHL SEM	CHL ANUAL	CHL SEM	CHL ANUAL	CHL SEM	CHL ANUAL	CHL TOTAL	
LÍNGUAGENS								
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	160	3	120	2	80	360	
Língua Estrangeira – Inglês	2	80	2	80	-	-	160	
Arte	2	80	-	-	-	-	80	
Educação Física	2	80	2	80	-	-	160	
MATEMÁTICA								
Matemática	4	160	3	120	2	80	360	
CIÊNCIAS DA NATUREZA								
Biologia	2	80	3	120	-	-	200	
Física	3	120	3	120	2	80	320	
Química I	3	120	-	-	-	-	120	
Química II	-	-	3	120	-	-	120	
CIÊNCIAS HUMANAS								
História	2	80	2	80	-	-	160	
Geografia	2	80	2	80	-	-	160	
Filosofia	1	40	1	40	1	40	120	
Sociologia	1	40	1	40	1	40	120	
SUBTOTAL DA BASE NACIONAL COMUM	28	1120	25	1000	08	320	2.440	
PARTE DIVERSIFICADA								
Língua Estrangeira – Espanhol*	2	80	2	80	-	-	160	
Informática Básica	2	80	-	-	-	-	80	
SUBTOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA	4	160	2	80	-	-	240	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL								
Química Orgânica	3	120	3	120	-	-	240	
Química Inorgânica	-	-	3	120	-	-	120	
Química Analítica	-	-	4	160	4	160	320	
Operações Unitárias	-	-	-	-	2	80	80	
Corrosão	-	-	-	-	2	80	80	
Processos Químicos Orgânicos	-	-	-	-	2	80	80	
Processos Químicos Inorgânicos	-	-	-	-	2	80	80	
Técnicas e Análises Microbiológicas	-	-	3	120	-	-	120	
Tratamento e Controle de Resíduos	-	-	-	-	2	80	80	
Desenho Técnico	2	80	2	80	2	80	240	
Higiene e Segurança do Trabalho	2	80	2	80	2	80	240	
Qualidade	-	-	-	-	2	80	80	
SUBTOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	7	280	13	520	16	640	1.440	
TOTAL DA CH DA FORMAÇÃO GERAL+ PARTE DIVERSIFICADA + FORMAÇÃO PROFISSIONAL	39	1560	40	1600	24	960	4.120	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OU PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO							400	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO							4.520	

LIBRESI Nº 94, do Anexo do parecer da Lei nº 541/2006 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 7/2010) e Resolução CNE/CEB nº 4/2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) - Parecer CNE/CEB nº 5/2011 (Resolução CNE/CEB nº 2/2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio) - Parecer CNE/CEB nº 11/2012 - Resolução nº 6/2012 (Resolução CNE/CEB nº 2/2012)

EIXO ARTICULADOR: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Fonte: IFAM (2015).

Segundo orientação presente em IFAM (2015, p.37), a integração das habilidades aprendidas nas disciplinas é usada “como ferramenta em outra área de conhecimento”. Ou dito de outra forma, a interdisciplinaridade, a exemplo da disciplina de matemática, pode ser vista em projetos que necessitem de cálculo de dimensionamento ou para cálculos de planejamento empresarial. Se o objetivo é sempre associar teoria e prática, visando o fim da dicotomia histórica na educação, a contextualização nesse aspecto é imprescindível.

É oportuno evidenciar no Projeto Pedagógico de Curso (IFAM, 2015), algumas disciplinas capazes de representar para os discentes escolhas que são

diferentes daquelas que somente prepará-los para um emprego no mercado de trabalho. A exemplo das seguintes disciplinas: “Higiene e segurança do trabalho” (1º ano); “Técnicas e análises microbiológicas” (2º ano); “Tratamento e controle de resíduos” (3º ano). Todas estas são ofertadas na parte de formação profissional desse Curso Técnico de Nível Médio Integrado. Caso estivessem associadas à disciplina de “Gestão” oferecida no 3º ano sob um olhar empreendedor, provavelmente ajudariam os discentes a perceberem novas formas de atuação profissional que vão além do emprego. O quadro abaixo traz um resumo dos conteúdos para uma melhor ilustração do referenciado.

Quadro 4 - Disciplinas e conteúdo programático – Projeto Pedagógico do Curso de Química – IFAM (2015)

Nº	DISCIPLINA	ANO CURSO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1	Higiene e segurança no trabalho	1º ano	1. Lei Nº 6514 Normas Regulamentadoras–Cap. V da CLT. 2. Poluição atmosférica dos locais de trabalho, agentes físicos, biológicos, químicos e ergonômicos. 3. Acidentes, causas, tipos, análises, estatísticas e custos. 4. Noções de Primeiros Socorros. 5. Equipamentos de Proteção Individual -EPI, necessidades, seleção, tipos de proteção, uso, vida útil: 5.1. Tipos de proteção coletiva, instalações de acordo com as atividades. 6. Conceitos básicos de psicologia e segurança no trabalho. 7. Técnica de controle das atividades na ergonomia. 8. Programas de segurança –Cipa / Sipat. 9. Análise de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (Ppra). 10. Implantar Programas de Prevenção e Riscos Ambientais.
2	Técnicas e análises microbiológicas	2º ano	(ementa) 1.Seres vivos (Monera, Protista e Fungi); 2.Normas de higiene e segurança no laboratório de microbiologia; 3. Principais equipamentos, materiais e vidrarias de laboratório de microbiologia. 4.Técnicas de laboratório em microbiologia; 5.Técnicas aplicadas em análise microbiológica (água e alimentos).
3	Tratamento e controle de resíduos	3º ano	1 INTRODUÇÃO: origem dos resíduos gerados, caracterização dos resíduos (física, química e biológica), avaliação dos impactos

			no meio ambiente. Normas ambientais vigentes. 2 TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS: caracterização e quantificação dos efluentes gerados, tratamentos físico-químicos, tratamentos biológicos (anaeróbios e aeróbios), estabilização e tratamento de lodos químicos e biológicos. 3 TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos gerados, classificação segundo Norma 10004 (classes I, II e III), características físicas, químicas e biológicas dos resíduos, tratamento dos resíduos industriais (químicos, físicos e biológicos), reciclagem e disposição (aterros sanitários e industriais, co-processamento, incineração, compostagem), transporte e armazenamento. 4 RESÍDUOS GASOSOS: classificação e origem das emissões gasosas e particuladas, avaliação das condições de dispersão (plumas e condições meteorológicas), equipamentos de controle, minimização ou eliminação das emissões gasosas. 5 CONTROLE: controle analítico e operacional dos tratamentos de resíduos.
4	Gestão	3º ano	1 ORGANIZAÇÃO a) Breve histórico, conceito, princípios e fins. b) O papel das organizações e suas características. c) As organizações e as pessoas. 2 EMPRESAS Conceito, tipo, constituição, propriedades, classificação e porte. 3 O PROCESSO DE GESTÃO Planejamento, organização, direção, controle, comunicação, liderança, motivação e tomada de decisão. 4 PROGRAMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE a) NBR ISO 9000/2000 b) NBR ISO 14000 c) Programa dos 5 S d) Seis Sigmas e) Gestão da Qualidade 5 EMPREENDEDORISMO a) Processo empreendedor; b) Planejamento; c) Liderança; d) Plano de Negócios; e) Oportunidades, Inovação e Motivação.

Fonte: IFAM (2015, p. 68-106).

O Quadro 4 esboça algumas disciplinas e seus conteúdos que estão relacionados ao arranjo referente à formação profissional que consta do Projeto Pedagógico Integrado do Curso de Química (2015) do Instituto Federal do Amazonas. São disciplinas importantes para a projeção de uma visão empreendedora, pois oferecem uma possibilidade de ampliação do escopo dos objetivos nesse processo de busca pela unidade teoria e prática. O aproveitamento dos discentes tanto em “experiências e saberes vindos do mundo do trabalho” (IFAM, 2020, p. 40), como aplicando conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo do curso é uma opção alternativa de renda advinda diretamente da atividade empreendedora.

Ao buscar na realidade resposta que auxilie nesse processo de interface, integração ou conexão entre os saberes transmitidos e a realidade do mundo prático, a articulação com o mundo dos negócios pode oferecer muitos subsídios para a contextualização. O empreendedorismo e suas práticas proativas servem como pano de fundo para esse princípio. Algumas delas do tipo: encontrar soluções, em vez de resolver problemas; dispor de uma concepção assertiva do fracasso; ter um conhecimento difuso sobre muitas coisas e não ser especialista em uma coisa somente; saber receber uma crítica ou “bronca” em vez de evitá-la; não ter aversão em assumir a “culpa”; gerar riqueza em contraponto a ganhar dinheiro apenas e, finalmente, não ter medo de arriscar-se por fé por acreditar em si e no seu sucesso (SMITH, 2015).

Em seguida será apresentada a nova matriz curricular (2020), a forma como essas disciplinas estão inclusas e seus desdobramentos. Quanto à organização curricular, o PPC de Química (IFAM, 2020) já vem trazendo os eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 1 (BRASIL, 2014), como proposta de organização.

Figura 13 - Matriz Curricular do Curso Técnico de Nível Médio Integrado de Química

1º ANO	2º ANO	3º ANO	
- Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Arte - Língua Estrangeira Moderna I - Inglês - Educação Física - Matemática - Biologia - Física - Química - História - Geografia - Filosofia - Sociologia	- Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Língua Estrangeira Moderna II - Inglês - Educação Física - Matemática - Biologia - Física - Química II - História - Geografia - Filosofia - Sociologia	- Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Matemática - Física - Filosofia - Sociologia	Núcleo Básico
- Projeto Integrador I	- Projeto Integrador II	- Projeto Integrador III	Núcleo Politécnico
- Técnicas e Análises Microbiológicas	- Química Orgânica I - Química Inorgânica - Química Analítica I - Processos Químicos Industriais I	- Química Orgânica II - Química Analítica II - Operações Unitárias - Corrosão e Tratamento de Superfície - Processos Químicos Industriais II - Tratamento e Controle de Resíduos	Núcleo Tecnológico
Prática Profissional Supervisionada (Estágio ou PCCT)			

Fonte: IFAM (2020, p. 46).

Na figura 13, os componentes curriculares foram distribuídos em núcleos assim dispostos: (i) Núcleo Básico: saberes da educação básica; (ii) Núcleo Politécnico: projetos integradores e (iii) Núcleo Tecnológico: saberes profissionais. Essa proposta foi pensada para favorecer a prática da interdisciplinaridade (IFAM, 2020, p. 40). A matriz leva em conta o eixo tecnológico da produção industrial e os eixos articuladores/integradores (trabalho, ciência, tecnologia e cultura). Foram introduzidos ao planejamento deste PPC (IFAM, 2020), os conceitos de itinerário formativo e de projeto integrador.

O itinerário formativo é a possibilidade de continuação da formação do aluno após a conclusão do Ensino Médio Integrado em Cursos relacionados a sua Formação Técnica de Nível Médio ou em cursos de Graduação e Pós-graduação no mesmo caminho formativo (PPC de Química, 2020). No que se refere ao projeto

integrador, concentra-se no núcleo politécnico e será o eixo articulador/integrador entre os núcleos básico e tecnológico. Estará comprometido, segundo IFAM (2020), com a interdisciplinaridade e a concretização entre teoria e prática.

É possível observar na Figura 13 uma organização curricular diferente metodologicamente, entretanto, manteve disciplinas e conteúdos programáticos que favorecem uma análise sob um olhar empreendedor, entre elas: “Técnicas e Análises Microbiológicas” e “Tratamento e Controle de Resíduos”. Todavia, disciplinas como “Higiene e Segurança do Trabalho” e “Gestão”, foram redirecionadas dentro do currículo e a disciplina “Desenho Técnico” foi substituída. Nos dois Projetos Pedagógicos (IFAM 2015; 2020), o perfil profissional de conclusão, por exemplo, menciona a preparação de alunos para operar processos químicos observando normas de higiene, saúde e segurança do trabalho, porém somente o PPC (2015) traz expressamente o conteúdo como está descrito no Quadro 4.

Por mais que não exista explicitamente a disciplina “Higiene e Segurança do Trabalho” no PPC de Química (IFAM, 2020) com conteúdo expresso, ela está citada no perfil profissional e com título aproximado na ementa do “Projeto Integrador I” como “Segurança de Saúde Ocupacional” (2020, p. 158). Quanto à disciplina “Gestão” o seu conteúdo não está mais objetivamente expresso como consta no Quadro 4 (IFAM, 2015) e foi diluído na ementa do Projeto Integrador I do PPC de Química (IFAM, 2020, p. 158). Contudo, ainda se faz presente, ao articular-se com os estudos de caso numa nova abordagem metodológica por experimentação como propõe o PPC de Química (IFAM, 2020, p. 159). Portanto, os estudos de caso vão orientar a nova metodologia, situação que não havia no PPC (IFAM, 2015).

Quanto aos princípios pedagógicos, o PPC (IFAM, 2015) aborda a contextualização e a interdisciplinaridade e no seu entorno vão se construindo as questões do trabalho, a formação humana integral, a integração entre teoria e prática e a preocupação com as características regionais. Já no segundo PPC (IFAM, 2020) os princípios pedagógicos do currículo estão bem definidos em títulos que ressaltam: (i) o trabalho como princípio educativo; (ii) a pesquisa como princípio pedagógico; (iii) a formação humana integral que deseja minimizar as diferenças entre uma educação geral e a educação profissional; (iv) a não separação entre teoria e prática através de práticas pedagógicas, como por exemplo: atividades

complementares, visitas técnicas, estágio, trabalho de conclusão de curso, projetos de pesquisa, extensão, práticas de laboratório, etc., (IFAM, 2020, p. 33) e; (v) respeito ao contexto regional que visa a “articulação com o desenvolvimento socioeconômico ambiental considerando arranjos socioprodutivos e demandas locais, tanto no meio urbano quanto no rural” (IFAM, 2020, p. 31).

Nesse último princípio que leva em consideração as características regionais associando-as ao desenvolvimento econômico local, é fácil observar a interface com a economia criativa, a qual se utiliza também do potencial criativo local como proposta de valor para os empreendimentos. Percebe-se, também, que o conceito de trabalho transportado para os Projetos Pedagógicos diz respeito às vivências de trabalho dos alunos-trabalhadores com destaque para o sentido ontológico do trabalho.

Neste aspecto, o ser humano é transformado pelo trabalho; a labuta, então, é o fundamento da vida humana, tornando-o um ser social (BORGES, 2017). Logo, o fazer adquire uma consciência modificadora da natureza para atender as necessidades individuais e coletivas da sociedade. A busca por um propósito e sentido no fazer, como bem pontua Athayde (2017) ao falar dos negócios criativos, potencializará essa consciência transformadora humana.

Por isso, o PPC/IFAM (2020) ressalta que o trabalho não pode ser reduzido apenas ao seu sentido econômico, dando ênfase, portanto, ao sentido ontológico. Na verdade, o trabalhador é que não pode mais ser reduzido apenas a sua força de trabalho, é necessário sair desse contexto e dar ao empregado a possibilidade de retomada dos meios de produção (MANACORDA, 2007) para o alcance da plenitude de suas ações. O cenário pandêmico atual é bastante ilustrativo dessa realidade quando possibilita ao trabalhador tornar-se a sua própria fonte de sustento.

No ambiente do Projeto Pedagógico em estudo e levando em consideração um olhar empreendedor sob uma perspectiva alternativa de trabalho que vai além do emprego, uma visão das disciplinas voltada para o mundo dos negócios é oportuna. Neste caso, o presente estudo tenciona criar conexões com iniciativas empreendedoras. Por exemplo, a matéria “Higiene e segurança do trabalho” envolve assuntos relacionados ao conhecimento de documentos, relatórios e programas relativos à saúde ocupacional e segurança do trabalho. Existe um mercado crescente e atraente nesse segmento à medida que os negócios em geral

avolumam-se. Logo, a saúde do trabalhador passa a ser importante num contexto de leis protetivas. Nesse ambiente, Viana (2019), alerta que a segurança do trabalhador ultrapassou os cumprimentos legais, agora fazendo parte da gestão das empresas também, sendo passível, inclusive, de multa, enquadramento criminal e interdição do local. Por isso, a importância de negócios que oferecem esse tipo de serviço qualificado é importante.

Segundo IFAM (2015) em suas orientações metodológicas, as ações do corpo docente devem focar em valores como o desenvolvimento da autonomia e da criatividade dos alunos para o concurso da formação humana integral. Silva (2017) em seus estudos, menciona uma postura epistemológica que deve ocorrer entre os docentes de uma maneira geral para o atingimento desse fim. Os professores dos diferentes conteúdos devem interagir para uma real consolidação dessas práticas. O desenvolvimento da autonomia, a emancipação social, a capacidade criativa, o pensamento crítico, o poder de ação, a responsabilidade, etc., serão qualidades estimuladas e adquiridas nesse processo de formação humana integral.

A Economia Criativa permeada pelos elementos do empreendedorismo, da inovação e da criatividade e aglutinada à Educação Profissional e Tecnológica – EPT, possui esses atributos acionadores dos mecanismos da realidade, em razão das experiências de vida. Em outros termos, torna possível a conquista de uma renda sem necessariamente ter um emprego.

A disciplina “Técnicas e análises microbiológicas” pode estar relacionada a negócios do tipo laboratórios de análises clínicas que prestam serviços de exames e análises. Empreendimentos nesse setor podem ter uma alta demanda no mercado. Auxiliando na temática, já que os conteúdos integram-se, os conhecimentos adquiridos na disciplina “Desenho Técnico” do curso de química, a título de exemplo, estariam imbricados proativamente nas necessidades desse possível empreendedor técnico em química, posto que, objetivavam “capacitar o técnico a leitura e interpretação de desenho técnico para elaboração de layouts de laboratórios” (IFAM, 2015, p. 67).

Rocha (2021) fez um estudo das tecnologias disruptivas utilizadas neste setor empresarial com uma proposta de avaliar a confiabilidade e a aceitação entre os profissionais da saúde neste período de pandemia do COVID 19. O estudo focou no

Teste Laboratorial Remoto (TLR), que aplica testes rápidos para identificação do coronavírus em locais como farmácias, drogarias e clínicas.

As tecnologias observadas foram: internet das coisas, conhecida como IOT, capaz de conectar todas as coisas do mundo físico que se têm conhecimento: serviços, produtos, lugares, etc., às redes virtuais (SCHWAB, 2016); banco de dados na nuvem e inteligência artificial. É curioso observar a pesquisa translacional aplicando-se ao caso presente quando da integração do conhecimento básico às inovações disruptivas criando novos produtos e serviços. Um centro fomentador de tecnologias como é o caso dos Institutos Federais seguramente poderia associar os conhecimentos básicos aos profissionais e tecnológicos, possibilitando aos seus alunos uma visão empreendedora aplicada.

Vale a pena correlacionar esses estudos recentíssimos de Rocha (2021), abordando a temática das tecnologias disruptivas em laboratórios no momento presente, com os estudos de Schumpeter em 1911 ao associar desenvolvimento econômico a esse movimento “que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1982, p. 47). Isto ocorre em consequência das inovações que são trazidas justamente por essas tecnologias disruptivas que se combinam e recombinaem formando novos produtos ou serviços. Schwab (2016), fundador do Fórum Econômico Mundial, igualmente aborda o tópico ao falar em “ruptura e inovação descontínua” (2016, p. 11) como sendo o surgimento de “novos modelos de negócios, pela descontinuidade dos operadores e pela reformulação da produção, do consumo, dos transportes e sistemas logísticos” (SCHWAB, 2016, p. 11).

Ainda em diálogo com Schumpeter (1982) é fácil constatar a similaridade da temática supradita muito discutida em círculos de negócios atualmente, com os conteúdos já tratados por ele, ao reportar a inovação como sendo as “[...] novas combinações que aparecem **descontinuamente**” (p. 48, grifo da autora), ou seja, quando há uma perturbação no estado de equilíbrio anterior, causando “uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo” (1982, p. 47), que é por onde a produção ocorre. Essa mudança não terá conexão com a situação anterior, será brusca, pois em sua análise de correlação vislumbrou: “adicione sucessivamente quantas diligências quiser, com isso nunca terá uma estrada de ferro” (SCHUMPETER, 1982, p. 47). São casos em que o novo não surge do velho,

por este motivo, tais movimentos são considerados descontínuos e abruptos, pois o anterior desaparece por completo. É o exemplo ilustrativo de ruptura. Consequentemente, haverá nesses momentos desenvolvimento econômico ou o que Schwab (2016, p. 11) chamou de “inovação descontínua”.

Quanto aos empreendimentos ligados à matéria “Tratamento e controle de resíduos” possui uma forte leitura de sustentabilidade, ou melhor, de preservação do meio ambiente que cresce a cada dia. Nesse cenário, os resíduos sólidos e o tratamento de efluentes industriais devem estar em conformidade com as leis vigentes. Portanto, os empreendedores que dominam os processos biológicos e químicos de transformação dos derivados industriais, residenciais e/ou comerciais são possíveis materializadores da atividade-fim de um negócio.

Por fim, a disciplina “Gestão” ao abordar temas diretamente relacionados às empresas, seus tipos e portes, bem como o seu o processo de gestão (planejamento, organização, direção, liderança, tomada de decisão) e, especialmente, o empreendedorismo ao estudar oportunidades, inovação, motivação e plano de negócios (IFAM, 2015, p. 107); pode oferecer aquilo que Manacorda (2007) esclarece em seus estudos sobre o sentido do trabalho: só pode ser pleno quando for manifestação pessoal e isso implica a retomada dos meios de produção pelo trabalhador.

Ora, essa retomada da posse dos meios de produção através do empreendedorismo só pode significar uma coisa também: a emancipação social. Essa ideia de emancipação orienta práticas pedagógicas integradoras (SILVA, 2017). O Instituto Federal do Amazonas estaria contribuindo com a autonomia e o empoderamento de seus alunos-cidadãos, ao torná-los sujeitos de sua própria história (RAMOS, 2014), deixando de orientar seus alunos a serem apenas empregados.

Smith (2015) em seus estudos já constatava que o mundo corporativo tradicional assim como o sistema de ensino tradicional só tem um único direcionamento: tornar as pessoas empregadas. Esse seria outro paradigma a ser superado: o do indivíduo que se faz sujeito e não mais aquele que assujeita-se às circunstâncias.

Assim, um Projeto Pedagógico de Curso Integrado sob uma perspectiva empreendedora, certamente agregaria mais ideias e ideais a proposta de um novo

ser humano íntegro: o empreendedor empoderado. Visto que, o PPC analisado está na sua totalidade voltado para a busca de um emprego no mercado de trabalho, precipuamente, no Polo Industrial de Manaus (PIM) ou na pesquisa em centros de pesquisa e Universidades (IFAM, 2015, p. 6; 2020; p. 19). Não que seja um equívoco ser um bom empregado, se for isso o que o aluno quiser. No entanto, deve existir a opção de avistar outros caminhos para as oportunidades profissionais.

Substanciando a questão de fazer do trabalho um assunto mais amplo para colaborar com o entendimento da formação humana integral, o Projeto Pedagógico de Química (IFAM, 2020), por exemplo, salienta que a Educação Profissional e Tecnológica é um ambiente privilegiado, porque dá ao trabalho uma posição de dignidade, desconstruindo “uma ideia de trabalho dentro do aspecto da subalternidade” (2020, p. 24). Deduz-se, então, que contribuir com a emancipação dos indivíduos (SAVIANI, 2008; CIAVATTA, 2005), com o empoderamento e o desenvolvimento de autonomia para a vida prática (FERES, 2015), tomar para si os meios de produção (MANACORDA, 2007), tornar pleno o indivíduo (FRIGOTTO, 2012; RAMOS, 2014); são objetivos tanto da Educação Profissional e Tecnológica quanto da Economia Criativa (HOWKINS, 2013), além desta última, acabar com a sujeição da força de trabalho aos grandes detentores dos meios de produção, fazendo do trabalhador um empreendedor.

5.3 Levantamento de trabalhos correlacionados: Economia e Educação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT/2017:

Com vistas a perceber eventuais lacunas sobre a abordagem da temática do empreendedorismo no campo da Educação Profissional e Tecnológica, efetuou-se uma pesquisa de levantamento com o intuito de saber como este assunto está sendo tratado nas pesquisas concernentes ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Nos dizeres de Hoss e Caten (2010, p.2): “A pesquisa de levantamento é uma metodologia que tenta descobrir relações entre as variáveis dentro de uma população”. Como termo de referência, utilizou-se como documento base o Edital nº 1 do Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT, 2017). A razão que

motivou a escolha por este edital teve por objetivo saber quais foram os primeiros institutos federais que foram credenciados como instituições associadas (IAs) do referido programa de pós-graduação *stricto sensu*. O Quadro 1 demonstra a listagem dos institutos federais que integram a primeira versão deste mestrado ofertado em rede.

Quadro 5 - Instituições associadas ao ProfEPT (edital 2017)

INSTITUIÇÃO ASSOCIADA	REGIÃO
Instituto Federal do Amazonas – IFAM	Norte
Instituto Federal da Bahia – IFBA	Nordeste
Instituto Federal do Ceará – IFCE	Nordeste
Instituto Federal do Espírito Santo – IFES	Sudeste
Instituto Federal Farroupilha – IFFar	Sul
Instituto Federal Fluminense – IFFlu	Sudeste
Instituto Federal Goiano – IFGoiano	Centro Oeste
Instituto Federal de Goiás – IFG	Centro Oeste
Instituto Federal de Pernambuco – IFPE	Nordeste
Instituto Federal do Paraná – IFPR	Sul
Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN	Nordeste
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS	Sul
Instituto Federal de Sergipe – IFS	Nordeste
Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC	Sul
Instituto Federal de São Paulo – IFSP	Sudeste
Instituto Federal de Minas Gerais – IFSudesteMG	Sudeste
Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul	Sul
Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM	Sudeste

Fonte: ProfEPT (2017).

Conforme é possível observar no Quadro 5, o primeiro edital formulado para o Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica contou com 17 institutos federais credenciados a serem polos de oferta deste programa em rede nas suas respectivas localidades (ProfEPT, 2017). De posse desta primeira informação, procedeu-se nos repositórios institucionais de cada instituto federal anteriormente mencionado no Quadro 1 uma busca por dissertações vinculadas ao ProfEPT que tivessem em seu conteúdo alguma conexão com a temática do empreendedorismo.

Buscou-se através da internet localizar os repositórios de cada instituição associada. Após esta localização, o passo seguinte foi inserir nos mecanismos de busca a sigla “ProfEPT” ou ainda a frase “Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica”. Aplicados estes filtros, nos casos em que o repositório mostrava a lista com os arquivos disponíveis e seus respectivos títulos, verificou-se tanto nos títulos como nos resumos de cada dissertação quais eram as temáticas centrais de cada pesquisa. Observou-se que no *site* de alguns institutos o repositório ainda está em construção, e por esse motivo não foi possível efetuar o levantamento pretendido. O Quadro 6 apresenta o resultado da pesquisa efetuada nos repositórios das 17 instituições associadas ao ProfEPT.

Quadro 6 - Resultado do levantamento das instituições associadas ao ProfEPT

Instituto Associado	Total Dissertações no Repositório	Total Dissertações sobre Empreendedorismo
Instituto Federal do Amazonas – IFAM	36	1
Instituto Federal da Bahia – IFBA	0	0
Instituto Federal do Ceará – IFCE	0	0
Instituto Federal do Espírito Santo – IFES	11	0
Instituto Federal Farroupilha – IFFar	1	0
Instituto Federal Fluminense – IFFlu	0	0
Instituto Federal Goiano – IFGoiano	30	0
Instituto Federal de Goiás – IFG	13	0
Instituto Federal de Pernambuco – IFPE	14	0
Instituto Federal do Paraná – IFPR	0	0
Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN	0	0
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS	26	0
Instituto Federal de Sergipe – IFS	11	0
Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC	0	0
Instituto Federal de São Paulo – IFSP	0	0

Instituto Federal de Minas Gerais – IFSudesteMG	0	0
Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul	0	0
Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM	0	0
TOTAL	142	1

Fonte: Repositório Institutos Federais associados ao ProfEPT (2020).

A respeito do conteúdo do Quadro 6, é oportuno mencionar que os institutos em que a quantidade de dissertações no repositório está assinalada como zero diz respeito aos casos em que o *site* da instituição associada foi acessado e colocado no mecanismo de busca o termo “repositório”, sem que houvesse uma resposta condizente com os conteúdos pretendidos. Destaque para o repositório do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, o qual conta com o maior número de dissertações catalogadas em seu banco de pesquisas contando com 36 produções acadêmicas. Além deste instituto, o levantamento demonstrou que o Instituto Federal de Goiás (IFG) e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) também contaram com um número expressivo de dissertações catalogadas.

Em outros repositórios a busca para localizar as dissertações do ProfEPT tiveram de ser mais detalhadas. Foi o que ocorreu, por exemplo, no repositório do Instituto Federal do Espírito Santo, o qual contém em sua estrutura de cursos outros mestrados cujas dissertações acabaram aparecendo como resultado da busca realizada. Isto fez com que fosse necessária a aplicação de um filtro adicional com vistas a identificar corretamente as dissertações oriundas do ProfEPT. Já no caso do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, existe em seu respectivo repositório a comunidade “Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica”, a qual não demonstrou resultados conforme evidencia a Figura 14.

Figura 14 - Repositório do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN



Fonte: Repositório IFRN (2020).

Após a verificação dos títulos de cada dissertação observada nos repositórios, notou-se que somente uma pesquisa de mestrado se mostrou conexa com os objetivos do levantamento realizado. Trata-se da dissertação intitulada “Aprendizagem baseada em empreendedorismo: uma proposta para a melhoria do ensino profissional técnico de nível médio no IFPA”, da autoria de Almeida (2019). O *lôcus* de pesquisa foi o Campus Óbidos do Instituto Federal do Pará. Contudo, é oriunda do Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Centro. Com vistas a ser uma proposta de intervenção diante do elevado índice de evasão nas turmas do referido instituto, Almeida (2019) desenvolveu sua pesquisa com vistas a desenvolver nos alunos comportamentos empreendedores para aprimorar a sua capacidade de materialização de seus projetos profissionais e pessoais.

Dentre os autores utilizados por Almeida (2019) para estruturar sua dissertação, destacam-se: Schumpeter (1988); Dolabela (2003; 2006; 2008); Dornelas (2001) e Chiavenato (2009). A população participante deste estudo foi formada por duas turmas, sendo uma de Ensino Médio com 35 alunos e outra turma na modalidade integrada com 40 alunos. Além disso, dois professores que ministram conteúdos nestas turmas também participaram da pesquisa. Almeida (2019) baseou seu estudo em dois conceitos: Aprendizagem Baseada em Projetos e Aprendizagem Significativa.

Como proposta de ensino para ser aplicada no ensino médio do Campus Óbidos do Instituto Federal do Pará, a dissertação de Almeida (2019) trouxe como novidade um conceito chamado EBL (*Entrepreneurship Based Learning*), que traduzido para o português significa Aprendizagem Baseada em Empreendedorismo. Esta aprendizagem é ancorada em seis etapas: missão, estratégia, processo, mentoria, protótipo e resultado. A aplicação da proposta junto aos alunos de ensino médio do Campus Óbidos do Instituto Federal do Pará produziu resultados positivos no tocante à questão da aprendizagem dos discentes. Outro efeito positivo produzido com a prática da pesquisa foi a inclusão do estudo no Plano de Permanência e Êxito do IFPA – Campus Óbidos. A partir disto, o empreendedorismo deixa de ser considerado uma prática referente à extensão e passa a ser um eixo estruturante das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (ALMEIDA, 2019; IFPA, 2017). Isto demonstra que esta dissertação não somente cumpriu com o protocolo exigido para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e

Tecnológica como também se mostrou uma alternativa para o combate à evasão no Campus Óbidos – Instituto Federal do Pará.

De um total de 142 dissertações localizadas, apenas uma se mostrou conexa com a temática do empreendedorismo. Isto representa apenas 0,01% em relação ao total de pesquisas averiguadas neste levantamento. Este é um fato curioso, o que demonstra que o empreendedorismo ainda é muito pouco explorado nos estudos concernentes à EPT. Tal fato além de corroborar com a justificativa de se fazer a pesquisa proposta neste estudo evidencia que apesar de o empreendedorismo ser uma das frentes de trabalho dos institutos federais (BRASIL, 2008), a sua presença nos estudos referentes à educação profissional e tecnológica é quase nula. Com vistas a suprir esta lacuna e encorajar outras pesquisas sob diferentes enfoques correlatos a EPT é que o presente estudo foi realizado. É oportuno mencionar que quando há referência ao termo empreendedorismo, não se trata de abordar o assunto apenas pelo viés empresarial, mas sim numa perspectiva emancipadora, uma vez que é através do trabalho que o homem produz sua própria existência (SAVIANI, 2003).

6 DIALOGANDO COM O CANVAS PARA NEGÓCIOS

O modelo Canvas para negócios foi criado pelo empresário suíço Alexander Osterwalder para facilitar as relações do mundo corporativo (CAMARGO, 2019). O modelo foi chamado de *Business Model Canvas* porque adotou a referência das telas de pintura, haja vista, a palavra Canvas significar justamente quadro ou tela. O efeito prático foi a combinação das estruturas lógicas dos principais componentes de um plano de negócios tradicional com os seus aspectos visuais integrados. Ou melhor, é o agrupamento das áreas fundamentais de um plano de negócios de forma visual. Essas partes divididas em blocos ou áreas fundamentais possuem uma característica fundamental de conectarem-se. Daí a sua característica inovadora que combina fatores ou ferramentas já existentes transformando-as em algo inovador. Percebe-se o resultado criado por Osterwalder em colóquio com o conceito das novas combinações de Schumpeter (1982) ao tratar de inovação.

É oportuno apresentar primeiramente a estrutura de um plano de negócios tradicional e a sua finalidade para a compreensão dos aspectos mais enxutos da proposta do *Canvas*. É importante para a concepção de uma visão e um entendimento mais amplo a respeito da construção de um planejamento de negócios.

6.1 O que é um plano de negócios tradicional e como estruturá-lo.

Elaborar um plano ou uma estratégia é pensar antecipadamente antes de agir, é organizar-se com antecedência, reunindo “ordenadamente todas as informações e ideias sobre o novo negócio” (DEGEN, 2009, p. 208). Desta forma, esta sistematização ordenada ajuda o candidato a empreendedor a fazer uma análise prévia das suas intenções de negócio, através de um documento que as formaliza: o plano de negócios. É como se fosse um desenho ou um traçado estratégico. Barros e Fischer (2012) quando organizam as etapas de elaboração de um plano para a ação, lembram que tudo começa a partir de uma simples ideia a qual precisará de um planejamento prévio para transformá-la em realidade.

Vale rememorar Howkins (2013), criador do conceito de Economia Criativa, ao falar de ideias, reforça que materializadas na ação ou apenas no pensamento,

podem ou não levar a algum lugar. No mundo dos negócios, a elaboração de um plano prévio sistematizado pode melhor assegurar o sucesso do propósito empreendedor, a fim de concretizar-se num produto ou serviço desejado.

No que se refere aos fatores condicionantes de sucesso do plano de negócio, o estudo feito por Brad (2014) elenca quatro itens a serem observados pelo empreendedor: (i) o perfil do empreendimento; (ii) o ambiente concorrencial da área de atuação; (iii) qual objetivo este negócio pretende alcançar, e (iv) a razão de ser (propósito) do empreendimento. A definição do perfil do negócio está atrelada ao que ele irá ofertar para seus clientes, de que forma se dará esta oferta e qual a vantagem competitiva que o empreendimento possui junto aos seus concorrentes. Em regra, ambientes de negócio são complexos e mutáveis, o que também influencia diretamente nas decisões atinentes a um plano de negócio. A questão dos objetivos, bem como o propósito do empreendimento, estão ligados diretamente ao primeiro item descrito por Brad (2014): o modo como a empresa vende, o que ela faz ao seu público definirá seu sucesso e sua razão de existir.

Dentre os fatores que justificam a adoção do plano de negócios quando do início de um novo empreendimento, pode-se inferir que por meio desta ferramenta é possível conhecer a viabilidade e a lucratividade do negócio (CADENA *et al.*, 2020). Para que isto aconteça, é necessário que haja uma interpretação correta daquilo que o plano de negócio traz como proposta ao seu público de interesse e demais partes interessadas (SHEFIU, 2011). A análise pertinente à viabilidade é oportuna, posto que numa eventual situação em que se observem indícios que sinalizem que o negócio é inviável, uma nova versão do plano de negócios pode ser feita para corrigir os pontos que carecem de conserto. Já a questão da lucratividade é uma condição *sine qua non* para a sobrevivência do empreendimento e a percepção assertiva a respeito deste aspecto é essencial para que a prática do plano de negócios seja profícua e gere os resultados esperados pelo empreendedor.

O presente estudo também se serviu do entendimento do fenômeno “plano de negócio” a partir da Análise Textual Discursiva – ATD de Moraes e Galiuzzi (2016) e do método bibliográfico conceitual de Nascimento-e-Silva (2012). Formou as dimensões analíticas ou unidades de análise (unitarização, na ATD). Segundo Moraes e Galiuzzi (2016) quem decide o tamanho da fragmentação dos textos é o pesquisador, sendo assim, a opção foi feita por fragmentos individuais de

significado, observados em vários textos diferentes. Além do que, essas unidades foram identificadas em função de um sentido pertinente ao propósito da pesquisa (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 41). A intenção foi conceituar o fenômeno através da criação de categorias e suas relações.

O estudo foi dividido em seis partes: “registro”, “proposta”, “planejamento”, “oportunidade”, “instrumento de aprendizagem” e “segurança”. A fração “oportunidade” formou três subcategorias de análise: “controle”, “descoberta” e “escolha”. Vale lembrar, conforme diretrizes da Análise Textual Discursiva, que os agrupamentos emergiram das informações teóricas analisadas. É o “pesquisador se assumindo como autor” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 58).

Registrar é lançar ou inscrever num documento dados para planejamento e controle. Ao pretender compilar num documento informações de oportunidades para um negócio, o empreendedor utiliza-se de uma ferramenta estratégica: o plano de negócios, o qual versará a respeito da descrição do conceito do negócio, dos possíveis atributos de valor agregados ao produto, lançará os riscos e o seu monitoramento, fará o plano de marketing, a pesquisa de mercado e levantará os aspectos financeiros do negócio: estrutura de custos, fontes de recursos, viabilidade, análise custo-benefício, previsão, etc. (DEGEN, 2009; BARROS; FISCHER, 2012). Neste primeiro momento entende-se o plano de negócios como um registro, o qual irá detalhar uma ideia de empreendimento, podendo gerar como resultado a oferta de materiais ou serviços, a depender das pretensões do empreendedor.

Além disso, o plano de negócios representa um conjunto de informações pormenorizadas do presente e com projeções de longo prazo (BARROS; FISCHER, 2012). Isto porque a criação de um plano de negócios não representa apenas a fotografia do momento atual do empreendimento, mas sim contempla uma previsão de como a empresa estará com relação a sua situação futura. A execução correta do plano de negócios acompanhada do seu controle permite ao empreendedor visualizar a evolução de sua companhia, o que demonstra o alcance da maturidade do empreendimento (HONIG, 2004; FERRERAS-GARCIA; HERNÁNDEZ-LARA; SERRADELL-LÓPEZ, 2018).

O segundo arranjo, formado pela categoria “proposta”, é caracterizado pela descrição de capacidades produtivas que ao serem operacionalizadas poderão gerar produtos ou serviços (SHEFIU, 2011). O uso do termo, proposta, nesta definição

significa que a elaboração de um plano de negócios não representa um fim em si mesmo, posto que até a sua versão final possa ocorrer alterações com vistas a assegurar a devida congruência entre a ideia do empreendedor e a prática de execução do plano. O ciclo sempre irá se renovar, porque não há um único caminho a seguir, pois é através da experimentação que se descobre trajetórias diferentes ou caminhos complementares da visão inicial do projeto.

Muito além de ser um documento gerencial, é cabível dizer que o plano de negócios representa uma declaração, na qual a companhia manifesta uma intenção a ser materializada através de um determinado conjunto de ações a serem realizadas. Desta forma, no que se refere ao fator tempo, o plano de negócios é formado por uma intencionalidade do presente somada ao alcance de metas futuras. A consecução destas metas irá determinar o quão uma organização é competitiva no seu ambiente concorrencial (VUKOVIC; NESIC; NUSEV, 2017). É por este motivo que não é recomendável criar um plano de negócios sem a atenção devida a todos os aspectos que lhe são afetos, posto que um plano mal elaborado pode gerar prejuízos e a morte precoce do empreendimento.

Outro ponto relevante a ser considerado na elaboração de um plano de negócios diz respeito à análise do contexto atual, o qual pode influenciar de maneira positiva ou negativa o funcionamento da companhia, exigindo modificações em sua proposta inicial. Isto abarca uma análise sensata e criteriosa da economia, do mercado, dos concorrentes e demais fatores preponderantes ao negócio (VUKOVIC; NESIC; NUSEV, 2017). A razão que justifica esta análise é simples: não é produtivo abrir um negócio sem que exista uma boa oportunidade de mercado que justifique a realização desta operação (ROPPOSCH; STIEGLER; GUBIK, 2021). Além disso, a depender do ramo de atuação do empreendimento, fatores externos podem influenciar diretamente no seu sucesso. Por exemplo, uma empresa que lida com investimentos na bolsa de valores vive sujeita a volatilidade do mercado, da alta do dólar, dentre outros fatores que exercem influência direta em sua performance.

Ao analisar a categoria “oportunidade” observou-se que para melhor gerir um negócio, tendo controle sobre os passos a serem tomados, um planejamento prévio de ações é uma excelente iniciativa para os negócios. É uma oportunidade de servir como parâmetro de escolha de parcerias para investimento. Também servirá de oportunidade para escolhas mais realísticas, ou seja, um plano de negócios é

utilizado como uma orientação das ações a serem tomadas. Além de desempenhar um papel de guia para novas descobertas em ambientes de negócio.

Assim, uma das lógicas que embasam a adoção da ferramenta plano de negócio por parte dos empreendedores é a oportunidade de controlar, antes mesmo do nascedouro da empresa, aspectos como viabilidade e lucratividade do negócio, conforme exposto em Cadenas *et al.* (2020). Essa subcategoria nominada “controle” é explicada no estudo de Ciucescu (2016), o qual menciona que o plano de negócios representa para o empreendedor um desenho estratégico que permite a visualização de sua empresa antes mesmo de sua existência física por meio de uma abordagem sistêmica. A utilização do termo “sistêmica”, verbete derivado de sistema, sugestiona que o plano de negócios deve traduzir em seu teor uma visão global do negócio, evidenciando o porquê ele é importante e os fatores que podem contribuir para o seu êxito em seu respectivo ambiente concorrencial.

É por esta razão que é acertado destacar o caráter informacional atinente aos planos de negócio. Isto reforça a necessidade deste documento trazer em seu conteúdo informações estruturadas e de credibilidade, de maneira que qualquer pessoa que for ler o que consta no plano conseguirá entender qual é o problema que o empreendimento se propõe a resolver (CIUCESCU, 2016). Esta necessidade da assertividade dos planos de negócio remete a ideia de que sua feitura não pode ser de maneira improvisada ou pouco profissional (ROMME, 2016). É por este motivo que se considera relevante o zelo com cada informação declarada no plano, com vistas a conquistar a confiança de possíveis parceiros e investidores que tiverem acesso a este documento norteador do empreendimento.

Quanto à subcategoria “descoberta” é apropriado afirmar que a criação de um plano de negócios deve ser antecedida pela descoberta de uma oportunidade empreendedora que justifique a sua materialização (ROPPOSCH; STIEGLER; GUBIK, 2021). De posse desta conceituação, depreende-se que os planos de negócios não podem ter como ponto de partida apenas a vontade ou sonho pessoal do empreendedor em ser dono da própria empresa. É necessário que haja um contexto favorável para que tal situação se concretize. Oportunidades de negócio podem surgir por meio de áreas de atuação pouco exploradas, bem como a iniciativa de entrar num mercado concorrido com preços competitivos com vistas a conquistar espaço no chamado *market share* (HORA; COSTA, 2009). Aqui é possível visualizar

mais um fator preponderante para a elaboração de um plano de negócio: este documento deve estar atrelado a uma boa oportunidade empreendedora que justifique a sua implementação.

Infere-se que o plano de negócios é um documento que não somente serve de roteiro para identificar o projeto do empreendimento, mas também é um dos elementos utilizados como parâmetro de escolha de investidores interessados em fazer aportes financeiros em projetos de negócio (PRELIPCEAN; BOSCOIANU, 2019). Diante desta informação, reitera-se a necessidade da assertividade e clareza na redação do plano de negócios. A ausência destes aspectos não só compromete a qualidade deste documento norteador como também reduz de forma significativa o estabelecimento de parcerias junto a investidores e demais partes interessadas no empreendimento. Logo, a subcategoria “escolha” é uma oportunidade de conquista de investidores interessados no negócio, visto que, um plano de negócios bem elaborado terá mais chances de atrair financiamento para o empreendimento.

Na organização feita em torno da quarta categoria “planejamento”, é oportuno esclarecer que a prática do plano de negócios se mostra pertinente para novas empresas ou para aqueles empreendimentos que estão começando. Na interpretação de El Hasan *et al.* (2021), os planos de negócio se mostram oportunos para as organizações que desejam iniciar as suas atividades e são aplicáveis para diversos tipos de organização. Noutros dizeres: independentemente do seu porte ou área de atuação, qualquer companhia que ainda se encontra em seu estágio embrionário deve fazer uso do plano de negócio. Isto serve não somente para que haja um norte no que diz respeito a gestão do empreendimento, mas também para que aspectos relevantes sejam avaliados, tais como lucratividade, viabilidade, perfil do empreendimento, propósito, dentre outros (BRAD, 2014; CADENAS *et al.*, 2020).

Além de representar uma oportunidade de atrair investimentos e ser um critério de seleção de projetos, o plano de negócios representa um instrumento que auxilia o empreendedor a preparar adequadamente a sua companhia para atuar no seu respectivo ambiente concorrencial (MAULIDA; HARYANTO, 2020). Nesta perspectiva, além de propiciar a percepção a respeito da lucratividade e da viabilidade do negócio (CADENAS *et al.*, 2020; CIUCESCU; 2016), o plano de negócios serve para demonstrar o nível de robustez e pertinência do negócio no que tange a sua eficiência e eficácia. Isto evita que o empreendedor cometa o erro de

operacionalizar seu empreendimento sem os devidos cuidados, o que pode gerar como resultado o desperdício de recursos (BILLIG, 2016). Vislumbrar a perspectiva de concorrência também faz parte do planejamento prévio do empreendimento, o que possibilita nortear as tomadas de decisão visando à conveniência, ou seja, se os clientes vão querer o que é oferecido; a praticabilidade, se a ideia pode ser executável ou entregue e por fim a viabilidade financeira, isto é, se haverá rendimento (BLAND; OSTERWALDER, 2020). Este entendimento da conveniência, da praticabilidade e da viabilidade é próprio também da avaliação de riscos e da necessidade de monitoramento dessas ações.

Por isso, além dos aspectos já mencionados, é propício destacar que o plano de negócios representa uma forma de reduzir o patamar de incertezas em torno do funcionamento de um negócio (FERRARI; MORONE; TARTIU, 2016). Isto é uma característica afeta ao processo de planejamento de um empreendimento. Em complemento a esta fala, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) asseveram que o ato de planejar é relevante, posto que é através dele que as organizações reduzem o nível de imprevisibilidade sobre os seus processos. Ainda que a adoção de um plano de negócio não seja capaz de tornar uma empresa imune a riscos, é acertado dizer que a probabilidade de sucesso na implementação de um negócio é superior se comparada com empresas que desde sua origem são capitaneadas com base no imprevisto e na intuição de seus fundadores, o que configura numa prática pouco profissional (ROMME, 2016).

A quinta categoria traz o contexto acadêmico para dentro do mundo dos empreendimentos, visto que, o plano de negócios representa um dos assuntos em destaque nos cursos de empreendedorismo. Sejam em cursos livres, seja como módulo do bacharelado em Administração, a abordagem do empreendedorismo está atrelada com a aprendizagem do plano de negócios, sendo a entrega de um exemplo de plano o produto acadêmico deste curso (KATZ, 2014). Pode-se inferir que o plano de negócios é também um instrumento de aprendizagem, o qual pode ter o seu uso expandido além das fronteiras dos cursos de Administração para ser propagado para mais pessoas. Organizações como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) já atuam na propagação desta ferramenta para que mais empreendedores tenham conhecimento da importância de se adotar o plano de negócios com vistas ao sucesso e sobrevivência dos empreendimentos.

Por fim, o arranjo relacionado à “segurança” apresenta a preocupação com jovens empreendedores, por isso é importante o domínio desta ferramenta para dar segurança, confiabilidade e poder de ação aos mais jovens. De maneira geral, o ambiente mercadológico no qual as empresas coexistem é deveras complexo. Soma-se a isto o fato de que nenhuma organização, independentemente de seu porte, abre suas portas com intenção de ser um fracasso. Neste sentido, o plano de negócios representa uma ferramenta necessária para a perenização dos empreendimentos, sobretudo aqueles que são dirigidos por jovens empreendedores (HABIDIN *et al.*, 2018). A operacionalização correta do plano de negócios pode fazer com que eventuais erros na condução do negócio sejam evitados, o que, por conseguinte, reduz a probabilidade de insucesso na execução do referido plano.

É possível observar que as seis dimensões analíticas ou categorias do fenômeno vistas nesse estudo: registro, proposta, oportunidade, instrumento de aprendizagem e segurança, articulam-se entre si pelo argumento comum da necessidade de uma organização prévia e sistemática dos fatos e informações para uma atuação coordenada no mundo real. Todas são características da formação de um plano de negócios completo e integram a sua estrutura visando dar maior robustez para a ação.

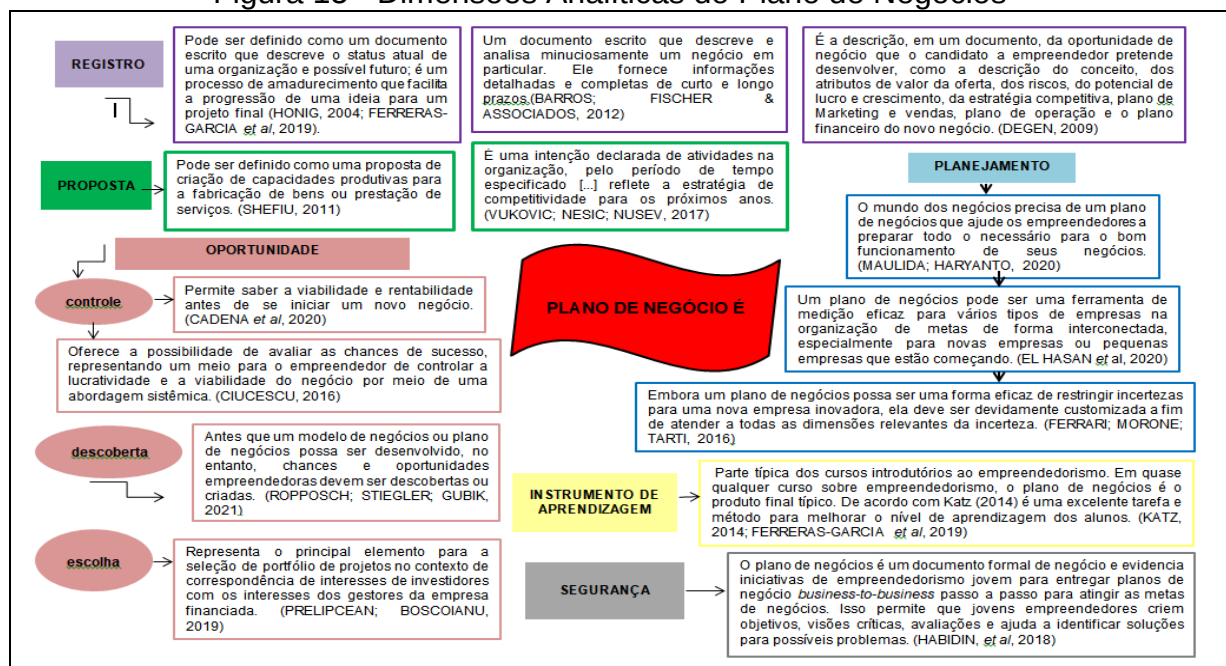
A diferença conferida a cada parte do fenômeno reside no alcance individual de cada uma mesmo que na maioria das vezes os conteúdos estejam entrelaçados, pois são convergentes. Contudo, quando se menciona as categorias: registro, proposta, oportunidade e planejamento, deduz-se que se referem a empresas em funcionamento, que possuem suas operações já viabilizadas economicamente e estão procurando parcerias para expansão ou monitorando o seu dia a dia em observância aos critérios de eficiência e eficácia.

As categorias relacionadas a instrumento de aprendizagem e segurança são voltadas para uma área mais específica, apesar de estarem conectadas em essência com o conceito de um plano de negócios. Sendo assim, a especificidade diz respeito à área da educação e aprendizado de jovens candidatos a empreendedores. A importância do aprendizado na feitura de um plano de negócios orienta os jovens a transformarem suas ideias em um empreendimento mais seguro e rentável. É um caminho para quem quer começar a materializar sonhos, ter um propósito, “promover o desenvolvimento econômico sustentável, a inclusão social, a

redução da pobreza” (DEGEN, 2009, p. 401) e a criação de renda e emprego via empreendedorismo. Todavia, Degen (2009) e Nascimento-e-Silva (2021), lembram que não é fácil ser um empreendedor, que a maioria dos negócios não tem êxito e ganhar dinheiro como empreendedor é algo muito incerto, levando em consideração também a conjuntura econômica para esses fins e a falta de preparo técnico qualificado dos empreendedores.

Sendo assim, a feitura de um plano de negócios em cursos de empreendedorismo ajudaria, certamente a melhorar o nível de aprendizagem dos alunos (KATZ, 2014; FERRERAS-GARCIA *et al.*, 2019), proporcionando-lhes um maior “vínculo entre estruturas educativas e estruturas produtivas” (MANACORDA, 2007, p. 67).

Figura 15 - Dimensões Analíticas do Plano de Negócios



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A Figura 15 representa as categorias de análise do assunto “Plano de Negócios” organizadas em seis partes: sendo a primeira “registro” considerada como o lançamento de informações em um documento escrito (HONG, 2014; FERRERAS-GARCIA *et al.*, 2019). A segunda exerce um papel de “proposta”, no sentido de um documento passivo de alterações em decorrência de ajustes necessários durante o planejamento. Tal tarefa é combinada com a fase de execução, a qual retroalimenta o plano (SHEFIU, 2011; VUKOVIC; NESIC; NUSEV, 2017).

O próximo grupo intitulado “oportunidade” trata o plano de negócio como um documento conveniente para questões de controle operacional do empreendimento; parâmetro de escolha de interesse de investidores e como oportunidade para novas descobertas de negócios bem no estilo nova economia (PRELIPCEAN; BOSCOIANY, 2019; CADENA, *et al.*, 2020; ROPPOSCHI; STIEGLER; GUBIK, 2021).

O quarto arranjo formado pela categoria “planejamento” organiza a ideia central de um plano de negócios, pois carrega a ideia de antes de agir, pensar numa organização prévia a fim de não desperdiçar recursos equivocadamente (MAULIDA; HARYANTO, 2020; EL HASAN *et al.*, 2020).

A quinta dimensão analítica intitulada “instrumento de aprendizagem” considera o domínio da elaboração de um plano de negócios num curso de empreendedorismo, indispensável para o aprendizado dos alunos (KATZ, 2014; FERRERAS-GARCIA *et al.*, 2019). E finalmente o último agrupamento formado pela categoria “segurança” direciona o plano de negócios para os jovens empreendedores, como sendo eficaz na identificação de soluções de problemas, para criarem objetivos, fazerem avaliações e terem uma visão crítica da relação teoria e prática (HABIDIN *et al.*, 2018).

A revisão da literatura permite considerar um plano de negócios como sendo um passo a passo sistematizado para ajudar a colocar em prática uma ideia de negócio ou conseguir expandir o seu empreendimento através da conquista de parcerias financeiras. Reunindo as partes em torno do fenômeno, pode ser considerado uma forma de registrar os itens mais importantes e relevantes para o funcionamento de um negócio; uma proposta a ser modelada em torno de uma ideia; uma oportunidade de atrair investimentos com novas descobertas e ser uma orientação na tomada de decisão, funcionando como escolha e uma oportunidade de controle através de um planejamento prévio. Certamente, é uma ferramenta de planejamento necessária para a organização do empreendimento, pois reduz o patamar de incertezas em torno do funcionamento do produto, abordando questões sobre conveniência, praticabilidade e viabilidade. É um instrumento de aprendizagem para candidatos a empreendedores e, por fim, traz segurança para quem quer empreender.

Quanto aos itens práticos que compõem um plano de negócios podem estar estruturados da seguinte forma (DEGEN, 2009; BARROS, FISCHER, 2012; SEBRAE, 2013; CADENAS *et al.*, 2020):

Quadro 7 - Estrutura principal do plano de negócios

Nº	ITENS
1	Declaração de confidencialidade
2	Folha de rosto
3	Índice
4	Sumário executivo
5	Processo de produção
6	Análise de mercado
7	Plano de marketing
8	Plano operacional
9	Plano financeiro
10	Construção de cenários
11	Avaliação estratégica

Fonte: Com base em Degen (2009); Barros e Fischer (2012); SEBRAE, 2013 e CADENAS *et al.*, (2020).

A apresentação inicial de um plano de negócios deve conter em sua estrutura os itens constantes no Quadro 7. Cada item apresenta as suas especificações e/ ou componentes. Por exemplo, a declaração de confidencialidade informa que os conceitos e ideias não podem ser divulgados sem o consentimento expresso do autor do plano. A folha de rosto deve apresentar os seguintes componentes: data, logotipo da empresa, nome da empresa, endereço, e-mail, telefone e site da empresa. O Índice elenca os itens do corpo principal.

Quanto ao sumário executivo é o item mais importante do plano e deve ser feito por último (BARROS; FISCHER, 2012). Deve conquistar os possíveis investidores com uma escrita de forma concisa, objetiva e simples, sem margens para divagações que não contribuem para o entendimento e avaliação do negócio. O sumário executivo, que é uma versão resumida do plano e não o substitui, tem a função de despertar o interesse de parcerias, conquistando-as com novas oportunidades de investimento, por isso é conveniente apenas mencionar neste momento as projeções de fluxo de caixa, pois são decisivas na avaliação de oportunidades. Assim sendo, sua composição segue aproximadamente o seguinte roteiro conforme especialistas supramencionados:

Quadro 8 - Componentes Sumário Executivo

ITENS	DESCRIÇÃO
Especificação do negócio	Que tipo de negócio se trata; estrutura legal; setor de atuação; processo e ao final mencionar que obterá sucesso, pois o êxito é o objetivo do plano.
Declaração da missão e visão	É demonstrar o propósito do empreendimento, onde se quer estar, como fazer para chegar lá e o que torna o negócio singular (proposta de valor)
Oportunidades para o negócio	É discutir uma visão estratégica do mercado.
Informações financeiras	Aborda o potencial de rentabilidade; fontes de recurso.
Equipe gerencial	Apresentar os gestores.
Estrutura legal	Enquadramento jurídico.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Barros e Fischer (2012); SEBRAE (2013)

O processo de produção, item 5 do Quadro 7, é o estágio do desenvolvimento e o processo de produção do negócio que deve ser apresentado no plano. A análise de mercado, o sexto item, é aquela que ajudará a checar os pontos fortes e fracos do empreendimento. Degen (2009) revela que os candidatos a empreendedores, em sua maioria, escolhem aquilo que conhecem e sabem fazer, pois é mais fácil para começar. Deve constar neste item: análise do público-alvo; análise da concorrência e análise de fornecedores (SEBRAE, 2013).

No plano de marketing constante no Quadro 7, precisa ser observada a necessidade do público-alvo que vai ser atendido, como responderá a essa necessidade, como esses clientes serão atraídos e por que estão dispostos a pagar por esse produto ou serviço. É um item estratégico, de modo que, avalia-se neste item a estratégia de preço a ser adotada; a estratégia de produto/serviço (necessidades do mercado); plano de vendas/distribuição; estratégias de venda/distribuição que conta com uma estrutura de canal (uso de intermediários) e canais múltiplos, isto é, formas conjugadas de distribuição para ter acesso a cada segmento de mercado; promoção e propaganda.

O oitavo item, o plano operacional, é o local em que os detalhes do plano serão vistos e o público interessado nesses detalhes, irá operar: empreendedor, parceiros e sócios, colaboradores; *layout* físico; processos operacionais, detalhamento do estágio do desenvolvimento e do processo de produção;

necessidades de pessoal; estudos de viabilidade (testes de produção, protótipo e preço) e estoque.

O plano financeiro fará a projeção do desempenho do negócio no futuro e checará a sua viabilidade no presente através de uma análise custo-benefício que é utilizada para contrapor as vantagens e desvantagens das várias soluções para um problema. A relação confrontada é despesa (custo) x resultado (benefício). A solução que apresentar o melhor resultado ou benefício em contraponto às despesas deve ser a escolhida. Será a alternativa mais viável economicamente, bem no jeito do estudo da dimensão analítica vista na economia: a ciência das escolhas racionais.

Devem constar neste item os relatórios financeiros do tipo: Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado do exercício – DRE e Relatório de fluxo de caixa. As despesas pré-operacionais que só ocorrem na fase de estabelecimento do negócio e as operacionais que são as contínuas: custos fixos, variáveis, custos de depreciação, também farão parte. Por fim, é importante relacionar os indicadores de viabilidade que são as projeções feitas, visto que, é imperativo mostrar os resultados esperados para o primeiro ou atual ano de produção. É necessário fazer projeções para até cinco anos. As projeções financeiras devem ser realistas mostrando os cálculos de lucratividade e de rentabilidade.

O penúltimo item trata da construção de cenários. Nesse caso, os especialistas orientam que as decisões baseadas em previsões devem ser tomadas observando o movimento da economia: o nível de emprego, inflação, custos dos fornecedores e taxa de juros. Fazer tabelas temporais levando em conta as vendas com perspectivas diferentes, isto é, projetar contextos de venda otimista e pessimista.

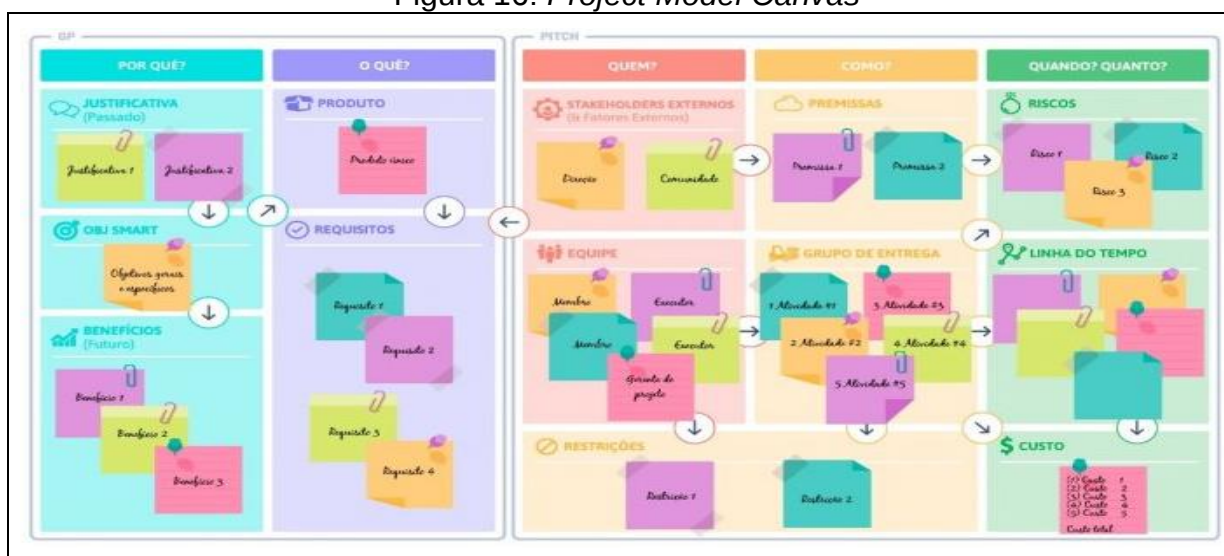
Por último, a avaliação estratégica é o item que elenca os pontos fortes e fracos, a fim de tornar a empresa competitiva, objetivando corrigir suas deficiências. Vale a pena assinalar que a proposta acima pode apresentar algumas diferenças em relação aos vários planos de negócios já desenvolvidos. Todavia, serve como roteiro para o entendimento das principais informações constantes num plano de negócios, uma vez que foi desenvolvida por especialistas no assunto.

6.2 O modelo CANVAS como estratégia de ensino para um plano de negócios inovador: a caminho do produto

O modelo Canvas se popularizou no mundo corporativo e possui outras aplicações. No Brasil, por exemplo, essa metodologia de tratar de forma visual os principais aspectos de um projeto, chegou por aqui em 2013 com o professor José Finocchio Júnior. O professor criou o *Project Model Canvas* (ESPINHA, 2021), baseado no modelo do *Business Model Canvas*, objeto do estudo presente. Contudo, vale a pena conferir os principais aspectos do *Project Model Canvas* ou PM Canvas, que é um modelo mais voltado para o gerenciamento de projetos, pois a partir dele é possível visualizar outros elementos também importantes no contexto de criação de novas ideias. Neste ínterim, as interfaces do trabalho tomam forma e sentido quando o conceito de inovação é captado em sua forma plena.

Finocchio Júnior (2020, p. 143) ao definir a metodologia de estudo apresentou o seu modelo como sendo “a oportunidade de elaborar um plano de projeto em equipe, envolvendo os principais *stakeholders*, que permite cocriar, em uma única sessão, um plano completo”. A intenção do autor é fazer as ideias saírem do ambiente enfadonho do papel e ganhar força nas mentes dos principais interessados no projeto através dos recursos visuais possuidores de uma metodologia dinâmica e moderna. O próprio autor considera substituída “a época em que se criava solitariamente um plano de projeto tradicional de múltiplas páginas para depois enviá-lo aos demais *stakeholders*” (FINOCCHIO JUNIOR, 2020, p. 143).

Figura 16: *Project Model Canvas*



Fonte: Desenvolvido pelo blog Artia (2021) com base em Finocchio Júnior (2020)

É possível notar na Figura 16 a relação entre os temas principais dos blocos vizinhos que se dividem em 5 (cinco) colunas num total de 13 (treze) elementos principais. Cada bloco pertence a uma área estratégica do Canvas. As suas partes estão assim divididas nos seguintes temas: justificativa, objetivo SMART, benefícios, produto, requisitos, *stakeholders*, equipe, premissas, grupo de entrega, restrições, riscos, linhas do tempo e custo. O uso de *post-its* nessa metodologia tem a capacidade de aclarar o que estava obscuro e tornar mais dinâmica a construção do processo. É como se fosse a pintura da tela por analogia.

O PM Canvas está organizado em torno de 5 (cinco) perguntas fundamentais, consideradas por Finocchio Júnior (2020), o DNA do Canvas. Cada pergunta está identificada por um grupo de cores diferentes. Essas cores representam uma função específica de planejamento e as perguntas que devem ser respondidas são: Por quê? O quê? Quem? Como? Quando e Quanto?

Quando Degen (2009) afirmou em seus estudos que o objetivo de se fazer um plano de negócios é para obter sucesso, Finocchio Júnior (2020), ao elucidar a real motivação por trás do “Por quê?” se deve fazer um projeto, encaminhou a sua resposta de forma positiva também. Na verdade, eles não foram concebidos para piorar a situação ou o estado das coisas. Eles são como uma ponte que transportam da situação presente para uma situação bem sucedida no futuro. O bloco formado por produto e requisitos do produto tem por objetivo responder à pergunta “O quê?” se vai produzir.

O produto será o maior benefício a ser entregue, por isso está logo no topo. “Quem” trabalha no projeto é importante para compreender os limites do problema que se quer enfrentar. É composto pelos *stakeholders* representados por aqueles cujos interesses podem ser impactados pelo projeto (cliente, fornecedor, patrocinador, concorrente, organizações), isto é, as partes interessadas e pela equipe formada pelos colaboradores diretos do projeto. Finocchio Júnior (2020) orienta a pergunta de “Como” realizar um projeto a partir das entregas e não das atividades que devem ser desempenhadas. Segundo o autor, o trabalho medido através das entregas, que são os resultados entregues através de etapas previamente planejadas, possuem um início e um fim como um cronograma, enquanto que o termo “atividades” parece emergir de outras atividades num entendimento de não ter um fim. “Na prática, a equipe não deixa de executar

atividades, mas seu foco muda para as entregas” (FINOCCHIO JÚNIOR, 2020, p. 67).

O PM Canvas ao ser formulado deixou o “Quando e o Quanto” por último na organização dos blocos, apesar de ser a primeira pergunta dos investidores ou patrocinadores, como bem pontuam os especialistas. O “Quando” é o tempo, o cronograma e o “Quanto” é o dinheiro, o custo necessário para ser investido. No entanto, Finocchio Júnior ao organizar tais elementos, os colocou propositadamente ao final do quadro, pois segundo o autor:

Uma gestão eficaz prevê os custos e estima um cronograma somente depois de ter certeza sobre a causa que o projeto defende, o produto que será gerado, as pessoas que devem ser alocadas para o trabalho, como serão feitas as entregas, etc. (2020, p. 75)

As perguntas em foco estão relacionadas às estruturas dos riscos, da linha do tempo e dos custos. Tanto o cronograma (linha do tempo) como os custos estão alinhados com as entregas e ambos “compartilharão certa dose de incertezas”, isto é, riscos (FINOCCHIO JÚNIOR, 2020, p. 75). Vale mencionar que tanto um cronograma mais detalhado como uma estrutura de custos com cálculos mais elaborados devem ser feitas apropriadamente em separado. O PM Canvas servirá somente de base para isso. Com relação a cada parte que o compõe, o Quadro 9 abaixo, sintetiza cada uma delas.

Quadro 9- Estrutura do *Project Model Canvas*

ITEM	DESCRIÇÃO
Justificativas	Deve atender ao cliente, a empresa contratante ou ao investidor, visando uma oportunidade de negócio ou um problema a ser resolvido. É o campo do propósito do projeto.
Objetivo SMART	É a ponte que transporta do presente para o futuro gerando valor. S.M.A.R.T = Específico, Mensurável, Alcançável, Realista e Delimitado no tempo. É a rota que a equipe e os <i>stakeholders</i> devem seguir para o planejamento de ações e alcance dos resultados.
Benefícios	Após a implantação do projeto, o cliente, a empresa, o investidor irá usufruir dos valores tangíveis e intangíveis obtidos com a implantação do projeto. Os benefícios são as respostas à justificativa.
Produto	É o bem ou serviço que será produzido. É o resultado do projeto. Deve ter características claras e verificáveis. Só o produto final, completamente acabado, pode ser entregue.

Requisitos	Detalhamento do produto, seus componentes e características.
Stakeholders externos & fatores externos	São as pessoas ou organizações envolvidas no projeto: clientes, fornecedores, patrocinadores, concorrentes, cujos interesses podem ser afetados, podendo exercer influência ou não sobre o projeto, até mesmo ameaçados ou impactados por ele. Quanto mais específicos na identificação, melhor para o sucesso do projeto.
Equipe	Será formada pelas pessoas que trabalham diretamente no projeto com seus papéis bem definidos. O trabalho a ser realizado por “terceiros” pode ser considerado nesse contexto, porém monitorado pelo gerente.
Premissas	É a especulação que se faz sobre os componentes que não estão sob controle e influência do gerente (<i>stakeholders</i> externos e fatores externos). As suposições serão as premissas. Devem ser descritas de forma positiva e afirmativa. Precisam estar dispostas objetivamente e com clareza absoluta. Aqui se configura as condições de como o projeto será realizado. Devem ser monitoradas para controle de validação ao final.
Grupo de Entregas	São as várias etapas do projeto descritas em um cronograma com início e término. São os resultados entregues num sequenciamento lógico, numa relação de pré-requisito entre uma fase e outra. É como se a noção de projeto inteiro fosse desdobrada em partes para a sua conclusão.
Restrições	É tudo aquilo que pode limitar o poder de ação e decisão do gerente. “Um projeto sem restrição nenhuma teria recursos infinitos e tecnologia perfeita” (FINOCCHIO JÚNIOR, 2020, p.73).
Riscos	São os acontecimentos que ameaçam ou criam oportunidades. Podem afetar diretamente a equipe e os grupos de entrega. Já são identificados na premissa e são necessários para o acompanhamento, controle e sucesso durante a execução e finalização do projeto.
Linha do tempo	É o tempo de duração do projeto. Todavia, deve-se estipular um prazo para reduzir o nível de incerteza, mas nunca será possível eliminá-lo completamente. Dessa forma, no Canvas, o cronograma não pode ser convencional, deve ser uma lista de compromissos, adotando-se sempre uma reserva de tempo para as entregas.
Custos	Os custos devem ser estimados, adotando a estratégia da reserva emergencial. Os custos devem ser estruturados por entregas na forma de mão de obra e materiais. As reservas de contingenciamento devem ser estimadas avaliando-se o grau de risco do projeto.

Fonte: Adaptado pela autora com base em Finocchio (2020)

Existem também, segundo Finocchio Júnior (2020), quatro campos principais no PM Canvas, pensados da seguinte forma: problema, construção, uso e valor. (i) O problema está situado no bloco da justificativa e deve ser logo identificado para ser estrategicamente combatido. É a partir dele que o projeto deve começar, pois é o propósito do projeto. (ii) O campo da construção é onde se delineia o design, os recursos, a fabricação, montagem e teste do produto, localiza-se no grupo das entregas. (iii) O campo do uso é o produto pronto, seu manuseio e consequências ao longo do fluxo. Localiza-se no bloco dos requisitos, *stakeholders*, premissas e riscos. A utilização pode ser melhor gerenciada com a elaboração de protótipos. (iii) O último bloco corresponde ao valor agregado para o futuro e conecta-se ao bloco dos benefícios que o projeto gerará através do seu produto, serviço ou algum resultado para o cliente, mesmo em se tratando de projetos pessoais.

Neste caso, o cliente é o próprio autor. Espera-se uma transformação positiva na vida das partes interessadas. Além do retorno financeiro, os benefícios devem ser vistos também na ordem social e ambiental, afora os benefícios intangíveis como a satisfação pessoal de seu autor, dos clientes, dos parceiros, etc.

É importante destacar que o PM Canvas representa um novo modelo de como organizar ideias para a elaboração de projetos visando à produção de um bem ou serviço posteriormente. O que será entregue é um projeto e não a materialização do seu objetivo ou de um produto ou um serviço. A apresentação do PM Canvas do professor Finocchio (2020) foi oportuna para demonstrar que é sempre possível criar novas combinações para o atingimento de determinados fins. O modelo foi uma derivação do *Business Model Canvas*, o qual combina elementos visuais em uma tela ou quadro com estruturas de planejamento.

Sendo assim, o presente estudo se propõe a apresentar o fenômeno plano de negócios nessa proposta de Canvas e foi dividido em duas partes principais denominadas dimensões analíticas, quais sejam: proposta simplificada e proposta visual. Tais dimensões possuem uma correspondência semântica com os títulos oriundos dos insumos teóricos disponíveis nas literaturas nacional e estrangeira. Nesse momento, através das unidades de análise (fragmentos de livros e artigos), as categorias foram formadas pela aproximação de significados.

O agrupamento formado pela “proposta simplificada” reuniu seis fragmentos de textos com os correspondentes autores: Orofino (2011); Macedo (2013); Costa

(2017); Ismael e Cintra (2021); (Rodrigues, Oliveira e Souza (2013); Benito e Carvalho (2016); (Osterwalder e Pigneur (2011); Teixeira e Lopes (2014), Dorf e Blank (2011); Benito e Carvalho (2016) que apresentaram o modelo Canvas como sendo uma ferramenta de fácil manuseio, com uma linguagem simples e objetiva, a qual reúne as principais estruturas de um plano de negócios. Apesar da aparência simplificada, existe uma conexão entre as partes com um propósito assertivo. O modelo tem essa característica de proposta, pois não tem um fim em si mesmo e pode ser ajustado sempre que necessário.

Dessa forma, é acertado dizer que o modelo Canvas consiste num instrumento que auxilia o gestor do empreendimento no processo decisório pertinente aos rumos de seu negócio. Através do uso deste meio, os empreendedores podem efetuar suas deliberações, tendo como fatores a serem considerados tanto os fatores externos como também as características internas que influenciam no êxito da consecução dos objetivos organizacionais (ISMAIL; CINTRA, 2021). Destarte, até o momento, sabe-se que o Canvas é um instrumento flexível, posto que pode ser mudado a qualquer tempo e que seu manuseio auxilia o gestor a tomar decisões acertadas na condução de sua companhia.

É esta característica da objetividade que faz com que o Canvas seja uma ferramenta recomendável para sumarizar e tornar mais fácil de compreender a complexidade que é afeta a gestão dos empreendimentos. Os elementos que integram este modelo auxiliam o gestor a visualizar de maneira processual a lógica que permeia a razão de ser um determinado empreendimento (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011; TEIXEIRA; LOPES, 2014). Como a sua representação gráfica se resume a uma folha, as informações que integram o teor de um modelo Canvas devem ser as mais assertivas possíveis para que ao ver o modelo, qualquer pessoa consiga entender de forma inequívoca os registros que integram a estrutura deste modelo.

O caráter objetivo e assertivo do modelo Canvas tem uma razão de ser. A ideia com isso é que através de sua utilização qualquer pessoa tenha condição não só de criar, mas também fazer as mudanças necessárias em seu Canvas. Isto decorre do seguinte fato: a linguagem no preenchimento de cada bloco do Canvas deve ser concisa e de fácil assimilação para que todas as ideias sejam compartilhadas

entre todas as partes interessadas no modelo (OROFINO, 2011; MACEDO *et al.*, 2013; COSTA, 2017).

Na interpretação de Rodrigues, Oliveira e Souza (2013), a ideia de se adotar um modelo Canvas é a de justamente tornar mais fácil o trabalho de descrever um empreendimento, o que nem sempre é uma tarefa simples de ser feita através de um plano de negócios. No entanto, Benito e Carvalho (2016) esclarecem que não basta somente o gestor de negócios preencher os espaços que juntos formam o Canvas. Além desse trabalho, compete ao empreendedor pensar de que forma o seu empreendimento irá gerar valor para seus clientes.

Dando continuidade ao arranjo formado pelo entendimento de proposta simplificada, dentre as vantagens que estão atreladas ao uso do Canvas, é oportuno destacar, conforme Dorf e Blank (2011) e Benito e Carvalho (2016), a questão da linguagem adotada para preenchimento dos campos do modelo, bem como a simplicidade na sua apresentação. Estes fatores estimulam a participação de outros atores diretamente interessados na elaboração de um Canvas. Desta maneira, não só o empreendedor, mas também outros profissionais próximos a ele podem colaborar para que a estrutura do Canvas seja preenchida de forma congruente e de maneira convergente com os propósitos do empreendimento.

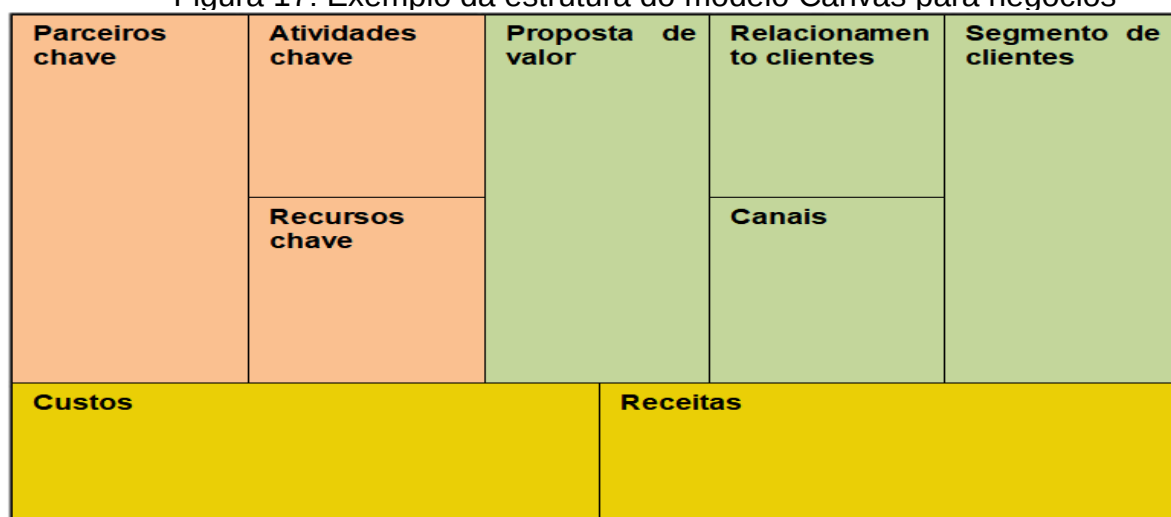
O agrupamento formado pela “proposta visual” reuniu sete fragmentos de textos com as seguintes autorias: Aveni (2020); Palhares e Carvalho (2019); Bland e Osterwalder, 2020); Costa (2017); Valandro (2019); (Osterwalder e Pigneur (2011) e Souza *et al.* (2015) com enfoque no papel inovador do modelo Canvas que é a sua estrutura em forma de tela ou quadro ressaltada pelos autores. Essas telas também podem revelar outros pontos intrínsecos ao seu planejamento, ou seja, a organização não é fortuita, possui um significado em sua disposição como vai ser percebido no decorrer.

Assim, o modelo Canvas pode ser visto como uma representação visual cujo desenho sumariza uma determinada proposta de negócios. Numa visão análoga, é como se este desenho estratégico representasse um protótipo do empreendimento, o qual pode ser modificado a qualquer tempo pelo gerente do projeto com vistas a tornar cada vez mais robusta esta proposta (PALHARES; CARVALHO, 2019). A utilização do termo protótipo mencionado no estudo de Palhares e Carvalho (2019) consiste numa versão ainda não finalizada de um produto. Logo, é apropriado dizer

que o modelo Canvas é uma representação de um negócio, a qual é vista como um protótipo por não ser um fim em si mesma, podendo ser alterada conforme a necessidade do empreendedor.

Numa visão comparativa entre o Canvas e o plano de negócio, percebe-se que a diferença entre estes dois reside no fato que o Canvas é uma ferramenta visual e seu conteúdo é mais resumido e objetivo. Já o plano de negócio é um documento naturalmente mais extenso e detalhado, sendo um dos parâmetros avaliados para a obtenção de investimentos para o negócio (AVENI, 2020). Tanto o Canvas como também o plano de negócio são duas ferramentas essenciais para que os empreendedores consigam ser bem-sucedidos em suas companhias. A Figura 17 demonstra um exemplo de modelo Canvas.

Figura 17: Exemplo da estrutura do modelo Canvas para negócios



Fonte: Costa (2017) e Rodrigues, Oliveira e Souza (2013).

- conveniência
- praticabilidade
- viabilidade

Conforme visto na Figura 17, ao preencher o modelo Canvas para negócios, o empreendedor deve primar pela assertividade das informações, posto que o espaço para o registro nos nove blocos existentes não é dos mais extensos. Na forma de papel, os blocos podem ser preenchidos com adesivos e por meio de sua utilização o empreendedor pode estabelecer qual estratégia o seu empreendimento poderá adotar (COSTA, 2017). Ao preencher estes nove itens que integram o modelo Canvas, o empreendedor consegue perceber de maneira visual elementos que integram qualquer tipo de empreendimento (VALANDRO, 2019). É por esta razão

que (Osterwalder e Pigneur (2011) e Souza *et al.* (2015) afirmam que ao preencher a plataforma Canvas, o empreendedor passa a ser detentor de um mapa visual que reúne as principais partes de um empreendimento. Com relação às partes que estruturam esta ferramenta, o Quadro 10 sumariza cada uma delas, conforme abaixo:

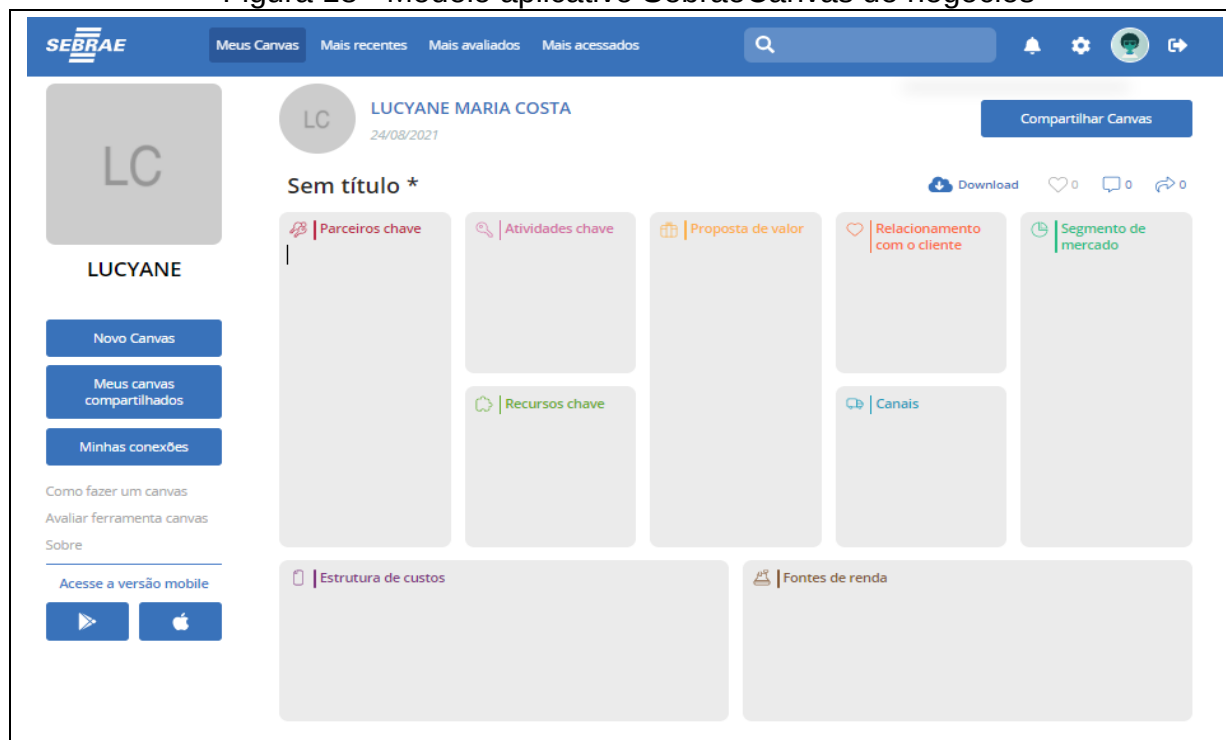
Quadro 10 - Itens que integram o modelo Canvas

Item	Descrição
Parceiros chave	Aqui o gestor deve descrever quem são as pessoas ou organizações do empreendimento.
Atividades chave	Neste item devem ser descritas as principais atividades que são desenvolvidas pelo negócio.
Recursos chaves	Aqui todos os recursos que o empreendimento possui para se desenvolver devem ser descritos.
Proposta de valores	São os valores agregados ou os benefícios que a empresa oferece ao cliente.
Relacionamento com clientes	Aqui se devem descrever os tipos de relação que a organização se propõe a ter com seus diversos segmentos de clientes.
Canais	São os meios por meio dos quais o negócio irá chegar aos seus clientes.
Segmentos de clientes	Neste tópico devem ser descritos quais serão os clientes alvo do negócio.
Custos	Aqui são abarcadas as despesas do negócio para a sua materialização.
Receita	Aqui são descritas as fontes de receita do negócio com vistas a sua manutenção.

Fonte: Adaptado pela autora, com base em Costa (2017) e Rodrigues, Oliveira e Souza (2013).

Com relação a sua estrutura e suas partes, é acertado considerar que o Canvas pode ser visto como um mapa que descreve visualmente um determinado empreendimento. A sua feitura pode ser produzida num papel ou cartaz com a utilização de *post-its* (adesivos) coloridos, planilhas ou na forma de aplicativos a exemplo do desenvolvido pelo SEBRAE, denominado de “SebraeCanvas”, como pode ser visto logo abaixo:

Figura 18 - Modelo aplicativo SebraeCanvas de negócios



Fonte: SEBRAE – Crie seu modelo de negócio (2021).

É possível visualizar os elementos do modelo *Canvas* para negócios acima. Percebe-se nos nove blocos do Canvas para negócios, quais sejam: parceiros-chave, atividades-chave, recursos-chave, proposta de valor, relacionamento com clientes, segmento de clientes, canais, custos e receitas, existe uma interface entre eles, posto que os aspectos financeiros, institucionais e relacionais do empreendimento integram a estrutura deste modelo, tornando-o eficiente e profícuo para o uso dos donos de negócios.

Para robustecer a formação de conexão supramencionada, as legendas descritas abaixo da Figura 17 demarcam três áreas afetas ao modelo que estão relacionadas à proposta de valor que o *Business Model Canvas* carrega em sua essência. Por isso, o Canvas para negócios é usado também para definir o desejo, a viabilidade e a praticabilidade de uma ideia. Isso ocorre através da possibilidade de definir, testar e gerenciar as incertezas (riscos) em relação a essas três áreas, utilizando-se de hipóteses de negócios testáveis. Essa medida agregará valor ao produto ou serviço que se pretende comercializar. Bland e Osterwalder (2020), em seu “Testando Ideias de Negócios” através do modelo Canvas, direcionam a experimentação da ideia para o mercado consumidor, isto é, o cliente. Fazendo um

parêntese factual, nota-se nitidamente, a demanda ou a procura assumindo a condução do ambiente de negócios em vez da oferta. Logo, da Lei de Say, só existe o registro histórico.

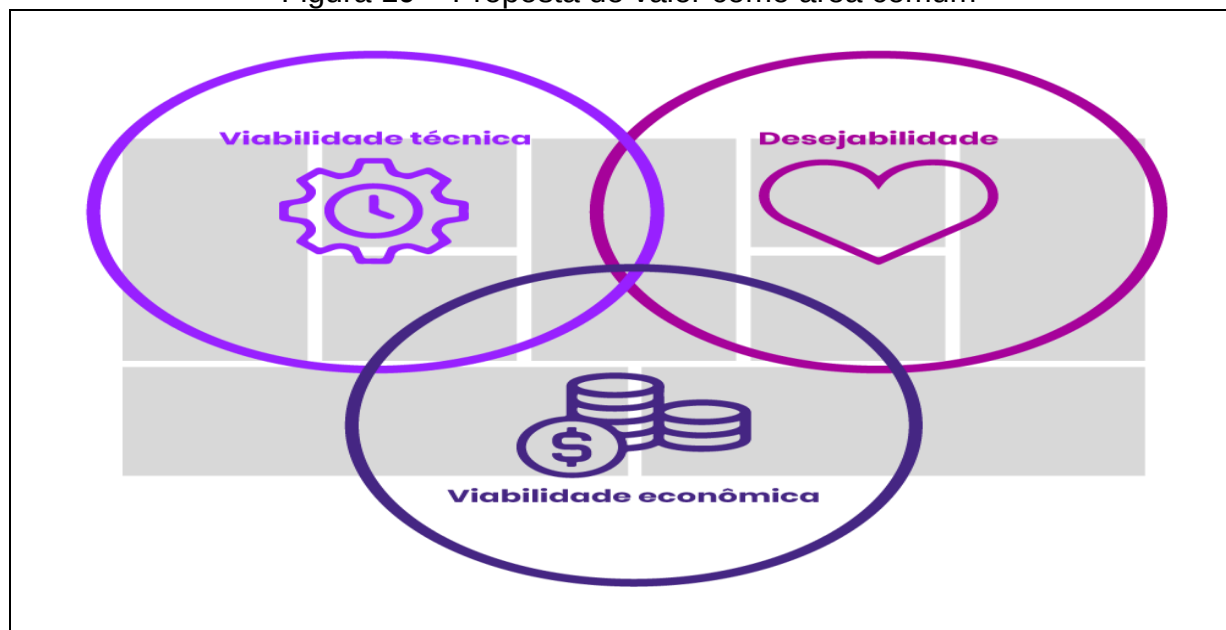
Dando continuidade, o objetivo dessa experimentação prévia é criar valor para os produtos e serviços que serão oferecidos ao cliente, gerando benefícios e aliviando aborrecimentos da demanda de mercado que se pretende atender. Portanto, com essa proposta os autores sugerem testes de ideias de negócios em separado do modelo original. Assim, quando mencionam as hipóteses de risco, estão falando das áreas da praticabilidade, da conveniência ou desejo e da viabilidade que precisam ser testadas para a coleta de evidências no mundo real. O que elas representam?

(i) Área da Praticabilidade: O negócio pode ser feito? Localiza-se nos seguintes segmentos: parceiros, atividades e recursos chaves. Aqui devem ser levantados os riscos dessa natureza, ou seja, a hipótese de não poder construir e entregar a ideia, visto que o negócio pode não conseguir “acessar recursos chave, não possa desenvolver capacidades de realizar atividades-chave ou não possa encontrar parceiros-chave para construir e proporcionar escala a proposta de valor” (BLAND; OSTERWALDER, 2020, p. 11). Construir escala para criar valor ao produto ou serviço dependerá da construção de evidências que serão coletadas com os testes para redução de riscos junto ao cliente. Vale mencionar, que segundo os autores supraditos, o empreendedor deve se cercar de um monitoramento constante da satisfação do cliente.

(ii) Área da Conveniência ou desejo: Os clientes querem isso? Localiza-se nos seguintes blocos: proposta de valor, relacionamento e segmento de clientes e canais. O risco que se corre neste ponto de planejamento do negócio é perceber que não há mercado para o produto, se não há mercado, não existe cliente interessado, não existe desejo manifesto pelo pretendo produto ou serviço.

(iii) Área de viabilidade: O negócio deve ser feito? Concentra-se nos custos e nas receitas do negócio. “O risco está na possibilidade de o negócio não gerar mais receita que custos (fluxo de receita e estrutura de custos)” (BLAND; OSTERWALDER, 2020, p. 32) e, portanto, tornar-se inviável economicamente.

Figura 19 – Proposta de valor como área comum



Fonte: Desenvolvido pelo blog Artia (2021) com base em Rodrigues, Oliveira e Souza (2013); Bland e Osterwalder (2020)

A Figura 19 demonstra um campo comum entre as três áreas de risco acima demarcadas. Esse campo forma uma área de intersecção representada pela proposta de valor, com foco no cliente. Este campo genuinamente deverá agregar ganhos ao empreendimento, tornando-o singular. Deve atender a falta ou a carência do público-alvo. Os dados da proposta de valor devem se basear em evidências coletadas através das hipóteses testáveis de negócio. Assemelha-se a um roteiro de um trabalho científico que é exatamente a proposta de Bland e Osterwalder (2020) em seus estudos. Os autores consideram o experimento a alma do método científico, pois este “é valioso para gerar insights” (2020, p. 44). Tal propositura incorre em coletar evidências fortes do mundo real para robustecer a praticabilidade, a viabilidade e a conveniência do produto ou do serviço que se pretende empreender.

Bland e Osterwalder (2020) consideram o mundo prático o norte para reduzir riscos e incertezas da ideia de negócio, além da necessidade de iteração que é justamente a capacidade de repetir sempre, buscando alternativas viáveis. Os autores fazem um contraponto com a realidade da educação tradicional ao mencionarem o costume existente no ensino de apresentar ao aluno uma única resposta certa sobre algo ou uma única visão de mundo. Atribuem tal acontecimento, a falta do uso da experimentação no ensino. Este fato cria um hábito

ao longo do tempo, das “pessoas valorizarem estar certas, em vez de progredir, porque estão habituadas a ser penalizadas por estarem erradas” (2020, p. 44). Na vida real, assim como no mundo dos negócios, isso não se sustenta, porque muito dificilmente existirá uma única resposta para tudo. O mundo prático, então, possui esse aspecto de quebrar o paradigma da resposta certa e ajudar os alunos a não temerem o erro a partir de uma visão de mundo real (BLAND; OSTERWALDER, 2020).

Outra característica do modelo de negócios Canvas diz respeito à possibilidade de ser alterado conforme a conveniência do empreendedor. Isto significa que diferentemente do plano de negócios, cuja formulação e alteração são feitas com uma frequência menor, o Canvas pode ser modificado e revisto no decurso do cotidiano do empreendimento (SOUZA *et al.*, 2015). Desta maneira, o fácil manuseio, a linguagem objetiva e o fato de ser uma ferramenta visual são fatores que tornam o modelo Canvas uma ferramenta eficiente, por meio da qual o empreendedor pode tomar decisões acertadas a respeito de seu negócio.

O que as duas dimensões analíticas nas quais o modelo Canvas para negócios desdobrou-se, proposta simplificada e proposta visual, compartilham em comum é o fato de convergirem para um combinado novo e criativo de elementos com o objetivo comum de melhorar o entendimento e tornar mais prática a feitura de um plano de negócios (BLAND; OSTERWALDER, 2020; SOUZA *et al.*, 2015; RODRIGUES; OLIVEIRA; SOUZA, 2013; OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011; TEIXEIRA; LOPES, 2011).

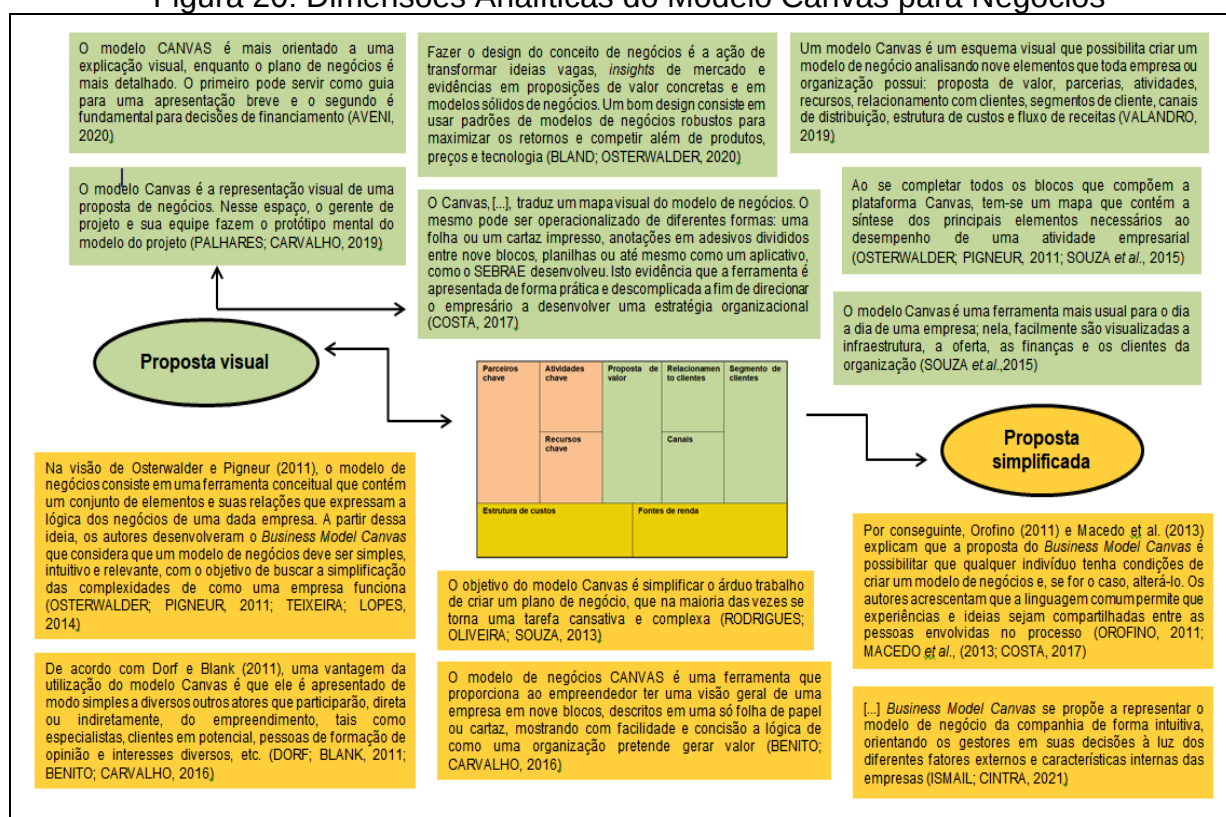
Noutras palavras, é o seu caráter inovador criando novos recursos e valores para o mundo dos negócios. Essa é a característica que as une, posto que ambas também são propostas e não encerram o seu significado em si mesmas. O diálogo com o pessoal envolvido no processo é constante (ISMAEL; CINTRA, 2021; OROFINO, 2011; MACEDO *et al.*, 2013; COSTA, 2017), objetivando ajustes e monitoramento mais eficazes. A divisão do estudo em duas partes oportuniza também possibilidades futuras de visualizar novas combinações que convergem para um propósito em comum: favorecer a feitura de novos planos de negócio.

A diferença existente está no seu caráter morfológico. O aspecto visual é a novidade que impacta positivamente aos olhos, favorecendo uma explicação visual dos componentes de um plano de negócios e criando valor na forma como são

estruturados (AVENI, 2020; PALHARES; CARVALHO, 2019; BLAND; OSTERWALDER, 2020). A forma simplificada são os mesmos elementos de um plano de negócios tradicional, só que tratados de maneira menos complexa. A quantidade reduziu-se, mas permanece sendo a base fundamental de um plano. Então, de um lado o desenho, do outro os elementos teóricos que explicam o desenho.

Desse estudo pode-se inferir que criar um plano de negócios num modelo Canvas é uma possibilidade viável de inovação, com criatividade e estímulo para aqueles que o executam e querem transformar as suas ideias e ideais em um negócio de sucesso. Certamente, não é tarefa fácil, mas é possível, com conhecimento, preparação, disciplina e persistência. Bland e Osterwalder (2020, p. 7) argumentam que “muitos empreendedores precisam de várias tentativas antes de encontrar o sucesso” e citam o caso da Rovio que criou o jogo *Angry Birds*. Para alcançar êxito em sua proposta final, a Rovio precisou de 6 (seis) anos de testes com 51 jogos fracassados. O resultado, enfim, foi um sucesso mundial, depois de inúmeras tentativas.

Figura 20: Dimensões Analíticas do Modelo Canvas para Negócios



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

O formato da Figura 20 representa as dimensões de análise do fenômeno do modelo Canvas para negócios dispostas em duas partes: proposta simplificada e proposta visual. Cada parte contém os dados da literatura disponível de acordo com a sua correspondência mais próxima de significado. Nota-se que cada grupo formado correspondeu conceitualmente ao seu aspecto semântico. Melhor dizendo, cada grupo terá os insumos teóricos correspondentes.

De forma prática, “proposta simplificada” vincula-se à objetividade da linguagem adotada para preenchimento dos campos, bem como a simplicidade na sua apresentação, tornando mais fácil o trabalho de descrever um empreendimento, podendo ser ajustado a qualquer momento. “Proposta visual” vincula-se ao sentido humano da visão mesmo, posto que, a combinação dos elementos textuais com as telas ou quadros, dinamizam e estimulam a sua feitura.

A versatilidade e a agilidade que o modelo possui envolvem todas as pessoas que fazem parte do plano, além de dar a elas a mesma visão do que está ocorrendo. Pode ser feito numa folha de papel, num cartaz, com o auxílio de planilhas ou através de um aplicativo. O preenchimento com adesivos coloridos faz parte da estratégia visual de percepção dos elementos que integram qualquer tipo de empreendimento.

Quanto à abordagem prática da metodologia, os fragmentos de textos representam as unidades de análise (unitarização) na Análise Textual Discursiva e as partes do fenômeno com títulos (proposta visual e proposta simplificada) são consideradas as dimensões analíticas no método bibliográfico-conceitual. Da mesma forma, a categorização na Análise Textual Discursiva é formada a partir das dimensões analíticas definidas no fenômeno: proposta visual e proposta simplificada. As duas formas conceituais reúnem as fragmentações textuais de acordo com a aproximação semântica. A análise qualitativa foi feita apreciando essas partes, traçando conexões, identificando diferenças e produzindo o metatexto a partir deste exame.

7 SENDA PERCORRIDA NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O planejamento executado adotou como caminho de análise ou investigação os elementos da Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2016), assim como se utilizou do auxílio do método bibliográfico conceitual de Nascimento-e-Silva (2012) para a aquisição da massa de dados ou insumos teóricos encontrados na literatura científica.

O fenômeno, o assunto estudado, teve como metodologia inicial a coleta de insumos teóricos nacionais e internacionais (massa de dados no método bibliográfico ou o *corpus* de análise na ATD) e a organização e a geração de respostas ou a captação de um novo emergente a partir desses insumos. A metodologia combinada nesse momento de pesquisa bibliográfica foi a da aproximação semântica de significados usada como proposta nos dois caminhos acima.

A dimensão científica do estudo em sua totalidade foi formada então, num primeiro momento, por uma busca teórico-conceitual e num segundo momento, pelos dados empíricos levantados por questionário. Esses dados foram utilizados para a produção de um material textual instrucional, ou seja, o produto educacional da pesquisa que abriga todo o conhecimento científico levantado nas duas fases: a do marco teórico e a da pesquisa de campo. Destarte, a primeira parte deste estudo foi feita com o auxílio de livros, artigos, ensaios, *websites*, etc., utilizados como fontes bibliográficas que possibilitaram a construção de um marco teórico de levantamento e organização dos dados. Num segundo momento, a pesquisa integralizou-se com os dados de campo coletados e analisados.

À vista disso, é perceptível notar o processo sistemático envolvido na busca desses dados, pois a pesquisa científica sendo um processo configura-se como uma sequência de procedimentos, os quais apresentam uma mesma finalidade: a busca por respostas aos desejos, às emergências e dificuldades humanas (OLIVEIRA, 2019). Por outro lado, facilita a tarefa do pesquisador diante da inevitabilidade de se fazer escolhas (RIBAS; OLIVO, 2016).

Fazer escolhas, também foi um tema caro ao conceito de economia, quando analisado na engrenagem das variáveis; transformou-se na categoria principal com as unidades de análise, isto é, os fragmentos de textos, orbitando em torno da

dimensão analítica. Lá, o ser humano foi visto como uma criatura natural da economia, pois “diante da escassez, olha para as opções, avalia e, em seguida, escolhe” (MILL, 2017, p. 7). Noutras palavras, a inevitabilidade da escolha acompanha a racionalidade humana, pois lhe é característica, logo, o método científico ajuda a orientar esse traço humano, o qual também faz parte da particularidade do *homo economicus* ou racional.

Nos estudos de Ribas e Olivo (2016, p. 82) “para que certo conhecimento (ou produção do intelecto humano) seja considerado científico, ciência, portanto, faz-se necessário identificar o percurso realizado” pelo cientista. Esse trajeto, caminho, trilha, senda percorrida, por analogia, são as pegadas do indivíduo, suas marcas ou vestígios numa jornada clássica assim definida: ponto de partida, itinerário (de que maneira ocorreu) e finalmente, como a terminou.

Assim, a soma dos conhecimentos científicos disponíveis aos conhecimentos gerados e que não estavam disponíveis, foram absorvidos na produção de um artefato tecnológico intitulado produto educacional. No presente estudo, o produto foi a criação de um material textual na forma de mídia digital a ser utilizado pelos alunos do Ensino Médio Integrado que estejam interessados em organizar ideias empreendedoras num plano de negócios, utilizando uma versão enxuta; mais completa e em sintonia com a contemporaneidade. Também pragmática e diferente da convencional, uma vez que tem a possibilidade de aplicação real (FINOCCHIO JÚNIOR, 2020; BLAND; OSTERWALDER, 2020).

7.1 A trajetória tomada na exposição de particularidades

Este tópico refere-se à caracterização da pesquisa, seus elementos constitutivos e forma de análise. Com relação ao método da pesquisa utilizou-se o indutivo cujo pensamento move-se do particular, o que é conhecido, para o geral desconhecido (RIBAS; OLIVO, 2016). Caracteriza-se por ser um processo mental, o qual vai permitindo uma visão mais ampliada do fenômeno ao longo do percurso. No presente estudo, este movimento construiu-se a partir da análise dos fragmentos de textos literários (massa de dados) e da amostra de dados coletada em campo por intermédio dos sujeitos da pesquisa. De modo que, ao final, essas amostras supõem uma abrangência maior que a inicial analisada. Infere-se, então, que no uso do

método indutivo, descobertas realizadas pontualmente podem estender-se a diversas outras situações.

Os aspectos da análise de dados na abordagem do problema da pesquisa foram de natureza qualitativa e quantitativa. Qualitativa nos dois momentos da dimensão científica: no primeiro que apurou os dados disponíveis das literaturas nacional e estrangeira e no segundo momento, no qual foram levantados os dados não disponíveis através de questionário semiestruturado. Para compreender os elementos ou as variáveis do estudo: economia, empreendedorismo, inovação, criatividade e educação profissional, reuniu-se um conjunto de fragmentos de textos denominado, massa de dados, oriundo da literatura científica. Ao examinar esses fragmentos que se constituíram nas unidades de análise, as categorias emergentes foram produzidas. A partir de então, o metatexto desenvolveu-se analisando essas partes e a relação entre elas (diferenças, semelhanças e criação dos conceitos). Nesse momento, as interfaces foram sendo construídas a partir de um planejamento organizado pela Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2016) e com o auxílio do método bibliográfico-conceitual de Nascimento-e-Silva (2012).

A natureza qualitativa da pesquisa utilizou-se de técnicas quantitativas para interpretar ou compreender a complexidade do fenômeno no momento dos dados coletados empiricamente. Quanto às técnicas quantitativas, Souza e Kerbaui (2017), em seus apontamentos, argumentam que é possível dimensionar os dados tanto nas modalidades de coleta como no tratamento desses dados através do instrumental estatístico. Dessa maneira, a abordagem quantitativa recorre à frequência estatística para a demonstração dos dados e a qualitativa lida com a interpretação deles. Vê-se, portanto, que não há dicotomia entre as abordagens e sim complementaridade, uma vez que “a realidade é multifacetada e, como tal, não é superficial afirmar que dados gerados por métodos distintos podem ser agregados, na perspectiva de compreensão das várias faces da realidade” (SOUZA; KERBAUI, 2017, p. 37).

A organização dos dados (respostas ao questionário) em figuras, quadros e gráficos com o auxílio da planilha eletrônica *Excel*, foi a técnica de apresentação das informações adotada. Ajudou a visualizar a ocorrência individual das categorias formadas por similaridade de significados e a sua representação percentual em relação à quantidade total da característica predominante que se quer abordar como

tema da categoria. Noutras palavras, foi feito um refinamento dos dados brutos, para depois realizar uma espécie de eleição das unidades de análise com as características que mais se repetiam, formando, assim, as categorias emergentes. A categoria eleita com a maior frequência de repetições deu o sentido ao tema da categoria final. O gráfico 1 (p. 176), abordou quantitativamente o resultado de uma questão fechada do questionário a respeito das opções de trabalho dos alunos, auxiliando na análise das interfaces. Ao analisar qualitativamente os dados, as impressões do mundo do empreendedorismo foram colhidas através do olhar dos sujeitos, elucidando a compreensão do fenômeno a partir das informações experimentais (SOUZA; KERBAUY, 2017).

Quanto ao objetivo da pesquisa o procedimento utilizado foi o exploratório. Os dados coletados foram referentes às disciplinas de Empreendedorismo, Gestão ou afins ministradas no Curso de Ensino Médio Integrado do IFAM, *Campus* Manaus Centro. Os sujeitos respondentes foram os docentes que as ministram ou já ministraram. Estes professores através das suas experiências profissionais relataram a percepção dos alunos em relação ao mundo empreendedor. Os meios utilizados para essa tarefa foi um levantamento de dados através de questionário digital.

Os procedimentos práticos, então, envolveram inicialmente uma pesquisa bibliográfica com a análise do conteúdo feita pela Análise Textual Discursiva - ATD (MORAES; GALIAZZI, 2016), conjugada com o método bibliográfico conceitual de Nascimento-e-Silva (2012). Posteriormente, realizou-se a pesquisa de campo com uma abordagem quali-quantitativa, completando a dimensão científica por intermédio da Análise Textual Discursiva.

A revisão bibliográfica seguiu um processo de leitura sistemática de textos, de modo a destacar as partes apropriadas ao assunto a partir de artigos, livros diversos, fontes eletrônicas, etc. Dentre essas fontes pode-se destacar: as bases de dados do Google Acadêmico (*Web of Science*), o portal de periódicos da CAPES, os repositórios institucionais dos Institutos Federais do país e a biblioteca do Instituto Federal.

Portanto, o processo de estudo começou dividindo o fenômeno em partes para facilitar a compreensão. Essas partes foram chamadas de dimensões analíticas no método bibliográfico; o conjunto de fragmentos de documentos ou textos reunidos

com um sentido pertinente que os definiu formaram as unidades de significado ou sentido, denominado de unitarização na Análise Textual Discursiva. Vale dizer, conforme diretrizes da ATD, que os agrupamentos ou categorização geraram perspectivas diferentes de analisar o fenômeno, emergindo das informações teóricas analisadas. A “palavra” que formou as dimensões analíticas e em alguns casos, subdivisões (método bibliográfico), ocupou o lugar da categorização na Análise Textual Discursiva. Essa prática de divisão em partes é utilizada para entender o todo, ajuda na criação do termo de equivalência para a formação e construção conceitual propalado pelo método bibliográfico-conceitual. Esse passo a passo foi o início da engrenagem que construiu as interfaces entre a economia criativa e a Educação Profissional e Tecnológica.

Além disso, o procedimento do marco teórico se baseou num esquema lógico de elaboração de uma pergunta de pesquisa, seguido de sua coleta de dados, (NASCIMENTO-E-SILVA, 2012) para finalmente formular a resposta. Dessa forma, o metatexto de Moraes e Galianzi (2016) foi sendo construído a partir das relações entre as categorias criadas. Logo, foram utilizadas as concepções de vários autores na forma de fragmentos de texto como sendo as unidades de sentido ou unitarização para colocar em prática as relações de confronto (diferenças) e concordância (semelhanças) de ideias. Essa lógica de relações foi utilizada em todos os títulos que formaram as figuras explicativas.

Na pesquisa de campo optou-se por uma amostra de respondentes relacionada à problematização do estudo. A ação que se seguiu foi à elaboração de um questionário semiestruturado quase em sua totalidade, objetivando reunir dados suficientes para consolidar a dimensão científica do estudo na construção de interfaces entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica. Após a coleta de dados e posterior tratamento do discurso pela Análise Textual Discursiva, o produto educacional se definiu na direção de estreitar as conexões entre teoria e prática. O objetivo de pesquisar oportunidades de atuação profissional além do emprego assalariado foi concretizado fisicamente na elaboração de um material textual instrucional no formato de mídia digital.

O plano de negócios no modelo Canvas direcionado para jovens empreendedores foi concebido na forma de um “EPTCanvas para negócios: um ebook economicaMENTE criativo”. Tem por objetivo organizar uma vontade, um

pensamento, uma abstração num modelo prático, visualmente atraente para o público jovem e com campo destinado para a experimentação. Pode ser o caminho inicial para quem busca alternativas de trabalho e remuneração que vão além do emprego e do salário.

A partir da interpretação e apresentação dos resultados finais advindos da pesquisa de campo somados à pesquisa bibliográfica, os conhecimentos gerados para a elaboração do produto educacional consolidaram-se. Os desenhos ou figuras, bem como quadros e gráficos, auxiliaram na possibilidade de visualizar quais foram os conhecimentos gerados para a produção do “EPTCanvas para negócios”. Pretendia-se antes da pandemia organizar oficinas com a participação de empreendedores inovadores que provavelmente serviriam de inspiração e instrumentalização para os alunos, não para mostrar que é fácil transformar ideias em negócios, mas que pode ser possível. Contudo, tais intenções não foram viáveis em decorrência das limitações conjunturais.

Após a finalização da primeira versão do produto educacional, houve a validação e a redação final sobre todo o processo de elaboração do “EPTCanvas para negócios: um *e-book* economicAMENTE criativo”.

Figura 21 - Roteiro das ações de pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

7.2 Os sujeitos, o local e o rito da coleta empírica

No processo de coleta de dados, a experiência dos docentes que ministraram disciplinas como Empreendedorismo, Gestão ou afins no curso de Ensino Médio Integrado do IFAM, no *Campus* Manaus Centro, contribuiu para a costura de interfaces teórico-práticas entre os temas principais da pesquisa. Através dos testemunhos dos professores foi possível articular um produto para incrementar essa busca por aproximar o saber e o fazer. O sujeito da pesquisa materializou-se na figura do docente do *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal do Amazonas.

É oportuno mencionar o percurso da captação dos sujeitos, visto que o trajeto, o caminho, a trilha ou a senda percorrida neste aspecto fez parte do cumprimento do itinerário da obra. Durante o desenrolar do trabalho houve a mudança de sujeito do discente para o docente como uma medida essencial de continuidade do estudo. Durante o período de crise sanitária instalada no mundo e mais especificamente no Brasil a partir de 20 de março de 2020, com o reconhecimento do estado de calamidade pública no país, através do Decreto Legislativo nº 6/2020; várias medidas foram tomadas para limitar as atividades presenciais como um todo.

A excepcionalidade de tal quadro revelou-se inédita e, particularmente, dramática na história recente. A pandemia do novo coronavírus com suas proporções globais reverberou fortemente em todos os setores do país, extrapolando a questão sanitária vindo a impactar, no caso específico, na feitura deste trabalho. Assim, o planejamento prévio aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/IFAM), através do Parecer nº 4.400.810 em novembro de 2020, modificou-se pela força das circunstâncias. A captação de dados migrou do aluno para o professor como medida capital para a continuidade da pesquisa.

A princípio, aguardava-se o reinício das aulas para o primeiro semestre do ano corrente. Havia a expectativa de retorno das aulas presenciais para o início do ano letivo de 2021. No entanto, houve aqui em Manaus o recrudescimento da crise a partir de janeiro de 2021 e o cenário modificou-se em desfavor do retorno à normalidade. O ano letivo reiniciou no formato online e a captação de alunos para o levantamento de dados tornou-se tarefa árdua e sem sucesso. Foi solicitada

prorrogação do prazo de defesa da dissertação e após autorização novas medidas foram delineadas, a partir do 2º semestre de 2021.

Depois de vencida essa fase, o protocolo utilizado para a pesquisa de campo foi organizado em cinco etapas, quais sejam: primeiramente, foi feito contato com alguns professores que ministram ou já ministraram aulas de Empreendedorismo, Gestão ou afins no IFAM, *Campus* Manaus Centro por intermédio da professora orientadora, Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza. Na segunda etapa, foi enviado um *e-mail* aos professores explicando o teor da pesquisa, solicitação de concordância em participar e um questionário digital com prazo de sete dias para ser respondido.

A terceira etapa tratou da recepção desses dados coletados, manuseio e respectiva análise. Os resultados obtidos ajudaram a construir as interfaces necessárias para serem utilizadas na construção de um *e-book* direcionado a jovens empreendedores como alternativa de atuação profissional além do emprego assalariado.

A quarta etapa configurou-se num convite aberto para os docentes que participaram da pesquisa como também para outros convidados a serem avaliadores da primeira versão do produto educacional. Este convite foi enviado por *e-mail* juntamente com a primeira versão elaborada e a sua respectiva ficha avaliativa. Foram recebidas oito avaliações num total de quatorze solicitadas, com observações e sugestões de melhoramento do produto. Na última etapa foi redigido um texto e enviado por *e-mail*, convidando todos aqueles que participaram da etapa do protótipo a acessarem o produto em sua versão final.

7.3 A trajetória tomada na aquisição de dados e justificativas

Antes de descrever o caminho tomado na aquisição dos dados que integram os resultados do presente estudo, torna-se pertinente destacar o cenário pandêmico ora vivenciado pela humanidade por conta do novo Coronavírus. Além das flagrantes mudanças ocorridas tanto no mundo do trabalho como também na educação (LOSEKANN; MOURÃO, 2020; RONDINI; DUARTE; PEDRO, 2020), é acertado dizer que este fenômeno de grandeza mundial também impactou a operacionalização dos procedimentos metodológicos da presente dissertação.

Diante das recomendações de distanciamento mínimo de 1,5 metro de distância de uma pessoa para outra, bem como as recomendações constantes das autoridades de saúde para se evitar aglomeração de pessoas (SILVA *et al.*, 2020), a coleta de dados precisou ser replanejada. O processo, que seria feito por meio de entrevistas presenciais com os alunos do CMC/IFAM, teve de passar por uma retificação, utilizando-se de questionários semiestruturados. Consoante Malhotra (2006), o que caracteriza este tipo específico de questionário é a junção entre indagações que não são estruturadas e permitem a livre expressão do partícipe a respeito do que lhe é perguntado, as quais são agregadas a perguntas de múltipla escolha, estas sim definidas como estruturadas.

Conforme já mencionado no item 7.2 do presente material, houve a necessidade de integrar à pesquisa professores que já tiveram experiências de docência com as disciplinas de Gestão e Empreendedorismo. Aqui é preciso registrar mais uma dificuldade encontrada no decurso do estudo que foi a questão do tamanho da amostra populacional. Considera-se que nas pesquisas científicas a população representa o agrupamento de sujeitos que possuem características em comum sobre as quais a pesquisa científica irá se debruçar (FERNANDES, 2017).

Por sua vez, a amostra representa uma parte de uma determinada população. No entender de Fontanella *et al.* (2011), a transparência com relação a amostragem utilizada num estudo científico é uma atitude necessária para evidenciar o rigor e a sistematização da prática de pesquisa quanto aos princípios éticos associados a este tipo de iniciativa. Já o estudo de Pires (2008) assevera que o fechamento da amostra diz respeito ao estabelecimento de quantos indivíduos serão necessários para subsidiar tanto a análise como também a interpretação dos dados coletados.

A amostra populacional do presente estudo conta com quatro profissionais de educação atuantes no *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, os quais gentilmente aceitaram o convite de participação e com suas opiniões puderam contribuir ricamente para o desenvolvimento da pesquisa. Com relação ao tamanho das amostras em estudos científicos, Gerhardt e Silveira (2009) esclarecem que nas pesquisas de cunho qualitativo, compete ao pesquisador selecionar os especialistas que podem responder com mais propriedade sobre a validação de informações que são conexas aos problemas de pesquisa.

Esta dificuldade na busca por respondentes para compor a amostra populacional pode ser vista como uma limitação do estudo, embora isto não invalide os resultados alcançados com a prática da pesquisa. É oportuno verificar outros trabalhos que igualmente não contaram com quantidades expressivas de respondentes. Para efeito de exemplificação, é válido mencionar o estudo de Meireles (2019), o qual consistiu numa investigação científica feita no *Campus Tucuruí* do Instituto Federal do Pará com três alunos portadores de deficiência visual.

Apesar das dificuldades encontradas, é necessário destacar a valiosa contribuição dos quatro docentes no que se refere aos dados coletados. São professores que trabalham ou já trabalharam com as disciplinas de Empreendedorismo, Gestão ou afins no CMC/IFAM e ministraram aulas para mais de uma centena de estudantes. Eles foram essenciais não só para demonstrar a impressão de diversos alunos com relação aos temas a eles indagados como também foram de grande valia para a avaliação do *e-book* associado a esta dissertação.

8 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo os resultados obtidos com o instrumental da coleta empírica são apresentados. Através da aplicação de questionário semiestruturado foi possível à obtenção dos conhecimentos que não estavam disponíveis nos insumos teóricos já investigados. Segundo Nascimento-e-Silva (2021) nos dados semiestruturados, as perguntas são conhecidas por quem as elabora, visto que os assuntos já foram estudados antes, porém o pesquisador não tem nenhuma ideia de como serão respondidas pelos sujeitos. Ainda em diálogo com o autor, esse contexto é muito comum em se tratando de pesquisas sociais que utilizam dados semiestruturados, pois há sempre a reserva de um espaço para o registro da coleta. Isto posto, os conhecimentos advindos desse instrumento ajudaram a nortear as características do produto educacional que foi concebido para estimular e auxiliar jovens candidatos ao empreendedorismo criativo.

8.1 Análise pesquisa de campo

O material coletado referente a pesquisa empírica destinou-se a construir interfaces entre os principais temas da dissertação, quais sejam: economia criativa, empreendedorismo, inovação, criatividade, educação profissional e ensino médio integrado através da experiência docente em relação às escolhas profissionais dos alunos.

Esse material possibilitou as tomadas de decisão para a escolha de um produto educacional que mais se adequasse a uma proposta que pudesse responder a pergunta de pesquisa formulada e atendesse ao objetivo do trabalho. Ou seja, a construção de interfaces entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica concorre por aproximar o saber e o fazer; uma vez que auxilia na operacionalização do saber pedagógico ao proporcionar aos alunos práticas laborais de emancipação do sujeito através do trabalho como princípio educativo.

As unidades de análise obtidas foram constituídas a partir da desmontagem das respostas dos sujeitos conforme orientação da Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2016). A criação das estruturas analíticas ou categorias principais foram formadas com a ajuda de uma eleição dos temas que mais se

repetiam por critérios de semântica reunidos em grupos de análise. Cada grupo possui uma temática que aborda a relação entre dois ou mais elementos principais retirados do questionário.

O conjunto de arranjos totalizou onze. Alguns destes arranjos ou grupos estão conectados entre si pelo resultado da categoria final, a exemplo dos grupos 2 e 7 que serão comentados conjuntamente, por exemplo.

Os sujeitos respondentes da pesquisa foram os docentes dos cursos de Ensino Médio Integrado do *Campus* Manaus Centro codificados como “D1”, “D2” e “D3”. Vale informar que o professor sob o código “D4” já trabalhou no Ensino Médio Integrado em outro Instituto Federal e atualmente atua nos cursos superiores e subsequentes do CMC/IFAM. Todavia, a sua contribuição para as perguntas mais gerais a respeito de empreendedorismo e gestão relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica- EPT ajudou a estreitar a percepção sobre as interfaces, contribuindo para a proposta do produto educacional. Além de possuir a experiência de recepcionar muitos desses alunos egressos de cursos integrados e avaliar os seus níveis de aprendizado e desenvolvimento sobre a matéria.

Quadro 11 – Resultado sintético da análise dos dados empíricos

Nº	GRUPOS (interfaces)	TEMA CATEGORIA FINAL
1	Empreendedorismo e Ensino Médio Integrado	Proposta emancipadora com atributos regionais
2	Empreendedorismo e Educação Profissional e Tecnológica – EPT	É uma busca pela unidade teoria e prática
3	Trabalho e Emprego	Trabalho é produto humano. Emprego é subproduto
4	Empreendedorismo e discentes	Oportunidade de trabalho
5	Ensino Médio Integrado e EPT	Formação Humana Integral
6	Empreendedorismo e conteúdos mais valorizados pelos alunos	Plano de negócios como estratégia de ensino
7	Empreendedorismo e resultados práticos	É um articulador integrando teoria e prática
8	Ensino atual e trabalho empreendedor	Ensino atual prepara bons empregados
9	Economia Criativa e Empreendedorismo	Propósito emancipador
10	Inovação, empreendedorismo e criatividade na educação	Interdisciplinaridade
11	Economia Criativa e EPT	Trabalho como princípio educativo

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O Quadro 11 sintetiza a análise do questionário que contou com 15 perguntas ao todo. A partir desses elementos estruturais emergentes da Análise Textual Discursiva, o metatexto foi produzido com uma abordagem mais ampla extraída da segmentação do *corpus* textual. Segue abaixo, exemplo de como o método foi utilizado a partir da análise dos resultados. A organização contou com a utilização das ferramentas de apoio, tais como, o instrumento de coleta de dados, as figuras ilustrativas, quadros e gráficos.

Figura 22 - Criação unidades de análise - Empreendedorismo e Ensino Médio Integrado – Grupo 1

RESPOSTAS	O QUE O EMPREENDEDORISMO CONTRIBUI NA FORMAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO?	UNIDADES DE ANÁLISE
D1P2	Empreendedorismo é uma disciplina que leva o aluno a despertar o interesse em desenvolver a ideia de trabalhar o próprio negócio ou despertar o interesse pela busca de inovações independentemente da área do conhecimento.	1. Desperta o interesse em ter sua própria renda. 2. Desperta o interesse pela busca da inovação.
D2P2	Contribui ao mostrar para o aluno que ele pode ter uma outra via que não seja empregado, mas empregador, ou ainda, que ele pode ser os dois.	1. Oportuniza uma outra via de opção profissional. 2. Ajuda a ser um bom empregado.
D3P2	Possibilita ao discente uma alternativa ou busca da inserção deste no mercado de trabalho, não só como empregado mas como empregador. Destarte as expertises adquiridas no que tange a liderança ou busca das melhores práticas o benchmark pessoal. Uma disciplina que possibilita aos discentes o embasamento necessário para empreender bem como criar possibilidades em situações adversas. Corroborar a possibilidade de demonstrar aos discentes as expertises do empreendedorismo. Este, como uma alternativa da prática de conhecimentos adquiridos ao longo da fase acadêmica.	1. Inserção do aluno no mercado de trabalho como empregador. 2. Inserção do aluno no mercado de trabalho como um empregado qualificado. 3. Ajuda o aluno a encontrar soluções para problemas. 4. Ajuda a desenvolver a qualidade da liderança.
D4P2	Todos os cursos ofertados pelo IFAM, sejam Técnicos ou Superiores, visam a formação profissional, logo, a necessidade de formar pessoas com espírito empreendedor que tenham senso de cooperação, que sejam participativas e autônomas, deve ser o foco da instituição. A formação empreendedora contribui na preparação discente, visando o desenvolvimento de pessoas mais proativas, criativas, flexíveis, inovadoras que sejam capazes de assumir riscos frente às necessidades postas e promovam intervenções para o bom desenvolvimento social e econômico de suas regiões.	1. Ajuda a desenvolver o espírito empreendedor: cooperação, autonomia, proatividade, pessoas criativas, flexíveis, inovadoras e que assumem riscos. 2. Colabora para o desenvolvimento regional.

Fonte: elaborada pela autora (2021)

A figura 22 representa a coleta bruta de dados (resposta direta ao questionário) sendo desmontada para a formação das unidades de análise. O assunto abordado foi a relação entre o Empreendedorismo e o Ensino Médio Integrado na formação do aluno. As unidades de análise emergentes do texto serviram de base para a formação das categorias convergentes por similaridade de significado conforme exposto abaixo.

Figura 23 - Categorização - Empreendedorismo e EMI – Grupo 1

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 1 (Interfaces)	UNIDADES EMERGENTES	RES.P.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.RELATIVA GRUPO(%)
P2		Desperta o interesse em ter sua própria renda.	D1P2	Espírito empreendedor	4	40%
O que o empreendedorismo contribui na formação do aluno do Ensino Médio Integrado?	EMPREENDEADORISMO	Desperta o interesse pela busca da inovação.	D1P2	Renda própria como empreendedor	3	30%
		Oportuniza uma outra via de opção profissional.	D2P2	Renda assalariada	2	20%
	e	Ajuda a ser um bom empregado.	D2P2	Contexto regional	1	10%
	ENSINO MÉDIO INTEGRADO	Inserção do aluno no mercado de trabalho como empregador.	D3P2	TOTAL	10	100%
		Inserção do aluno no mercado de trabalho como um empregado qualificado.	D3P2	CATEGORIA FINAL		
		Ajuda o aluno a encontrar soluções para problemas.	D3P2	Proposta emancipadora com atributos regionais		
		Ajuda a desenvolver a qualidade da liderança.	D3P2			
		Cooperação, autonomia, proatividade, pessoas criativas, flexíveis, inovadoras e que assumem riscos.	D4P2			
		Colabora para o desenvolvimento regional	D4P2			

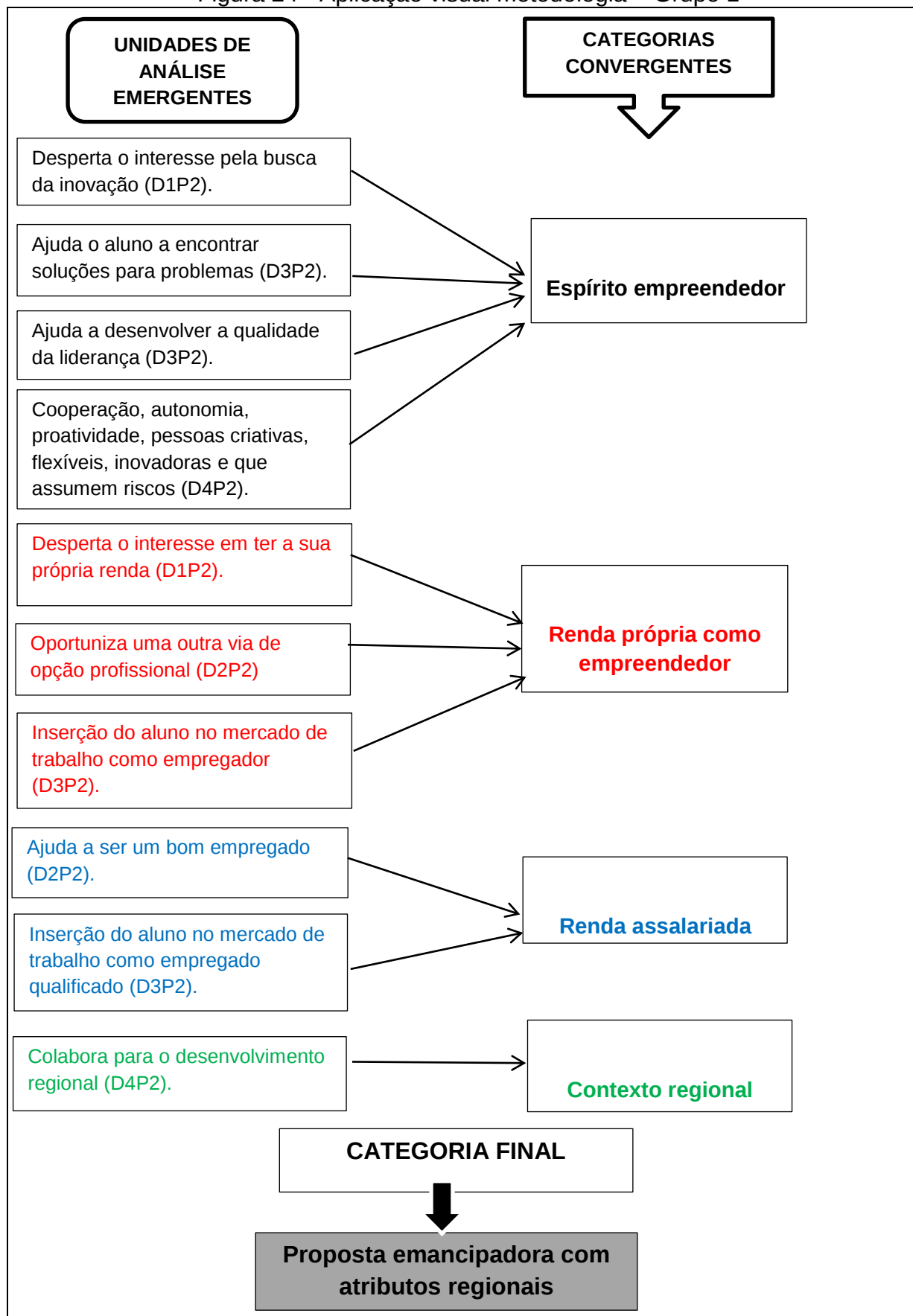
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A 3ª coluna da figura 23 representa a análise feita dos dados brutos do discurso, gerando um refinamento dos fragmentos da fala dos sujeitos. A atribuição de um nome ou título para cada categoria produzida, 5ª coluna, é resultante de critérios semânticos que convergiram por aproximação de significado. Esse processo levou a um agrupamento intermediário com uma diminuição gradativa na quantidade de itens.

Usou-se da frequência estatística para eleger as categorias com mais incidência de ocorrência entre as unidades de análise. Em seguida, foi realizada uma espécie de eleição para formar o pensamento preponderante refletido a partir do testemunho dos professores na formação da categoria final.

A figura 24 abaixo ajuda a captar como uma nova compreensão emergente foi comunicada e validada nesse processo. Na visão de Moraes e Galiazzi (2016, p. 34) é como se fosse “uma tempestade de luz” jogando *flashes* para clarear a temática abordada. Da desordem à luz foi o caminho adotado na Análise Textual Discursiva com a pretensão de construção de um novo pensamento aglutinador ao final. Tal pensamento está impregnado intensamente com o *corpus* da análise, isto é, as respostas do questionário (MORAES; GALIAZZI, 2016).

Figura 24 - Aplicação visual metodologia – Grupo 1



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A partir da estrutura de organização das figuras 22 e 23 é possível visualizar como a metodologia da Análise Textual Discursiva foi aplicada para a construção da categoria final que fez a leitura da relação entre Empreendedorismo e Ensino Médio Integrado na formação do aluno com base na coleta de dados empírica.

Pelo resultado obtido é possível observar as relações com os insumos teóricos do estudo também. Os docentes apontam que uma formação integral que combina os saberes de uma educação geral com a profissional desenvolve no aluno o espírito empreendedor capaz de conjugar aspectos importantes para a sua autonomia e emancipação no mercado de trabalho. Esta é a proposta do Ensino Médio Integrado que objetiva uma formação completa ou integral dos alunos para serem transformadores da sociedade. O primeiro passo começa com o aluno não mais se assujeitando às circunstâncias, mas sendo o protagonista da sua própria história (RAMOS, 2014; SAVIANI, 2008; CIAVATTA, 2005). Este conceito está muito em sintonia com o desejo de independência que advém dos negócios criativos (ATHAYDE, 2017).

É a educação que liberta da letra fria da legislação procurando desenvolver práticas pedagógicas que efetivamente assegurem esta integração no campo de ação docente, segundo Silva, Melo e Nascimento (2015). O empreendedorismo além de possibilitar aos estudantes uma postura proativa para ser um bom empregado, se for isso o que pretenderem, desperta também o interesse em buscar a sua própria renda além do emprego e do salário. Nesse ponto, a criatividade que pode ser estimulada no contexto regional é importante para valorizar e desenvolver o aspecto simbólico local. Está em sintonia com a Economia Criativa e com os princípios pedagógicos dos currículos, a exemplo, do Programa Pedagógico de Curso (IFAM, 2020, p. 31) que já foi abordado nesta pesquisa.

As características que tornam o indivíduo um empreendedor elencadas por Smith (2015), coadunam-se com as respostas dos docentes em “D3P2” e “D4P2” (código para terceiro e quarto docentes na pergunta número dois respectivamente). Assim, saber encontrar soluções para problemas em vez de somente resolvê-los; saber receber críticas em vez de evitá-las; correr riscos; liderar; gerar riquezas são pontos proativos e assertivos para a vida de um estudante do Ensino Médio Integrado que queira desfrutar de uma educação integral.

A leitura que pode ser feita a partir da formação da categoria final é que o empreendedorismo na formação do aluno do Ensino Médio Integrado contribui para uma proposta emancipadora que faz do aluno um cidadão independente com autonomia para as suas escolhas profissionais, sobretudo, com foco na valorização e desenvolvimento do ambiente regional. Fornece a esse aluno a possibilidade de vislumbrar alternativas de atuação profissional no ambiente empreendedor como empregador, retomando para si os meios de produção (MANACORDA, 2007) e transformando este aluno em protagonista da sua própria história como já foi dito acima por Ramos, 2014; Saviani, 2008 e Ciavatta, 2005. As interlocuções teóricas e empíricas são importantes nesse contexto para validar as compreensões atingidas. A explicação da categoria final com uma compreensão mais ampliada do fenômeno formou uma ponte de conexão com os entendimentos já alcançados. Esse movimento espiralado que retorna ao princípio, sugerido por Moraes e Galiuzzi (2016), é um ciclo que integra os procedimentos da Análise Textual Discursiva. Dessa forma, o metatexto é construído trazendo uma abrangência de compreensão na análise a partir das suas partes e sempre voltando para o início, haja vista, existir uma conexão geral com todo o processo.

A seguir, serão apresentados como entendimento de categoria final dois tipos de análise que resultaram na compreensão do empreendedorismo como uma ponte que interliga teoria e prática. A primeira abordagem é sobre o questionamento aos docentes em relação ao “empreendedorismo e a educação profissional”, grupo 2; a segunda é em relação ao “empreendedorismo e seus resultados práticos”, material referente ao grupo 7.

Figura 25 - Criação Unidades de Análise - Empreendedorismo e EPT – Grupo 2

RESP.	EM SUA OPINIÃO, EXISTEM CONVERGÊNCIAS OU DIVERGÊNCIAS ENTRE UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A ATIVIDADE EMPREENDEDORA? COMENTE.	UNIDADES DE ANÁLISE COMPATÍVEIS	UNIDADES INCOMPATÍVEIS
D1P3	Há total interação, complemento, envolvimento, convergência... pois, hoje empreender tem uma interligação muito forte com a educação profissional, sendo que ambas se complementam na busca do conhecimento e o despertar de transformar a ideia em um negócio de sucesso.	1. EPT e empreendedorismo se complementam no conhecimento 2. Complementam-se na iniciativa prática de abrir um negócio.	
D2P3	Não. Muito pelo contrário, conheço muitos alunos que trabalharam em indústrias.		1. Alunos vão para indústrias
D3P3	Vejo uma convergência, pelo menos há uma tendência, pois, em nível sistêmico macro (MEC), no que tange a inserção desta disciplina específica ou disciplinas similares no rol de conteúdos obrigatórios nas matrizes curriculares dos cursos de educação profissional.	1. Convergência em torno do rol dos conteúdos obrigatórios das matrizes curriculares	
D4P3	Total convergência. Como está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação profissional e tecnológica (EPT) tem a finalidade precípua de preparar "para o exercício de profissões" contribuindo para que o cidadão possa ser inserido e atue no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Neste sentido, também, o empreendedorismo é definido por Domelas (2008), como sendo o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades de negócios e trabalho.	1. Ambos preparam para o exercício de profissões: ideias transformadas em negócio - trabalho	

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

As respostas referentes à pergunta 3, organizadas no grupo 2, intitulado “Empreendedorismo e Educação Profissional e Tecnológica” foram fragmentadas em unidades de análise e reunidas em argumentos compatíveis e não compatíveis de acordo com a experiência docente sobre a questão abordada. Não compatíveis porque a resposta tomou direção oposta da relação principal, porém faz parte da estruturação das categorias intermediárias convergentes por similaridade.

Figura 26 - Categorização – Empreendedorismo e EPT – Grupo 2

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 2 (Interfaces)	UNIDADES EMERGENTES COMPATÍVEIS	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.RELATIVA (%) NO GRUPO
P3		EPT e empreendedorismo se complementam no conhecimento	D1P3	O saber conecta a EPT e o empreendedorismo	2	40%
Em sua opinião, existem convergências ou divergências entre uma educação profissional e tecnológica e a atividade empreendedora?	EMPREENDEDO- RISMO e EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Complementam-se na iniciativa prática de abrir um negócio.	D1P3	O fazer conecta a EPT e o empreendedorismo	2	40%
		Convergência em torno do rol dos conteúdos obrigatórios das matrizes curriculares	D3P3	EPT e empreendedorismo não se conectam	1	20%
		Ambos preparam para o exercício de profissões: ideias transformadas em negócio - trabalho	D4P3	TOTAL	5	100%
		UNIDADES EMERGENTES NÃO COMPATÍVEIS		CATEGORIA FINAL		
		Alunos vão para indústrias	D2P3	É uma busca pela unidade teoria e prática		

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

As unidades de análise foram agrupadas em categorias convergentes em relação a semelhança de significados. Os resultados da figura 26 revelam que o empreendedorismo é uma ponte de conhecimento e ação para a educação profissional. Contribui para transformar os conteúdos ministrados em sala de aula em potenciais resultados práticos para além do emprego, apesar de uma parte do alunado técnico migrar para o mercado comum de trabalho, sobretudo, para a indústria como um bom empregado qualificado. Os saberes das duas áreas são complementares, assim contribuem para essa busca por uma unidade entre o saber e o fazer.

Figura 27 - Categorização – Empreendedorismo e Resultados Práticos – Grupo 7

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 7	UNIDADES EMERGENTES COMPATÍVEIS	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.RELATIVA (%) NO GRUPO
P1		Plano de Negócios para criação de jogos - aluno de informática abriu o seu próprio negócio.	D1P1	Aluno empreendedor	4	40%
Na sua atuação docente no Ensino Médio integrado do IFAM, o (a) Senhor (a) poderia relatar um pouco da sua experiência com as disciplinas de Gestão e/ou Empreendedorismo?	EMPREENDEDO- RISMO e RESULTADOS PRÁTICOS	Plano de Negócios para aproveitamento de resíduos sólidos - Programa Centelha do Polo Industrial de Manaus - PIM.	D1P1	Aluno intraempreendedor	1	10%
		Alunos gostam de fazer projetos integrados ao curso.	D1P7	Aluno empregado	1	10%
		Aluno empreendedor busca algo para a vida.	D3P10	Aluno sujeito	2	20%
		Alunos desenvolvem projetos e elaboram planos de negócios.	D4P7	Aluno apenas com conteúdo teórico	2	20%
		Tornam-se empreendedores nas organizações.	D4P7	TOTAL	10	100%
		Provoca transformações na sociedade.	D4P10	CATEGORIA FINAL		
		UNIDADES EMERGENTES NÃO COMPATÍVEIS		Empreendedorismo como articulador integrando teoria e prática		
		Alunos socializam em sala de aula o dia de trabalho como estagiários nas empresas.	D2P1			
		Deveria haver mais palestras e pesquisas na instituição, pois pouco se fala em mercado de trabalho	D2P10			
		O assunto empreendedorismo é mais discutido na matriz curricular, faltando mais iniciativas para extrapolá-lo dessa circunscrição.	D3P7			

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

O grupo 7 denominado “Empreendedorismo e Resultados Práticos” resultou da composição de três perguntas do questionário (P1, P7 e P10) com a finalidade de descobrir o que os alunos fazem ou já fizeram em termos de aplicação prática com os conteúdos ministrados na matriz curricular. Pelas respostas colhidas, o aluno do Ensino Médio Integrado tem potencial para ser um aluno-empREENDEDOR ao desenvolver projetos e planos de negócio, formando a categoria “aluno empreendedor”, com o maior item de incidência por aproximação de significado. Esses experimentos o ajudam a desenvolver o espírito empreendedor para o mundo dos negócios; a ter independência, no caso do “aluno sujeito” e ter habilidade em lidar com a vida prática mesmo nas perspectivas empregatícias, como as categorias formadas pelo “aluno intraempREENDEDOR” e “assalariado”.

Nesse grupo houve a formação de unidades de análise não compatíveis em desfavor da aplicação prática do conteúdo com a finalidade empreendedora, quais sejam: O docente “D2” nas perguntas, “P1” e “P10”, relatou que empreender é coletar informações das experiências empregatícias dos alunos e compartilhar em sala de sala aula. Seria mais oportuno compartilhar cases de empreendedorismo já desenvolvidos por jovens que trabalham ou já trabalharam no seu próprio negócio. O mesmo docente em “P10” argumentou que se deveria fomentar mais eventos e pesquisas na Instituição sobre o assunto.

O docente “D3” na pergunta “P7” arguiu sobre a necessidade do tema sair da letra dos planejamentos curriculares para alcançar o aspecto da aplicação prática. Segundo Feres (2015) não basta apenas se apropriar dos conteúdos, é necessário que os alunos aprendam na prática como os saberes podem ser empregados e, através disso, compreender a lógica existente na prática de cada teoria disseminada. Dessa forma, nota-se a viabilidade do empreendedorismo como um articulador entre o saber e o fazer.

Por falar em trabalhar em seu próprio negócio, a análise a seguir vai tratar da relação “trabalho e emprego” pela perspectiva dos dados empíricos.

Figura 28 - Categorização – Trabalho e Emprego – Grupo 3

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 3	UNIDADES EMERGENTES	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.REL. GRUPO(%)
P4						
Como o (a) senhor (a) apresenta os conceitos de trabalho e emprego para os alunos?	TRABALHO e EMPREGO	Gerir e empreender são atividades que dão prazer em fazer.	D1P4	Trabalho é propósito	6	46%
		Não é trabalhar para usufruir de um salário.	D1P4	Trabalho é cidadania	2	15%
		Trabalho é expectativa de retorno.	D2P4	Emprego é subsistência	5	38%
		Trabalho é recompensa.	D2P4	TOTAL	13	100%
		Emprego é vínculo em que o sujeito recebe um pró-labore.	D2P4	CATEGORIAS FINAIS		
		Trabalho é um ideal	D3P4			
		Trabalho é crescimento ou melhoria em vários aspectos, sobretudo o social.	D3P4	Trabalho é produto humano.		
		Emprego é meio de se garantir numa sociedade capitalista.	D3P4	Emprego é subproduto.		
		Emprego é sobrevivência.	D3P4			
		Trabalho é o atingimento de metas, pois é um conjunto de ações praticadas por pessoas.	D4P4			
		Trabalho pode ser remunerado ou não remunerado	D4P4			
		Trabalho é a aquisição de habilidades para tomada de decisão.	D4P4			
		Emprego é necessidade financeira.	D4P4			

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

As categorias que se originaram das unidades de análise emergentes da coleta de dados empírica revelam pistas de que a compreensão do sentido do trabalho é mais abrangente, envolvendo aspectos inerentes à vida humana. Saviani e Duarte (2010) afirmam que só o homem trabalha e educa, assim, o trabalho é uma característica própria que pertence ao ser humano. As coisas que fazemos devem, então, estar dotadas de amor e desejo, de modo que, haja um propósito e um sentido para a vida além da sobrevivência. Foi nesse contexto que as categorias “trabalho é propósito” e “trabalho é cidadania” foram entendidas e expressas. Da categoria “emprego é subsistência” depreende-se que foi formulada a partir de um raciocínio mais instrumental revelado nos dados. Isso pode ser confirmado através dos estudos de Rifkin (2005), quando diz que os empregos são uma invenção humana trazida pelas duas Grandes Revoluções Industriais ocorridas na Inglaterra, dessa forma, a tendência é o seu desaparecimento, segundo o autor. Noutras palavras, os empregos foram “inventados” para responder ao “boom” dessas Grandes Revoluções Industriais.

Lado a lado com essa tendência existe uma outra para o trabalho do amanhã: você será o seu próprio trabalho ou empreendedor de si mesmo ou autoempregado, ou seja, é o trabalho como produto direto da ação humana, sem intermediários (REIS, 2011), abreviando a lógica da cadeia produtiva. Lílian Borges (2017) em seus estudos pontua que a atividade laboral é própria da essência humana, pois o homem é o único ser consciente de sua ação laboral quando a executa, tornando-se humano através dela. Deduz-se que essa forma de agir, começa sempre no pensamento com uma ideia, depois parte-se para o seu planejamento e em seguida,

a exequibilidade prática. Essa é a ideia de trabalho como um produto naturalmente humano.

Já o emprego é uma forma que o trabalho assume, por essa razão é um resultado dele ou um subproduto. Ainda em diálogo com Rifkin (2005) é uma criação humana, com tendências ao desaparecimento.

Pode-se inferir, então, que o emprego está contigo no trabalho e que o trabalho o contém, assim como na teoria dos conjuntos em matemática, em que o conjunto dos números reais engloba todos os demais números. O mesmo raciocínio se aplica ao trabalho como gênero, ou seja, o conjunto de tudo e o emprego uma espécie desse conjunto com um tipo de renda muito específica, o salário. Se ao longo prazo, todos estaremos mortos, segundo Keynes (1990), não tem como saber ao certo o que vai acontecer. Talvez outras espécies ou subprodutos do trabalho no formato de empregos possam ser criados para acompanhar as novas tecnologias, mas bem diferentes do que conhecemos hoje, entretanto até quando perdurará? Quanto ao futuro, só a Deus pertence!!

A preocupação em viver e sobreviver, existir e subsistir faz parte do todo. Todavia, o trabalho é o produto da ação humana e o homem se torna humano através dele numa relação intrínseca de valor que não pode ser desconsiderada. Este é o princípio ontológico que o define, segundo Borges (2017). Por isso que em 61% das percepções dos respondentes sobre o conceito de trabalho, os termos equivalentes foram propósito e cidadania, encaminhando-se para um sentido mais amplo, mais completo de vida associado, certamente, a sua parte remuneratória ou recompensatória.

Outra forma do fruto do trabalho humano se manifestar é através do empreendedorismo. Essa espécie possui uma remuneração própria também, o lucro ou a geração de riqueza através do autoemprego. O próximo grupo, “empreendedorismo e discentes”, confirma a ação empreendedora como outra oportunidade de trabalho e renda. Contudo, vale a pena destacar que os alunos do Ensino Médio Integrado são muito jovens e por essa razão como foi coletado dos insumos empíricos, o interesse dos alunos pela atividade empreendedora ainda é incipiente.

Figura 29 - Categorização – Empreendedorismo e Discentes – Grupo 4

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 4 (Interfaces)	CATEGORIAS EMERGENTES	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.REL. GRUPO(%)
P1	EMPREENDEDO RISMO e DISCENTES	Alunos fazem projetos inteligidos ao curso	D1P7	Conquista a atenção dos alunos	3	33%
Na sua atuação docente no Ensino Médio integrado do IFAM, o (a) Senhor (a) poderia relatar um pouco da sua experiência com as disciplinas de Gestão e/ou Empreendedorismo?		Alunos interagem bem com a disciplina.	D1P7	É sobrevivência	2	22%
		Alunos mostram interesse pela disciplina.	D1P7	Postura empreendedora desenvolve qualidades para a vida	2	22%
		Empreendedorismo pode ser uma alternativa para momentos de crise.	D2P1	Interesse no itinerário formativo superior ou em outros	2	22%
		Empregos escassos.	D2P1	TOTAL	9	100%
P7		O aluno empreendedor é criativo, inovador, ousado e correr riscos.	D2P10	CATEGORIA FINAL		
Em sua percepção, os alunos do Ensino Médio Integrado têm algum interesse na atividade empreendedora?		É importante repassar para o discente a essência de um empreendedor que é buscar algo para a vida.	D3P10	Oportunidade de trabalho		
		Pouquíssimos têm interesse, pois são jovens e preferem prosseguir carreira em cursos superiores.	D2P7			
P10		A pouca idade dificulta o interesse pelo assunto	D2P10			
Qual a sua percepção em relação às características de aprendizagem de um ensino sob um olhar empreendedor?						

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A figura 29, que comporta os resultados do grupo 4, produziu respostas extraídas da experiência docente com o alunado e traça um perfil por amostra que demonstra a realidade de um aluno do Ensino Médio Integrado em relação à atividade empreendedora. Uma parte dos alunos a depender da proposta pedagógica e da sua aplicação, interessa-se pelo assunto. O empreendedorismo é visto como uma oportunidade de trabalho para fins de subsistência e ao mesmo tempo é capaz de desenvolver habilidades comportamentais proativas para a vida profissional do aluno. A pouca idade, a falta de experiência aplicada pode levá-los a escolher opções profissionais verticais seguindo o itinerário formativo.

O grupo 5 a seguir, traz uma leitura de que tipo de contribuições o Ensino Médio Integrado à educação profissional favorece a formação do aluno. Os recortes dos textos sugerem uma categoria final formando um ser humano íntegro, com conhecimentos amplos a possibilitar escolhas profissionais abrangentes.

Figura 30 – Categorização – Ensino Médio Integrado e EPT – Grupo 5

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 5 (Interfaces)	UNIDADES EMERGENTES	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.REL. GRUPO(%)
P5	ENSINO MÉDIO e EPT	Favorece o estudo vertical.	D1P5	Potencializa a conjugação de saberes	3	30%
Que tipo de contribuição o Ensino Médio Integrado a educação profissional favorece a formação do aluno?		Favorece a atuação profissional para a área de formação.	D1P5	Forma profissionais para áreas específicas	3	30%
		Interliga conceitos educacionais e profissionais.	D1P5	Possibilita opções gerais de oportunidades	3	30%
		Atua na formação profissional.	D2P5	Transforma o indivíduo e a sua realidade	1	10%
		Favorece a formação geral.		TOTAL	10	100%
		Atua na formação geral.	D3P5	CATEGORIA FINAL		
		Conjuga educação de qualidade com preparação profissional.	D3P5			
		Possibilita ao discente a aquisição de competências relacionadas ao ensino médio com as do ensino profissional.	D4P5	Formação Humana Integral		
		Aprimora o desenvolvimento pessoal, contribuindo para a transformação da realidade social do estudante e do seu entorno.	D4P5			
		Atende aos anseios do mercado, formando mão de obra qualificada.	D4P5			

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

As categorias intermediárias da figura 30, 5ª coluna, convergiram das unidades de análise referentes à pergunta número 5 do questionário ou quinta questão. O Grupo 5, formado das relações entre o Ensino Médio Integrado e a Educação Profissional, ratificou a Formação Humana Integral como um dos sustentáculos da EPT.

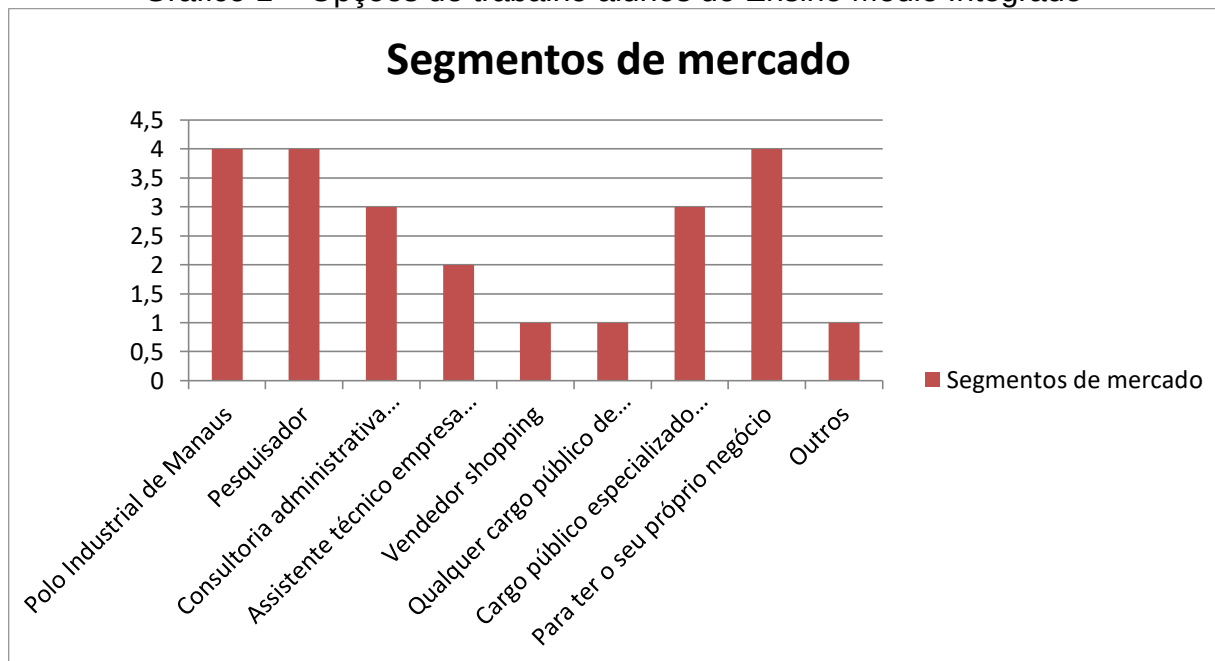
Uma formação integral do ser humano, por exemplo, contempla todas as suas dimensões, de modo que, a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho façam parte desse conteúdo, objetivando potencializar esses saberes conjugados em favor do aprendizado e das possibilidades profissionais.

Na análise dos resultados desse grupo, nota-se dois grandes caminhos em igual oportunidade de participação relativa se abrindo como perspectivas profissionais: a primeira, formando profissionais para áreas específicas de atuação do curso técnico para trabalharem, sobretudo, como empregados nas indústrias. A segunda, possibilitando opções gerais de atuação, inclusive, continuando o itinerário formativo em cursos superiores ou como empreendedores, como já foi visto em outras análises.

É importante registrar o caráter transformador do indivíduo e da sua realidade com essa integração de saberes também registrado na coleta. Está em sintonia com Ramos (2014); Saviani (2008) e Ciavatta (2005), pois este aspecto os torna construtores da sua própria história. De que forma os alunos aproveitarão melhor essas intenções e ideais de emancipação é um dos pontos principais desta pesquisa.

A sexta pergunta do questionário não originou nenhum grupo em específico pois tratou-se somente de levantamento quantitativo para dar apoio ao grupo 5; preocupou-se em fazer uma enquete com os professores para saber quais os segmentos profissionais de mercado, o Ensino Médio Integrado do IFAM, *Campus Manaus Centro*, mais prepara o aluno. Foi uma alternativa de múltipla escolha com mais de uma opção. Segue o resultado abaixo:

Gráfico 1 – Opções de trabalho alunos do Ensino Médio Integrado



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O gráfico 1 expressa uma formação específica e outra genérica concorrendo juntas em oportunidades de atuação profissional para os alunos. Vale lembrar que a amostra pertence a sujeitos que ministram ou já ministraram aulas de empreendedorismo, gestão e disciplinas afins no *Campus Manaus Centro* do Instituto Federal do Amazonas. Apreende-se do resultado que o Ensino Médio Integrado ao conciliar educação básica de qualidade com preparação profissional propicia uma formação integral muito mais ampla que irá favorecer também outras chances de atuação profissional além do emprego assalariado.

Pensando nisso, o grupo 6 abaixo é formado por um combinado de questões: P1, P8, P9 e P10 relacionado aos conteúdos de empreendedorismo, gestão e afins mais valorizados pelos estudantes. A partir dessas respostas foi feita uma eleição do conteúdo que mais se sobressaiu, levando em conta se a feitura de um plano de negócios é eficaz ou não na materialização de algum empreendimento. Com 58,8% de indicação, em relação ao conteúdo de empreendedorismo e gestão, o plano de negócios foi confirmado como o principal assunto abordado nessas disciplinas. Vale mencionar que estratégias de gestão, marketing, monitoramento, inovações são todos componentes desse grande plano de ação que explorados mais detalhadamente de acordo com o tipo de ideia só fortalecem a expertise principal.

Figura 31 - Seleção conteúdos empreendedorismo – Grupo 6

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 6 (Interfaces)	UNIDADES EMERGENTES	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.REL. GRUPO(%)
P1	EMPREENDEDORISMO e CONTEÚDOS MAIS VALORIZADOS	Plano de negócios, pois estimula a criação de empreendimentos inovadores.	D1P1	Plano de negócios: caminho para ação	10	58,8%
Na sua atuação docente no Ensino Médio Integrado do IFAM, o (a) poderia relatar um pouco da sua experiência com as disciplinas de Gestão e/ou Empreendedorismo?				Estratégias de Gestão	3	17,6%
P8		Plano de negócios, pois dissemina a cultura empreendedora.	D1P1	Inovações tecnológicas	1	5,9%
Dos conteúdos que envolvem Gestão e Empreendedorismo ministrados no EMI, quais são aqueles que os alunos demonstram mais interesse?		Alunos fazem o "pitch" para os outros verem.	D1P8	Sistemas de monitoramento	1	5,9%
P9		Usam o PN para formatar um negócio de família.	D1P9	Perfil do empreendedor	1	5,9%
Em sua experiência docente junto às disciplinas que abordam os conteúdos de Gestão, Empreendedorismo e afins no EMI, o entendimento e a preparação do aluno para a futura de um plano de negócios auxilia o estudante na materialização real de algum tipo de ideia em negócio?		Usam o PN para outro negócio existente.	D1P9	Marketing pessoal e empresarial	1	5,9%
P10		Ao colocar a ideia num PN, o aluno tem a perspectiva de um dia tornar-se realidade.	D1P10	TOTAL	17	100%
Qual a sua percepção em relação às características de aprendizagem de um ensino sob um olhar empreendedor?		Plano de Negócios.	D2P8	CATEGORIA FINAL Plano de negócios como estratégia de ensino		
		Se houver interesse, os alunos que pensam em ser empreendedores focam no plano de negócios.	D2P9			
		Estratégias de Gestão e Organização Empresarial.	D3P8			
		Gerenciamento de projetos.	D3P8			
		Inovações tecnológicas.	D3P8			
		Sistemas de monitoramento.	D3P8			
		O PN é uma forma de despertar no aluno a execução do seu planejamento.	D3P9			
		Perfil do empreendedor.	D4P9			
		Marketing pessoal e empresarial.	D4P9			
		Gestão	D4P9			
		Plano de negócios	D4P9			

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A figura 31 aponta o saber fazer um plano de negócios como o conteúdo mais apto a transformar ideias em negócios de verdade. Pode até começar formatando um plano inicial, ou seja, orientando apenas para organizar as ideias, porém, existe a expectativa ou o desejo de algum dia ser um norte para os primeiros passos do funcionamento real de algum empreendimento. À vista disso, é uma estratégia de ensino a ser adotada nas disciplinas de empreendedorismo e gestão.

Figura 32 - Categorização – Ensino atual e trabalho empreendedor – Grupo 8

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 8 (Relações)	UNIDADES EMERGENTES COMPATIVAS	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.REL. GRUPO (%)
P11	ENSINO ATUAL e TRABALHO EMPREENDEDOR	Projeto integrador está ligado à prática disciplinar.	D1P11	Preparação genérica	3	60%
Com base na sua experiência docente, que relações pode haver entre a estrutura do ensino atual e a preparação dos alunos para o mundo do trabalho empreendedor?		Aluno mais preparado para o mundo do trabalho.	D1D11	Preparação empreendedora	2	40%
		O curso perdeu o foco, prepara os alunos para o ENEM.	D2P11	TOTAL	5	100%
		A estrutura do curso deve ser alterada para o tipo PDCA.	D3P11	CATEGORIA FINAL		
		Existem disciplinas, projetos, oficinas e núcleos de estudo para formar o aluno para o trabalho empreendedor.	D4P11	Ensino atual prepara bons empregados		

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

O objetivo da pergunta 11 nesta figura 32 é coletar impressões acerca de ações existentes na estrutura do ensino atual que efetivamente preparem os alunos para serem empreendedores no mercado de trabalho. Depreende-se a partir das respostas dadas que o entendimento de empreendedorismo para a educação está mais associado ao desenvolvimento de um tipo de postura específica a ser adotada em quaisquer situações da vida prática. Noutras palavras, na categoria intitulada “preparação genérica”, o empreendedorismo no ensino é visto como um meio para

desenvolver atitudes proativas com foco em opções profissionais com vínculo empregatício. Nessa mesma linha de raciocínio, ao desenvolver capacidades empreendedoras, na categoria formada por “preparação empreendedora”, essa qualidade é utilizada somente para potencializar as opções empregatícias. Dessa maneira, a categoria final conclui que a forma que o ensino atual está estruturado prepara bons empregados para o mercado de trabalho. A conclusão está em sintonia com os estudos de Smith (2015).

O próximo grupo aborda as indagações acerca dos conceitos de Economia Criativa e Empreendedorismo, perguntas 12 e 13 do questionário, para reunir elementos de compreensão do tema nas escolas.

Figura 33 - Categorização – Economia Criativa e Empreendedorismo – Grupo 9

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 9 (Interfaces)	UNIDADES EMERGENTES COMPATÍVEIS	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.REL. GRUPO (%)
P12 O (A) Senhor (a) conhece ou já trabalhou o conceito de Economia Criativa em sala de aula com os alunos do EMI no IFAM?	ECONOMIA CRIATIVA e	Exploram a capacidade intelectual e imaginativa para iniciar negócios.	D1P13	Postura empreendedora	6	40%
		Iniciativa.	D1P13	Criatividade transformada em riqueza	6	40%
		Persistência.	D1P13	Empreendedorismo social	2	13%
		Capacidade de correr riscos.	D1P13	Incipiente em sala de aula	1	7%
	EMPREENDE DORISMO	A busca por eficiência.	D1P13	TOTAL	15	100%
		Acreditar no próprio potencial.	D1P13	CATEGORIA FINAL		
		Acreditar no potencial da ideia e do negócio.	D1P13			
		No ambiente de sala de aula ainda não foi trabalhado ativamente.	D1P12	Conduzem a um PROPÓSITO EMANCIPADOR		
	P13 No seu entendimento, há pontos em comum entre os conceitos de Economia Criativa e Empreendedorismo ?	Economia criativa e empreendedorismo complementam-se.	D2P13			
		Cooperativismo.	D2P12			
		Economia solidária.	D2P12			
		Valorizam a criatividade para estimular os negócios.	D3P12			
		Possuem a criatividade como ponto comum.	D3P13			
		Economia criativa é a fonte para o empreendedorismo, pois gera renda, cria empregos e produz receitas.	D4P13			
		Empreendedorismo é a capacidade para inovar, solucionar problemas e identificar oportunidades.	D4P13			

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

O resultado do processo de análise do discurso, que produziu as unidades de análise e as suas categorias expressas na figura 33, exprime as seguintes leituras: Os conceitos quando associados ao ensino são direcionados para a formação da categoria “postura empreendedora” que advém das características proativas trazidas do mundo empreendedor como atitudes assertivas a serem adotadas pelos alunos.

Este atributo ainda é visto como a melhor contribuição do empreendedorismo para o ensino. Este é o pensamento predominante do entendimento desta disciplina. Isto é, são habilidades para auxiliar o aluno a ser um empregado qualificado. Contudo, quando associados à palavra economia, as semelhanças migram para o aspecto da produção de riquezas através do sujeito que detém os meios de

produção para transformá-los em um produto ou serviço criativo que produzirá riqueza ou lucro para si mesmo, para o seu próprio sustento.

É importante observar o recorte de entendimento que formou a categoria “empreendedorismo social”, pois difere da proposta que trata-se de empreendedorismo criativo. O empreendedorismo social é, sem dúvida, uma excelente força empreendedora para o engajamento socioeconômico dos alunos. É aquele que trabalha com as comunidades, gerando benefícios de maneira exclusiva para elas, podendo seus agentes serem remunerados ou não. O lucro gerado é convertido em ações para alcançar o maior número de pessoas.

Não obstante, os negócios criativos são aqueles que tornam os seus agentes autoempregados, independentes e empreendedores de si mesmos ao transformarem aquilo que mais gostam de fazer (o seu propósito) em um negócio. Ao fazerem isso, beneficiam a si mesmos, o seu entorno, gerando renda e emprego, além de valorizarem a cultura regional, tornando-se mais uma oportunidade de trabalho e renda.

O Ministério da Educação e Cultura (BRASIL/MEC, 2018), já percebeu a importância e o interesse sobre essa temática aumentando, de modo que, ao falar de práticas empreendedoras nas escolas menciona este tipo de empreendedorismo criativo, que ainda está circunscrito a uma atividade informal, como uma atividade desenvolvida com pouco ou nenhum conhecimento, planejamento e gestão.

Da relação Economia Criativa e Empreendedorismo apreende-se que para fazer algo (empreender), o seu agente (o empreendedor) precisa dar um sentido criativo e inovador para a sua ação, o qual resultará num produto ou serviço (empreendedorismo) em benefício da sociedade, culminando com a mudança da sua realidade pessoal. O propósito que encerrou a categoria final inicia todo o processo no pensamento imaginativo do indivíduo, consumando-se numa ação empreendedora emancipatória e remunerada.

Figura 34 - Categorização – Inovação, empreendedorismo e criatividade na educação – Grupo 10

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 10 (Interfaces - Atributos)	UNIDADES EMERGENTES COMPATÍVEIS	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.REL. GRUPO (%)
P14	INOVAÇÃO EMPREENDEDORISMO e CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO	São conceitos que se interligam na área do conhecimento.	D1P14	Conceitos integradores	9	82%
		A criatividade é o ponto central do desenvolvimento na economia criativa.	D1P14	Ensino atual e mercado desconectados	2	18%
		O empreendedorismo utiliza a inovação como ponto central	D1P14	TOTAL	11	100%
		Aula de campo: visita técnica em grandes empresas, feiras ou incubadoras - aspecto práticos.	D1P14	CATEGORIA FINAL		
		O empreendedor é criativo e inovador.	D2P14	Interdisciplinaridade		
		Difusão da pesquisa auxiliará o estímulo à inovação, a criatividade e o empreendedorismo.	D3P14			
		A aproximação dessas variáveis é vital para o contexto acadêmico.	D3P14			
		Através dos projetos integradores.	D4P14			
		São apropriados às metodologias construtivistas	D4P14			
		UNIDADES EMERGENTES NÃO COMPATÍVEIS				
		Descompasso entre o dinamismo de mercado e o ensino.	D3P14			
		Necessidade de difusão das novidades do mercado no meio acadêmico	D3P14			

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

O grupo 10, representado pela figura 34, abordou o papel da inovação, do empreendedorismo e da criatividade como agentes atuantes para reduzir as fronteiras didáticas entre as disciplinas. O resultado refinado da coleta de dados resultou na formação de duas categorias principais de dados: “Conceitos integradores” e “Ensino atual e mercado desconectados”, representados na 5ª coluna deste título. Os sujeitos de pesquisa elegeram majoritariamente com 82% das indicações, tais conceitos como aqueles que trabalham para a integração das disciplinas ampliando a realidade dos alunos. A categoria final intitulada “interdisciplinaridade” contempla exatamente essas informações em seu objetivo e é fundamental para materializar o ideal de integração dos conhecimentos teóricos e práticos no contexto acadêmico. Faz parte, certamente, do conteúdo dos Projetos Pedagógicos de Curso (IFAM/PPC, 2015, 2020).

As unidades de análise dissonantes consideradas não compatíveis, servem mais como um alerta para a importância desses conteúdos interdisciplinares, bem como o reconhecimento das suas origens. As mensagens contidas em D3P14 sugerem uma maior vinculação do ensino com as questões de mercado, visto que a dinâmica das transformações que impactam a sociedade surgem nesse ambiente de mercancia. É oportuno nesse momento observar as conexões de uma malha fina que vai se formando entre os dados dos insumos teóricos e empíricos.

Quando Abramovay (2004) colabora para desnudar a falsa aparência de um mercado sem rosto e sem propósitos humanos, o autor está sugerindo que

produtores, consumidores e concorrentes são pessoas convivendo, interagindo, aprendendo e se desenvolvendo. Nota-se, hoje em dia, que a força das ações empreendedoras, inovadoras e criativas está partindo dos trabalhadores empreendedores, os quais estão retomando os meios de produção e presenteando o seu trabalho com a plenitude merecida, que é exatamente o que Manacorda (2007) trata em seus estudos ao interpretar Marx. A importância desses conceitos na educação, sobretudo, sendo estimulados com a difusão de pesquisas sobre o assunto (D3P14), potencializa o objetivo da interdisciplinaridade.

O último quadro é referente a pergunta 15 do questionário e relaciona-se aos conceitos de Economia Criativa e Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Da associação dessas ideias, que tipo de inovação em favor do ensino pode resultar?

Figura 35 - Categorização – Economia Criativa e EPT - Grupo 11

CÓDIGO PERGUNTA	GRUPO 11 (Interfaces)	UNIDADES EMERGENTES COMPATÍVEIS	RESP.	CATEGORIAS CONVERGENTES	FREQ.	PART.REL. GRUPO(%)
P15		Auxiliarão em práticas pedagógicas inovadoras através do conhecimento em sala de aula (teoria) e o aprendizado do mundo do trabalho (prática).	D1P15	Fortalece o trabalho e o ensino	2	29%
Em seu ponto de vista, a construção de conexões teórico-práticas em torno da Economia Criativa e da EPT pode gerar algum atributo ou característica inovadora para o ensino? Comente.		Envolve empreendedorismo, criatividade e inovação.	D3P15	Conecta economia e cultura	2	29%
		Sintonia com as indústrias criativas e culturais	D3P15	Cria valor para o indivíduo e para a sociedade	2	29%
	ECONOMIA CRIATIVA e EPT	Oportunidade de trabalho qualificado.	D3P15	Organização curricular ainda é empecilho	1	14%
		Agregação de valor para si próprio.	D3P15	TOTAL	7	100%
		Podem criar pontes pedagógicas para ligar teoria e Prática.	D4P15	CATEGORIA INTERMEDIÁRIA		
				Proposta de valor econômico-regional para o indivíduo e para a sociedade		
		UNIDADES EMERGENTES NÃO COMPATÍVEIS		CATEGORIA FINAL		
		Instituição dá ênfase em disciplinas de humanidades não focando na Educação Profissional e Tecnológica	D2P15	O trabalho como princípio educativo		

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Na figura acima, as unidades de análise criaram três categorias proporcionalmente compatíveis em favor da temática. Os atributos da Economia Criativa associados aos da Educação Profissional, 5ª coluna, figura 35, fortalecem as relações de trabalho e de ensino, conectam economia e cultura, criam valor para o indivíduo e para a sociedade. A partir destes elementos infere-se que o resultado final cria uma proposta de valor econômico-regional que beneficiará o indivíduo e o seu entorno com a criação de renda e emprego; valorizará o contexto regional, de modo que, o produto ou serviço gerado conterá elementos significativos da cultura local. Nota-se o trabalho perpassando entre os roteiros dos conhecimentos científico-tecnológicos e culturais. É o elo integrador do saber e do fazer. A característica inovadora dá sustentáculo ao trabalho como princípio educativo, base da Educação Profissional e Tecnológica.

9 DA IDEIA À CONCEPÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL:

Este título propõe-se a demonstrar a trajetória de construção do produto educacional a partir da prospecção de ideias iniciais que foram tomando contorno por intermédio de uma sólida pesquisa científica. O capítulo apresentará o processo de produção, avaliação e ajustes finais do produto.

9.1 O processo educacional a caminho do produto

Os mestrados profissionais estão contidos na Área de Ensino 46, que trata das pesquisas aplicadas (CAPES, 2011). Os Programas Profissionais de Pós-Graduação *Stricto Sensu* como o ProfEPT – Programa de Educação Profissional e Tecnológica, por exemplo, diferentemente da modalidade acadêmica precisam desenvolver um produto educacional aplicável ou aplicado em um contexto real (RIZZATTI, *et al.*, 2020). Devem ultrapassar os limites da academia e beneficiar a sociedade como um todo.

Portanto, os tipos de produto ou processo educacional consoante CAPES (2016) podem estar na forma de mídias educacionais, protótipos educacionais, materiais para atividades experimentais, propostas de ensino, material textual, materiais interativos e atividades de extensão. Tais modelos funcionam como um produto interlocutivo a ser utilizado com professores em diferentes localidades do país (RIZZATTI *et al.*, 2020).

Dentre as opções de produto existentes em CAPES (2016), optou-se pela criação de um material textual no formato de conteúdo digital, um *e-book*, com objetivo instrucional. “EPTCanvas para negócios” é o nome dado a este “resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa” (RIZZATTI *et al.*, 2020, p. 4). Para evidenciar de maneira mais nítida a tecnologia utilizada para materializar o conteúdo textual, adotou-se o subtítulo: “um *e-book* economicamente criativo”.

À vista disso, o “EPTCanvas para negócios: um *e-book* economicamente criativo” foi pensado como uma proposta a ser utilizada primeiramente com os alunos do Ensino Médio Integrado do IFAM, todavia, pode estender-se por toda a Rede Federal de Ensino e atingir as comunidades locais por intermédio de

atividades de extensão. O mencionado produto educacional foi resultado de um processo científico aplicável para servir como interlocutor, ou melhor, como um meio de diálogo entre os professores e o público-alvo: os alunos.

O EPTCanvas na forma de empreendedorismo criativo foi concebido para estreitar os laços entre a teoria e a prática profissional, sendo um meio para operacionalizar o saber pedagógico através do trabalho emancipador. O trabalho passaria a pertencer ao trabalhador e deixaria de ser propriedade alheia (MANACORDA, 2007). Seria seu propósito de vida, logo, a sua realização, não seria mais uma privação, seria uma possibilidade de existir, subsistir e realizar sonhos e ideais.

A proposta de um modelo para negócios, com foco no Ensino Médio Integrado, foi materializada num *e-book*, livro eletrônico ou digital, que é uma tecnologia contemporânea, de fácil acesso por intermédio de *smartphones*, *tablets* e outros, tornando-se bem oportuna para ser trabalhada em meio à cultura jovem. A decisão pela escolha deste público específico parte do pressuposto em disseminar junto a estes jovens não somente os princípios da Economia Criativa (HOWKINS, 2013; COSTA; OLIVEIRA, 2016; ATHAYDE, 2017) como também demonstrar que é possível, através da materialização de ideias inovadoras, produzir sua própria existência consoante a fala de Saviani (2007).

O modelo para negócios “EPTCanvas”, então, apresenta aos alunos uma estrutura fácil e inovadora de iniciar um empreendimento, a partir de uma tela ou quadro de negócios. A estrutura organizacional do modelo é sistemática e significativa. Possui três grandes áreas principais, quais sejam: planejamento, testes e gestão que se interconectam e retroalimentam com dados e informações planejadas, captadas e monitoradas pelos seus treze elementos constitutivos. A figura 36 abaixo especifica os seus elementos e fornece alguns esclarecimentos quanto ao campo inusitado destinado a experimentação. Inusitado porque não é usual trabalhar com testes para ideias pessoais em projetos de negócios. Ou melhor, sair do campo do pensamento e materializá-lo no mundo prático. O EPTCanvas é uma possibilidade para organizar as ideias, colocá-las em prática e fazer o seu monitoramento ou gestão, ou seja, cuidar para que prosperem.

Figura 36 – Modelo EPTCanvas para negócios



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A figura 36 traz a visualização da configuração da estrutura do EPTCanvas. Esse formato foi concebido para auxiliar a praticar ideias e possivelmente transformá-las em um negócio remunerado. Quanto ao *e-book* está organizado para explicar este processo de concepção do produto e foi disposto, a princípio, da seguinte forma: apresentação, três capítulos e considerações finais.

A apresentação do material textual conta um pouco a respeito dos principais conceitos abordados nesta dissertação, pois todos estão imbricados na sua constituição: empreendedorismo, economia criativa, inovação e educação profissional. O primeiro capítulo ocupa-se em falar sobre o que é empreendedorismo e a visão de um Ensino Médio Integrado sob uma ótica empreendedora. Neste contexto, discorre sobre as possibilidades de empreender no Ensino Médio e o empreendedorismo nas escolas.

O segundo capítulo dedica-se a apresentar o modelo “EPTCanvas para negócios”, seu conceito e partes estruturantes. O modelo oferece em sua ordenação uma proposta para a aplicação das ideias de negócios através de testes de hipótese, objetivando a coleta de evidências no mundo real. Essas evidências orientarão na condução dos negócios, ou seja, na sua exequibilidade, viabilidade

financeira e na aceitação ou não do produto ou serviço destinado a determinado público-alvo. É oportuno ressaltar que há sempre a possibilidade de reedição da ideia, isto é, por intermédio dos testes, podem ser feitos ajustes, incorporar melhorias ao produto ou serviço e oferecer algo inovador para o cliente utilizando a proposta de valor.

O último capítulo sugere algumas ferramentas de auxílio a serem utilizadas como suporte de apoio ao modelo. A finalidade é propor meios para deixar os alunos mais preparados para executar a proposta do EPTCanvas, tais como: *sites*, aplicativos, sugestões de conteúdo, sugestões de prática para o conteúdo e vídeos. Assim, o material textual no formato digital encerra-se com as considerações finais alertando para a necessidade de efetuar mais pesquisas sobre a temática do Empreendedorismo e da Economia Criativa no âmbito do Ensino Médio Integrado. O fato respalda-se nas questões empíricas coletadas e ao mesmo tempo, da necessidade real de estar sempre conectado com dados e informações pertinentes ao assunto.

9.2 Avaliação do produto

Para essa etapa foi encaminhada uma ficha avaliativa para profissionais da educação, professores, pesquisadores e empreendedores. Tal procedimento teve por finalidade reunir impressões desses profissionais quanto à aceitação e a exequibilidade do produto em suas áreas de atuação. O procedimento prático foi a elaboração de oito perguntas com opções de respostas pré-definidas para a livre escolha do avaliador. Ao final, organizou-se um espaço destinado a sugestões e observações a critério do referido. O meio utilizado teve por acesso um modelo digital no formulário *Google.Forms* que foi enviado por *e-mail* a 14 participantes, sendo que deste total, 8 responderam no tempo previsto. Como a variável tempo é preciosa e tornou-se exígua nessa reta final do Mestrado, fez-se prudente considerar o quantitativo recebido para dar continuidade aos trâmites.

Para começar, a ficha avaliativa foi organizada para a obtenção de dados informativos sobre o avaliador, tais como: nome completo, formação acadêmica e atuação profissional. Em seguida, delinearam-se as perguntas técnicas em relação ao material textual e o meio eletrônico escolhido para a sua divulgação. A primeira

questão tratou da apresentação do *e-book*, se estava clara e objetiva. A segunda, se o conteúdo dos três capítulos respondia adequadamente a proposta de um material textual com objetivo instrucional. A terceira versava a respeito da linguagem do texto no formato digital, se estava apropriada e compreensível. A quarta, se o profissional utilizaria o produto para testar alguma ideia de negócio real e/ou em práticas de ensino. A quinta, abordava a capacidade da proposta em ser útil na materialização de ideias e se era possível ser aplicada, gerando benefícios para o indivíduo com reflexos para a sociedade.

A sexta pergunta inquiria o avaliador se o produto poderia ser considerado inovador com tecnologia social. Inovador porque combina materiais e ideias já existentes compilando-as num só artefato, no caso, um plano de negócios num modelo Canvas com uma área para experimentação de ideias. Tecnologia social, pois representa uma possível solução para inclusão social e melhoria de vida quando aplicado (RIZZATTI, *et al.*, 2020). A sétima questão interpelava sobre a possibilidade de a proposta ser trabalhada transversalmente no conteúdo de diferentes disciplinas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. É importante salientar que até esta sétima questão, os avaliadores tinham as seguintes opções de respostas: (i) Sim; (ii) Não e (iii) Parcialmente.

A oitava questão perguntou sobre o grau de satisfação do avaliador em relação ao produto educacional. Como resposta havia as seguintes opções: (i) Regular, (ii) Bom, (iii) Muito Bom e (iv) Excelente. A última foi um espaço destinado a sugestões e observações dos avaliadores. A partir dessas contribuições, a versão final do *e-book* pôde ser implementada. A ficha avaliativa foi enviada no dia 25.11.2021 com solicitação de retorno para o dia 02.12.2021. Após o encerramento do recebimento das respostas, os ajustes foram encaminhados para a produção da versão “pós-avaliação” do *e-book*. Portanto, seguem os resultados coletados, a começar pela relação dos oito avaliadores, preservando os seus direitos de anonimato quanto à identidade.

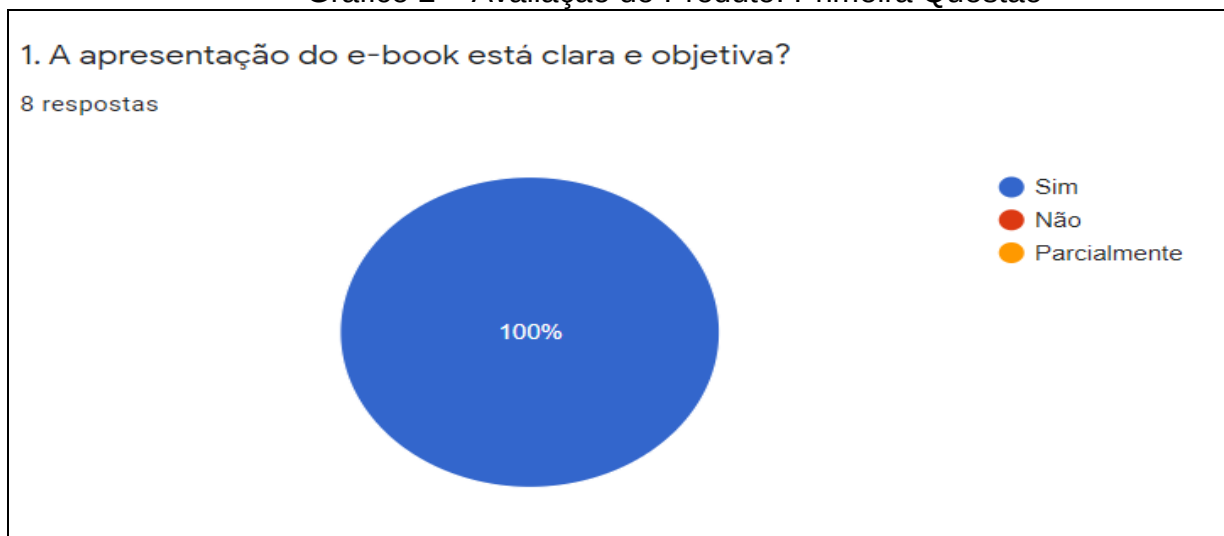
Quadro 12 – Capacitação profissional dos avaliadores do produto educacional

CÓDIGO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
AV1	Pedagogia	Professora Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Pará.
AV2	Mestre em Educação Profissional e Tecnológica	Gestor de projetos
AV3	Licenciatura em Letras e Língua Inglesa. Mestrado em Linguística.	Professora aposentada da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.
AV4	Pedagogia e Bacharel em Direito	Servidora Pública Estadual no cargo de pedagoga.
AV5	Bacharel em Administração	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas.
AV6	Engenharia	Empresário do ramo da engenharia civil
AV7	Licenciatura em História	Professor SEDUC/AM e SEMED/MANAUS
AV8	Licenciatura em Biologia	Pesquisador, doutorando em Ciências Biológicas.

Fonte: Elaborado pela autora com base na ficha de avaliação, apêndice D deste estudo (2021)

O quadro 12 elenca os avaliadores na ordem de retorno das respostas e as suas formações e atuações profissionais. O código “AV” representa a palavra “avaliador” e a sequência numérica (“AV1”, “AV2”, “AV3”...) é a ordem de recebimento das respostas. Assim, o produto na versão de protótipo recebeu as impressões de uma amostra variada de profissionais, incluindo professores em geral, profissionais da área de educação, pesquisador e do mundo do empreendedorismo. É oportuno mencionar que foi obtido o retorno de um dos avaliadores respondentes do questionário semiestruturado aplicado a docentes do CMC/IFAM durante a pesquisa de campo. Seguem as avaliações apresentadas coletivamente no formato de gráficos pela ordem das questões sequenciadas na ficha avaliativa e comentários.

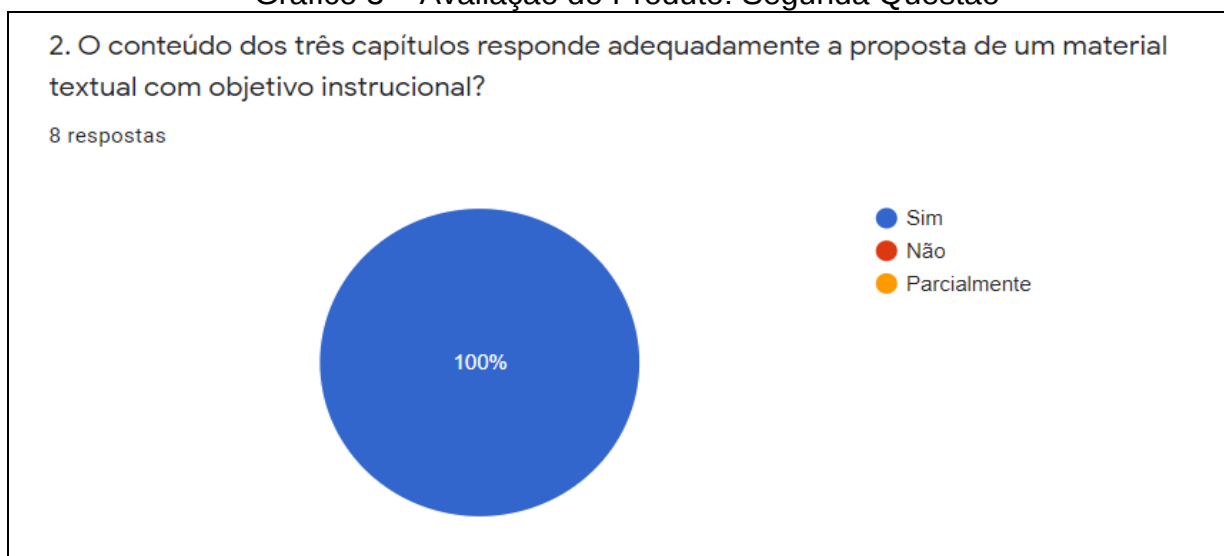
Gráfico 2 – Avaliação do Produto: Primeira Questão



Fonte: Resultado obtido do conjunto de respostas no Google.Forms (2021)

O gráfico 2 demonstrou um resultado aquiescente com o estilo de apresentação do material textual. Todavia, houve duas sugestões para a inclusão de um sumário no corpo do texto. Os avaliadores “AV1” e “AV2” fizeram essa observação que é procedente e contribuiu para os ajustes necessários no material.

Gráfico 3 – Avaliação do Produto: Segunda Questão



Fonte: Resultado obtido do conjunto de respostas – Google.Forms (2021)

O gráfico 3 apresenta os resultados referentes à segunda questão da ficha avaliativa. Os oito respondentes ratificaram a proposta apresentada como um material textual com finalidade instrucional, isto é, um produto educacional

materializado num texto de conhecimento, cultura e ensino apresentado por intermédio da tecnologia de um *e-book*.

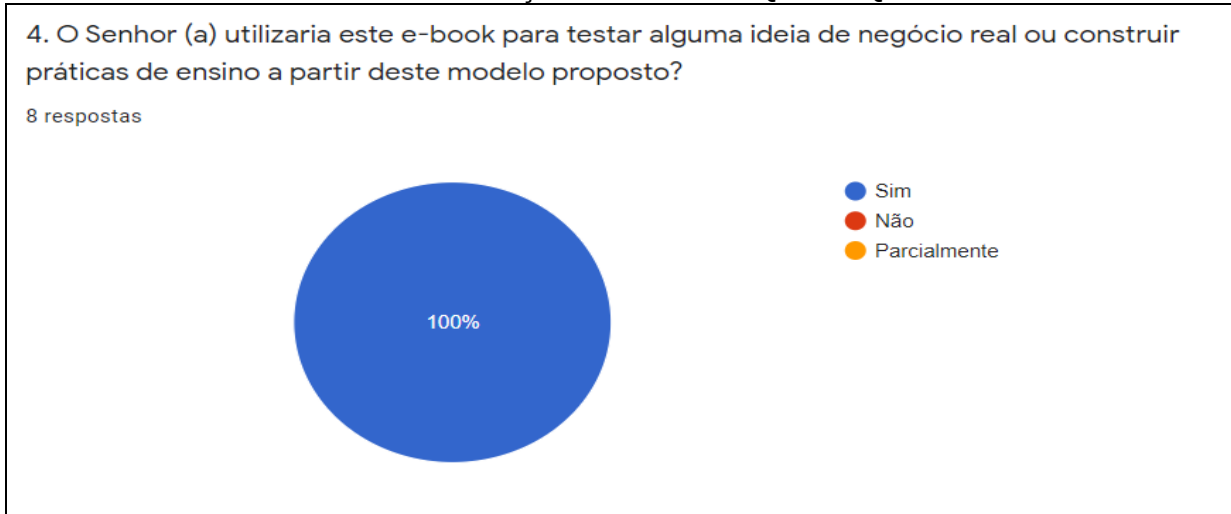
Gráfico 4 – Avaliação do Produto: Terceira Questão



Fonte: Resultado obtido do conjunto de respostas no Google.Forms (2021)

Os resultados contidos no gráfico 4 sinalizaram concordância de 87,5% com a linguagem adotada no texto. O produto educacional foi concebido para ser um material interlocutivo inovador a ser utilizado por docentes e alunos do Ensino Médio Integrado. O maior beneficiário do produto é, sem dúvida, o público final a quem se destina: os alunos. Certamente, foi para eles pensado, escrito e produzido no formato de um “EPTCanvas”. A inclusão de uma área prática a ser conjugada aos saberes apropriados para preenchê-lo e executá-lo sob o auxílio, a princípio, de professores e mestres. Este é o momento do trabalho como princípio educativo materializando-se e sendo veículo condutor de emancipação desses jovens. É a forma de operacionalizar o saber pedagógico, motivo da preocupação de Maciel (2018). Contudo, é pertinente destacar as observações e sugestões do “AV2” em relação ao seu beneficiário final, o aluno. O avaliador em questão sugeriu que a linguagem adotada fosse mais informal, pois precisaria conectar-se com os alunos desse nível de ensino. Ao mesmo tempo, ressaltou que o *design* apresentado no *e-book* auxilia neste contexto.

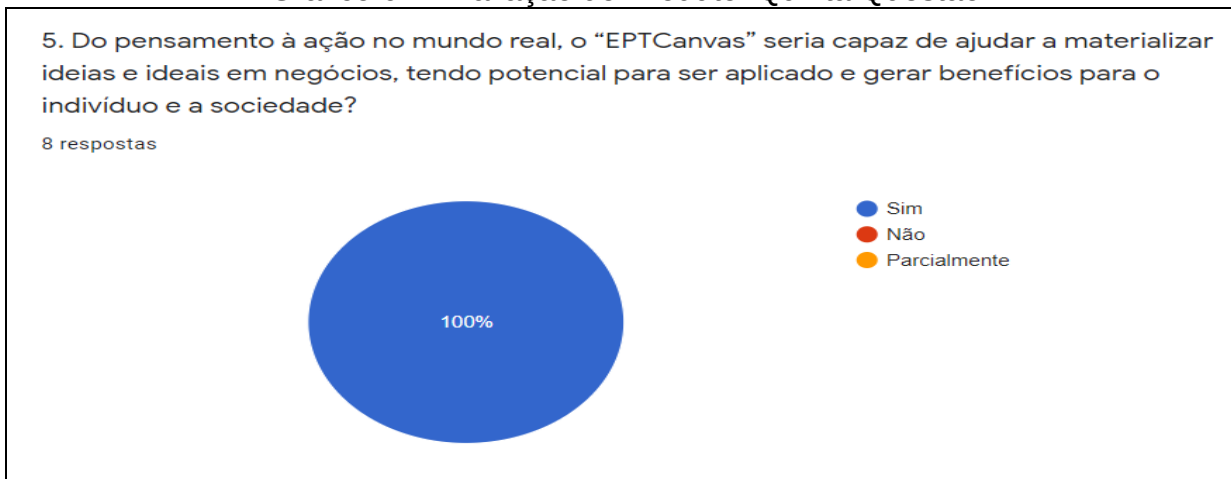
Gráfico 5 – Avaliação do Produto: Quarta Questão



Fonte: Resultado obtido do conjunto de respostas – Google.Forms (2021)

O gráfico 5 aborda a postura pessoal do profissional quanto ao EPTCanvas e a sua iniciativa em empregar os procedimentos teóricos e práticos do modelo para testar alguma ideia de negócio num ambiente real. Ou, como a prática pedagógica pode levar a sua concretização através de um trabalho empreendedor. A aceitação foi considerada totalmente promissora pela avaliação desse contingente. O avaliador “AV5” expressou o seu desejo em utilizá-lo como prática em sala de aula com expectativa de tornar-se realidade na vida dos alunos ao transformarem-se em autoempregados. O avaliador “AV6”, como empreendedor, vê a possibilidade do “EPTCanvas” ser uma realidade nas outras escolas em geral, tornando-se mais uma possibilidade de atuação profissional para os alunos.

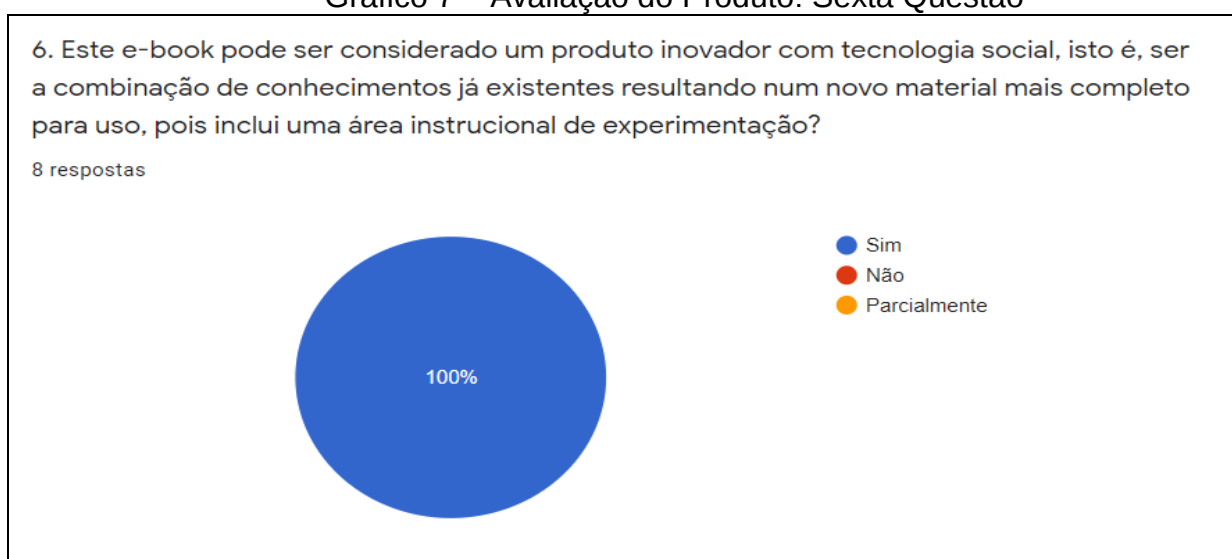
Gráfico 6 – Avaliação do Produto: Quinta Questão



Fonte: Resultado obtido do conjunto de respostas do Google.Forms (2021)

Essa questão envolve o potencial real de aplicação do produto, haja vista, o case apresentado, “Brigadeiros com texto”, não ter sido aplicado, mas apenas construído para sinalizar a aplicabilidade. Os procedimentos de testes estão respaldados nas técnicas de Bland e Osterwalder (2020). O “EPTCanvas para negócios” é uma combinação do modelo de negócios no formato *Canvas* já existente, o *Project Model Canvas*, porém com um novo arranjo de elementos e macroáreas de conexão ajustadas para a experimentação. A novidade é sair do projeto para a ação.

Gráfico 7 – Avaliação do Produto: Sexta Questão



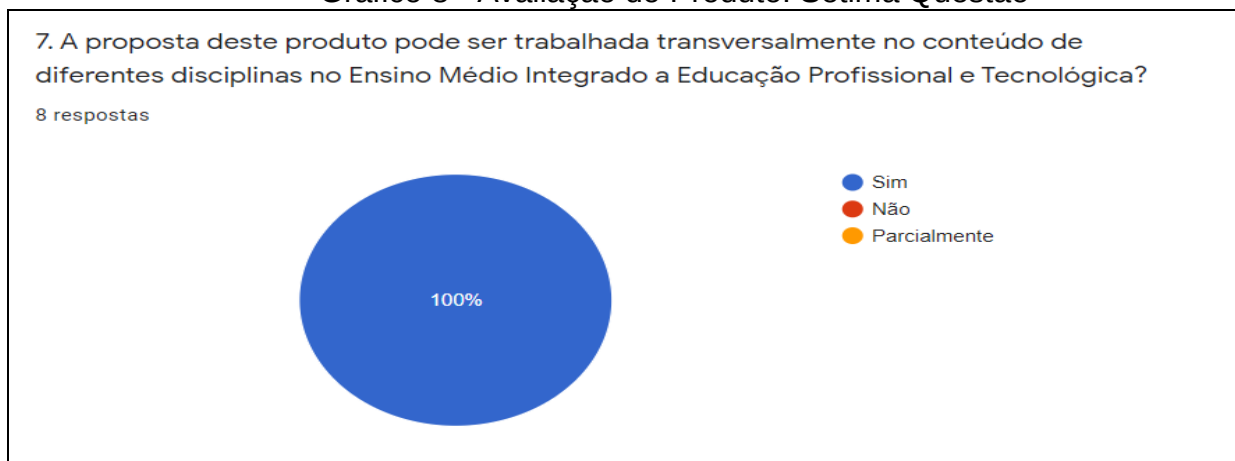
Fonte: Resultado obtido do conjunto de respostas do Google.Forms (2021)

A sexta questão apresentada no gráfico 7 acima, trata da apreensão do significado de inovação e suas consequências já bem estudadas nos insumos teóricos pertinentes a este trabalho (SCHUMPETER, 1982; WONG *et al.*, 2009; VARELLA *et al.*, 2012; HOWKINS, 2013; TIDD; BESSANT, 2015; MAZZA, 2017; MUZZIO, 2017; MARTINS, 2018; SALVIANO; BILAC, 2019).

Em seus estudos, Rizzatti *et.al.* (2020), analisando relatório técnico da CAPES (2019b, d) sobre produção técnica, relata que na análise dos produtos educacionais o critério (i) inovação deve constar como requisito para o exame do produto. Isto evidencia a preocupação em perceber o que está sendo fornecido a mais como conhecimento inédito, oriundo da capacidade em saber combinar e recombinar ideias e materiais já existentes. Seguem mais critérios importantes, a exemplo: (ii) da aderência com a linha de pesquisa; (iii) do impacto (alto, médio ou baixo) no ambiente social e (iv) da aplicabilidade, isto é, se aplicável, pois tem

potencial de utilização direta, por exemplo. Os avaliadores atestaram o caráter inovador do produto educacional, além da sua aplicabilidade e da tecnologia social como impacto positivo socialmente. Com relação à aderência com a linha de pesquisa, a próxima questão avalia esse aspecto.

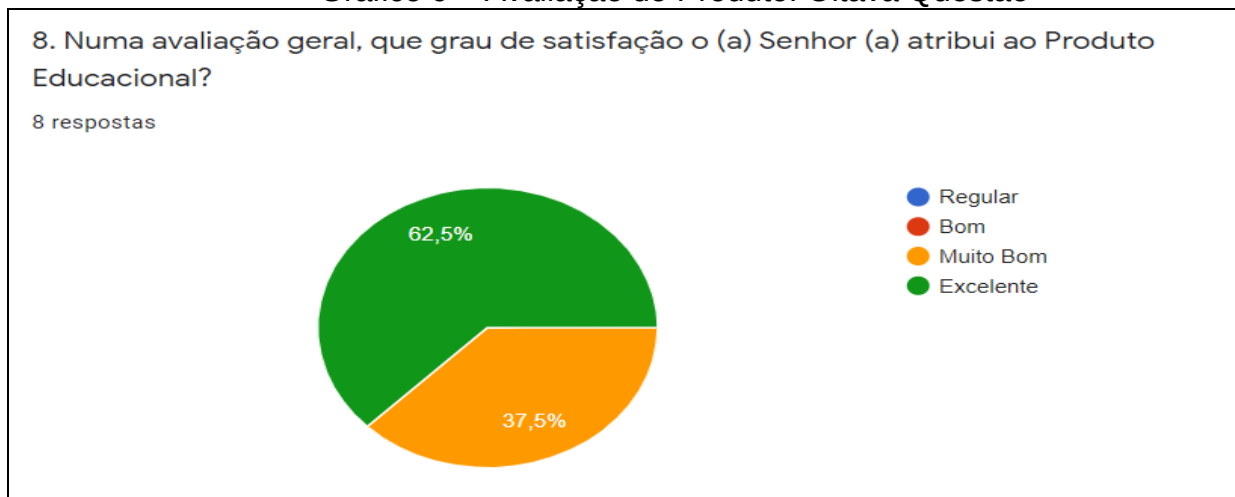
Gráfico 8 - Avaliação do Produto: Sétima Questão



Fonte: Resultado obtido do conjunto de respostas do Google.Forms (2021)

O gráfico 8 lidou com a aderência do produto à linha de pesquisa quando indagou a respeito do caráter transversal do “EPTCanvas”. Os profissionais apontaram essa característica ao observarem a possibilidade de sua utilização como um conteúdo que atravessa e interliga diferentes disciplinas. No material desta pesquisa, no subtítulo (5.2, p. 98), foi feito um estudo do Projeto Pedagógico do Curso de Química (IFAM, 2015, 2020) sob um olhar empreendedor. Lá, se discorreu sobre algumas possibilidades de transformar saberes profissionais em negócios profissionais.

Gráfico 9 – Avaliação do Produto: Oitava Questão



Fonte: Resultado obtido do conjunto de respostas do Google.Forms (2021)

O último gráfico trouxe uma avaliação geral de satisfação a respeito do material produzido. Os oito profissionais consideraram o produto educacional, 37,5% muito bom, e, 62,5% excelente. As sugestões e observações apresentadas na questão 9, que serão transcritas abaixo, são consideradas pertinentes e positivas, pois ora orientaram e contribuíram para ajustes importantes numa versão final do produto, ora ratificaram o objetivo do trabalho que foi pesquisar outras formas de atuação profissional além do emprego assalariado. O “EPTCanvas para negócios: um e-book economicamente criativo” é a materialização dessas ideias.

Quadro 13 – Sugestões e observações avaliadores: Nona Questão

AVALIADOR	SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES
AV1	“Ficaria interessante um sumário ou mesmo um mapa conceitual, apresentando a estrutura do e-book. Ao fim de cada capítulo, apresentar uma síntese sobre os principais pontos explorados, convidando o leitor a recapitular o que foi visto.”
AV2	“Eu penso que se estamos buscando falar com os jovens, provavelmente um ou outro ajuste na linguagem como o produto se apresenta seria pertinente. Não estou me referindo a erros de português ou ABNT, mas sim a forma de se comunicar. Eu entendo que o público-alvo do e-book são jovens do Ensino Médio Integrado e não sei se eles conseguem ao certo assimilar o conteúdo como está, de maneira mais formal. Uma redução no tamanhos dos parágrafos seria bem-vinda. A título de sugestão, deixaria o texto mais instrutivo, menos formal e mais conexo com a realidade dos jovens que estudam no EMI. Mas no geral está muito bom e o design ajuda a deixar o material mais pertinente com os seus objetivos.”
AV3	“AS AUTORAS DEVEM APRESENTAR ESSE "PRODUTO INOVADOR" AO MEC, MAIS PRECISAMENTE À COORDENAÇÃO NACIONAL DO "ENSINO MÉDIO", A FIM DE "VENDÊ-LO" A ESSA INSTITUIÇÃO, A QUAL TEM SIDO HISTORICAMENTE CARENTE DE UMA PROPOSTA TÃO INOVADORA COMO ESTA AQUI AVALIADA! PARABÉNS ÀS AUTORAS!!”
AV4	“Acredito que este Produto Educacional, pela sua relevância e inovação no âmbito educativo da área proposta, deveria ser compartilhado, de forma plena, através da sua publicação após os trâmites de aprovação do mesmo.”
AV5	“O e-book “EPTCanvas para negócios: um e-book economicamente criativo”, foi muito bem escrito e definido seus capítulos, pois traz informações históricas, conceituais, desenvolvimento do Canvas e suas aplicabilidades na prática. Transmite ao jovem/aluno do Ensino Médio Integrado a perspectiva de empreender, de transformar uma ideia em realidade, abrindo expectativas de um futuro promissor com um projeto desenvolvido em sala de aula tornar-se um autoemprego, uma fonte de renda. Há uma viabilidade muito grande do uso deste e-book na minha

	sala de aula. Parabéns à mestrand Lucyane Maria Castro Costa e à Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, pelo ótimo trabalho realizado.”
AV6	“Apresentar o projeto para ser apreciado pelas escolas em âmbito geral, não somente profissional e tecnológico.”
AV7	“O e-book em questão tem uma aparência bastante atraente, pois ele é recheado de imagens e textos de fácil compreensão. Além da sua aparência, sua essência apresenta uma discussão oportuna não só para o Ensino Médio Integrado, mas para os demais níveis e formas da educação básica. Portanto, vale a pena ler e utilizar o presente e-book.”
AV8	“Excelente produto educacional.”

Fonte: Elaborado pela autora com base na questão 9 constante do Apêndice D (2021)

O quadro 13 dá testemunho das sugestões e observações individuais de cada participante neste processo avaliativo. Aduz-se dessas transcrições que o produto é viável e praticável para ser trabalhado no Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Ensino com possível ampliação de acesso para outras Instituições. Portanto, servirá como um meio de opção profissional para os jovens, auxiliando-os com conhecimentos técnicos, e ao mesmo tempo, orientando esses saberes para o desenvolvimento da prática aplicada ao empreendedorismo criativo. É mais um recurso para o alcance da materialização da emancipação desses jovens, por intermédio do trabalho, servindo de interface entre o saber e o fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou elementos de conexão entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica aptos a formarem interfaces transversais e interdisciplinares entre os conteúdos ministrados no Ensino Médio Integrado. Além de contribuir para operacionalizar o saber pedagógico através do trabalho como princípio educativo.

O trabalho como necessidade vital de produzir a própria existência é o produto das relações sociais e de produção (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015), isto é, é produto humano em sua essência (subtítulo 8.1 deste trabalho, p. 168). Neste ambiente, o objetivo do estudo em buscar oportunidades profissionais além do emprego assalariado foi encontrado na possibilidade de preparar o aluno para encontrar opções profissionais no empreendedorismo.

É uma forma de oportunizar transformações na Educação Básica de Ensino Médio integrada à Educação Profissional e Tecnológica. O aluno passaria, então, a ser o agente transformador da sua própria realidade por intermédio de conhecimentos fundamentais que o ajudariam a profissionalizar a sua escolha. É oportuno salientar, que segundo Manacorda (2007), a união entre o ensino e o trabalho dará potência a classe trabalhadora, transformando-a numa classe dirigente. Qual a melhor maneira disso acontecer, senão através da retomada da posse dos meios de produção pelo trabalho empreendedor?

A educação para o trabalho, neste contexto, viabiliza a conexão com a atividade real, promovendo o desenvolvimento das capacidades do aluno, uma vez que será obtida a partir desta ação prática, e portanto, configurando-se num saber real e não simulado. Barato (2008) ao dizer que metodologias que usam a obra ou a atividade como o princípio orientador do aprendizado podem melhor contribuir para a vida profissional dos alunos.

Sendo assim, o produto educacional criado, resultado desta pesquisa científica, é uma proposta destinada ao aluno que queira transformar alguma ideia em negócio, ou então, melhor preparar aquele que já tenha alguma atividade rentável de forma amadora e veja neste produto a oportunidade de profissionalização.

O “EPTCanvas para negócios” é o produto desta pesquisa concebido tanto para potencializar os saberes teóricos com a possibilidade real de aplicá-los, quanto para servir como conteúdo translacional tendo em conta seus elementos constitutivos: economia, empreendedorismo, inovação e criatividade. Contudo, seria inocente acreditar que este produto resolveria todos os problemas do aluno-cidadão, a julgar pela necessidade de aprofundamento de conhecimentos sobre essas questões, bem como uma maior compreensão sobre os movimentos cíclicos da realidade econômica e empresarial.

Também é oportuno considerar que o trabalho poderia ter sido aplicado no dia a dia dos jovens estudantes para melhor medir a sua eficácia. Todavia, a realidade de crise sanitária interposta, estabeleceu leis que limitam o contato físico e iniciativas de agrupamento de pessoas, não permitindo um aprendizado presencial, através de oficinas, palestras, etc. Logo, o produto tem potencial aplicável à realidade, posto que, foi o resultado de uma robusta pesquisa bibliográfica e notável contribuição empírica. Decerto, a formação da dimensão científica da pesquisa indicou um caminho a ser adotado para melhor capacitar jovens para o mundo do empreendedorismo criativo: o “EPTCanvas para negócios: um e-book economicaMENTE criativo”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: Mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p.35-64, 2004.
- ALBARRAQ, A.A.; MAKEEN, H.A.; BANJI, D. Preconception of Pharmacy students for the inclusion of entrepreneurship curriculum in the PharmD Program. **Indian Journal o Pharmaceutical Education and Research**, v.54, n.1, p. 22 – 30, 2020.
- ALMEIDA, F. C. **Aprendizagem baseada em empreendedorismo: uma proposta para melhoria do ensino profissional técnico de nível médio no IFPA**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.
- ALMEIDA, A. S; TEIXEIRA, R. M; LUFT, M. C. M. S. Mapeando a produção científica sobre Economia Criativa em periódicos nacionais e internacionais de 2000 a 2013. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 23-47, 2014.
- ALVARENGA, D; SILVEIRA, D. País ganhou quase 1 milhão de MEIs desde o início da pandemia. **G1**, seção economia, 19 de setembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/19/pais-ganhou-quase-1-milhao-de-meis-desde-o-inicio-da-pandemia-veja-relatos.ghtml>. Acesso em: 13 ago.2021.
- ANDRADE, T. S. S. **A importância da divulgação científica em processos formativos de professores no ensino tecnológico**. Dissertação (Mestrado em Ensino Tecnológico). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2016.
- ASP, A.L.C. Criatividade planejada: etapas e processos do desenvolvimento do pensamento criativo. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n.1, p.1227-1239, 2020.
- ATHAYDE, P. (org.). **Negócios Criativos: 30 histórias inspiradoras de empreendedores que descobriram seu propósito e estão transformando o mundo**. 1.ed. São Paulo: Panda Books, 2017.
- ATANAZIO, A. M. C. **As tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino de ciência: uma conversa de professor para professor**. Dissertação (Mestrado em formação científica, educacional e tecnológica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba 2018.
- AVENI, A. Do Canvas ao Plano de Negócio: Como transformar seu Canvas no Plano de Negócio. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v.2, n.2, p. 32 – 45, 2020.
- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.
- BAPTISTA, L.P. **Economia da Guiné-Bissau: um diagnóstico sobre a comercialização da castanha de caju 2011-2019**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

BARATO, J. N. Conhecimento, Trabalho e obra: Uma proposta metodológica para a educação profissional. **B.Tec.Senac**: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v.34, n.3, 2008.

BARON, R.; SHANE, S. **Empreendedorismo**: Uma visão do processo. Boston/EUA: Editora Thomson Learning, 2006.

BARROS, M. M. S. **Empreendedorismo na formação de professores**: uma proposta formativa. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2018.

BARROS; FISCHER. **Como fazer um Plano de Negócios**. 1ª.ed. São Paulo: Bafisa, 2012.

BELCHIOR, I.S.; SILVA, A.L. O processo de materialidade do núcleo politécnico comum no contexto do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Chapecó. **Revista Labor**, v.1, n.24, p.223 – 249, 2020.

BELLANDI, D. Os princípios do desenvolvimento sustentável e do consumo sustentável, como instrumentos constitucionais para a integração entre direito e economia. **Relações de consumo: Apontamentos italianos e brasileiros**. Caxias do Sul, RS, p.154-161, 2015.

BENITO, A.K.; CARVALHO, M. *Business Model Canvas*: novos olhares para uma empresa inovadora. **FaSci-Tech**, v.1, n.11, p. 42 – 54, 2016.

BILLIG, O.A.O. **Restrições e perdas no contexto do transporte rodoviário de cargas: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

BLAND, D. J.; OSTERWALDER, A. **Testando ideias de negócios**. 1.ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

BOAVA, D.L.T.; MACEDO, F.M.F. Sentido axiológico do empreendedorismo. In: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. **Anais...**São Paulo, v.33, 2009.

BORGES, L. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.55, n.45, p.101-126, 2017.

BOSCATTO, J.D.; DARIDO, S.C. A educação física no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: percepções curriculares. **Pensar a Prática**, v.20, n. 1, p.99 – 111, 2017.

BRAD, I. Business plan – major management tools in development of a business. **Lucrări Științifice**, v.1, n.16, p. 214 – 217, 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília: BRASIL, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: BRASIL, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 9 de maio de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: Diário Oficial da União, 4 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular. **Práticas empreendedoras na escola.** Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Como+Elaborar+uma+Pesquisa+de+Mercado.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019.** Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.792 de 14 de maio de 2019.** Regulamenta o inciso III do parágrafo único do art. 11-A da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a exigência de inscrição do motorista de transporte remunerado privado individual de passageiros como contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social. Presidência da República, Brasília: Brasil, 2019.

CADENA, M.A.T. *et al.* Neutrosophic AHP in the analysis of Business Plan for the company Rioandes bus tours. **Neutrosophic Set and Systems**, v.34, p. 16 – 23, 2020.

CAEIRO, M. V. G. **Tipos de empresas, tributos e obrigações legais.** São Paulo: Senac, 2020. *E-book Kindle*.

CAMARGO, R. Project Model Canvas para gerenciamento de projetos. **Blog Robson Camargo**, projetos e negócios. São Paulo, 28 set. 2019. Disponível em: [https://robsoncamargo.com.br/blog/projec-model-canvas-para-gerenciamento-de-projetos#:~:text=O%20PM%20Canvas%20\(Project%20Model,utilizada%20no%20mu%20da%20pintura](https://robsoncamargo.com.br/blog/projec-model-canvas-para-gerenciamento-de-projetos#:~:text=O%20PM%20Canvas%20(Project%20Model,utilizada%20no%20mu%20da%20pintura). Acesso em: 19 set. 2021.

CAMPOS, R.M.; CASTRO, V.K. A contribuição da intervenção no domínio econômico incidente sobre combustíveis. **Percursos – Anais do VIII Conbradec**, v.2, n.29, p.432-436, 2019.

CAPES. Comissão de Aperfeiçoamento de Nível Superior. **Documento de Área 2013.** Brasília: CAPES, 2013.

CAPES. Comissão de Aperfeiçoamento de Nível Superior. **Documento de Área – Ensino.** Brasília: CAPES, 2016.

CAPES. Comissão de Aperfeiçoamento de Nível Superior. **Portaria n.º 389, de 27 de março de 2017**. Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissional no âmbito da pós-graduação Stricto Sensu. Brasília: CAPES, 2017.

CAPPOVILLA, A.G.S.*et al.* **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memmon, 2004.

CAPRA, F. **O Tao da Física: Uma análise dos paralelos entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

CARVALHO, L. P.; ANJOS, J. A. L; MELO, S. B. Considerações sobre uma avaliação diagnóstica do conceito de função à luz da Teoria dos Registros de Representações Semióticas. **Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 12, n. 2, p. 116-132, 2017.

CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea. *In*: BRASIL. Ministério da Educação (org.). **Educação e o mundo do trabalho**. Boletim 17. Brasília: MEC, 2005.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

CIUCESCU, N. Business plan – management tool on the entrepreneur. **Studies and Scientific Researches**, special issue, p. 58 – 64, 2016.

COSTA, A.P.N. **Business Model Canvas e as Micro e Pequenas Empresas: uma análise à luz da Estratégia Competitiva**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

COSTA, R. A; OLIVEIRA, F. H. P. Desenvolvimento, crescimento econômico e economia criativa: uma análise das taxas de exportações brasileiras nos últimos anos. **Espacios**, v.37, n.19, p.25, 2016.

DEGEN, R. J. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DIAS, Maria Clara. Brasil bate recorde de novos negócios em 2021. **Exame**, seção PME, 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://exame.com/pme/brasil-bate-recorde-de-novos-negocios-em-2021/>. Acesso em: 13 agos.21.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DORF, B.; BLANK, S. **The Startup Owner's Manual – the Step-by-Step Guide for Building a Great Company**. K&Ranch, Inc. Publishers. Pescadero, California, 2012.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed, Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DOROW, P. et al. Ferramentas do design thinking para a inovação em modelo de negócio. **Ciências & Cognição**, v. 21, n. 1, p. 124 – 136, 2016.

DRAGO, C.C. A formação humana no ensino médio integrado: o que dizem as pesquisas. **Trabalho Necessário**, v. 15, n.28, p.90 – 107, 2017.

DRUMOND, T. C. Quero empreender sozinho. Empresário individual, EIRELI ou sociedade limitada unipessoal? **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 26, n. 6461, 2021.

EL HASAN, S.S. *et al.* Pelathian Pembuatan *Business Plan*. Jurnal Pengabdian Masyarakat Madani, v.1, n.1, p. 37 – 43, 2020.

ENGELS. F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 10.ed. São Paulo: Global, 1989.

ESPINHA, R. G. O que é Project Model Canvas? Aprenda como utilizá-lo no gerenciamento de projetos! **Blog artia**. Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://artia.com/blog/project-model-canvas/> Acesso em: 19 set. 2021.

EUROSTAT. Statistic 4 beginners. **Eurostat**, 2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Beginners:Statistical_concept_-_Index_and_base_year/pt. Acesso em: 16 set.2021.

FELÍCIO. H. M. dos S. ANÁLISE CRÍTICA DE CURRÍCULO: um olhar sobre a prática pedagógica. **Currículo sem Fronteiras**, Alfenas-MG, v.13, n.1, p.129-142, 2013.

FERRARI, A.; MORONE, P.; TARTIU, V.E. Tackling uncertainty through business plan analysis - a case study on Citrus Waste Valorisation in the South of Italy. **Agriculture**, v. 6, n.5, p. 1 – 12, 20126.

FERES, M. **A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira**. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF, 2015.

FERNANDES, E.A. **Gestão da farda clínica por enfermeiros**: fatores determinantes e avaliação microbiológica. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Coimbra, 2017.

FERRERAS-GARCIA, R.; HERNÁNDEZ-LARA, A.B.; SERRADELL-LÓPEZ, E. Entrepreneurial competences in a higher education business plan course. **Education + Training**, v.61, n. 7/8, p. 850 – 869, 2019.

FINOCCHIO JÚNIOR, José. **Project Model Canvas**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

FONTANELLA, B.J. B. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, v.27, n.2, p. 389- 394, 2011.

FORNASIER, C.B.R.; PRETO, S.C. Sistema de gestão de processos do projeto integrador: estudo de caso a origem familiar para a procura do eu. **Ensinar mode**, v.4, n.1, p.108-130, 2020.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAZÃO, J.P.L. et al. Os impactos das ações empreendedoras da Aprocan na região da Canastra. **Revista Eletrônica Calafiori**, v.3, n.2, p.5 – 26, 2019.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 - (coleção os economistas).

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.) **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2012.

FUNICELLI, V. B. **Design thinking como metodologia de inovação e colaboração**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Inteligência e Design Digital) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017

GALBRAITH, J. K. **O pensamento econômico em perspectiva**: Uma história crítica. São Paulo: Livraria Pioneira, 1987.

GALIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 7, n. 13, p. 01-22, 2019.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

GIAMBIAGI, F.; SCHWARTSMAN, A. **Complacência**. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GODIN, S. **Isso é Marketing**: Para ser visto é preciso aprender a enxergar. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

GOMES, L. A. V. N. **Criatividade e design**: um livro de desenho industrial para projeto de produto. Porto Alegre: sCHDs, 2011.

GULARTE, C. Porte de Empresa: Quais são as classificações? Veja como é definido nas diferentes instituições. **Contabilizei**, fevereiro, 2021. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/porte-de-empresa/#:~:text=empresa%20de%20m%C3%A9dio%20porte%3A%20a,superior%20a%20R%24%2012%20milh%C3%B5es>. Acesso em: 10 abr.2021.

HABIDIN, N.F. *et al.* Critical sucess factors of Perak Youth Business Planning System (SRPBP). *International Journal of Academic Research in Business & Social Sciences*, v.8, n.9, p. 1474 – 1481, 2018.

HISRICH, R.D. **Empreendedorismo**. 9 ed. Nova York: Mcgraw Hill, 2014.

HONIG, B. Entrepreneurship education: toward a model of contingency-based business planning. **Academy of Management Learning Education**, v.3, n.3, p. 258 – 273, 2004.

HONG, J. The financing of alliance entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, v.35, p.1-19, 2020.

HORA, H.R.M.; COSTA, H.G. Tomada de decisão no MASP: uma contribuição para decisões utilizando a matriz AHP. *In*: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. **Anais...** Bahia, Salvador, 6 a 9 de outubro de 2009.

HOSS, M.; CATEN, C.S.T. Processo de validação interna de um questionário em uma Survey Research sobre ISO 9001:2000. **Produto & Produção**, v.11, n.2, p.104 – 119, 2010.

HOWKINS, J. **Economia Criativa**: Como ganhar dinheiro com ideias criativas. São Paulo: M.Books do Brasil, 2013.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IFPA. Instituto Federal do Pará. **Resolução Nº. 174/2017 - CONSUP, de 25 de abril de 2017**. Estabelece os fundamentos, os princípios e as diretrizes para as atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém, PA, 2017.

ISMAIL, A.M.; CINTRA, Y.C. Utilização do *Business Model Canvas* como apoio estratégico em uma empresa de confecção digital. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v.6, n.1, p. 40 – 59, 2021.

IFAM. Instituto Federal do Amazonas. **Projeto Pedagógico de Curso: Curso Técnico de Nível Médio em Química na Forma Integrada**. Manaus: IFAM, 2015.

IFAM. Instituto Federal do Amazonas. **Projeto Pedagógico de Curso: Curso Técnico de Nível Médio em Química na Forma Integrada**. Manaus: IFAM, 2020.

JORGE, I. **(Re)pensando a economia criativa: desenvolvimentos empreendedoras no Brasil e em Portugal**. Brasília: SEBRAE, 2018.

KATZ, J.A. **Education and training in entrepreneurship. The Psychology of Entrepreneurship**. Manwah, NJ: Psychology Press, 2014.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 1.ed.São Paulo: Atlas, 1990.

KHEZRI, M. et al. Explaining the Relationship between Organizational Strategic Capabilities and Organizational Culture and Organizational Entrepreneurship and Providing a Developed Model in Kerman Executive Organizations. **Turismo: Estudos e Práticas (UERN)**, suplementar 1, p.1-17, 2020.

KLEIMAN, A.B.; MARQUES, I.B.A.S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, p.1-20, 2018.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2009.

LANDRY, C. Prefácio. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

LEITÃO, C.; MACHADO, A. F. **Por um Brasil criativo: significados, desafios e perspectivas da economia brasileira criativa**. 1ª ed. Belo Horizonte: Código, 2016.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, J. M. **Empreendedorismo e empoderamento econômico feminino: relatos de vidas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

LOSEKANN, R.G.C.B.; MOURÃO, H.C. Desafios do teletrabalho na pandemia Covid-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, v.28, p. 71 – 75, 2020.

MACEDO, M.A. *et al.* Business Model Canvas: a construção do modelo de negócio de uma empresa de móveis. In: X SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. **Anais...** Rezende, Rio de Janeiro, 2013.

MACHADO, L. R. S. Ensino Médio e Técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação fantasiosa. In: **Salto para o futuro**, Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, boletim 07, Brasília, 2006.

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf. Acesso em 17 agos.2021.

MACIEL, A. C. Marx e a politecnia, ou: do princípio educativo ao princípio pedagógico. **Revista Exitus**, v. 8, n. 2, p. 85-110, 2018

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Autores associados, 2007.

MANUAL DE OSLO. **The measurement of scientific and technological activities**. [s.l.], 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 7.ed.São Paulo: Global, 1990.

MAZZA, C. L. S. Afinal, o que é inovação? **Portal Educação**, São Paulo, 29 abr. 2014. Administração e Gestão. Disponível em:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/afinal/56629>. Acesso em:18 mar.2020.

MAULIDA, A.R.; HARYANTO, A.G. Studi perencanaan Usaha keripik kaca menggunakan business model canvas. **Journal of Food and Culinary**, v.3, n.1, p. 36 – 44, 2020.

MEDEIROS NETA, O.M.; ASSIS, S.M.; LIMA, A.C.S. O trabalho como princípio educativo: uma possibilidade de superação da dualidade educacional no ensino médio integrado. **RECEI**, v.5, n.2, p.106 – 120, 2016.

MEIRELES, R.M. **A educação profissional e tecnológica de alunos com deficiência visual no IFPA Campus Tucuruí – história de vida dos egressos**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019.

MICHELETTI, E.F. A personagem é espaço: metáfora, personificação e coisificação na literatura de Mia Couto. **Revista Topus**, v.3, n.2, p.40 – 55, 2017.

MILL, A. **Tudo o que você precisa saber sobre ECONOMIA**. São Paulo: Gente, 2017.

MINUZZI, E.D.; COUTINHO, R.X. Produção de conhecimento sobre ensino médio integrado à educação profissional: um panorama cienciométrico. **EDUR – Educação em Revista**, v.36, e228443, p.1 – 30, 2020.

MIRANDA, T. F. P. C. **A dura dor de criar**: o papel do objecto primário na criação poética da obra musical. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto Universitário de ciências psicológicas, sociais e da vida– ISPA, Lisboa, Portugal, 2016.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3.ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MORAES, C.S.V.; ALAVARSE, O.M. Ensino médio: possibilidades de avaliação. **Educ. Soc.**, v.32, n. 116, p.807 – 838, 2011.

MORAES, M. C.; NAVAS, J. M. B. (Colab.). **Transdisciplinaridade, criatividade e educação: fundamentos ontológicos e epistemológicos**. São Paulo: Papirus, 2015.

MOURA, D.H. Algumas possibilidades de organização do ensino médio a partir de uma base unitária: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. *In*: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO. **Anais...** Belo Horizonte, novembro de 2010.

MOURA, D.H. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, p. 1 – 19, 2012.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l], a.23, v.2, p.4-30, 2007.

MOURA, D. H. A; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.

MUZZIO, H. Indivíduo, liderança e cultura: Evidências de uma gestão da criatividade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 1, p. 107-124, 2017.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

NASCIMENTO-E-SILVA, D. Gestão de Compras em Empreendimentos. 1ªed. Manaus: DNS Editor, 2021.

NASCIMENTO-E-SILVA, D. **Manual de redação para trabalhos Acadêmicos**: Position paper, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas. São Paulo: Atlas, 2012.

NASCIMENTO-E-SILVA, D. **Manual do método científico-tecnológico**: versão sintética. Florianópolis: DNS Editor, 2020.

NASCIMENTO-E-SILVA, Daniel. **Gestão de organizações de ciência e tecnologia**: ferramentas e procedimentos básicos. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

NGUYEN, T.T. Impact of entrepreneurship environmental support factors to university student's entrepreneurship self-efficacy. **Management Science Letters**, v.10, p.1321-1328, 2020.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **I Encontro Internacional de Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 7, 2006.

OIM BRASIL. **Visão Mundial e OIM lançam projeto de nanoempreendedorismo com foco em geração de renda**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://brazil.iom.int/news/vis%C3%A3o-mundial-e-oim-lan%C3%A7am-projeto-de->

[nano-empendedorismo-com-foco-em-gera%C3%A7%C3%A3o-de-renda](#). Acesso em: jun.2021

OLIVEIRA, F A. Schumpeter: a destruição criativa e a economia em movimento. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v.10, n.16, p.100-122, 2014.

OLIVEIRA, E. S. **Criação de um portfólio de cursos de extensão para o campus Itaituba da Universidade Federal do Oeste do Pará**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

OROFINO, M.A.R. **Técnicas de criação do conhecimento no desenvolvimento de modelos de negócio**. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Business Model Generation. Inovação em Modelos de Negócios**. Rio de Janeiro: Alta Book, 2011.

OSTROWER, F. **Criatividade e Processos de Criação**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PALHARES, M.C.; CARVALHO, M.D. O empreendedorismo no contexto da formação do aluno graduando e pós-graduando. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.15, n. esp., p. 96 – 112, 2019.

PAULA, T.M.; MECCA, M. S.; GASTAL, S. Interfaces entre as características da Economia Criativa brasileira e a produção do souvenir gastronômico. *In: IV SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. Anais...* Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

PEREIRA, A. P. **Educação e empreendedorismo: elo de saberes necessários**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

PEREIRA, M.E.K.; SILVA, S.A.; JUCÁ, S.C.S. Trabalho como princípio educativo e a superação da dualidade educacional brasileira. **Res.Soc.Dev.** v.8, n.12, p.1-9, 2019.

PETEROSI, H. G. **Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Ceteps, 2014.

PIAZZI, P. **Ensinando inteligência: Manual de instruções do cérebro de seu aluno**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2014.

PIRES, A.P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In: POUPART, J. et al. (orgs). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 154 – 211.

PORTAL MEU SUCESSO.COM. Empreendedorismo: o que é, conceitos e definições. **Portal MeuSucesso.Com**, Notícias, 04 de dezembro 2018. Disponível em: <https://meusuccesso.com/noticias/empreendedorismo-o-que-e-conceitos-e-definicoes-guia-completo-1868/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

PREDEBOM, J. **Criatividade: abrindo o lado inovador da mente**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PRELIPCEAN, G.; BOSCOIANU, M. Aspect regarding the design of active strategies for Venture Capital Financing – the flexible adjustment for Romania as a frontier capital market. **Entrenova**, v.12, n.14, p. 155 – 164, 2019.

RAMOS, M. Conceção do ensino médio integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará**, v. 8, 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 10 jan.21.

RAMOS, M. **História e política da educação profissional**. 1.ed. Curitiba: IFPR – EAD, 2014.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **EPT em Revista**, v.1. n. 1, p. 27-49, 2017.

RATTEN V. (2020) Technological Progress, Inequality and Entrepreneurship: From Consumer Division to Human Centricity. In: Ratten V. (eds) **Technological Progress, Inequality and Entrepreneurship. Studies on Entrepreneurship, Structural Change and Industrial Dynamics**. Springer, Cham, 2020.

REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs). **Cidades Criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

RIBAS, R. T. M.; OLIVO, L. C. C. Adoção de métodos científicos como componente metodológico e sua explicação nas dissertações Publicadas entre 2010 e 2014 de um programa de pós-graduação em administração. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 18, n. 44, p. 81-90, 2016.

RIBEIRO, G. F.; GICO JÚNIOR, I. T. O jurista que calculava. *In*: RIBEIRO, G. F.; GICO JÚNIOR, I. T. (Coords.). **O jurista que calculava**. Curitiba: CRV, 2013.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo: M.Books, 2004.

RIZZATTI *et al.* **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais**: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v.5, n.2, p. 1-17, 2020, Disponível em: <http://periodicos.utf.edu.br/actio>. Acesso em 20.11.2021.

ROBBINS, L. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da Ciência Econômica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROCHA, M. O. **Interdisciplinaridade e Aprendizagem Significativa no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, 2017.

ROCHA, A P. **Tecnologias disruptivas: teste rápido na medicina laboratorial no combate do coronavírus**. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade). Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2021.

RODRIGUES, R.B.; OLIVEIRA, R.T.A.; SOUZA, R.R. Startups dirigidas à inovação de software: da universidade ao mercado. *In*: III Escola Regional de Informática de Pernambuco – ERIPE. **Anais...**Garanhuns, 6 a 8 de novembro de 2013.

ROMME, G. **The quest of professionalism**: the case of management of entrepreneurship. Oxford University Press, 2016.

RONDINI, C.A.; PEDRO, K.M.; DUARTE, C.S. Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. **Interfaces Científicas**, v.10, n.1, p. 41 – 57, 2020.

ROPPOSCH, C.; STIEGLER, E.; GUBIK, C. Digital entrepreneurs and the origin of their business models. **Journal of Business Models**, v.9, n.1, p. 43 – 51, 2021.

ROSA, A.R.; BASSO, D. Robert Owen: “o pai da cooperação”, a educação escolar (adulto e infantil) e o movimento socialista. **Revista Orbis Latina**, v.9, 1, p. 218 – 230, 2019.

SALVIANO, L.K.F.; BILAC, D.B.N. Inovação no setor de alimentos: Estratégias competitivas e tecnológicas. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.12, p.113-123, 2019.

SANTOS, R.L.; SOUZA, L.D.P. **Empreendedorismo**. Universidade Federal do Mato Grosso: UFMS, 2015. Disponível em: http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1530/15.15_Versao_Finalizada_Empreendedorismo_12_05_15.pdf?sequence=1 Acesso em: 05 abr.2020.

SAPPER, S.L. *et al.* Da ideia ao conceito de produto: o uso de técnicas criativas combinadas para auxiliar no processo de desenvolvimento de novos produtos de design. *In*: 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN. **Anais...** Gramado, Rio Grande do Sul, 29 de setembro a 2 de outubro de 2014.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n.1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos teóricos, ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p.152-180, 2007.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira da Educação** v.15, n.45, p.422-433, 2010.

SCHERER, S. S. A politécnica: compreensão e possibilidades para pensar a formação humana no campo escolar. **Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, v. 26, 2013

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. 1.ed. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (coleção os economistas).

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Confira as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI**. Brasília: Sebrae, 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/go/artigos/confira->

[as-diferencas-entre-micro-empresa-pequena-empresa-e-mei,cf9960ef67f4d610VgnVCM1000004c00210aRCRD](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial_af5062e191add610VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=A%20Lei%20no.,o%20fomento%20da%20economia%20brasileira). Acesso em: 10 abr.2021

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lei de Liberdade Econômica reduz a burocracia no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2019. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial_af5062e191add610VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=A%20Lei%20no.,o%20fomento%20da%20economia%20brasileira. Acesso em: 10 abr.2021.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Como elaborar uma pesquisa de mercado**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Como+Elaborar+uma+Pesquisa+de+Mercado.pdf>. Acesso em: 10 nov.2021.

SEYFFERT, T.A. **Fundamentos em economia**. Mato Grosso: UFMS, 2015.

SEVERO, C.G. Empreendedorismo em Gastronomia: um estudo de caso. **Revista da Jornada da Pós-Graduação e Pesquisa – Congrega**, v.15, n.15, p.56-67, 2018.

SILVA, G. C. Tecnologia, educação e tecnocentrismo: As contribuições de Álvaro Vieira Pinto. **Rev.bras.Estud.pedagog** (online). Brasília, v.94, n.238, p.839-857, 2013.

SILVA, R. S. **Projetos pedagógicos do curso técnico de nível médio em informática na forma integrada do IFAM**: do escrito ao vivido pelos diferentes sujeitos. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2017.

SILVA, R.O. **Proposta de autocapacitação para coordenadores de graduação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019.

SILVA, R.O. et al. A relevância da ciência e da tecnologia para a sociedade no cenário pandêmico do novo Coronavírus. In: V SIMPÓSIO EM ENSINO TECNOLÓGICO NO AMAZONAS – SETA. **Anais...** Instituto Federal do Amazonas, Manaus, 18 e 19 de novembro de 2020, p. 335 – 344.

SIQUEIRA, J. **Criatividade aplicada**. [s.n.;s.l.], 3.ed. 2012.

SHEFIU, R. Enterprise ‘frog leaping’ trough basic accounting and business plan. **Continental J. Social Sciences**, v .4, n.3, p. 1 – 8, 2011.

SILVA, L.M.; MELO, T.G.S.; NASCIMENTO, J.P. Ensino médio integrado e práticas pedagógicas integradoras: caminhos para a formação humana integral. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.8, p.2 – 10, 2015.

SILVA, R. F.; SOUZA, S. C.; LIMA, M. F. M. Papel das metodologias ativas na formação humana integral na educação profissional e tecnológica. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v.2, n.2, p.80-91, 2018.

SILVA, R.O. et al. *E-books* como produtos educacionais: definição e tópicos de construção segundo o método científico-tecnológico. In: DICKMANN, I. (org.). **Mosaico Temático**. Chapecó: Livrológica, 2020, p. 155 – 174.

SIMPSON, D.M. **Da mudança nos hábitos de consumo ao price value trade off**: As implicações da retração econômica no Brasil sob o comportamento de consumo

dos brasileiros. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais). Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018.

SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. **Quanto é suficiente?** 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SMITH, K. C. **Pare de pensar como empregado: os 10 segredos dos empreendedores de sucesso.** 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M.T.M. Abordagem quali-quantitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v.31, n.61, p. 21 – 44, 2017.

SOUZA, R. L. G.; DELAZARI, S.; SEVERO, E. A. A percepção das gerações sobre a inovação de produto: um estudo no norte do Rio Grande do Sul. **IPTEC – Revista Inovação, Projetos e Tecnologias**, v.5, n.1, p.26-44, 2017.

SOUZA, E.M. et al. O modelo de negócios do setor editorial cearense com o auxílio Canvas. **R. Gest. Anál**, v.4, n.2, p. 83 – 101, 2015.

TEIXEIRA, L.C.M.; LOPES, H.E.G. Aplicação do Modelo Canvas para o Modelo de Negócios do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. *In: XVII SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD. Anais...* Faculdade de Administração e Economia da USP, São Paulo, 29 a 31 de outubro de 2014.

TIDD, J.; BESSANT, J.R. **Gestão da inovação.** Porto Alegre: Bookman, 2015.

TIMM, L. B. Qual a maneira mais eficiente de prover direitos fundamentais: uma perspectiva de direito e economia? *In: SARLET, I. W.; TIMM, L. B. Direitos Fundamentais: orçamento e reserva do possível* (Org). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

TONET, C. **O empreendedorismo na ficção de José Clemente Pozenato: mito e expressão de regionalidade.** Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017.

TORRES, V. O que é preciso saber sobre regime de tributação? **Contabilizei**, maio de 2021. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-preciso-saber-sobre-regime-de-tributacao/> Acesso em: 15 mai. de 2021.

TYLER, H. **Economia Ambiental: Prognósticos e análises críticas.** Whashington D.C: Editora Symbol, 2010.

UNCTAD; PNUD. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento.** Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc. São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. Disponível em: https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 11 jun.2020.

VALANDRO, J.J. Proposta de um plano de negócios sustentável: o caso de uma recicladora de pneus. *In: XXVII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; XXIV JORNADA DE PESQUISA; XX JORNADA DE EXTENSÃO; IX SEMINÁRIO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA. Anais...* Unijui, Ijuí, 21 a 24 de setembro de 2019.

VIAMONTE, P. F.V.S. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9.394/96. **Educação em Perspectiva**, v.2, n.1, p.28-57, 2011.

VUKOVIC, D.; NESIC, Z.; NUSEV, S. Operational planning and scheduling in manufacturing organizations. *In: X INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE. Proceedings...* Mečavnik – Drvengrad, Užice, Sérvia, 6 a 7 out. 2017.

WEYERMÜLLER, A. R. RISCO EMPRESARIAL E EMPREENDEDORISMO CRIATIVO. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, v. 1, n. 1, p. 3-18, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/14313/6017>. Acesso em: 15.03.2020

WONG, A.; TJOSVOLD, D.; LIU, C. H. Innovation by Teams in Shanghai, China: Cooperative Goals for Group Confidence and Persistence. **British Journal of Management**, v. 20, n. 2, p.238- 251, 2009.

VARELLA, S. R. D.; MEDEIROS, J. B. S.; SILVA JUNIOR, M. T. O desenvolvimento da teoria da inovação schumpeteriana. *In: XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ENEGEP. Anais...* Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, 15 a 18 de outubro de 2012.

VENKASETAN, T.; PASUPATHI, S. Growth framework for innovative entrepreneurship – with special reference for women entrepreneur. **Our Heritage**, v.68, n.1, p. 5.195 – 5204, 2020.

VIANA, G. Segurança do Trabalho: e a sua importância na gestão estratégica de uma empresa. **Revista Ciência e Inovação – FAM**, v.4, n.1, p.74-77, 2019.

VILELA, Pedro Rafael. Pandemia faz Brasil ter recorde de novos empreendedores. Crise levou milhões a abrirem os próprios negócios. **Agência Brasil**, seção Economia, Brasília, 5 de outubro de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-10/pandemia-faz-brasil-ter-recorde-de-novos-empreendedores>. Acesso em: 11 abr.2021.

XAVIER, T.R.T.M.; FERNANDES, N.L.R. Educação profissional técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores. **Educitec**, v.5, n.11, p.101 – 113, 2019.

ZHUANG, B.; LU, X. Study of countermeasures to stimulate and protect entrepreneurship. *In: 5th INTERNATIONAL CONFERENCE OF ECONOMICS, MANAGEMENT, LAW AND EDUCATION – EMLE. Proceedings...* [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/proceedings/emle-19/125931521>. Acesso em: 05 abr.2020

APÊNDICE A: Principais Tipos Societários ou Jurídicos e suas características

O Quadro abaixo trata dos principais tipos jurídicos de empresas no Brasil e suas principais características. É interessante notar as particularidades individuais, vantagens e desvantagens quando da escolha para o enquadramento jurídico.

Principais Tipos Societários ou Jurídicos e suas características

TIPOS JURÍDICOS	CARACTERÍSTICAS
EMPRESA INDIVIDUAL	➤ O empresário realiza a atividade em nome próprio. ➤ Os bens do empreendimento confundem-se com os bens particulares. ➤ É a própria Pessoa Física ou Natural respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, civis e comerciais. ➤ Não há criação de pessoa jurídica com patrimônio independente (não tem personalidade jurídica). ➤ O empresário individual exerce a atividade em nome próprio, sendo inscrito no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) apenas para fins tributários, não se tratando, obviamente, de uma pessoa jurídica. ➤ Pode entrar com pedido de falência, Lei 11.101/2005. ➤ Não há necessidade de investimento mínimo. ➤ MEI, ME ou EPP optante do SIMPLES. ➤ Caso seja MEI o processo de formalização é feito pela internet. Nas demais situações na Junta Comercial.
EIRELI – EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	➤ Foi criada para evitar sociedades limitadas de fachada na busca de maior proteção legal (um sócio com 99% das cotas e outro com 1%). ➤ Pode ser composta por uma pessoa. ➤ É Pessoa Jurídica e tem patrimônio distinto do seu titular, separado do patrimônio pessoal. ➤ Há a exigência legal de capital mínimo para a abertura: 100 salários mínimos. ➤ ME, EPP – Microempresa, optante do Simples Nacional. ➤ OBS: no final de 2020 o STF julgou improcedente a ADI 4637, que pleiteava o fim da exigência de 100 salários mínimos de capital para a abertura de EIRELI.
SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL	➤ É a figura jurídica mais recente no ordenamento jurídico nacional. ➤ Criada em 20.09.2019, pela Lei 13.874, conhecida como Lei de Liberdade Econômica.

	➤ Concede a possibilidade de a tradicional sociedade limitada ser constituída por 1 (uma) pessoa. ➤ É a sociedade limitada com “1 ou mais” pessoas, em vez de “2 ou mais”. ➤ Continua com as características de uma sociedade limitada. ➤ Não tem a exigência de capital social mínimo. ➤ ME – Microempresa, optante do Simples Nacional.
SOCIEDADE LIMITADA – LTDA	➤ É o tipo mais comum de sociedades empresariais no país. ➤ Artigos 1052 a 1087 – CC, 2002 ➤ Os “2 ou mais sócios” contribuem com moeda ou bens para a formação do capital social. ➤ A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas sociais. ➤ A sigla LTDA é utilizada no final da razão social. ➤ Possui Contrato Social. ➤ A dívida da sociedade não pode atingir os bens dos sócios. Obs: há exceções – CC art.50. ➤ As mais comuns podem ser: ME – Microempresa, EPP – Empresa de Pequeno Porte e Sem Limites. Optam pelo Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real para o regime tributário.
SOCIEDADE SIMPLES	➤ São Sociedades Civas constituídas com a finalidade de prestação de serviços. Exercerão uma atividade econômica não própria de empresário (CAEIRO, 2020). ➤ Artigos 997 a 1038 – CC/2002. ➤ São formadas por Pessoas Físicas com personalidade jurídica, exercendo suas profissões. ➤ É a única que permite o ingresso do sócio por meio de contribuição em serviço. ➤ Constituem-se de profissionais liberais ou intelectuais, como por exemplo: médicos, dentistas, arquitetos, advogados, artistas, engenheiros, contadores, economistas, etc e atividade rural. ➤ Possuem o desempenho autônomo sem entrar nos requisitos da sociedade empresária (circulação de bens e serviços) ➤ Seus atos constitutivos serão registrados nos Órgãos de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – cartórios. Obs: menos a sociedade de advogados que se inscreve na OAB. ➤ Possuem Contrato Social. ➤ Podem ser de 2 tipos: Sociedade Limitada Simples e Sociedade Simples Pura (Nesse caso, Responsabilidade ILIMITADA). ➤ Ambas não podem declarar falência. ➤ ME, EPP, Empresa de Médio Porte, optante do Simples

	Nacional ou Lucro Presumido.
SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	➤ Trata-se de Firma Social com Contrato Social. Não pode adotar denominação social (nome fantasia) ➤ Artigos 1039 a 1044 CC/2002. ➤ Pode ter seus atos constitutivos registrados tanto no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (prestadoras de serviço – Sociedade Civil) como nas Juntas Comerciais quando se tratar de Sociedades Empresárias. ➤ Todos os sócios são solidários e todos respondem ILIMITADAMENTE pelas dívidas da sociedade, podendo atingir seus bens nas duas formas. ➤ A regra é começar esgotando os bens da sociedade jurídica e depois de esgotados esses, proceder com os particulares, isso se chama Benefício da Ordem. ➤ A sigla CIA ou Companhia por extenso será utilizada no final da razão social, quando se tratar de sociedades civis.(Simples) ➤ ME, EPP, Sem limites – Optantes do Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real.
SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES	➤ Sociedade Personificada, com personalidade jurídica e registro. ➤ Artigos 1045 a 1051 CC/2002. ➤ Pode ser do tipo Simples ou Empresária. ➤ Têm 2 tipos de sócios: os sócios comanditários e os comanditados. ➤ Sócios comanditados: Pessoas Físicas que administram a sociedade. Contribuem com capital e trabalho; assumem subsidiariamente responsabilidade ilimitada e solidária em relação às obrigações. ➤ Sócios comanditários: Podem ser tanto PF como PJ; estão vedados de administrar a sociedade; estão obrigados apenas pelo valor da sua contribuição social; responsabilidade limitada em relação às obrigações. ➤ No Contrato Social devem estar discriminados quem são os sócios comanditados e os comanditários. ➤ A sociedade somente pode conter nomes de sócios comanditados, haja vista, que a presença de sócios comanditários presumiria que tais sócios seriam comanditados, passando a responder de forma ilimitada. ➤ É uma das formas de sociedade mais antiga. Existe desde o período imperial nacional. Está em desuso atualmente, por causa das vantagens e flexibilidades das limitadas e anônimas. ➤ ME, EPP, Empresa de Médio Porte, optante do Simples Nacional e Lucro Presumido.
SOCIEDADE EM COMANDITA POR	➤ Sociedade personificada que possui o capital social dividido em ações.

AÇÕES	➤ Artigos 1088 a 1092, CC/2002 e Lei 6.404/76. ➤ Rege-se pelas normas relativas às sociedades anônimas que possuem estatuto social. ➤ Não possui estatuto próprio. ➤ Há 2 tipos de sócios: Sócio-acionista e Sócio-diretor. ➤ Sócio-acionista: Administra a sociedade e responde apenas pelo valor das ações subscritas ou adquiridas. ➤ Sócio-diretor: responderá de forma subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações que a sociedade assumir perante terceiros. Será nomeado no ato constitutivo da sociedade, o estatuto social. Poderá ser PF ou PJ na forma de sociedade limitada. ➤ Poderá comerciar sob firma ou razão social, e o uso de denominação não lhe é vedado. A denominação ou firma deve ser complementada pelas palavras comandita por ações, por extenso ou de forma abreviada. ➤ Assim como a Sociedade em Comandita Simples também está em desuso. ➤ O caso concreto definirá o regime tributário a ser adotado, podendo ser um empreendimento de Pequeno à Grande Porte.
SOCIEDADES ANÔNIMAS S.A.	➤ É uma sociedade personificada empresária de capitais. Formada por dinheiro ou bens. ➤ Regida pelos artigos 1088 e 1089 do CC/2002 e Lei 6.404/1976. ➤ Nessa sociedade os “anônimos” são os sócios e não a sociedade. Dessa forma a contribuição social é mais importante que a pessoa do sócio. ➤ Não adota Razão Social, só usa a denominação, sem o nome dos sócios visto que os sócios são anônimos. ➤ A denominação deve indicar o objeto da sociedade. ➤ A denominação da sociedade deve acompanhar as expressões companhia ou sociedade anônima por extenso ou abreviado (Cia e S.A.). Quanto à expressão “companhia” é vedada a sua utilização no final para evitar confusão com as sociedades em nome coletivo. ➤ Pode ser de dois tipos: de Capital Aberto e de Capital Fechado. ➤ A do primeiro tipo vende suas ações na bolsa de valores e qualquer pessoa pode adquiri-las e a de Capital Fechado capta seus recursos do seu quadro de acionistas particular, não estando aberta ao público. ➤ As sociedades anônimas ainda possuem normas, regulamentos e obrigações acessórias muito complexas, sendo utilizadas principalmente por grandes corporações. ➤ Geralmente são grandes empresas com regime tributário do Lucro Real.

Fonte: Organizado pela autora (2021).

APÊNDICE B: Mudanças na legislação pátria para redução da burocracia empresarial

A Lei de Liberdade Econômica nº 13.874 (BRASIL, 2019) trouxe mudanças para a redução da burocracia, beneficiando o ambiente de negócios. O SEBRAE elencou algumas mudanças nesse sentido constantes nos quadros abaixo, são elas:

Nº 01

ALVARÁ	
Empresas que exercem atividade de baixo risco, como cabeleireiros, ficam isentas de licença prévia para operar	
Como era	Como ficou
Todas as atividades econômicas precisavam de autorização pública para funcionar.	Atividades de baixo risco não precisam de autorizações para gerar emprego e renda.

Fonte: SEBRAE, 2019 - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial>

Nº 02

DIGITALIZAÇÃO	
É permitido arquivar qualquer documento em microfilme ou por meio digital e ele estará equiparado ao documento físico para todos os efeitos legais	
Como era	Como ficou
Deviam ser preservados os comprovantes em papel por décadas, acarretando altos custos de manutenção e armazenagem.	Após regulamentação, pode digitalizar documentos e descartar o original, adotando uma prática mais segura, econômica e sustentável.

Fonte: SEBRAE, 2019 - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial>

Nº 03

REGISTRO AUTOMÁTICO	
Caso a decisão do órgão público não seja dada no período estipulado, a concessão de registro na junta comercial será automática	
Como era	Como ficou
O registro da empresa podia atrasar, prejudicando o negócio.	O registro acontece num prazo preestabelecido.

Fonte: SEBRAE, 2019 - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial>

Nº 04

TESTE LIBERADO	
As empresas não precisam mais de autorização do governo para testar produtos e serviços, se houver consentimento de quem for testá-los, a menos que haja risco à segurança pública	
Como era	Como ficou
O teste de um novo produto ou serviço era repleto de burocracias que dificultavam a inovação e a adoção de novas tecnologias.	Startups terão liberdade para testar novos produtos, serviços e tecnologias de forma desburocratizada.

Fonte: SEBRAE, 2019 - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial>

Nº 05

PATRIMÔNIO PROTEGIDO	
O patrimônio dos sócios é mais protegido e somente responderá com próprio patrimônio o sócio que agir com desvio de finalidade ou em caso de confusão patrimonial	
Como era	Como ficou
Era comum a desconsideração da pessoa jurídica por meio da justiça.	A desconsideração da personalidade jurídica ocorre somente quando há desvio de finalidade, praticando atos ilícitos ou por confusão patrimonial.

Fonte: SEBRAE, 2019 - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial>

Nº 06

ABUSO DO PODER

O Estado não pode criar reserva de mercado ao favorecer algum grupo econômico ou profissional nem redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores no mercado, sejam eles nacionais ou estrangeiros

Como era

Empresas eram impedidas de operar por uma imposição do Estado.

Como ficou

Novas empresas podem disputar mercado sem restrições.

Fonte: SEBRAE, 2019 - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial>

Nº 07

FISCALIZAÇÃO A POSTERIORI

Atividades de baixo risco não serão fiscalizadas antecipadamente. A visita fiscal ocorrerá por ofício ou se houver denúncia às autoridades

Como era

Era preciso aguardar a visita de um fiscal, mesmo sem necessidade.

Como ficou

Agora a fiscalização ocorre somente em casos especiais.

Fonte: SEBRAE, 2019 - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-da-liberdade-economica-reduz-burocracia-empresarial>

APÊNDICE C: Questionário semiestruturado aplicado aos sujeitos da pesquisa

Pesquisa “As interfaces teórico-práticas entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica”

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES

1. Na sua atuação docente no Ensino Médio Integrado do IFAM, o Senhor (a) poderia relatar um pouco da sua experiência com as disciplinas de Gestão e/ou Empreendedorismo?
2. O que o empreendedorismo contribui na formação do aluno do Ensino Médio Integrado?
3. Em sua opinião, existem convergências ou divergências entre uma Educação Profissional Tecnológica e a atividade empreendedora? Comente.
4. Como o Senhor (a) apresenta os conceitos de trabalho e emprego para os alunos do Ensino Médio Integrado?
5. Que tipo de contribuição o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional favorece a formação do aluno?
6. Em sua opinião, o Ensino Médio Integrado do IFAM prepara o aluno para quais segmentos profissionais do mercado? Listar opções.
 - () Para atuar no Polo Industrial de Manaus.
 - () Pode ajudar no caminho formativo de pesquisador
 - () Empregado em negócios de consultoria administrativa especializada
 - () Assistente técnico em empresas da iniciativa privada
 - () Vendedor em lojas de shopping
 - () Para ocupar um cargo público qualquer de nível médio
 - () Para ocupar um cargo público especializado de nível médio
 - () Par ter o seu próprio negócio
 - () Outro: _____
7. Em sua percepção, os alunos do Ensino Médio Integrado do IFAM têm algum interesse na atividade empreendedora?
8. Dos conteúdos que envolvem Gestão e Empreendedorismo ministrados no EMI, quais são aqueles que os alunos demonstram mais interesse?
9. Em sua experiência docente junto às disciplinas que abordam os conteúdos de Gestão, Empreendedorismo e afins no EMI, o entendimento e a preparação do aluno para a feitura de um plano de negócios auxilia o estudante na materialização real de algum tipo de ideia em negócio?

10. Qual a sua percepção em relação às características de aprendizagem de um ensino sob um olhar empreendedor?
11. Com base na sua experiência como docente do Ensino Médio Integrado, que relações pode haver entre a estrutura do ensino atual e a preparação dos alunos para o mundo do trabalho empreendedor?
12. O senhor (a) conhece ou já trabalhou o conceito de economia criativa em sala de aula com os alunos do EMI do IFAM?
13. No seu entendimento, há pontos em comum entre os conceitos de economia criativa e empreendedorismo?
14. Como o (a) Senhor (a) poderia avaliar conceitos como inovação, empreendedorismo e criatividade trabalhados de forma translacional na busca em aproximar teoria e prática no contexto educacional?
15. Em seu ponto de vista, a construção de conexões teórico-práticas em torno da Economia Criativa e da EPT, pode gerar algum atributo ou característica inovadora para o ensino? Comente.

APÊNDICE D: Ficha de avaliação do produto educacional**EPTCanvas para negócios: um *e-book* economicamente criativo**

O Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da avaliação do produto: "EPTCanvas para negócios: um e-book economicamente criativo" no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT.

Solicitamos o preenchimento desta ficha após a leitura do *e-book* anexado conjuntamente ao e-mail. Quaisquer esclarecimentos entrar em contato com as autoras: Lucyane Maria Castro Costa, mestrande, fone (92) 99995-2221 e com a Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza, orientadora, fone (92) 99203-0840.

Nome completo:

Formação acadêmica:

Atuação profissional:

1 A apresentação do *e-book* está clara e objetiva?

- () Sim
() Não
() Parcialmente

2 O conteúdo dos três capítulos responde adequadamente a proposta de um material textual com objetivo instrucional?

- () Sim
() Não
() Parcialmente

3 A linguagem do *e-book* é apropriada e compreensível ao público jovem?

- () Sim
() Não
() Parcialmente

4 O Senhor utilizaria este *e-book* para testar alguma ideia de negócio real ou construir práticas de ensino a partir deste modelo proposto?

- () Sim
() Não
() Parcialmente

5 Do pensamento à ação no mundo real, o “EPTCanvas” seria capaz de ajudar a materializar ideias e ideais em negócios, tendo potencial para ser aplicado e gerar benefícios para o indivíduo e sociedade?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

6. Este e-book pode ser considerado um produto inovador com tecnologia social, isto é, ser a combinação de conhecimentos já existentes resultando num novo material mais completo para uso, pois inclui uma área instrucional de experimentação?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

7. A proposta deste produto pode ser trabalhada transversalmente no conteúdo de diferentes disciplinas no Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e Tecnológica?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

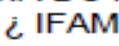
8. Numa avaliação geral, que grau de satisfação o (a) Senhor (a) atribui ao Produto Educacional?

- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Muito bom
- ☐ Excelente

9. Sugestões/Observações

ANEXO A: Parecer consubstanciado 4.400.810/CEPSH/AM

Segue abaixo, para apreciação, parecer Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos – CEP SH/AM que autorizou o presente estudo.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  								
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP								
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA								
Título da Pesquisa: As interfaces teórico-práticas entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica								
Pesquisador: Lucyane Maria Castro costa								
Área Temática:								
Versão: 2								
CAAE: 38491020.4.0000.8119								
Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO								
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio								
DADOS DO PARECER								
Número do Parecer: 4.400.810								
Apresentação do Projeto: O Projeto "As interfaces teórico-práticas entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica" possui relevância para o campo do Ensino, uma vez que tem por objetivo "pesquisar novas oportunidades de atuação profissional através da conjugação das ideias da economia criativa e EPT".								
Objetivo da Pesquisa:								
Objetivo Primário: O objetivo primário desse estudo é pesquisar novas oportunidades de atuação profissional para além do emprego. A conjugação das ideias da economia criativa e EPT auxiliarão nesse intento.								
Objetivo Secundário:								
1. Identificar as variáveis que se conectam ao tema: inovação, empreendedorismo, criatividade, economia e educação. 2. Organizá-las em dimensões e categorias analíticas. 3. Coletar dados na pesquisa de campo que possibilitem outras unidades ou dimensões de análise. 4. Vislumbrar possibilidades de interfaces teórico-práticas através da construção de conceitos advindos dos insumos teóricos e da reação dos discentes ao mundo real da produção por intermédio das experiências práticas de empreendedores inovadores de sucesso. 5. Criar mecanismos audiovisuais que orientem os estudantes do EMI a perceberem novas								
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="border: none;">Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;">Bairro: CENTRO</td> <td style="border: none; text-align: right;">CEP: 69.025-010</td> </tr> <tr> <td style="border: none;">UF: AM</td> <td style="border: none; text-align: right;">Município: MANAUS</td> </tr> <tr> <td style="border: none;">Telefone: (92)3306-0080</td> <td style="border: none; text-align: right;">E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br</td> </tr> </table>	Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM		Bairro: CENTRO	CEP: 69.025-010	UF: AM	Município: MANAUS	Telefone: (92)3306-0080	E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br
Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM								
Bairro: CENTRO	CEP: 69.025-010							
UF: AM	Município: MANAUS							
Telefone: (92)3306-0080	E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br							

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS
IFAM**



Continuação do Parecer: 4.400.810

oportunidades de trabalho e renda e quiçá, tomarem seus sonhos realidade dentro de um ambiente de negócios.

Os objetivos estão definidos de acordo com a temática a ser desenvolvida durante a pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão claramente definidos no documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO, mas constam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui relevância social e viabilidade de execução.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- O TCLE está em forma de convite e contém os itens: título e objetivo da pesquisa. Dados do pesquisador responsável. Consta a descrição dos riscos e benefícios envolvidos. Também constam espaços para as assinaturas do Pesquisador e Participante. Foram incluídos o telefone, endereço e email do CEP-SH/IFAM mas sim do CEP/UEA.
- O TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido), necessário para a realização da pesquisa com o público alvo definido - alunos de uma turma do 3º ano do Campus Manaus Centro-IFAM - é apresentado em forma de convite e com os itens necessários.
- Constam informações sobre os direitos de utilização de imagem dos participantes da pesquisa, considerando que no TCLE consta que "pode-se utilizar câmeras filmadoras, gravador de voz e câmera digital para os registros das atividades".
- Consta a assinatura e carimbo do gestor responsável pela instituição na Folha de Rosto da pesquisa.
- Consta a Declaração de Infraestrutura para a realização da pesquisa assinada pelo gestor da Instituição IFAM-CMC.
- Consta o orçamento financeiro para a realização da pesquisa e o mesmo inclui apenas itens que parecem ser exclusivos e/ou adquiridos para a pesquisa.
- Constam questões norteadoras a serem utilizada para a elaborações do questionário a ser realizado durante a pesquisa, de acordo com a Metodologia Proposta no Projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- Não foram encontradas pendências ou inadequações. Apresentar ao CEP o relatório final de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acompanha o parecer do relator.

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM	
Bairro: CENTRO	CEP: 69.025-010
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3308-0080	E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAPÁ
IFAM**



Continuação do Parecer: 4.400.810

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1626413.pdf	30/10/2020 15:01:46		Aceito
Orçamento	OrcamentoComiteLucyane.pdf	30/10/2020 14:49:07	Lucyane Maria Castro costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoComiteLucyane.pdf	30/10/2020 14:46:01	Lucyane Maria Castro costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEComiteLucyane.pdf	30/10/2020 14:45:26	Lucyane Maria Castro costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEComiteLucyane.pdf	30/10/2020 14:35:37	Lucyane Maria Castro costa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	InfraestruturaComiteLucyane.pdf	30/10/2020 14:34:33	Lucyane Maria Castro costa	Aceito
Declaração de concordância	Cartadeanuenciacomite.pdf	14/09/2020 09:51:59	Lucyane Maria Castro costa	Aceito
Cronograma	Cronogramacomite.pdf	14/09/2020 09:49:42	Lucyane Maria Castro costa	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostocomite.pdf	14/09/2020 09:39:23	Lucyane Maria Castro costa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 16 de Novembro de 2020

Assinado por:
Tarcisio Serpa Normando
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM

Bairro: CENTRO

CEP: 69.025-010

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (92)3306-0080

E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

Página 03 de 03

O presente anexo versa a respeito da emissão de parecer do Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do Amazonas que autorizou a realização da pesquisa “As interfaces teórico-práticas entre a Economia Criativa e a Educação Profissional e Tecnológica”. A solicitação foi encaminhada com texto apropriado para lidar diretamente com jovens do Ensino Médio Integrado. Entretanto, por situações a revelia deste estudo, como por exemplo, a crise sanitária do coronavírus instalada

no país a partir de março de 2020, bem como o seu recrudescimento em Manaus, no início de 2021, as dificuldades de comunicação com os jovens tornaram-se reais. Apesar das várias tentativas de contato sem sucesso, a solução encontrada foi direcionar os sujeitos da pesquisa para os docentes. Desta forma, os dados coletados a partir dos novos respondentes, atenderam ao objetivo principal e a dissertação tomou o seu curso.